

Maria Helena Costa Carvalho de Araújo Lima

DISPUTAS HEGEMÔNICAS E CONTEXTO SITUACIONAL: construções de sentidos sobre a transposição do rio São Francisco



Este livro é resultado de pesquisa desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, com o objetivo de analisar construções de sentidos sobre a transposição do Rio São Francisco em dois níveis distintos de articulação discursiva: 1- o político-institucional, em que os polos favorável e contrário ao projeto constroem sentidos em disputa declarada; 2- o das relações interpessoais em Cabrobó (PE), local de tomada de águas do Eixo Norte da transposição. A partir de análise de documentos institucionais e entrevistas com moradores de Cabrobó, foi possível perceber, por exemplo, que, enquanto os polos favorável e contrário significam a transposição a partir de diferentes sentidos sobre *semi-árido*, *população impactada* e *necessidade*, os entrevistados fazem articulações discursivas a partir de questões locais. O percurso da pesquisa e a análise desses dados constituem a pesquisa aqui apresentada.

"A leitura deste texto não somente subsidia o debate sobre políticas públicas em



A pesquisa, assim como o ensino e a extensão, é uma colaboração indispensável que as universidades proporcionam à sociedade. Os desafios da realidade brasileira são consideráveis, demandando dos pesquisadores sensibilidade e perseverança para executar estudos que sejam traduzidos em efeitos práticos para o bem comum. Nesse contexto, concretizar o saber inclui necessariamente o compromisso de permitir o amplo acesso às produções acadêmicas.

A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) notabiliza-se, há quase sete décadas, como uma das mais profícuas instituições de ensino superior brasileiras, condição reiteradamente atestada, por exemplo, pelas avaliações desenvolvidas pelos Ministérios da Educação (MEC) e de Ciência e Tecnologia (MCT). Um dos maiores méritos da UFPE tem sido o espírito de democratização que norteia não só o acesso às vagas de graduação e pós-graduação, mas, em especial, a circulação do saber que sua comunidade acadêmica produz.

A equipe da Editora Universitária (EdUFPE) sente-se honrada em colaborar com a disseminação do legado científico da universidade a quem serve como órgão suplementar. Mais e mais, cresce o rol de livros publicados por professores, alunos e servidores, chegando facilmente a mais de uma centena de títulos por ano, patamar alcançado por poucas congêneres do mercado editorial universitário. Em especial, os membros da nossa comissão editorial têm trabalhado incansavelmente na elaboração de pareceres para centenas de originais, submetidos à análise em nada menos que quatro editais de publicação: Teses e Dissertações; Livros-Textos; Novos Talentos; e o mais recente Edital Traduções.

Desta feita, congratulamo-nos com o leitor por ter à mão um dos 17 títulos aprovados pelo edital 2012 da coleção Teses e Dissertações, mais uma vez publicada sob os auspícios da Pró-Reitoria para Assuntos de Pesquisa e Pós-Graduação (Propeq). As páginas que o convidam à leitura concretizam, em papel, a importante colaboração de um(a) mestre(a), doutor(a) ou pós-doutor(a) da UFPE ao mais lúdico propósito de desenvolvimento científico e social.

Maria José de Matos Luna
Diretora da EdUFPE



Editora
Universitária UFPE

implementação pelos novos ângulos considerados, como também contribui para encurtar o caminho a seguir na construção de uma pesquisa com foco numa linha crítica no campo da Sociologia".

Profª Drª Silke Weber



Maria Helena Costa Carvalho de A. Lima é graduada em comunicação social e mestra em sociologia. Atualmente, cursa o doutorado em sociologia na UFPE e atua como vice-coordenadora do Projeto de Extensão Adote um Vira-Lata.

**DISPUTAS HEGEMÔNICAS E
CONTEXTO SITUACIONAL:**

CONSTRUÇÕES DE SENTIDOS SOBRE A
TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Maria Helena Costa Carvalho de Araújo Lima

**DISPUTAS HEGEMÔNICAS E
CONTEXTO SITUACIONAL:**
CONSTRUÇÕES DE SENTIDOS SOBRE A
TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Editora
Universitária  UFPE

Recife, 2011

Universidade Federal de Pernambuco

Reitor: Prof. Anísio Brasileiro de Freitas Dourado

Vice-Reitor: Prof. Sílvio Romero Marques

Diretora da Editora: Prof^a Maria José de Matos Luna

Editora associada à



Comissão Editorial

Presidente: Prof^a Maria José de Matos Luna

Titulares: Ana Maria de Barros, Alberto Galvão de Moura Filho, Alice Mirian Happ Botler, Antonio Motta, Helena Lúcia Augusto Chaves, Liana Cristina da Costa Cirne Lins, Ricardo Bastos Cavalcante Prudêncio, Rogélia Herculano Pinto, Rogério Luiz Covaleski, Sônia Souza Melo Cavalcanti de Albuquerque, Vera Lúcia Menezes Lima.

Suplentes: Alexsandro da Silva, Arnaldo Manoel Pereira Carneiro, Edigleide Maria Figueiroa Barretto, Eduardo Antônio Guimarães Tavares, Ester Calland de Souza Rosa, Geraldo Antônio Simões Galindo, Maria do Carmo de Barros Pimentel, Marlos de Barros Pessoa, Raul da Mota Silveira Neto, Sílvia Helena Lima Schwamborn, Suzana Cavani Rosas.

Editores Executivos: Emanuela Sousa Ribeiro, Maria do Socorro de Abreu e Lima e Renato Dornelas Câmara Neto

Créditos

Revisor: o autor

Capa e Projeto Gráfico: EdUFPE

Orientação: Profa. Dra. Maria Eduarda da Mota Rocha

Catálogo na fonte

Biblioteca Josely de Barros Gonçalves, CRB4-1748

L732d Lima, Maria Helena Costa Carvalho de Araújo.
Disputas hegemônicas e contexto situacional : construções de sentidos sobre a transposição do Rio São Francisco / Maria Helena Costa Carvalho de Araújo Lima. – Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2012.
150 p. : il., figs. – (Coleção Teses e Dissertações)

Originalmente apresentada como dissertação do autor (mestrado – UFPE. CFCG. Sociologia, 2011) sob o mesmo título.

Inclui referências, apêndices e anexos.
ISBN 978-85-415-0154-5 (broch.)

1. Sociologia política – Análise do discurso. 2. Comunismo. 3. Hegemonia. 4. Desvio de águas – São Francisco, Rio (Brasil). 5. Impacto ambiental – Avaliação. I. Título. II. Coleção.

306.2 CDD (23.ed.)

UFPE (BC2012-108)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos e videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial em qualquer sistema de processamento de dados e a inclusão de qualquer parte da obra em qualquer programa juscibernético. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração.

página reservada aos créditos de comissão editorial e ficha catalográfica

*Aos gatos que, felinamente, ensinaram-me que, para
compreender, é preciso ter paciência, observação e respeito.*

Tomate, Amie, Botas, Catita, Lara, Graúno e Doidinha

*In memoriam:
Malu, Pucca, Biroasca, Pingüim, Sebastião, Nós,
Cambará, Diego, Quimera, Shiva. e Baleia*

*“Este livro é fruto de dissertação de mestrado
defendida em fevereiro de 2011 no Programa de
Pós-Graduação em Sociologia da UFPE.*

Orientadora: Profa. Dra. Maria Eduarda da Mota Rocha

Pesquisa financiada pelo CNPq.”

AGRADECIMENTOS

Aos grandes amigos Raíza, Giba e André Filhote, que compartilharam comigo leituras, interpretações, angústias, ideias e carinho. Esta dissertação, sempre compartilhada com vocês, é uma prova de como a troca é a melhor maneira de construir conhecimento

Aos colegas e amigos com quem compartilhei mais que salas de aula: Victor, Clarissa, Leila, Olívia, Aninha e Louise

À minha mãe, revisora incansável e rigorosa, linha por linha

A Giba, que me amparou ao longo da pesquisa com ideias, críticas, tranquilização e amor

A Poly, que, em silêncio, estimulou-me a estudar dando o exemplo

À minha orientadora, Maria Eduarda, que confiou em mim e, mesmo quando havia ressalvas, nunca tentou barrar meus instintos durante a pesquisa

Aos professores que, direta ou indiretamente, despertaram-me o gosto pela pesquisa: Valdir Eduardo, Heitor Rocha, Andréa Dória e Arminda

Aos professores Eliane da Fonte, Remo Mutzemberg e José Luiz Ratton, que colaboraram imensamente com a construção teórico-metodológica desta pesquisa

À Professora Silke Weber que, do início ao fim desta empreitada, teve sempre a porta aberta e a disposição de ouvir e ajudar

A Fernando “O Cara”, que me socorreu no momento do depósito, reconfigurando o arquivo inteiro, com uma paciência invejável

Ao querido amigo Lukas Pimentel, que teve a paciência de diagramar o arquivo do livro e ainda lidar comigo

Ao professor Jorge Cândido, pela colaboração com o Abstract

Ao CNPq, financiador desta pesquisa

Fundamentalmente, aos cabroboenses que me receberam com toda boa vontade e sem os quais essa pesquisa não teria sido possível.

RESUMO

Este trabalho teve por objetivo analisar construções de sentidos sobre a transposição do Rio São Francisco, levando em consideração a existência de dois níveis distintos de articulação discursiva: 1- o político-institucional, em que um polo favorável e um polo contrário ao projeto constroem sentidos em disputa declarada; 2- o das relações interpessoais em Cabrobó (PE), local de onde parte a tomada de águas do Eixo Norte da transposição. A construção do corpus envolveu duas etapas: 1- pesquisa documental com materiais de agentes sociais do polo favorável (Lula e Ministério da Integração Nacional) e do polo contrário (Comissão Pastoral da Terra e Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco); 2- entrevistas com cabroboenses que não estiveram diretamente envolvidos em movimentos favoráveis nem contrários à transposição. Para abordar a questão, dando conta das especificidades desses dois níveis, propus-me o desafio de utilizar, como aporte teórico, o marxismo de Gramsci (1966, 1972) e de Bakhtin (2004), juntamente com o interacionismo simbólico de Strauss (1999) e de Becker (2007, 2008, 2009). Para compreender as produções de sentidos dos polos político-institucionais, recorri a Gramsci, com ênfase nas ideias de disputa hegemônica e articulação de forças políticas. No trato com a produção de sentidos pelos cabroboenses, utilizei o interacionismo simbólico, tendo como foco de atenção os sentidos compartilhados a respeito dos objetos relacionados à transposição (água, seca, desenvolvimento, agentes sociais favoráveis e contrários às obras). Em ambos os casos, a abordagem teórica ocorreu em diálogo com uma análise de discurso bakhtiniana. Trabalhei com os dados fazendo, primeiramente, uma análise de discurso para os documentos e outra para as entrevistas. Em seguida, observando os temas e conteúdos que surgiram como centrais em cada nível, fiz uma análise cruzada, obtendo luzes a respeito das relações entre eles. Foi possível perceber, por exemplo, que, enquanto os polos favorável e contrário significam a trans-

posição a partir de diferentes sentidos sobre semi-árido, população impactada e necessidade, os entrevistados partem da colocação de problemas distintos, fazendo articulações discursivas a partir de suas próprias questões, entre as quais se destacam o conteúdo trabalho como valor e necessidade de emprego. Por essa razão, desenvolvimento mostrou-se um elemento central nas articulações discursivas, tanto dos documentos político-institucionais quanto das entrevistas.

Palavras-chave: Transposição do Rio São Francisco. Análise de discurso. Disputas hegemônicas. Dialogismo. Cabrobó

ABSTRACT

This dissertation has aimed at analyzing the several different meaning constructions regarding to the transposition of the São Francisco River, considering that there are two distinct discursive articulation levels: 1 – the political-institutional, one in which there is a group pro-transposition e a group anti-transposition, constructing themselves opposite meanings in a declared disput; 2- the level concerning the interpersonal relations at Cabrobó, Brazilian town where the transposition first buildings depart from, the so called North Axle Transposition. The corpus has been made trough two steps: first of all, documental research on social materials , the favorable ones to transposition, and from the anti-transposition group; then, interviews with Cabrobó citizens who have not been directly involved in favorable movement, neither contrary to its transposition. In order to understand the meaning productions of the political-institutional groups, I resort to Gramsci (1966, 1972), emphasizing the ideas of power struggle and hegemonic articulation of political forces. In dealing with the production of meanings of the Cabrobó's citizens interviewed, used the symbolic interactionism of Strauss (1999) and Becker (2007, 2008, 2009), focusing on the shared meanings of objects related to the transposition (water, development, social agents pro and anti-transposition). In both cases, the theoretical approach has been made in dialogue with the theory of discourse analysis by Bakhtin (2004). I have worked data analyzing then in two steps: firstly presenting a discourse analysis concerning the documents and another one for the interviews themselves. Afterwards, having in mind the themes and contents that have arisen as central ones in each level, I have made a crossing, hence resulting an enlightening among themselves. It has been then possible, for instance, that while pro and anti-transposition groups had in mid the transposition departing from different views on the semi-arid region, impacted population and the need itself, the interviewed people use

to depart from distinct problems, making discursive articulations departing from their own questions. Among these questions, one must emphasize the content work as a value and employment necessity. Therefore, development must be viewed as a central element in the discursive articulations, either in the political-institutional either in the interviews.

Key words: São Francisco River Transposition. Discourse analysis. Hegemonic Disputes. Dialogism. Cabrobó

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	9
RESUMO	11
ABSTRACT	13
INTRODUÇÃO	19
o1 UM OLHAR, DUAS TRADIÇÕES: EM DEFESA DE UM DIÁLOGO TEÓRICO-METODOLÓGICO ENTRE MARXISMO E INTERACIONISMO SIMBÓLICO	23
1.1 DESAFIOS TEÓRICOS	24
1.2 SUJEITO, OBJETO E REFLEXIVIDADE: CONCEPÇÕES EM COMUM	30
1.3 OPERACIONALIZANDO O DIÁLOGO	36
1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	42
1.4.1 COLETA DE DADOS: DOCUMENTOS	43
1.4.2 COLETA DE DADOS: ENTREVISTAS.....	44
1.4.3 ANÁLISE DOS DADOS	454
o2 DE PROJETO EM DISPUTA A “DECISÃO IRREVERSÍVEL”: O PROCESSO POLÍTICO E A POLARIZAÇÃO DO DEBATE	47
2.1 QUESTÕES CULTURAIS: OS DISCURSOS DA SECA E DA NECESSIDADE	50

2.2	QUESTÕES IDEOLÓGICAS: INTERESSE NACIONAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	58
2.3	ASPECTOS ECONÔMICOS: DESENVOLVIMENTO COMO VALOR.....	63
2.4	PROCESSO POLÍTICO: POLÍTICA PARTICIPATIVA	81
03	DIALOGISMO: ENTRELACAMENTO DOS POLOS E TEMPORALIDADE NO CONFLITO.....	89
3.1	DIALOGISMO: INTERDISCURSOS E INTERTEXTOS.....	90
3.2	IMPACTOS AMBIENTAIS E REVITALIZAÇÃO.....	93
3.3	CONVIVÊNCIA: SENTIDOS DE SEMI-ÁRIDO EM DISPUTA	101
3.3.1	QUAL CONVIVÊNCIA?.....	112
3.4	OUTRAS INCORPORAÇÕES – A QUESTÃO DO LEGALISMO	116
04	TRANSPOSIÇÃO EM CABROBÓ: PRODUÇÃO DE SENTIDOS EM CONTEXTO SITUACIONAL.....	123
4.1	CABROBÓ E CABROBOENSES.....	125
4.2	TRANSPOSIÇÃO EM CABROBÓ	131
4.3	SENTIDOS LOCAIS: SEMI-ÁRIDO DESLOCADO	133
4.4	LUGAR DAS OBRAS, LUGAR DA POLÊMICA.....	141
4.4.1	LEITURAS DOS DISCURSOS CONTRÁRIOS À TRANSPOSIÇÃO.....	147
4.4.2	LEITURA DOS DISCURSOS FAVORÁVEIS À TRANSPOSIÇÃO.....	154
4.5	AUTO-IMAGENS: “O PESSOAL DAQUI É VIVEDOR QUE É DANADO”	162
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	167
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	171

APÊNDICES.....	179
ANEXOS.....	233

INTRODUÇÃO

A transposição de águas do Rio São Francisco, proposta pela primeira vez no início do século XIX, é um foco antigo de debates políticos, sociais e acadêmicos que veio novamente à tona no governo de FHC. Com a crise do Apagão, em 2001, a ideia foi engavetada, mas em 2004 foi retomada, dando início a uma série de manifestações favoráveis e contrárias. Com a transposição, o Governo Federal promete resolver o problema da seca até 2025 e dar um impulso econômico ao Nordeste através da retirada de cerca de 1,4% da vazão do rio para abastecer os sertões de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, além do agreste de Pernambuco e Paraíba. Para isso, é prevista uma estrutura de 622 km de canais, 27 aquedutos (canais suspensos), oito túneis, nove estações de bombeamento, 30 barragens, 36 reservatórios de pequeno porte e duas pequenas centrais hidrelétricas, tudo dividido em dois sistemas: Eixo Norte e Eixo Leste.

Este plano é denunciado por uma série de movimentos sociais, comunidades tradicionais, acadêmicos e organizações de base da igreja católica, que se articularam em torno das demandas de cancelamento do projeto e de sua substituição por uma ampla revitalização do Rio São Francisco, que atenda às populações ribeirinhas. Para as áreas expostas à estiagem, estes atores defendem a priorização do abastecimento de água para o consumo humano e para a pequena produção, através de alternativas mais baratas e passíveis de difusão por todo o semi-árido, como adutoras e cisternas.

Localizado no Sertão do São Francisco (a 586 km de Recife), o município pernambucano de Cabrobó foi definido como ponto de partida do Eixo Norte e tornou-se, então, palco de manifestações contrárias e favoráveis à transposição. Em outubro de 2005, durante 11 dias, o bispo de Barra (BA), Dom frei Luiz Flávio Cappio, realizou um protesto político-religioso de “jejum e oração” (a chamada greve de fome) numa capela a cerca de 3km da sede do município de Cabrobó. Em junho de 2007, o ministro da Integração, Geddel Vieira, visitou

o marco zero das obras, acompanhado por políticos dos estados favoráveis à transposição (PE, PB, RN e CE). Onze dias depois, cerca de 1.500 manifestantes contrários ao projeto acamparam no mesmo local, onde ficaram por oito dias. Ao mesmo tempo, políticos e movimentos sociais favoráveis à realização da obra faziam reuniões e manifestações, recebendo o apoio de toda a grande mídia pernambucana. Em outubro de 2009, com a primeira etapa da construção já em andamento, Lula visitou o canteiro de obras de Cabrobó, onde discursou para os trabalhadores e moradores da cidade.

Esta pesquisa partiu do interesse de compreender de que maneira ocorreria, em Cabrobó, a recepção de sentidos produzidos institucionalmente sobre a transposição, tanto pelo polo favorável quanto pelo polo contrário a ela. Imaginava que a chegada da polêmica e das obras na cidade de onde parte o Eixo Norte da transposição teria exposto aquela população a uma profusão de discursos dos quais os atores sociais teriam se apropriado, ressignificando-os a partir de questões locais. Elaborei, então, uma proposta de utilizar o aporte gramsciano para analisar as relações institucionais e, através da mediação de Bakhtin, ligá-lo ao interacionismo simbólico de Strauss (1999) e Becker (2007, 2008, 2009), que me forneceriam ferramentas teóricas e metodológicas para lidar com o contexto local e as interações entre os atores cabroboenses e os agentes dos polos favorável e contrário às obras.

Diante do desafio de mediar essas duas tradições teóricas, deparei-me com problemas epistemológicos que colocaram em questão a própria maneira como eu observava o objeto de estudo até então. Estimulada pelo aporte interacionista, deixei de me questionar sobre produção e recepção de sentidos e percebi que seria enriquecedor considerar a existência de dois níveis distintos e relativamente autônomos de produção de sentidos sobre o mesmo objeto: a transposição. Afinal, se é a partir da colocação de um problema para a ação que os sentidos sobre um objeto são construídos e modificados, é fundamental compreender, inicialmente, que problemas são colocados para cada ator cuja construção de sentidos se quer compreender. Metodologicamente, essa percepção fez com que meu foco de atenção passasse aos sentidos compartilhados

em Cabrobó a respeito de objetos¹ relacionados à transposição (água, seca, desenvolvimento, política, agentes favoráveis e contrários às obras).

Por outro lado, para compreender as produções institucionais de sentidos, recorri a Gramsci (1966, 1972), com ênfase nas idéias de disputa hegemônica e articulação de forças políticas, o que me permitiu analisar a articulação dos dois polos em torno da transposição, processo que envolveu negociações, renúncias e adoção de discursos passíveis de universalização. Embora utilizando tradições teóricas distintas para analisar a produção de sentidos em cada um desses níveis, o caminho utilizado foi semelhante. Em ambos os casos, realizei uma análise de discurso baseada na filosofia da linguagem de Bakhtin.

Tomei, então, como objetivos: 1- analisar o processo de construção de dois polos político-institucionais sobre a transposição; 2- identificar os temas em torno dos quais os discursos de cada polo são estruturados e analisar as principais articulações discursivas por eles realizadas; 3- traçar um contexto situacional dos informantes cabroboenses, abordando a relação com a água (e sua escassez), o trabalho, o cotidiano e as interações com os governos e movimentos sociais; 4- identificar os temas em torno dos quais se organizam os discursos dos entrevistados a respeito da transposição e analisar as principais articulações discursivas por eles realizadas; 5- identificar as relações e distanciamentos entre os dois níveis de construção de sentidos sobre a transposição.

No capítulo 1, trabalho o diálogo teórico entre marxismo e interacionismo, enfrentando alguns desafios a ele relacionados. Explico, ainda, a construção do corpus da pesquisa e os procedimentos metodológicos utilizados na análise do discurso de pronunciamentos do ex-presidente Lula e documentos do Ministério da Integração Nacional, da Comissão Pastoral da Terra e do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco.

No capítulo 2, baseada na análise de discursos dos documentos e na teoria gramsciana da hegemonia, apresento as principais abordagens

¹ Por objeto tomo a caracterização de Blumer (1997:10-11), que engloba objetos físicos, objetos sociais (papéis sociais) e objetos abstratos (valores, doutrinas, idéias).

do Governo Federal na tentativa de estabelecimento da transposição como política pública hegemônica e, paralelamente, os questionamentos levantados contra a obra. Dessa maneira, apresento as articulações discursivas em torno das quais atores favoráveis à transposição e atores contrários a ela posicionaram-se no que chamo, daí em diante, de “polo favorável” e “polo contrário”.

No capítulo 3, à luz dos apontamentos de Bakhtin sobre o dialogismo, analiso as mudanças discursivas em documentos de ambos os polos, com foco nas questões que ganharam centralidade na polêmica a respeito da transposição (impactos ambientais, revitalização do Rio São Francisco e convivência com o semi-árido). É possível perceber, a partir daí, elementos do processo político de formação e disputa entre os polos, o aspecto temporal do conflito e a constituição discursiva de si e dos adversários, feita por ambos.

No capítulo 4, a partir da análise de dez entrevistas realizadas com cabroboenses em duas incursões a campo no ano de 2010, procuro entender a construção de sentidos sobre a transposição que é feita por pessoas comuns, que não estiveram diretamente envolvidas em manifestações contrárias nem favoráveis à transposição. Paralelamente, realizo comparações entre os sentidos veiculados no nível político-institucional a respeito das populações e locais atingidos pela transposição e os sentidos que os cabroboenses (eles mesmos atingidos) constroem a respeito de si mesmos, da cidade e da transposição.

01

Um olhar, duas tradições: em defesa de um diálogo teórico-metodológico entre marxismo e interacionismo simbólico

A idéia de articular marxismo e interacionismo simbólico pode parecer ilógica pelas muitas diferenças entre eles, a começar pelas ontológicas. Se há no marxismo um foco macrosociológico sobre as estruturas e uma concepção da sociedade capitalista como conflituosa a priori; temos no interacionismo o predomínio do foco microsociológico em situações específicas e contingentes, além de uma concepção de sociedade como negociação constante (de sentidos, identidades e até poderes). Segundo Collins, o microinteracionismo:

É uma tradição que se preocupa com a questão humana e constrói o mundo social a partir da consciência e ação humanas. Ela se opõe à rígida concepção estrutural da sociedade desenvolvida pelos durkheimianos, bem como ao materialismo da teoria do conflito. Contra a rígida previsibilidade da ciência, ela defende a fluidez e a importância do humanismo (COLLINS, 2009:205).

Vale a pena lembrar, no entanto, que de junções assim inusitadas surgiram teorias de inegável importância para a sociologia, inclusive a de Marx, que partiu de uma fusão não-convencional, crítica e bem-sucedida entre a economia política inglesa, o ideário político francês e a filosofia alemã (MÉTZÁROS, 1979). Assumi, então, o desafio de trabalhar marxismo e interacionismo simbólico conjuntamente, enfrentando certas diferenças ontológicas e epistemológicas, mas, também, alguns impedimentos aparentes, acarretados por reificações que põem essas linhas como quase opostas, como é o caso das dicotomias microanálise/macroanálise e agência/estrutura.

1.1 DESAFIOS TEÓRICOS

Numa defesa da fenomenologia, Smart (1978:103) afirma que a sociologia convencional neutralizou a crítica fenomenológica com a distinção micro/macro, estabelecendo que abordagens estruturalistas, de sistemas e estatísticas seriam independentes da microanálise. O interacionismo também foi apontado, numa lógica semelhante, como estudo de banalidades completamente distintas das análises macrosociológicas. A esse respeito, é cabível o argumento de Smart sobre a falácia que representa o enrijecimento desta distinção, já que a macroanálise depende de evidências empíricas, que, por sua vez, derivam de um entendimento da vida cotidiana fornecido justamente pelas sociologias voltadas para realidades micro. Argumentação semelhante é colocada por Collins (2004:3), segundo quem a microsociologia é a chave para análises mais amplas, já que a interação face a face é o lugar dos atores sociais, sendo aí que podemos encontrar a agência. Cabe ressaltar que o contrário também pode ser afirmado, pois a análise de uma situação micro precisa fazer referência a elementos mais amplos que a situação estudada².

No caso desta pesquisa, a proposta de unir uma abordagem interacionista a uma análise marxista vem no sentido de possibilitar uma comparação entre a construção de sentidos sobre um mesmo objeto em um nível de relações interpessoais e em um nível mais amplo, político-institucional.

Para tanto, parto de um panorama macropolítico sobre as disputas acerca da transposição, baseada na teoria gramsciana da hegemonia, procurando estabelecer, através da análise de discurso bakhtiniana, uma relação entre essa luta política e os sentidos nela disputados, que se relacionam de forma mais ou menos direta à transposição em si. Em um segundo momento, é unindo Bakhtin a Strauss que volto meu olhar às formas específicas como a trans-

² O apontamento de Blumer sobre racismo situacional (alguém que se comporta de maneira tolerante no trabalho mas faz julgamentos racistas em casa) só é compreensível se observarmos que as situações por ele descritas estão ligadas aos marcos da sociedade norte-americana, na qual coexistem uma legislação de cunho igualitário e uma distinção histórica de raça que é cultural, econômica e até espacial. Esse entrelaçamento foi, inclusive, desenvolvido nos estudos de Robert Park, membro da segunda Escola de Chicago, ao tratar da formação de guetos no espaço urbano.

posição do Rio São Francisco e os objetos a ela relacionados são significados pela população de Cabrobó a partir do contexto situacional dos informantes, tendo em vista que toda interpretação é, também, produção de texto e prática discursiva.

Já que procuro compreender a construção de sentidos em dois níveis diferenciados, utilizo termos distintos para referir-me a eles. Nos capítulos 2 e 3 trato de contexto, ou seja, de relações macropolíticas entre atores sociais em um ambiente institucional; já no capítulo 4, falo em contexto situacional³, visto que, agora, trata-se de relações interpessoais, de ver como as relações de poder operam no cotidiano.

A definição de quais são os objetos centrais na construção de sentidos foi feita separadamente entre os agentes macropolíticos e os atores cabroboenses, visto que, para além do fato de tratar-se de agentes coletivos no primeiro caso e individuais no segundo, as maneiras como eles se relacionam com a definição e implementação da transposição são bastante diversas. O corpus desta pesquisa, então, reúne dois tipos de material. O primeiro são os documentos institucionais, inseridos na esfera da macropolítica, que interferem ou tentam interferir em decisões sobre o projeto e as prioridades governamentais. Suas preocupações giram e torno de concepções gerais sobre o semi-árido e as obras, além de questões técnico-científicas. O segundo são os documentos orais, resultado de entrevistas realizadas em Cabrobó, com atores que participam de um tipo de relação política na qual ganham relevo questões práticas com conseqüências diretas para suas vidas. Foi necessário, portanto, realizar dois procedimentos distintos para identificar esses mundos de objetos - procedimentos estes que serão explicitados ao final deste capítulo.

Um dos pontos positivos em trabalhar conjuntamente marxismo e interacionismo é justamente a possibilidade de cruzar essas informações, explicitando as relações entre macropolítica e micropolítica. Bakhtin, por exemplo, parte da noção macro de conflito, mas se aproxima da análise micro ao tomar

³ Não uso o termo interacionista (situação) para marcar a diferença de minha abordagem em relação à definição de Blumer, de ações formatadas localmente, de acordo com a intenção do ator e a relevância de determinados objetos para tanto. Ao unir esse termo situação à ideia de contexto, quero fortalecer a influência de uma estrutura política mais ampla na forma como esses objetos aparecem para o ator.

a linguagem como objeto de estudo, pois esta só pode ser observada em suas manifestações concretas (textos, falas, diálogos, etc). Porém, embora Bakhtin compreenda essa relação entre parâmetros sociais e manifestações locais, suas análises não chegaram a ser aplicadas por ele a entrevistas ou falas, e sim a obras literárias. Falta, então, uma observação mais direta de como essa ligação aparece cotidianamente e de que maneira dá-se o dialogismo entre esses dois níveis de ocorrência da linguagem. Ao abordar a complexidade das interações, Strauss (1999: 70-76) dá várias dicas para a abordagem desse dialogismo, mostrando que somente através de uma análise micro é possível observar as nuances de uma interação, pois não basta identificar que papéis os atores estão desempenhando e seus respectivos status. Um quadro geral não dá conta de explicar: 1- como os atores interpretam esses papéis e status; 2- os atores suplementares que aparecem, física ou virtualmente, para cada um dos atores durante a interação; 3- as fases pelas quais a interação passa. Como não utilizo análise conversacional (voltada para momentos registrados de interação), e sim análise de discurso (voltada para documentos textuais, pronunciamentos e entrevistas), desconsidero este último ponto para me concentrar nos outros dois.

A interpretação de papéis e status pelos atores é importante porque, durante uma interação, o ator social tenta permanentemente avaliar a intenção geral do outro e as respostas que ele dá a si mesmo e ao receptor ou observador da ação (essa avaliação é o que o interacionismo chama de “assumir o papel do outro”). Essas leituras sobre o outro, guiam as ações em relação a ele, ainda que sejam feitas de forma incompleta (não é possível perceber claramente a si mesmo nem aos demais). Assim, para compreender como os atores cabroboenses percebem os grupos políticos, os atores-chave em relação à transposição e as obras em si, observo, através da análise de discurso, a atribuição de papéis como “responsáveis pelas obras”, “donos do poder de decisão”, “oposição”, “detentores de informação”, “beneficiados”, “prejudicados” e “trabalhadores”⁴. Ao identificar essas delimitações, é possível, também, perceber certos acentos avaliativos em relação a esses papéis e/ou às pessoas que os desempenham.

⁴ Com exceção de “beneficiados”, “prejudicados” e “trabalhadores”, os papéis aqui referidos foram identificados ao longo das entrevistas e de suas análises posteriores.

Quanto aos atores suplementares, Strauss lembra que “o termo ‘interação’ tende a obscurecer o fato de que estão respondendo uma à outra muito mais do que duas pessoas de carne e osso” (STRAUSS, 1999:71). Essa presença de outros tantos sujeitos e discursos faz das interações, “transações executadas em debates cheios de gente e carregados de imagens complexas”. Sejam nossos atos ritualísticos ou problemáticos, as platéias que levamos em conta podem estar vivas, mortas há tempos ou nem nascidas; ser pensadas como pessoas específicas ou tipos/grupos genéricos (STRAUSS, 1999:52, 71-72). Esse ponto também é considerado por Bakhtin, que chama atenção para o fato de toda leitura (interpretação) ser feita sempre de forma dialógica, havendo, além dos interlocutores de uma interação, um superdestinatário, “instância de compreensão responsiva que pode estar situada em várias direções”. (CASTRO, 1996:100-101; BAKHTIN, 2004:146). Tanto o superdestinatário de que fala Bakhtin quanto as aparições de que fala Strauss são aquelas pessoas, grupos e ideias que os atores estão levando em consideração ao longo de uma interação. Ao fazer um pronunciamento no canteiro de obras da transposição, o ex-presidente não leva em consideração apenas o público-alvo presente, como também os jornalistas, o público que saberá posteriormente sobre suas palavras, os companheiros de partido, os membros da oposição, entre outros atores fisicamente ausentes. A identificação do dialogismo nos documentos analisados na pesquisa e na fala dos entrevistados será feita, a partir de Bakhtin, com a identificação de interdiscursos e intertextos, como mostrarei mais detalhadamente nos capítulos 3 e 4.

A opção por microanálise ou macronálise, portanto, não precisa ser uma escolha ontológica entre a sociedade ou as pessoas (discussão referente à dicotomia agência/estrutura, que será tratada adiante). O que ocorre, nesse caso, são diferentes formas de direcionar o olhar sobre esse conjunto, sendo possível e mesmo desejável casar as duas perspectivas quando for cabível às questões propostas. Para o tipo de questão de pesquisa aqui levantado, de analisar a disputa política da transposição em torno de objetos significados de formas contrastantes, é preciso traçar mais que um quadro geral das visões de mundo dos grupos envolvidos e de como eles se articulam politicamente. É preciso compreender, ainda, como esses grupos e a população atingida significam a transposição e os objetos a ela relacionados, quais as formas como se dá o con-

tato entre os formuladores e/ou implementadores das políticas e tal população e, ainda, qual a situação de tais atores em relação aos objetos. Em questão. Esse panorama permite pensar em uma questão de fundamental importância: de que forma sentidos locais sobre objetos e políticas públicas influenciam e são influenciadas pelas construções realizadas no nível político-institucional?

É bom enfatizar que, nesse caso, o dialogismo não se dá entre produção e recepção de sentidos, e sim entre produção de sentidos em dois níveis, sendo a recepção de cada um parte da produção no outro. Nesse ponto está a grande contribuição do interacionismo simbólico de Becker, cujas pesquisas podem ser localizadas em um nível médio, entre uma estrutura institucional e as relações interpessoais, devido à sua capacidade de mostrar como atores são constrangidos por esse nível macro e, ao mesmo tempo, como suas relações e percepções de si e dos outros também interferem nesse contexto mais amplo⁵.

Eu defendi, então, e continuo defendendo que o interacionismo é mais que o micro ou o voluntarístico e pode conceitualizar e estudar questões macro, constrangimentos sociais e realidades renitentes (HALL, 2003:36)⁶

O gerenciamento de impressões, tratado por Strauss com a metáfora das máscaras, pode ser pensado, nesse caso, em relação aos grupos em disputa e, também, às populações visadas pelas políticas públicas, visto que cada um desses grupos precisa lidar com os demais, mesmo que o poder de alguns seja maior. Ao assumir que a construção de sentidos nesses dois níveis se influencia mutuamente, reduzo a distância imposta entre a micro e a macrosocio-

5 Isso pode ser observado em sua abordagem sobre os músicos de jazz, definindo-se como grupo em contraposição aos “quadrados” e agindo de forma a reforçar essa separação que se configura impossível na carreira, visto que dependem dos “quadrados” para receber seus salários. De forma semelhante está a análise sobre a criação da lei de tributação da maconha nos EUA, possibilitada por uma cruzada moral na qual um grupo social tomou a frente, teve condições de mobilizar a mídia e o aparelho estatal e conseguiu, operando valores difundidos socialmente e fazendo barganhas políticas, criar, nos atores capazes de impor a lei, um sentimento de que ela era correta e necessária (BECKER, 2008).

6 Tradução minha

logia por alguns teóricos, inclusive Blumer (1997:7,10,80-85) que, a partir de uma leitura bastante específica de Mead, fundou o interacionismo simbólico colocando-o em franca oposição a todas as visões sociológicas que tomassem fatores pré-existentes (sociais ou mesmo psicológicos) como explicação para a ação humana, já que, para ele, a sociedade não é uma estrutura, mas um processo. Para compreender como essa separação não é tão irreconciliável quanto parece à primeira vista, é preciso levar em consideração, primeiramente, o contexto histórico em que foi desenhada, ou seja, o domínio quase absoluto da teoria parsoniana nos Estados Unidos pós-Segunda Guerra e sua marcha pela Europa, cuja vida acadêmica ainda se recuperava dos abalos do conflito (JOAS, 1999:127; HALL, 2003:34-35; CALHOUN & VANANTWERPEN, 2007:387). Em meio à conquista do funcionalismo americano na sociologia mundial, linhas teóricas como o marxismo, o idealismo alemão e o interacionismo simbólico foram desconsideradas e, diante disso, muitas firmaram suas posições opondo-se ao que denominaram sociologia dominante (mainstream sociology) (CALHOUN & VANANTWERPEN, 2007:377-385).

Essa posição não refletia apenas uma rixa teórica (embora esta seja importante e inegável), mas também uma necessidade institucional de legitimação e conquista de espaço. Assim, Blumer tomou como central a reflexividade do ator social, justamente o ponto cego da teoria parsoniana que, atribuindo peso determinante aos sistemas cultural e social, deixou para o plano do indivíduo apenas o que é relativo a impulsos e instintos, sem espaço para a intencionalidade e a capacidade de refletir e agir sobre a estrutura das ações (PARSONS, 1969:26-27; GUSFIELD, 2003:122-124). A resposta de Blumer (1997) foi criar um corpo teórico-metodológico organizado para a linha que denominou interacionismo simbólico, estabelecendo as premissas que uniam os vários estudos nela inseridos⁷. Além disso, para marcar a diferença dessa linha em relação a Parsons, Blumer desenvolveu uma noção de self como capacidade reflexiva de tomar a si mesmo como objeto e fazer interpretações⁸. Essa mudança de foco

7 As premissas do interacionismo simbólico são: 1- as pessoas agem em relação às coisas de acordo com os significados que têm para elas; 2- esses significados resultam/emergem das interações que as pessoas têm nos grupos; 3- tais significados são modificados por um processo interpretativo das pessoas ao lidarem com as coisas.

8 Embora a reflexividade seja fundamental para compreender a ação humana,

em relação às teorias sistêmicas ou estruturais, porém, não torna o interacionismo irreconciliável com elas. Essa defesa da possibilidade de utilizar conjuntamente marxismo e interacionismo simbólico parte, então, do princípio de que é possível trabalhar com construções teóricas que ampliem o olhar crítico sobre a complexidade dos processos sociais. Para que fique claro como isso é feito, primeiro é preciso esclarecer de que marxismo estou falando.

1.2 SUJEITO, OBJETO E REFLEXIVIDADE: CONCEPÇÕES EM COMUM

A tradição marxista está sendo tomada aqui, primeiramente, como um direcionamento do olhar para as relações sociais e a estruturação conflituosa da sociedade capitalista, mas é preciso esclarecer que a atualidade desta abordagem não pode ser resumida a uma visão da dialética ou a uma crítica ao capitalismo. Mais que estas questões, o marxismo traz formas próprias de buscar respostas. Epistemologicamente, esta tradição oferece chaves compreensivas diferenciadas, como a indissolubilidade do sujeito em relação ao objeto do conhecimento, uma compreensão do fazer filosófico e político que implica numa reflexividade do pesquisador como sujeito também inserido na situação estudada (SMITH, 2004; MARX & ENGELS, 1984:11, 26).

Essa concepção de sujeito e objeto como indissolúveis é própria da epistemologia marxista, mas pode ser combinada ao interacionismo a partir do fato de que este oferece uma visão comum de que um sujeito não se constitui fora da relação com os demais sujeitos e objetos e dá destaque ao caráter histórico destas relações. A natureza de um objeto é o sentido que tem para a pessoa que o interpreta, o que ocorre sempre a partir de alguma perspectiva, das indicações feitas pelos outros e da atividade a ser realizada (STRAUSS, 1999:65; BLUMER, 1997:11-12, 22, 80). Assim, é preciso buscar indicações de quem fez o que para que determinado objeto físico exista de tal modo (GRAMSCI,

parece-me importante retomar a noção pragmatista de self, cunhada por James na divisão eu/mim e desenvolvida por Mead em uma visão mais sociológica. Este conceito relaciona o desenvolvimento da capacidade reflexiva a um percurso sócio-histórico (MEAD, S/D: 64, 114, 117; LEVINE, 1997: 228, 231, 233). Por trabalhar com uma visão de self mais próxima dessa e considerar que um contexto estrutural subjaz ao contexto de negociação, opto por utilizar não o interacionismo de Blumer, mas o de Strauss (1999).

1966:39-41; BECKER, 2007:76; STRAUSS, 1999:65). Além disso, o interacionismo considera que a definição dos objetos é feita a partir da situação em que estão inseridos, bem como a auto-identificação dos atores, realizada simultaneamente (STRAUSS, 1999:64-65). Esta perspectiva difere pouco da afirmação de Marx (1977:57,59; MARX E ENGELS, 1984:13) de que, assim como o objeto não pode separar-se do sujeito, o sujeito não pode ser sem o objeto (o que contraria tanto o idealismo hegeliano quanto o materialismo rígido de Feuerbach). A percepção comum de um sujeito que se forma processualmente está ligada à

relação crítica com Hegel, presente nas duas tradições⁹.

Ainda nesse sentido, Bakhtin (2004:44-45) afirma que os signos são formados a partir da atribuição de valor a determinados objetos no grupo social, o que ocorre por sua ligação com as bases da existência material do grupo. Essa criação de signos não pode ocorrer individualmente porque “não pode entrar no domínio da ideologia, tomar forma e aí deitar raízes senão aquilo que adquiriu um valor social. Tanto no marxismo quanto no interacionismo, afirma-se que há uma realidade material a ser considerada, mas que não determina a forma como os sujeitos a apreenderão¹⁰.

A atribuição de sentidos ao semi-árido e ao São Francisco, então, depende do contexto situacional em que esses objetos são significados e, ainda, de como os sujeitos que empreendem essa significação (sempre em interação, nunca isoladamente) encontram-se em relação a eles. Faz-se necessário, primeiramente, apoiar-me em concepções mais robustas de indivíduo, grupo, interação e reflexividade, e para tudo isso Strauss (1999) fornece uma base valiosa.

⁹ Como Hegel, Marx percebe que o sujeito não está dado de forma solipsista, resultando de um processo que envolve mais que uma consciência isolada. Entretanto, diferentemente de Hegel, Marx (1977: 52 54,55) argumenta que a constituição do sujeito consciente não é mais que o princípio da história. Esse ponto de contraste mostra como, em Marx, subjetividade e processo histórico não se separam. Já no pragmatismo, a crítica ao idealismo vem no sentido de descartar a idéia de mente (e, portanto, de ser humano) como recipiente passivo do Espírito, o que possibilita uma atribuição das idéias a indivíduos reais, postos em movimento e concebidos como ativos (COLLINS, 2009: 209).

¹⁰ No marxismo essa contingência se expressa na compreensão de que a única natureza humana é o conjunto das relações sociais (MARX & ENGELS, 1984:13; GRAMSCI, 1966:14, 43,44).

Partindo de Mead, Strauss (1999: 29, 52,67) percebe como a formação do self está ligada a um processo de percepção de si a partir dos outros, uma identidade que se forma continuamente através de avaliações de nós mesmos, feitas por nós e pelos espelhos que são as avaliações alheias. As percepções dos atores sobre si mesmos estão intrinsecamente ligadas às formas como são definidos e representados por grupos com os quais entram em contato. Conseqüentemente, as máscaras por nós exibidas na tentativa de gerenciar impressões são moldadas de acordo com o que se consegue prever desses julgamentos, ou seja, de padrões socialmente estabelecidos. Essa concepção mostra tanto caráter social do self quanto a capacidade reflexiva do ator social, capaz de interpretar os julgamentos dos outros e utilizar essas informações para definir linhas de ação, já que as “avaliações da situação, das pessoas e do self entram na organização de um ato, e são parte de sua estrutura” (STRAUSS, 1999:67).

Esse raciocínio pode ser pensado em relação a coletividades, pois grupos sociais estão sempre em contato uns com os outros e podem apresentar-se de diversas maneiras a depender do contexto e do público em questão. A identidade embasa a ação de indivíduos e também de grupos em relação aos outros. De qualquer forma, identidades, papéis e interpretações podem variar bastante numa só interação, sendo então importante perceber as linhas através das quais os atores interpretam a si e aos objetos envolvidos na situação que se quer estudar.

A capacidade reflexiva tem seus parâmetros nas outras pessoas, como esclarece a noção de espelhos de Strauss (1999), segundo a qual fazemos auto-avaliações constantes assumindo o papel dos outros e de nós mesmos. Essa ideia aproxima-se perfeitamente de Bakhtin, para quem a identidade é resultado da alteridade, pois “os outros constituem dialogicamente o eu que se transforma dialogicamente num outro de novos eus” (FARACO, 1996: 125). Essa forma de compreender o ator como intrinsecamente social sem, no entanto, perder sua capacidade ativa¹¹, põe em xeque mais uma dicotomia, que vem ocupando o centro de várias discussões na sociologia contemporânea: agência/estrutura. Essa divisão é semelhante à que é feita pelos que falam em sociologia nomoló-

11 Uma aproximação entre as concepções marxista e meadiana de individualidade derivada das relações sociais já foi, inclusive, apontada por Poggi (SMART, 1978:91-92).

gica/interpretativa, ou seja, diz respeito à criação da sociedade pelos indivíduos ou destes pela sociedade. A chamada “sociologia nomológica” estaria presente em Marx, Durkheim e Parsons e tomaria os sujeitos como determinados pela sociedade; e a dita “sociologia interpretativa” (da agência) tomaria os sujeitos como livres e ativos e a sociedade como negociação, resultado de suas ações.

Essa polarização é bem questionada em Collins (2004:5-6), segundo quem a única distinção relevante é a de micro/macro. Para ele, o que se chama de agência ocorre sempre no nível micro, mas isso não significa que o indivíduo seja totalmente livre, já que as pessoas não pensam nem agem isoladamente, tudo ocorre a partir de interações. A ligação entre agência e estrutura no marxismo aqui trabalhado fica clara na abordagem de Bakhtin sobre o ser humano como ser de linguagem, cuja consciência ativa e responsiva é alimentada por signos sociais através de relações sócio-interacionais (BAKHTIN, 2004:48, 57-59; FARACO, 1996:119).

Aquele que apreende a enunciação de outrem não é um ser mudo, privado de palavra, mas ao contrário, um ser cheio de palavras interiores. Toda a sua atividade mental, o que se pode chamar o “fundo perceptivo”, é mediatizado para ele pelo discurso interior e é por aí que se opera a junção com o discurso do exterior. A palavra vai à palavra (BAKHTIN, 2004:147).

Se Gramsci mostra como a articulação hegemônica é construída politicamente e Bakhtin revela formas de identificá-la na linguagem, falta, ainda, compreender como, fora dos espaços institucionais, esses objetos de disputa política são significados no nível das relações interpessoais. Esses processos de significação ocorrem em dois níveis distintos de relação social, mas dialogam entre si, podendo ocorrer entre eles a incorporação de conteúdos e significações, sempre de forma dialógica (com modificações, supressões e interpretações). O diálogo entre os diferentes níveis de análise e sua abordagem a partir de Gramsci, Bakhtin, Becker e Strauss não se dá sem ruídos e é preciso considerá-los, sob pena de cometer incoerências e ter como resultado não o enriquecimento de um olhar sobre o objeto, e sim a superposição de olhares conflitantes.

Uma dessas questões está na diferença crucial quanto às concepções de conflito entre interacionistas e marxistas – um problema ontológico que tem rebatimento nas questões de pesquisa e nas metodologias recorrentes em cada uma dessas tradições. Se, para o marxismo, o conflito é gerado pelas assimetrias econômicas, políticas e culturais inerentes ao capitalismo; para o interacionismo o que ocorre é o choque de diferentes definições de situação. O conflito entre os participantes de uma interação seria, então, resultado das diferenças nas possibilidades de mobilizar recursos para fazer valer a definição mais interessante para o objetivo do momento (e as regras e rótulos são parte disso).

É preciso esclarecer, que, embora não negue a existência de conflitos mais localizados e a necessidade constante de fazer definições de situação por parte dos atores em interação, entendo que essas situações ocorrem dentro de um ambiente societário que já traz em si certas definições prévias e contradições, de forma que a disparidade nas possibilidades de mobilizar recursos decorre, em grande medida, das diferentes posições dos atores em relação a uma estrutura social mais ampla. No caso da transposição, por exemplo, as relações entre os polos a respeito do projeto e a construção de rótulos de um pelo outro podem ser perfeitamente pensadas a partir de Becker, mas, antes disso, é preciso compreender a própria articulação desses polos, fruto dos vários interesses no uso das águas por parte de ribeirinhos, pequenos proprietários e comunidades tradicionais, em oposição a latifundiários, carcinicultores¹², industriais; bem como das assimetrias nas capacidades de obter e difundir informações. É assim que Gramsci ganha um papel central nesta pesquisa, visto que a idéia de hegemonia é uma forma de compreender que a conquista e manutenção do poder é ético-política, mas também econômica (GRAMSCI, 1972:39-41).

Afasto-me, então, de princípios ontológicos do interacionismo, como a concepção de sociedade como negociação e mudança constantes (BLUMER, 1986:86; BECKER, 2007:72), ou do ser humano como tendendo para a colaboração (MEAD, s/d: 116), mas, embora tomando a sociedade como muito mais estabelecida que negociada, admito a existência das negociações cotidianas e sua importância para a articulação de mudanças. De qualquer forma, essa

¹² Carcinicultura é a criação de camarão em larga escala, atividade econômica que demanda grande volume d'água.

ontologia interacionista não é uma negação da existência de posições assimétricas e disputas de poder, e sim um foco diferente do que ocorre entre os marxistas, já que voltado para as diferentes visões deste poder e as formas de recepção e ressignificação dele. Da mesma maneira, quando a tradição marxista fala de uma sociedade inerentemente conflituosa, isso não anula a existência de negociações. A intercalação desses momentos será especialmente desenvolvida com a teoria gramsciana da hegemonia, que mostra como o consentimento pode ser conquistado mesmo numa sociedade marcada por desigualdades e, inclusive, através desse caráter, que dá a alguns grupos maiores condições de mobilização. As negociações de sentido no processo que analiso ficam claras nas mudanças discursivas ocorridas na disputa política, como trato no capítulo 3. Antes disso, porém, localizo, no capítulo 2, a estruturação (política, econômica, cultural e ideológica) que antecede o conflito e, embora não determine as ações dos grupos nem as construções de sentido dos atores cabroboenses, ajuda a reconstituir e compreender alguns dos pontos centrais do processo.

Vale lembrar, ainda, que Strauss se afasta do caráter exagerado da agência na obra de Blumer¹³ e aponta assimetrias de poder, como fez no estudo sobre ordens negociadas em hospitais e em sua discussão sobre a ação, que engloba atos, biografias e ordens sociais (HALL, 2003:36-38). Em relação à disputa entre grupos, porém, o aporte interacionista central é o de Becker, que ajuda a compreender como a utilização de posições privilegiadas para mobilizar recursos se reflete na conquista de uma base social. Esta forma de análise foca as possibilidades de negociação por parte dos atores, mas dá atenção aos conflitos entre eles, sem os quais, inclusive, nenhuma negociação seria necessária. Becker (2008) analisa uma série de problemas relacionados a disputas, como é o caso do desvio, da criação e imposição de regras e dos ambientes de trabalho – estes também discutidos por Strauss (2001). Essa ampliação interna

¹³ Enquanto Blumer (1997:18, 86) afirma que fazemos interpretações o tempo todo, mesmo em situações estabelecidas, Strauss (1999:41, 44,63) afirma que sempre temos expectativas em relação aos objetos, a partir das relações entre eles e nós no passado e no futuro, e é quando nossas expectativas não são satisfeitas que somos levados a reinterpretar e novas classificações

ao próprio interacionismo é o primeiro sinal de que é possível usar essa tradição para pensar questões tangenciadas por disputas de poder¹⁴.

As teorias interacionistas do desvio, como as teorias interacionistas no geral, prestam atenção às formas como os atores sociais se definem uns aos outros e a seus ambientes. Prestam particular atenção a diferenciais no poder de definir a maneira como outros grupos serão considerados, compreendidos e tratados (BECKER, 2008:204).

Busco, portanto, em Becker, a compreensão de padrões de comportamento grupais e de assimetrias no poder de impor definições, regras e rótulos. Assim como não é possível pensar de que forma as pessoas relacionam sua situação (local e social) e o contexto político geral sem levar em conta sua capacidade interpretativa, também não é possível compreender interferências institucionais sem levar em conta as formas como instituições e pessoas interagem. Procuro, portanto, observar não só o processo de formação dos polos a respeito da transposição (capítulo 2), como as diferentes abordagens feitas em relação à população de Cabrobó e as formas como esses atores visados pelas obras travaram relações com os grupos em conflito e entre si (capítulo 4).

1.3 OPERACIONALIZANDO O DIÁLOGO

As conseqüências metodológicas das posturas teóricas marxista e interacionista também são aproximáveis. No caso do marxismo, a indissolubilidade sujeito-objeto acarreta numa postura pela qual o cientista não pode (nem deve

¹⁴ Nesse aspecto Goffman (1975, 1987) também se destaca. Com seus estudos sobre gerenciamento de impressões, radicalizou o outro-generalizado meadiano, que passou a ser pensado (embora com outras conceituações) não só para situações rotineiras como, mais fortemente, para conflitos sub-reptícios, como entre profissionais e clientes, como guia para a atuação e interpretação das expectativas e leituras dos outros. Além disso, ao falar na ação das instituições totais baseada na mortificação do self, Goffman trouxe à tona uma discussão que ainda não se esgotou a respeito do controle sócio-institucional sobre o indivíduo e da relação entre identidade e ação. Vale citar, ainda, que Robert Park já iniciara essa perspectiva ao discutir papéis sociais e status a eles relacionados (LEVINE, 1997:235).

tentar) separar-se de seu objeto para investigá-lo, não deve “tentar ver o mundo pelos óculos do filósofo”, pois a apreensão do mundo só pode ocorrer na vida e a verdadeira filosofia é a que não cai na ilusão de autonomia do sujeito nem do objeto; nem da teoria nem da prática (MARX & ENGELS, 1984:11, 69). A importância dessa perspectiva cresce quando se assume uma concepção de pesquisa como imersão no contexto do objeto, o que, no interacionismo, significa aproximar-se da visão dos atores e grupos envolvidos na situação estudada. O princípio epistemológico por trás desta orientação interacionista é de que não é possível compreender a ação humana sem fazer referência às visões que a embasam momento a momento, ou seja, às interpretações feitas situacionalmente pelos atores a respeito de si mesmos, dos outros e dos demais objetos em questão. Essa é uma das grandes recomendações de Blumer, traduzida na necessidade de os sociólogos atentarem para o que as pessoas sabem e o que a experiência cotidiana mostra e, assim, não contradizerem as representações dos atores ao elaborar premissas sobre os objetos-chave que compreendem a imagem utilizada na pesquisa (BECKER, 2007:29-30).

O interacionismo simbólico permite, portanto, o desenvolvimento de uma concepção presente tanto em Gramsci quanto em Bakhtin, mas em ambos pouco elaborada, de um ator social ativo, capaz de fazer interpretações sobre sua situação social, ainda que de forma incipiente. Segundo Gramsci (1966:11), “Na mais simples manifestação de uma atividade intelectual qualquer, na ‘linguagem’, está contida uma determinada concepção de mundo”, ou seja, todos praticam uma filosofia espontânea na medida em que possuem: 1- uma linguagem (conjunto de noções e conceitos), 2 – senso comum e bom-senso, 3- sistema de crenças, opiniões, modos de ver e agir. Uma forma de trabalhar com a idéia de que “todo homem é um filósofo” é pensar essa capacidade reflexiva a partir do conceito de self, que está na origem do interacionismo e, como foi colocado anteriormente, aponta para a constituição social de toda pessoa, bem como para a capacidade de tomar a si mesmo como objeto, o que possibilita a escolha de linhas de ação a partir da interpretação de situações, objetos e atores (MEAD, s/d; STRAUSS, 1999).

Ainda que a observação participante seja a técnica por excelência do interacionismo simbólico, não é a única capaz de trazer informações compatíveis com as questões suscitadas por tal tradição. Ao defender um diálogo entre as

várias formas de representar o social, Becker explica, por exemplo, que mesmo modelos matemáticos, em geral rechaçados por sociólogos voltados para a microanálise, também têm sua utilidade, pois, como os tipos ideais, esclarecem o funcionamento dos mecanismos organizacionais idealizados de uma ação coletiva que os detalhes historicamente contingentes de um exemplo empírico não deixam ver (BECKER, 2009:151-152). Vale lembrar, ainda, que a Escola de Chicago englobava, também, um grupo de estudos quantitativos, liderado por Duncan, responsável pela operacionalização da “ecologia humana” de Robert Park (CALHOUN & VANANTWERPEN, 2007:398, 400). Da mesma forma, embora a análise documental e a estatística sejam mais comuns entre os marxistas, estes também podem se valer de ferramentas desenvolvidas por outras linhas. É possível, por exemplo, fazer uma leitura dos conflitos em ambientes de trabalho (tema comum entre os interacionistas) a partir de uma perspectiva de luta de classes, assim como uma reestruturação produtiva numa fábrica (tema comum no marxismo) pode ser analisada pela perspectiva das definições de situação e sujeitos e suas novas configurações diante das mudanças.

No caso desta pesquisa, tal junção teórica vem no sentido de possibilitar a compreensão de construções de sentidos sobre a transposição a partir de um olhar voltado tanto para o contexto (político-institucional) quanto para o contexto situacional (relações interpessoais), havendo entre esses dois níveis um dialogismo permanente. Para que isso possa ser feito, o fundamental não é fazer uma compilação de documentos, estatísticas, entrevistas, etnografias, documentos pessoais, etc, pois uma coleção de dados assim, se não for bem concatenada, pode, em vez de ampliar o olhar sobre um objeto, levar a uma visão fragmentada dele. Tendo isso em vista, e levando em conta o tempo disponível para a pesquisa, busco os elos entre um nível e outro através de análise de discurso em cada um deles e de uma investigação de seus entrecruzamentos a partir de elementos situacionais acessados por meio de observação e entrevistas.

O importante nessa conexão entre dois níveis de construção de sentidos é não deixar de perceber que todo processo local, mesmo quando contextualizável dentro de um determinado padrão, traz em si uma série de situações contingentes que não são compreensíveis sem uma observação de seus processos constitutivos. Tal visão da contingência no mundo social nada mais é, no mar-

xismo, que a dialética, contemplada por Gramsci em relação à complexidade das formas de conquista e manutenção do poder nas sociedades modernas e à instabilidade constante da hegemonia de um grupo, já que as disputas hegemônicas nunca deixam de existir (GRAMSCI, 1978:27, 40). No caso de Bakhtin, a dialética se mostra numa concepção de cultura como universo complexo em que os signos interagem, o que se mostra mais claramente em seu conceito central de dialogismo. A linguagem é o elemento fundamental desta dialética porque nela ocorre a ligação entre o pensamento (psiquismo) e os parâmetros sociais, visto que os signos através dos quais ocorre o pensamento são sempre socialmente formados (BAKHTIN, 2004:49).

A linguagem, foco da atenção de Bakhtin, é também ressaltada por Strauss como elo importante entre situação social e realidades subjetivas, por representar uma forma central de apreensão do mundo pelos indivíduos. O ato de nomear um objeto envolve a classificação dele numa determinada classe de objetos em relação a outras classes, daí ser este um ato central para a cognição humana (STRAUSS, 1999:35-39). A observação da linguagem pode, portanto, indicar diferentes formas de conhecer um determinado objeto e, com isso, de situar-se e agir em relação a ele (STRAUSS, 1999:35, 62).

Isso é importante para esta pesquisa porque as construções de sentido analisadas ocorrem em um contexto de disputa hegemônica no qual o discurso figura como forma de manutenção de poder (através da reprodução de certos temas consolidados) e também como forma de busca pelo poder (com rearticulação destes temas ou estabelecimento de novos)¹⁵. A análise de discurso é adequada para a compreensão de tais disputas porque, ao apontar cristalizações de temas e conteúdos, ressignificações e ambigüidades, torna-se possível indicar a construção de valores, visões de mundo e linhas de ação social nos dois níveis de análise aqui considerados. É possível, ainda, através da análise de discurso, perceber a construção discursiva dos enunciadores, relacionando-a à abordagem de Becker (2008) a respeito da imposição de rótulos (que envolve a consolidação de certos conteúdos, significações e temas). No caso dos rotulados, a resistência pode se expressar nos interdiscursos, na ressignificação de

¹⁵ Vale ressaltar que, na teoria gramsciana, o poder é pensado como estreitamente ligado à criação e difusão de visões de mundo que colaborem para a manutenção ou mudança de determinada estrutura social (PORTELLI, 1977:68).

certos o discursivos e até na operação com os rótulos recebidos, revertendo-os de forma benéfica. Todas essas disputas que ocorrem no nível da linguagem estão ligadas ao fato de que, ao ser compartilhada por grupos diferentes e servir de trama a todas as relações sociais em todos os domínios, a própria língua torna-se alvo de disputa (BAKHTIN, 2004:41-46,66). Dessa maneira:

(...) em todo signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditório. O signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes (BAKHTIN, 2004:46).

A disputa por prêmios terminológicos não é mera contenda em torno de palavras, uma vez que as palavras são injunções para a ação (STRAUSS, 1999:4).

A linguagem, portanto, também delimita as possibilidades cognitivas e de fala de um indivíduo, visto que os padrões da língua são construções sociais que antecedem o indivíduo. Na teoria bakhtiniana, a forma de abordar a conexão entre os discursos e, ao mesmo tempo, as tensões entre eles, é o dialogismo, que se refere à forma como, entre os mais diversos grupos, há um entrecruzamento permanente de temas (realidades contextuais nas quais ocorre a formação de um signo) e significações (aparatos técnicos que possibilitam a realização do tema: morfologia, sintaxe e entonação). Neste estudo, centro minha atenção à articulação dos temas e procuro fazê-lo identificando os conteúdos dos discursos, ou seja, as temáticas abordadas nos documentos e falas analisados. Por serem diretamente expressos nas enunciações, os conteúdos são facilmente identificáveis, assim como as semelhanças e diferenças de conteúdos entre os vários documentos e falas. A partir dessa identificação inicial é que posso analisar quais conteúdos são recorrentes e como são articulados entre si nos diferentes contextos, em torno daqueles que se destacam como temas.

Chamo de temas os pontos que, apesar de também serem fruto de construções discursivas, como os conteúdos que lhes sustentam, erguem-se acima desses por duas razões: 1 – adquiriram uma estabilidade, o que faz com que sejam sempre trazidos de volta nos discursos e permite que sejam mais facilmente identificáveis 2 – são os pontos em torno dos quais os conteúdos se

organizam. Ao mesmo tempo que são mantidos e modificados através desses conteúdos, são os temas que fornecem seu sentido e mesmo a razão de seu aparecimento num discurso. Nos documentos analisados neste trabalho, os temas em torno dos quais os conteúdos específicos dos discursos institucionais se organizam são: 1 - *Seca*, 2 – *Princípios políticos*, 3 - *Relação Obra-Necessidade*, 4 – *População*. No caso das entrevistas, os temas são: 1 – *Auto-imagens*, 2- *Necessidade*, 3- *Desenvolvimento*.

Utilizo o conceito de tema a partir da sua definição por Bakhtin, como a realidade contextual que dá origem ao signo. Isso é possível porque, por “realidade contextual”, refiro-me não apenas aos aspectos materiais, mas também aos discursivos e conjunturais. Por suas interrelações constantes, esses elementos não podem ser descolados, mas podem ser didaticamente separados. Temos, portanto:

1 – realidade material - fenômeno da estiagem no caso da Seca; contexto em que surgem e modificam-se os Princípios Políticos; pessoas e grupos sociais que formam a População; a obra e as características dos locais que a recebem no caso da Obra/Necessidade;

2 – construções discursivas - forma como os elementos dessa realidade são apreendidos e apresentados na linguagem. É aqui que estão localizadas as relações entre tema (contexto discursivo dessa construção), conteúdos (temáticas abordadas), significações (aparato técnico que possibilita a realização do tema: morfologia, sintaxe, entonação e figuras de linguagem)

3 - conjuntura política – situação geral em que são feitas as ligações entre realidade material e construções discursivas. São as relações de forças e as articulações hegemônicas.

É preciso lembrar que os temas aqui considerados resultaram da análise dos documentos que compõem o corpus da pesquisa, não foram definidos previamente nem são assim considerados pelos atores ao elaborarem e/ou pronunciarem um enunciado¹⁶. Por ser fruto de uma leitura guiada por um olhar teórico específico, os temas e conteúdos não aparecem de forma bem

¹⁶ Essa questão é levantada por Bakhtin sobre a lingüística. Ele explica que o estudo e ensino de línguas mortas e estrangeiras demanda uma codificação em termos de gramática, fonética e léxico, mas é um erro pensar o uso cotidiano da língua a partir dessas categorias (BAKHTIN, 1004:98-100).

delimitada nos documentos e falas, mas sempre misturados, já que se trata não de uma lista de elementos lingüísticos, mas de um todo organizado que surge da reconstrução pela pluralidade dos textos estudados, reunindo aspectos semânticos, sintáticos, retóricos e dialógicos (FORGET, 1994:55). Além disso, todos esses elementos discursivos que identifico surgem sempre em um contexto situacional específico (daí porque o dialogismo entre os dois níveis de construção de sentidos sobre a transposição não resulta em compartilhamento de *tema*).

1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Levando em conta a complexidade do assunto aqui tratado e das interações entre atores e entre grupos, o primeiro passo para compreender a construção de sentidos sobre a transposição foi o afastamento das tipologias dicotomizantes, como pensar que todo trabalhador demitido das obras apresentaria apenas a visão do polo contrário ou que todo comerciante seria automaticamente a favor delas. Em verdade, a própria tipologia “a favor” e “contra” foi evitada em relação aos entrevistados, visto que traz uma aparência de homogeneidade e a pesquisa buscava justamente as nuances e contradições contidas nos discursos. Vale lembrar, ainda, que mesmo entre os agentes e movimentos envolvidos na luta a favor ou contra a transposição não existe uma continuidade de opiniões nem de estruturação dos discursos (como fica claro nos capítulos 2 e 3).

Nesse sentido, foi utilizado o método bakhtiniano de compreensão respondente, adotando o dialogismo como princípio e buscando conhecer o sujeito produtor de textos (BARROS, 1996:24-25). Como a atividade de todas as pessoas é sempre mais variada e inesperada do que papel designado para o seu tipo, o guia para a compreensão dos informantes não foram tipos de pessoas, e sim de atividade (BECKER, 2007:69; idem, 2009:22; STRAUSS, 1999:71). Isso envolveu a busca de informações de fundo para traçar o perfil situacional de cada um.

A construção do corpus, como foi dito anteriormente, envolveu pesquisa documental e entrevista. Para facilitar a exposição, vou tratar de cada um separadamente.

1.4.1 Coleta de dados: documentos

Na pesquisa documental, busquei identificar os temas e significações presentes nos discursos de cada um dos polos (favorável e contrário).

Do polo favorável, debrucei-me sobre os materiais de dois agentes sociais:

1. O ex-presidente Lula, não só pela posição ocupada como chefe do executivo, como também pela diversidade argumentativa que aparece em seus discursos e, ainda, porque, devido à sua popularidade, o fato de ser ele a “executar” a obra deve fazer diferença na recepção que se tem dela¹⁷. Foram analisados primeiramente sete pronunciamentos do ex-presidente, feitos entre 26 de junho e 12 de julho de 2007, na caravana de lançamento do PAC. Na segunda análise voltei-me para outros sete pronunciamentos, todos de outubro de 2009, quando uma caravana formada pelo ex-presidente, ministros e aliados percorreu as obras da transposição e da revitalização, nos estados de MG, BA, PE e CE¹⁸.

2. O Ministério da Integração Nacional, órgão encarregado das questões mais gerais da transposição, responsável pela maior parte das políticas de comunicação e, portanto, fonte das informações e discursos oficiais do governo sobre o tema. Para essa análise foram centrais o Relatório de Impacto Ambiental (2004), as matérias divulgadas no sítio eletrônico www.projetosao-francisco.org.br (8 matérias de texto sobre a caravana de 2009 e 6 peças televisivas, veiculadas no canal TV MI, entre agosto de 2009 e fevereiro de 2010).

¹⁷ Note-se que, nas avaliações de popularidade, Lula alcançou aprovação (como ótimo ou bom) de 72% em dezembro de 2009, um recorde nas pesquisas do instituto Datafolha, que realiza consultas sobre os chefes do executivo desde 1990. Na mesma pesquisa, a avaliação positiva de Lula era de 81% na região Nordeste. Já o Instituto Exatta, em pesquisa realizada em dezembro de 2007 (ano em que as obras da transposição foram iniciadas), constatou que, embora a avaliação do Governo Federal na região do Sertão do São Francisco tenha sido a segunda pior do estado (66% o consideravam ótimo ou bom), 88% das pessoas declararam que votariam em Lula se fosse possível elegê-lo para um terceiro mandato.

¹⁸ Os pronunciamentos de 2007 fazem poucas referências explícitas à transposição, mas estão diretamente relacionadas, visto que ela foi lançada como parte deste PAC e, neste mesmo período, os protestos contra o projeto alcançavam o ápice. Em PE, BE e MG, estados em que a polêmica sobre a transposição era maior, Lula não a citou diretamente, enquanto em RN, PB e CE, o presidente não só falou diretamente no assunto como aproveitou para criticar a oposição às obras.

Do polo contrário, observei dois grupos de agentes diferentemente situados na questão:

1. Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) – criado por FHC em 2001, como elo entre os agentes políticos e sociais relacionados com as águas e o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH). Tendo sugerido uma mudança de rumos no projeto de transposição e sido ignorado pelo governo, o comitê uniu-se ao polopositor. Foram analisados os seguintes documentos: apresentação de Conflito de uso das águas na Bacia do Rio São Francisco, encaminhada ao CBHSF pelo Fórum Permanente de Defesa da Bacia do São Francisco (2004), Plano de recursos hídricos da bacia hidrográfica do Rio São Francisco (2004), Revista CBHSF (2007).

2. Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Tomada como forma de acessar o discurso dos movimentos sociais, voltado para a questão social dos ribeirinhos, das populações difusas do semi-árido (não abrangidas pela transposição) e para um discurso político mais claro, em que se critica o benefício de uma elite econômica pelas obras. A página eletrônica da CPT (www.cptnac.com.br) foi fonte permanente de informações, já que nela é possível encontrar tanto artigos da própria pastoral e das diferentes coalizões formadas ao longo da luta contra a transposição. Além disso, ganharam centralidade os jornais “Pastoral da Terra”, informativos de 16 páginas com quatro edições anuais que a pastoral disponibiliza em versão impressa e digital. Foram analisadas, em sete edições (2007 e 2009), as matérias e editoriais relacionados à transposição.

1.4.2 Coleta de dados: entrevistas

A realização de entrevistas teve como objetivo abarcar, nesta pesquisa, o ponto de vista das populações atingidas por políticas públicas grandiosas e polêmicas como a transposição. Não sendo possível tratar de toda a área atingida, tampouco todos os grupos sociais envolvidos, realizei um recorte no município pernambucano de Cabrobó, locus tanto de manifestações contrárias quanto de manifestações favoráveis às obras. Com isso, procurei analisar a construção de sentidos sobre a transposição por parte de pessoas comuns, que não tivessem participado diretamente de manifestações relacionadas a ela. Para viabilizar a pesquisa, fiz um recorte nos atores sociais residentes na área

urbana da cidade. Foram realizadas dez entrevistas em duas incursões a campo no ano de 2010.

A ideia inicial era a transposição ser inserida na conversa pelo entrevistado, para que a pesquisadora evitasse direcionar a postura deste. Porém, sendo Cabrobó o ponto de partida das obras do principal eixo e local onde ocorreram as maiores polêmicas, todos sabiam rapidamente que a transposição havia me levado lá (como levava outros tantos trabalhadores, técnicos, políticos, jornalistas e pesquisadores). Procurei, então, diminuir o peso do tema iniciando as conversas com questões sobre a vida em Cabrobó, mudanças percebidas no município e questões cotidianas direcionadas a partir dos próprios entrevistados. Apenas no momento em que os entrevistados retomavam a temática da transposição ela passava a ser o foco. As questões giravam, então, em torno das fontes de informação, de como, para onde e para quem seguiria aquela água e das mudanças que Cabrobó passava por conta das obras. Em relação à polêmica, foi feito resgate com cada informante, buscando o que eles lembravam em relação aos atores envolvidos e seus argumentos, fatos marcantes e momentos de interação a respeito do assunto com conhecidos e/ou atores externos. Também foi utilizada, ao final das entrevistas, a técnica da livre associação para perceber a encadeação feita pelos informantes para objetos-chave, como semi-árido/seca, água, Rio São Francisco, transposição e política.

1.4.3 Análise dos dados

A análise de discurso, independentemente da linha adotada, tem como traço característico a observação de enunciados (textos, falas e imagens) e uma leitura que extrapola os limites da enunciação, fazendo inferências sobre as condições de possibilidade de sua produção, ou seja, dos elementos constitutivos que tornaram possível a sua existência. A análise de discurso diz respeito

à especificação sociohistoricamente variável de formações discursivas (algumas vezes referidas como discursos), sistemas de regras que tornam possível a ocorrência de certos enunciados, e não outros, em determinados tempos, lugares e localizações institucionais (FAIRCLOUGH, 2001:64-65).

Para que essa ferramenta possibilitasse a junção entre o nível político-institucional e o nível de interações interpessoais, foi feita uma análise de discurso cruzada em três etapas:

1 – Análise de discurso do material coletado de agentes favoráveis e contrários à transposição. Nessa fase foram buscados os temas que baseiam argumentos e apelos sobre a transposição, os conteúdos organizados em torno deles e as significações, ou seja, formas como esses arranjos discursivos foram feitos

2 – Análise de discurso das entrevistas. Nessa análise busquei novamente temas, conteúdos e significações, respeitando as especificidades do discurso oral.

3 – Análise cruzada dos documentos institucionais e entrevistas, tendo como intermédio o perfil situacional dos informantes, no qual e pelo qual ocorre a junção entre discursos gerais e locais.

Para estabelecer os temas e conteúdos a ser considerados, tanto no caso dos documentos quanto no das entrevistas, comecei fazendo uma leitura livre dos documentos selecionados, localizando os conteúdos que apareciam em cada um e traçando, em seguida, uma lista com os conteúdos recorrentes. Com esses conteúdos listados, realizei uma leitura dos documentos em busca das articulações feitas entre eles e estabelecendo como *tema* os

conteúdos que, além de recorrentes, pareciam organizar os demais. A partir daí, cheguei a um roteiro básico que permitiu uma visualização rápida dos elementos trazidos nos discursos. Para facilitar esta visualização, disponibilizo esses roteiros nos anexos A, B, C e D.

02

De projeto em disputa a “decisão irreversível”: o processo político e a polarização do debate

Em um contexto de sociedade civil desenvolvida, a estabilidade do poder exige a aquisição de consentimento, que se dá através de relações pelas quais a *classe fundamental* age de forma mais diretiva que dominante¹⁹. Isso significa que o grupo dominante precisa assumir uma liderança política, intelectual e moral, formando um bloco histórico em que suas atividades econômicas e interesses se articulam com os das classes aliadas, assumindo a forma de vontade coletiva (GRAMSCI, 1966:112,139; GRAMSCI, 1972:47,60). Essa abordagem é importante para este estudo porque oferece uma perspectiva rica a respeito da realização de articulações políticas, das ambiguidades de visões de mundo que se pretendem universalizáveis e das interrelações entre as atividades culturais, econômicas e políticas.

¹⁹ Diante dos distintos usos desses termos em Gramsci, como apontado por Anderson (1986:15, 23-24, 26-34), é preciso esclarecer que o desenvolvimento da sociedade civil aqui referido diz respeito à ampliação da participação popular no aparelho do Estado, de maneira que os governantes que assumem o Estado passam a depender mais do consentimento dos governados. Já que o consentimento exige negociação, os espaços de participação são ampliados e disputados por grupos distintos, que podem estar diretamente ligados ao jogo político (a sociedade política) ou indiretamente (a sociedade civil). Essas duas instâncias são complementares e, embora só a sociedade política governe efetivamente, ambas fazem parte do Estado e das disputas por poder. Assim, sociedade política são as instituições oficiais da política e os atores (individuais e coletivos) que as ocupam e sociedade civil são as organizações sociais que não ocupam nem disputam cargos estatais, mas também disputam as decisões e diretrizes ali consolidadas. A conquista da hegemonia, portanto, diz respeito à articulação de alianças tanto na sociedade política quanto na sociedade civil.

Gramsci relaciona a hegemonia à sociedade moderna porque, a partir do desenvolvimento da sociedade civil, chegar ao poder pela força e mantê-lo dessa maneira torna-se inviável. A força, afirma ele, é um recurso instável que prejudica a credibilidade ideológica do Estado e deve ser reservada aos inimigos, não aos que se quer incorporar (GRAMSCI, 1972:47-48; PORTELLI, 1990:16,65-68; EAGLETON, 1997:108; ANDERSON, 1986:21). Assim, um Estado hegemônico é o que atua como “complexo de atividades práticas e teóricas através das quais a classe dirigente não apenas justifica e mantém sua dominação, mas também busca ganhar o consenso ativo dos dirigidos” (GRAMSCI apud MOUFFE, 1979:10). Percebe-se, então, que, embora esteja sempre ligado aos interesses do grupo dominante, o Estado não representa apenas ele, visto que a conquista e manutenção da hegemonia exige uma negociação permanente face à multiplicidade de interesses presentes na sociedade.

Gramsci aponta como primeira distinção entre hegemonia e dominação a forma de conquistar o poder (pela construção de alianças ou pela força), mas não é apenas a forma de chegar ao governo que determina a existência ou não de hegemonia. Governos eleitos por vias democráticas podem assumir um caráter majoritariamente de dominação, com o uso da força para manter o poder e para implementar medidas polêmicas - o que pode ser feito, por exemplo, com repressão e criminalização de movimentos sociais, perseguição política e exclusão de grupos opositores dos processos decisórios. A minimização desses recursos de força foi uma característica das gestões de Lula, pois, angariando ampla base de apoio política e social, este governo esteve, majoritariamente, baseado em tentativas de construção de hegemonia. Essas formas (hegemonia e dominação), porém, comumente aparecem combinadas, com ênfase para uma ou outra a depender da base política e social conquistada em cada caso. É neste sentido que observo, neste capítulo, os conflitos e articulações em torno da transposição do Rio São Francisco, um processo no qual o Governo Federal mesclou momentos de estabelecimento de hegemonia e de autoritarismo.

O estabelecimento da hegemonia, lembra Eagleton (1997:105), pode ocorrer através de meios ideológicos, mas também pode assumir formas majoritariamente econômicas (por favorecimento, por exemplo), políticas (ilusão de autogoverno) e culturais. Estas formas, porém, não são independentes, pois,

embora, analiticamente, seja possível separá-las, na prática social elas são delineadas conjuntamente. Nesse sentido, Gramsci (1966:63,113; 1972:18-19) afirma que se as atividades filosóficas, políticas e econômicas são constitutivas de uma mesma concepção de mundo, seus princípios teóricos devem ser traduzíveis entre si, ou seja, apresentar uma continuidade, visto que estas atividades estão implícitas umas nas outras, formando um círculo.

Isso significa dizer que diretrizes políticas e econômicas não são traçadas de maneira isolada, estão sempre ligadas a princípios culturais e ideológicos. É assim que o discurso sobre a seca está diretamente relacionado à defesa de investimentos para o desenvolvimento do/no Nordeste, e que esta seja uma meta entendida como de interesse nacional e qualquer oposição a isso possa ser desconsiderada “em favor da justiça, da democracia e da solidariedade”. Analisando as estratégias utilizadas para estabelecer a transposição do São Francisco como política pública hegemônica, é possível perceber esse uso conjunto das formas ideológica, cultural, econômica e política. Simultaneamente, delinea-se também o trajeto pelo qual cada uma delas se tornou insuficiente, devido ao caráter das articulações políticas feitas a favor e contra a transposição, ao fracasso em universalizar os interesses representados no projeto e às repercussões das denúncias por parte dos grupos opositores.

Trato, portanto, neste capítulo, de cada uma das formas de estabelecimento da hegemonia: 1- cultural, com o discurso da seca; 2- ideológica, com a relação regional/nacional; 3- econômica, com a meta do desenvolvimento; 4- política, com o ensaio de uma política participativa. Tento mostrar como, através de ações e discursos relacionados a essas quatro abordagens, o Governo Federal buscou o consentimento quanto à transposição perante as forças políticas aliadas, a oposição, os movimentos sociais e a sociedade civil. Paralelamente, os questionamentos levantados contra a transposição do São Francisco também perpassam essas quatro abordagens, interrelacionando-as. Por esta razão, as ações e discursos dos atores sociais contrários às obras são tratados neste capítulo a partir de suas formas de questionar essas quatro frentes discursivas do Governo Federal.

2.1 QUESTÕES CULTURAIS: OS DISCURSOS DA SECA E DA NECESSIDADE

Então, esse Programa precisa dar certo. Nós vamos perceber o quanto é bom a pessoa se levantar de manhã, poder abrir a torneira e tomar um copo d'água. João Paulo, pense num "cabra" que tem um pocinho na porta da sua casa e, quando dá a primeira enchente, o que enche de água suja é o poço. Eu que já estava acostumado, em Caetés, a buscar água nos caçuás, numa jumenta velha, e tinha que separar as fezes do cabrito, do bode, da vaca, tinha que separar os caramujos e colocar aquela água barrenta para assentar, para poder beber. É por isso que quando eu fui embora para São Paulo, a barriguinha deste tamanho, a canelinha deste tamanho, aquilo era verme, e é o que muitas crianças têm hoje (LULA, pronunciamento no lançamento do PAC. PE, 12/07/2007).

A forma cultural de conquista da hegemonia construída a respeito da transposição do São Francisco organiza-se em torno da ideia de Nordeste seco, da imagem cristalizada de uma escassez de água que impõe aos moradores do semi-árido percorrer grandes distâncias, consumir água suja e conviver com altos índices de doenças e mortalidade. A vitimização da população sertaneja, que será melhor discutida no capítulo 4, é o ponto a partir do qual a transposição é defendida como política pública justa e solidária.

a gente vai levar água para 12 milhões de brasileiros que vivem no local mais seco deste país, no semi-árido nordestino. E nós achamos que é justo a gente levar um copo d'água para quem não tem água (LULA, pronunciamento realizado em Barra/BA, 14/10/2009)²⁰.

Cabe lembrar que a utilização da imagem de Nordeste seco como forma de estabelecer ou defender o uso de recursos na região não é uma novidade no cenário político nacional. Segundo Albuquerque Júnior (1988), o estabelecimento desse discurso ocorreu, nacionalmente, a partir da seca de 1877-79, quando a estiagem (fenômeno que já era secular) teve seus efeitos sentidos

²⁰ Citações adicionais nos apêndices A e B

pelas oligarquias locais e passou a ser alvo de preocupação política²¹. O que notabilizou esta seca não foi a sua duração, abrangência, perdas econômicas ou mortes, que pouco diferiam e, em certo sentido, foram menores que a de outras secas anteriores (34 secas foram registradas entre meados do século XVI e final do século XIX). Em vez disso, a mudança na imagem do fenômeno, que passou a ser tomado como relevante, é melhor explicada pela conjuntura histórica da classe dominante da região, que reuniu em torno do fenômeno as dificuldades que enfrentava a partir de uma série de outros fatores: 1 - crise econômica resultante da desvalorização dos produtos da região, da falta de capitais e de investimento em modernização da produção, do fim da escravidão e do surgimento da cafeicultura como novo centro da economia brasileira; 2- crise política advinda da mudança do centro político nacional para o Sul, da reorganização da hierarquia de poder no Norte e das revoltas populares 3- crise social devido à transição para o trabalho livre, à acentuação de conflitos entre os grupos sociais do Norte e às manifestações que ameaçavam a ordem social, como o cangaço e os movimentos messiânicos (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1988:15,25-30;36,42-46;60).

A seca serviu de base, portanto, para a elaboração de um discurso que apontava todas as dificuldades da região como resultantes dela e, portanto, que a colocava como o "problema do Norte"²² e exigia um envio massivo de recursos federais. O resultado da falta de auxílio seria não apenas o subdesenvolvimento da região, mas do próprio país, que, com isso, fragilizar-se-ia. Dessa maneira, a seca foi incluída, na Constituição de 1891, na lista das calamidades públicas a serem socorridas pelo Governo Federal (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1988:268-271;274,276).

Este é, em termos nacionais, o discurso de uma parcela da classe dominante em processo de declínio político e econômico (...)
Talvez por isso o discursante aqui se identifica sempre ou com o

²¹ Vale ressaltar que foi pela delimitação dos estados onde ocorria a seca que se foi, paulatinamente, distinguindo Norte e Nordeste, na década de 1920 (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1988:284).

²² Segundo Albuquerque Júnior (1988), esta elaboração discursiva liga-se também a mudanças no imaginário, com a articulação de um discurso regionalista em reação à centralização do poder político

espaço regional pelo qual fala ou se coloca como porta-voz dos desamparados, dos flagelados. Nestes flagelados eles claramente se incluem, apagando as diferenças sociais. Todos são vítimas da seca, todos são flagelados, pois todos estão enfrentando uma crise que a todos “nivela” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1988:268).

Essa representação de um Nordeste seco está consolidada não só nos outros estados do Brasil, como também na própria região, e é reforçada com bastante frequência em diversos meios, como a arte, a mídia e o ensino formal. Assim, a presença dessas imagens nos discursos do governo Lula não são fruto apenas de estratégia política, mas também de uma conjuntura cultural em que falar em Nordeste frequentemente é remeter à ideia de seca e de pobreza.

A partir dessa representação da região, a defesa da transposição pelo governo de Lula passa pela junção entre esse discurso da necessidade e a ideia de que o problema do Nordeste é o atraso econômico devido à falta de infraestrutura, como será detalhado adiante. O resultado disso é uma ligação entre desenvolvimento econômico e políticas sociais voltadas para uma população devastada pela seca. Colocado dessa maneira, o direcionamento de verbas para qualquer tipo de atuação relacionada à estiagem parece legítimo e os que se opõem a isso aparecem como injustos e/ou egoístas. São assim rotulados os atores sociais contrários à transposição que, segundo o discurso da necessidade, têm obrigação moral de ajudar o Nordeste, cumprindo com um sentimento de irmandade que deveria estar presente entre todos os brasileiros²³.

Então, não é possível que um país possa ser justo se uma parte do país é tratada desigualmente com outra parte do país. Nós não queremos tirar nada de nenhum estado. O que nós queremos é tornar este país mais igual como vocês fazem. Quando vocês estão na casa de vocês, que vocês têm dois, três ou quatro filhos, se tiver um mais fraquinho, um mais doentinho, é daquele que

23 De forma semelhante, no século XIX, a oposição dos políticos sulistas ao envio corrente de recursos para o combate à seca era frequentemente taxada como falta de solidariedade e de visão nacional. Afirmava-se, então, que os políticos do Sul recusavam-se a ouvir os gemidos desta região sofrida por serem injustos ou por não conhecerem o fenômeno da seca e todas as perdas e mortes que ela trazia, por ignorarem a necessidade de medidas para aliviar o sofrimento dos nordestinos, que, antes de qualquer coisa, eram “irmãos da mesma pátria” (idem, *ibidem*:275,284).

vocês vão tratar(...) E é isso, é isso que nós estamos fazendo aqui, ou seja, é preparar o povo nordestino para se transformar em cidadãos brasileiros completos, cidadãos de primeira classe, cidadãos que vão ser olhados como cidadãos brasileiros e não como “aqueles nordestinos” (LULA, pronunciamento realizado em Floresta, 15/10/2009).

Porque o baiano que é baiano, o sergipano que é sergipano, o alagoano que é alagoano, o mineiro que é mineiro e, sobretudo, quem é cristão, não nega um copo d’água ao seu irmão nordestino (LULA, pronunciamento no lançamento do PAC. CE, 03/07/2007)²⁴.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF), por sua vez, indica que há uma escassez de água em municípios que fazem parte da bacia do São Francisco, devida à má distribuição, e elege como problema não o fornecimento de água para outras áreas, e sim a necessidade de investimento visando à universalização do seu abastecimento para a população da Bacia.

Portanto, a alocação de água tem por objetivo principal a garantia de fornecimento de água aos atuais e futuros usuários de recursos hídricos, respeitando-se as necessidades ambientais em termos de vazões mínimas a serem mantidas nos rios. A alocação de água consiste no processo de definição de quantidades de água ou vazões a serem repartidas espacialmente e pelos tipos de usos, e que, portanto estabelece limites e define critérios e prioridades de outorga (CBHSF, 2004:124).

Está mais do que provado historicamente que o simples fato de conduzir água a determinado local da região semi-árida não resolve o problema do desenvolvimento. Exemplo mais gritante disso é o drama que ocorre na própria área que margeia a calha do São Francisco, onde, a distâncias pequenas da água, pode-se presenciar o drama da sede e da miséria de multidões de brasileiros e brasileiras (CBHSF, 2007)²⁵.

24 Citações adicionais no apêndice C

25 Citações adicionais no apêndice D

Em relação às populações difusas do semi-árido, tanto o CBHSF quanto a Comissão Pastoral da Terra (CPT) defendem que não é possível solucionar o problema do acesso à água com uma obra que atinge uma pequena parte do semi-árido, visto que as pessoas que estão mais expostas à estiagem são justamente as que não dispõem de açudes ou rios por perto e, portanto, não receberão água da transposição²⁶. É por isso que, mesmo partindo de uma concepção comum de necessidade como 'necessidade de recursos hídricos', continua a haver uma disputa no que diz respeito ao público a ser beneficiado pelas obras.

As discordâncias em torno da transposição, portanto, estão relacionadas a diferentes concepções sobre o que vem a ser a necessidade do semi-árido e quais as formas de supri-las. Para a CPT e o CBHSF, há uma necessidade social de água para a pequena produção, relacionada às falhas do sistema de abastecimento, que poderiam ser corrigidas com investimento em adutoras, cisternas e poços, especialmente nas comunidades rurais. Para o Governo Federal, no entanto, a necessidade da população é devida, simultaneamente, a uma escassez de água (por falta de chuvas) e ao subdesenvolvimento econômico da região semi-árida (por falta de infra-estrutura). A solução que o governo planeja com a transposição, então, é um aumento no fornecimento de água, cujo direcionamento é, prioritariamente, para o setor produtivo.

Ao articular essas duas preocupações distintas (subsistência e grande produção), o Ministério da Integração Nacional (MI) afirma que as necessidades domésticas já seriam supridas em parte pelos açudes existentes, sendo uma carência maior a das atividades produtivas (MI, 2004:50). A transposição vem, portanto, para resolver problemas de gestão da água, de forma a atrair investimentos privados para atividades produtivas (ver apêndice E).

Esta é a primeira ambiguidade do discurso favorável à transposição, que, embora busque legitimação na ideia de necessidade social de consumo humano e dessedentação animal (especialmente nos pronunciamentos de Lula), planeja uma obra voltada para o abastecimento de grandes centros urbanos²⁷ e de

²⁶ Vale lembrar que a água será transposta apenas para locais onde já haja rios e açudes para seu armazenamento.

²⁷ Entre os açudes receptores de água estão alguns dos maiores do Nordeste, responsáveis pelo abastecimento de grandes cidades. São eles: Castanhão (4,2 bilhões de m³), no Ceará; Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves (2,4 bilhões de m³) e Santa

setores produtivos, apontando as formas alternativas como adequadas para o abastecimento doméstico das populações rurais do semi-árido. Isso é colocado primeiramente em relação às cisternas:

A água desses depósitos [cisternas] é de boa qualidade e seu uso é estritamente doméstico. O custo de instalação deste tipo de reservatório é relativamente baixo (...) Isso significa atender a quase 100% da demanda anual de água para beber e cozinhar de uma família de cinco pessoas. As cisternas são uma solução local para o uso doméstico e adequadas para áreas de ocupação esparsa e distantes das fontes de água. Elas não atendem à demanda da produção de alimentos (MI, 2004:34-5).

Similarmente, as águas subterrâneas são classificadas como de baixa qualidade mas, ainda assim, adequadas para consumo de populações difusas.

(...) a água, em geral, é de baixa qualidade. Esta opção é apropriada para atender a pequenas propriedades rurais. Se as águas subterrâneas dessa parte do território se destinassem a abastecer concentrações populacionais maiores (cidades e povoados), ou mesmo a irrigar plantações maiores, sua eficiência seria duvidosa, podendo causar, até, dano ambiental, no caso das águas salobras (MI, 2004:34).

O argumento é o de que essas formas alternativas de captação e armazenamento d'água não são suficientes para aumentar o fornecimento dos grandes centros urbanos. A contradição entre fazer uma obra para atender a interesses empresariais e, ao mesmo tempo, atender às necessidades de consumo e da pequena produção, é perceptível no privilégio concedido às atividades produtivas nos materiais do Ministério da Integração Nacional e aos usos domésticos da água nos pronunciamentos do ex-presidente Lula. De qualquer forma, ambos tentam resolver esta ambiguidade defendendo a ideia de ampliação do fornecimento de água para garantir seus múltiplos usos. No entanto, o que ocorre é a inclusão de populações externas à bacia e grupos que até então

Cruz (600 milhões de m³), no Rio Grande do Norte, Boqueirão (420 milhões de m³) e Engenheiro Ávidos (260 milhões de m³), na Paraíba (GUIMARÃES JR, 2004, S/P).

tinham pouco ou nenhum espaço na área, como empresários do turismo, da fruticultura irrigada e da criação de camarão em larga escala, além da população dos grandes centros urbanos.

O empreendimento viabilizará o fornecimento de água para vários fins (abastecimento humano, irrigação, dessedentação de animais, criação de peixes e de camarão), numa área que, atualmente, possui cerca de 12 milhões de habitantes (MI, 2004:3).

Por não ter havido acordo entre Governo Federal, governos estaduais, movimentos sociais e sociedade civil em relação à prioridade no uso da água, a legitimação da transposição ficou comprometida. Ao mesmo tempo, foi justamente a partir da reivindicação de obras voltadas exclusivamente ou prioritariamente para o abastecimento humano na área da bacia e de obras alternativas para as populações difusas que vários movimentos sociais uniram-se contra a transposição, em mobilizações que questionaram a necessidade e a eficácia da transposição para lidar com o fenômeno da estiagem. Reunidos no Fórum Permanente de Defesa do Rio São Francisco, esses grupos defendiam o abandono do projeto e, em seu lugar, o uso de cisternas, adutoras e poços. Tal postura expressa foi no slogan “Transposição não, conviver com o semi-árido é a solução!”

2.2 QUESTÕES IDEOLÓGICAS: INTERESSE NACIONAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Um elemento importante que perpassa o discurso da seca aqui tratado é a sua associação direta com a região Nordeste e o estabelecimento político do problema como uma questão nacional. Esse ponto ganha importância no caso da transposição porque colocar os interesses particulares como interesse geral da população é uma forma ideológica de estabelecer a hegemonia de um grupo. Esse é o caso dos clamores “pelo Nordeste” que visam a estabelecer universalização de dois interesses particulares: primeiramente colocando a estiagem como problema nacional, em segundo lugar, apresentando toda a região Nordeste como beneficiária da transposição.

A luta prática destes interesses particulares, que constantemente e de modo real chocam-se com os interesses coletivos e ilusoriamente tidos como coletivos, torna necessário o controle e a intervenção prática através do ilusório interesse-“geral” como Estado. (MARX E ENGELS, 1984:49).

O Estado é concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis para a máxima expansão do mesmo grupo; mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais” (GRAMSCI, 1972:58).

A forma ideológica de estabelecimento da hegemonia consiste em difundir uma visão de mundo que traz em si concepções sobre a sociedade, o Estado e as pessoas, relacionando-se diretamente com as formas de organização e ação política e com a economia. Assim, quando falo do discurso do *interesse nacional* assumido por este governo, falo não apenas da difusão e reforço de valores tecidos em torno dele, mas, também, de diretrizes políticas e econômicas assim legitimadas. Ocorre, porém, que, sendo a hegemonia resultado do comando de uma ou mais classes sobre outros grupos, essas diretrizes políticas e econômicas sempre externam opções que visam a beneficiar algumas parcelas da sociedade, em detrimento de outras e, portanto, tornam-se fonte permanente de instabilidade. A transposição do Rio São Francisco, apresentada como projeto de interesse nacional pautado no desenvolvimento do Nordeste (como um todo) é um caso rico para observar a emergência de instabilidades políticas e a relação não resolvida deste governo com os movimentos sociais e as demandas de priorização dos pobres na tentativa de construção da hegemonia.

Ideologicamente, a hegemonia construída nas duas gestões de Lula passou pela identidade assumida pelo Governo Federal de uma gestão para todos os brasileiros de todas as regiões - o que pode ser percebido pelo próprio slogan utilizado: “Brasil, um país de todos”.

Porque nós achamos que este País precisa, um dia, ser verdadeiramente um País de todos, em que todos possam ter direitos efe-

tivamente, cumprindo o que está na nossa Constituição (LULA, pronunciamento no lançamento do PAC. PB, 26/07/2007)²⁸.

Ao mesmo tempo, como ex-retirante e ex-líder sindical, Lula teve sua figura investida de uma representação da pobreza, em especial do Nordeste, fato reforçado por esta região ter recebido atenção diferenciada por parte do ex-presidente. Esta representação universal de todos os brasileiros não é, então, o que ocorre na prática e, ao assumir o projeto de transpor as águas do Velho Chico, o ex-presidente assumiu, também, os conflitos relacionados à verba investida, às discordâncias entre os estados do país, aos impactos ambientais alardeados como decorrentes da obra e aos questionamentos feitos pelos mais diversos setores sobre as prioridades do governo.

Segundo Gramsci (1966:114), o conjunto das concepções existentes em uma sociedade e as contradições entre elas são expressão das contradições desta mesma sociedade, e a certeza apresentada pelos defensores de cada concepção de que estão expressando a unidade é fundamental para que tais concepções se transformem em ideologias. Gramsci esclarece ainda:

Já que toda ação é o resultado de diversas vontades, com diverso grau de intensidade, de consciência, de homogeneidade, com o conjunto íntegro da vontade coletiva, é evidente que também a teoria correspondente e implícita será uma combinação de crenças e pontos de vista igualmente desordenados e heterogêneos (GRAMSCI, 1966:51).

A posição assumida pelo Governo Federal, de que a transposição é a maneira democrática de lidar com os vários interesses em torno das águas e dos recursos financeiros, é uma posição ideológica que expressa e difunde justamente a certeza de unidade diante de uma pluralidade de concepções. Tal postura foi costurada a partir de um discurso que une região/nação, redefinindo interesse nacional como desenvolvimento equitativo das regiões, visto que, além de ser uma questão de justiça, equilibrar as economias regionais seria a forma de garantir o desenvolvimento do país.

²⁸ Citações adicionais no apêndice F

O Nordeste não pode continuar sendo, no mapa brasileiro, reprodutor de pobres. Nós temos o direito de crescer como todos tiveram o direito de crescer. Nós não queremos tirar nada de ninguém, o que nós queremos é nos recolocar no mapa deste País, para todo mundo saber que nós não somos apenas estes exportadores de pobres para os estados mais ricos. Nós não queremos ser só pedreiros, nós queremos ser engenheiros, nós queremos ser médicos, daí por que nós temos que investir na educação no Nordeste, na formação de doutores, nas universidades. Por que o Nordeste tem que ser, por mais um século, a parte atrasada do Brasil? Nós não queremos nenhuma parte atrasada (Lula, pronunciamento no lançamento do PAC. CE, 03/07/2007).

(...) falam para a gente: “Olha, não tem viabilidade econômica, isso aqui não é rentável economicamente, isso aqui não vai dar retorno”... Ora, se não vai ter retorno, então não tem investimento no Nordeste, não precisa fazer a BR-101, não precisa fazer a transposição de água, não precisa ter o Programa do Leite, não precisa ter o programa Luz para Todos, não precisa fazer a Transnordestina, porque é tudo, teoricamente, economicamente inviável. Porque neste País, durante três décadas, adquiriu-se o hábito de investir onde já tinha investimentos, de elevar a qualidade de vida onde já tinha qualidade de vida, e os mais pobres vão ficando cada vez mais pobres (...) ou seja, é este País que nós queremos mudar com essa política. (LULA, pronunciamento no lançamento do PAC. PB, 26/07/2007)²⁹.

Além da geração de emprego e renda, também são feitas referências à redução do fluxo migratório e à favelização dele decorrente³⁰.

Eu não sei, Governadora, se você está percebendo que começou a diminuir a ida de nordestinos para o Sul, e que está vindo nordeste-

²⁹ Citações adicionais nos apêndices F e G

³⁰ Do outro lado, Siqueira (in CPT 2007a:3) acusa “as elites dominantes” de utilizarem duplamente a seca: Na própria região, como demandante de recursos federais que são desviados para abastecer fortunas familiares e grupos políticos poderosos. Para fora da região, como indutor desta população à migração para o Centro-Sul do país, onde se torna mão-de-obra farta e barata.

tino do Sul para cá (...). E com o programa Luz Para Todos, tem muita gente voltando, tem muita gente que não quer viver mais numa cidade solapada de carros, de fumaça, de crime, de polícia. Então, se ele tem uma terrinha aqui e chegou um bico de luz na terrinha dele, podem ficar certos de que ele vai voltar (LULA, pronunciamento no lançamento do PAC. RN, 27/07/2007).

O Projeto de Integração dará uma contribuição significativa para fixar o homem no campo. Estima-se que a oferta de água mantenha cerca de 400 mil pessoas nas áreas rurais, aliviando a pressão sobre as metrópoles regionais (MI, 2004:49-83)³¹.

Uma vez estabelecido o desenvolvimento regional como interesse nacional, surge uma segunda ambigüidade, desta vez relacionada à universalização do Nordeste como beneficiário das obras da transposição. O projeto de desenvolvimento via transposição não foi recebido de forma homogênea e os conflitos internos ao Nordeste foram acirrados pelo fato de que esta política pública assumiu um lugar tenso de representação simultânea de interesse geral (obra voltada para usos múltiplos da água e para o desenvolvimento de toda a região) e interesse específico (obra para garantir o consumo das parcelas mais necessitadas da população). Os grupos opositores à transposição afirmam que os discursos a ela favoráveis escondem os verdadeiros objetivos do projeto, voltado para o hidro e agronegócio. Cresceu a quantidade de grupos reivindicando a inversão de prioridades e/ou o cancelamento do projeto, em benefício de outras ações, voltadas para o consumo doméstico e a pequena produção.

A ANA, Agência Nacional de Águas, lançou o "Atlas do Nordeste" em que lista as obras necessárias para resolver o problema do déficit hídrico na região e não considera a transposição. Volta a questão: por que insistir num projeto falacioso? O projeto de transposição de águas do rio São Francisco para o Nordeste Setentrional do Brasil segue uma lógica de dominação política e econômica que é tão antiga quanto o "discurso da seca" e a "indústria da seca". O desenvolvimento desigual do Brasil se vale das diferenças regionais para manipular falsas soluções

31 Citações adicionais no apêndice H

que na verdade servem para concentrar renda, riqueza e poder (SIQUEIRA in CPT 2007a:3)³².

Por outro lado, o governo afirma que, com a transposição, há uma tentativa de dizer não às elites:

Este país começou a ser consertado e ele vai ser consertado. Este país não vai ser mais governado apenas para a elite política deste país, a elite política das capitais, a elite política das grandes cidades, a elite política de Brasília. (...) É o povo pobre que precisa da Prefeitura, é o povo pobre que precisa do Estado e nós, então, estamos virando a página. Não existe mais possibilidade deste país eleger prefeitos, governadores e presidentes que vão governar para os coronéis que há 500 anos governam e mandam neste país" (LULA, discurso proferido em Buritizeiro (MG), 14/10/2009)³³.

De forma semelhante, o MI fala da geração de energia elétrica como preocupação secundária, diante das necessidades de acesso de água para o desenvolvimento:

Numa região afetada por secas constantes, embora esteja relativamente próxima a uma fonte perene de água, qual seria o uso mais adequado desse bem? Gerar energia elétrica – mesmo sabendo que a demanda de energia pode ser atendida pela produção de outras regiões – ou ampliar o acesso da população à água, fundamental para o desenvolvimento humano e econômico? (MI, 2004:16)

A definição de necessidade e abundância, nesses dois casos, diz respeito apenas ao maior ou menor acesso à água. Nesse contexto, o valor social de *distribuição como sinônimo de justiça* começa a ser pensado não mais como distribuição de renda (como estabelecido entre as esquerdas brasileiras do século XX), mas de recursos naturais, sendo os privilegiados os estados banhados

32 Citações adicionais nos apêndices I e J

33 Citações adicionais no apêndice K

pelo São Francisco e os necessitados aqueles que não o são, independentemente da posição social das pessoas beneficiadas. Assim, levar água para quem precisa é levar água para o semi-árido, independentemente do local e da posição social dos que vão desfrutá-la ou dos tipos de uso que lhe darão.

O problema apontado pela CPT é que a distribuição de recursos naturais não é como distribuir renda, não é necessariamente diminuir algo dos abatidos e levar aos empobrecidos. Nesse sentido, vale ressaltar que, segundo os dados do Ministério da Integração, os sistemas de distribuição de água ao longo dos canais, previstos para atender às populações das áreas que margeiam canais e reservatórios e que não têm acesso aos açudes, beneficiarão 46.300 pessoas. O “Programa de implantação de infra-estrutura de abastecimento de água à população ao longo dos canais”, é um dos nove programas compensatórios previstos no RIMA e tem como um dos objetivos “evitar os riscos associados a eventuais tentativas de uso clandestino das águas dos canais e reservatórios” (MI, 2004:108). A outra proposta para beneficiar a população que não terá acesso a açudes, rios ou reservatórios é o “Programa de implantação de fornecimento de água e apoio técnico para pequenas atividades de irrigação ao longo dos canais para as comunidades agrícolas” que, por estar voltada à mesma população localizada na faixa que vai até 10km dos canais, não soma nenhum beneficiário ao número anteriormente apresentado, de 46.300 habitantes. Considerando que o número total de beneficiados da transposição é calculado em 12,36 milhões de pessoas (idem, ibidem:123), é possível perceber que o uso difuso está secundarizado. São feitos, então, questionamentos sobre quem receberá, de fato, a água transposta e, também, quem pagará por ela, já que, afirmam os opositores, os custos das obras terminarão por ser repassados à sociedade de alguma forma.

O que precisa o diversificado Nordeste – como comprova o próprio governo no Atlas Nordeste – não é de importação e concentração de água, mas de um conjunto variado de ações, a começar por uma reforma hídrica eficiente, acompanhada de uma gestão mais democrática e competente da água disponível e suficiente para um verdadeiro desenvolvimento sustentável (SIQUEIRA in CPT 2007a:3).

Os movimentos contrários à transposição passaram a organizar-se, então, em torno de uma visão compartilhada de que a necessidade é o abastecimento das populações difusas do semi-árido, com vistas ao consumo doméstico e à pequena produção (ver apêndice L). O Governo Federal, por sua vez, com seu discurso de necessidade de água para múltiplos usos, condiciona a resolução dos problemas sociais da região ao desenvolvimento do Nordeste e este à transposição. Com isso, a ambigüidade nação/região cai na questão do desenvolvimento, conteúdo que perpassa a construção de quase todos os discursos favoráveis às obras³⁴.

2.3 ASPECTOS ECONÔMICOS: DESENVOLVIMENTO COMO VALOR

Como já foi dito anteriormente, estabelecer uma visão de mundo como hegemônica é atuar na conquista e manutenção do poder e, nessa luta, economia, política, cultura e ideologia estão sempre entrelaçadas. Nesse sentido, as abordagens cultural e ideológica acima expostas não são apenas um pano de fundo para a realização de interesses econômicos e políticos, e sim parte integrante de uma visão de mundo que tenta manter-se como hegemônica e, nesse caminho, encontra resistência de grupos que disputam os espaços de poder³⁵. É preciso lembrar, ainda, que a tentativa de construção hegemônica da transposição não diz respeito simplesmente à política pública em si, mas às diretrizes sociais a ela articuladas.

³⁴ Nas análises de discurso dos documentos, o conteúdo “desenvolvimento” é um dos mais recorrentes no Tema “Princípios Políticos”. Além dele, destacam-se, ainda os conteúdos “grandes obras”, “distribuição como sinônimo de justiça” e “desenvolvimento econômico como base para o desenvolvimento social”.

³⁵ É importante lembrar, ainda, que na disputa pelo poder não atuam apenas as facções que disputam um governo ou órgão, mas também (e muitas vezes com maior peso), as que atuam como se fossem independentes das facções e das disputas entre elas. É assim que Gramsci (1972:29-30) aponta os grupos de mídia como partidos, facções de partidos ou funções de partidos, nas quais predominam as funções culturais. Uma observação das matérias publicadas a respeito da transposição, nos veículos da grande mídia poderia trazer um panorama interessante da difusão da ideia de Nordeste seco e de um desenvolvimento social condicionado ao desenvolvimento econômico.

Uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica, ou melhor, o programa de reforma econômica é precisamente a maneira concreta de apresentar-se de toda reforma intelectual e moral (GRAMSCI, 1972:15).

Embora, perante a população, a hegemonia deste governo esteja baseada na realização de políticas sociais e na própria figura de Lula, a base conquistada na sociedade política e nos meios empresariais deve-se às parcerias feitas com setores sociais poderosos (a já tão debatida formação de alianças em prol da governabilidade). O favorecimento político a grupos econômicos e sociais hegemônicos ocorre não só quando os governantes fazem parte desses grupos, mas também quando se aliam a eles.

Ao adequar-se à forma de governo dos grupos dominantes, o governo Lula assumiu algumas das diretrizes desses grupos, entre as quais a transposição, visto que compõe um apontamento de que o desenvolvimento do Nordeste dar-se-ia através da realização de grandes obras voltadas para a iniciativa privada. O projeto de transposição apresentado pelo Ministério da Integração em 2004 não apenas parte das mesmas bases técnicas do que fora apresentado no governo anterior (locais de tomada e percurso da água, destino do recurso transposto, aparato material previsto), como partilha os mesmos objetivos centrais (obra visando majoritariamente ao benefício de empresários da irrigação, população urbana de fora da bacia, industriais e carcinicultores).

Além do projeto em si, é perceptível como os discursos do Ministério da Integração no governo FHC e no governo Lula estruturam-se da mesma forma em torno da ideologia do desenvolvimento econômico da região, através do favorecimento à iniciativa privada e o desenvolvimento social como consequência disso. Mello (2004:8) argumenta que a transposição pôde ser defendida no cenário de contenção de despesas estatais do governo FHC justamente por ser posta como investimento em infra-estrutura econômica, visto que possibilitaria a implementação de uma lucrativa agricultura irrigada para exportação.

Em 2003, ao lançar o Plano Plurianual, Lula declarou ao jornal “O Estado de São Paulo” que os recursos para a transposição seriam angariados porque

“se você tiver um bom projeto, que tenha viabilidade econômica, pode ficar certo que muita gente vai ter interesse em investir os recursos aqui no Brasil”. Segundo Mello (2004:22), com essa afirmação o ex-presidente Lula

assumiu o discurso do empresário que define como “bons projetos” aqueles mais aptos a angariar e gerar lucros. Dentro desta classificação, a definição do caráter positivo ou negativo de um projeto não seria o resultado de um projeto de governo ou de políticas públicas; seria, antes, definido por um requisito característico do setor privado: a lucratividade. Esta lógica do Estado-empresa define como “bons” os projetos capazes de atrair investimento econômico, ou seja, capazes de gerar retorno financeiro para seus investidores.

O que difere entre os dois projetos é que, no governo Lula, a defesa da transposição aparece fortemente vinculada ao discurso da necessidade e, como parte do PAC, ela passa a compor um plano maior de investimentos na região. A priorização do Nordeste, porém, é planejada a partir do mesmo princípio político-ideológico, ou seja, um desenvolvimento estritamente vinculado ao setor privado. Isso não quer dizer que o governo Lula tenha o mesmo teor neoliberal que o de FHC, mas que há continuidades desse tipo entre eles e o projeto em questão é uma delas. A transposição do Rio São Francisco é a realização de um investimento altíssimo por parte do Estado visando à instalação de negócios privados, sobre os quais o governo terá pouco ou nenhum controle posterior. Combinam-se, assim, um discurso segundo o qual o desenvolvimento social deriva do desenvolvimento econômico e um princípio político de que, para que haja desenvolvimento econômico, é preciso que o Estado ofereça atrativos aos setores empresariais, sempre sob o argumento do desenvolvimento e dos empregos que esses negócios trarão. Nesse aspecto, podemos ressaltar, tanto no nível federal quanto no estadual, as isenções de impostos, os financiamentos e as concessões ambientais para a implementação de “grandes negócios”. Ao investir 1,5 bilhões de dólares na transposição, o Governo Federal fez uma opção política semelhante à dos políticos nordestinos do século XIX, ou seja, aumentar o fornecimento de água em locais considerados centrais para a grande produção, investindo na geração de emprego e renda atra-

vés das grandes empresas, em detrimento da geração de emprego e renda a partir da pequena produção rural³⁶.

Segundo o MI, as políticas públicas que buscam mecanismos para o desenvolvimento econômico e social da região esbarram no obstáculo da pouca disponibilidade de água e o Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias do Nordeste Setentrional surge como alternativa central para resolver o problema do Nordeste.

Essa situação restringe a vida da população e limita o desenvolvimento regional ao inibir a agricultura e até o turismo, gerando conseqüências diretas no nível de emprego e renda da população (MI, 2004:27)³⁷.

Foi através do compartilhamento desta concepção e da abordagem sobre um desenvolvimento econômico decorrente das obras que governos estaduais e municipais aderiram à ideia da transposição. A expectativa, nesse caso, é de que, ao aumentar a oferta d'água, a transposição facilitará a implantação de empreendimentos econômicos nas regiões beneficiadas e, automaticamente, a geração de emprego e renda (ver apêndice N). A mesma lógica é aplicada para o caso dos estados doadores de água, onde se afirma que a passagem das obras criará empregos e aquecerá a economia local.

³⁶ Nesse período, o governo financiou parcialmente a construção de açudes realizadas por particulares. Como os particulares em condições de pagar pelo restante da obra eram os grandes proprietários e criadores de gado, os açudes ficaram concentrados nessas terras, “deixando os pobres da região na situação de pedintes ou ladrões de água” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1988:305-107,369-371,387). No século XX, igualmente, os recursos voltados para o combate à seca eram divididos entre distribuição de alimentos para os pobres e construção financiada ou dividida de açudes para os grandes proprietários de terras. O Departamento Nacional de Obras Contra Seca (Dnocs), criado em 1945, voltou-se para a construção e/ou financiamento de estradas e açudes que, solicitados majoritariamente por fazendeiros (que podiam pagar pela parte não-financiada da obra) e permaneciam inacessíveis para a população no geral. A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), criada em 1950, fazia investimentos em irrigação desenvolvida por grandes proprietários, por um lado, e em políticas emergenciais para os agricultores familiares, por outro. (GALINDO, 2003).

³⁷ Citações adicionais no apêndice M

A geração de empregos deverá aumentar a renda e aquecer a atividade no comércio e no setor de serviços das cidades onde estarão instalados os principais canteiros de obra: Cabrobó, Salgueiro, Terra Nova, Parnamirim, Jati, Cajazeiras, Triunfo, Uiraúna, Custódia, Sertânia, Mauriti, Baixio, Floresta e Petrolândia. O uso produtivo das águas na indústria e na agricultura e a sua distribuição por todas as regiões receptoras deverão, a longo prazo, elevar a geração de empregos e renda. Espera-se um expressivo aumento da renda e, conseqüentemente, do consumo das famílias (MI, 2004:80).

A ideologia do desenvolvimento e os benefícios econômicos e sociais a ela associados têm uma forte presença no ambiente político brasileiro em que é recorrente a associação entre grandes obras e grandes benefícios. A transposição faz parte, portanto, de um plano de desenvolvimento que parte da criação de infra-estrutura para a implementação de grandes negócios.

Bem, é importante compreender que o PAC, na verdade, envolve um investimento de 504 bilhões de reais até 2010. O que nós estamos fazendo aqui, hoje, é apenas anunciando o PAC Saneamento Básico e Habitação, em que nós temos R\$ 106 bilhões para habitação e R\$ 40 bilhões para saneamento básico. Esse PAC, ele pressupõe estradas, portos, aeroportos, ferrovias, gasodutos, navios. Ele pressupõe o maior investimento já feito de forma planejada, nas últimas décadas, no nosso País (Lula, pronunciamento no lançamento do PAC. BA, 12/07/2007)³⁸.

A colocação já referida de Nordeste como região da necessidade é aqui retomada, ligando-se o investimento na economia regional à solução de questões sociais, como saúde, educação, habitação e qualidade de vida. Este colamento discursivo³⁹ aparece com maior ênfase em 2007, quando a transposição foi lançada como parte do ‘PAC Habitação e Saneamento’. Ligando-se a esse programa, a transposição é colocada pelo Governo Federal como obra neces-

³⁸ Citações adicionais nos apêndices O e P

³⁹ Por colamento discursivo, refiro-me à apresentação de objetos ou eventos como necessariamente conectados entre si ou, ainda, à apresentação de um como conseqüência inevitável do outro.

sária também para os locais doadores de água, para os quais levaria qualidade de vida.

(...) ações que visam transformar duas faces de uma mesma realidade. Atender às populações de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte, que sofrem com a seca, e os moradores da Bacia do São Francisco, que muitas vezes não possuem acesso à água de qualidade (MIN 14/10/2009).

Mas o que a gente vai ver como resultado dessa manilha embaixo da terra? O resultado não é uma placa, o resultado é uma criança sadia, é uma criança brincando na rua, é uma criança vivendo mais, é uma criança sem esquistossomose, é uma criança sem diarreia, é uma criança vivendo com muito mais dignidade. É ver uma mulher abrir uma torneira dentro da sua casa e poder beber um copo d'água tratada. Com isso, vai demorar para que os dentes das pessoas caiam, e a gente vai precisar gastar menos dinheiro com dentista, menos dinheiro com saúde. É isso o que a gente vai ver (Lula, pronunciamento no lançamento do PAC. RN, 27/07/2007)⁴⁰.

O conteúdo antes referido de *distribuição como sinônimo de justiça* é retomado na questão econômica, já que a transposição direciona verbas para o Nordeste e, com isso, espera-se desenvolvê-lo e aplacar as desigualdades entre as regiões do país.

Qual é a situação que nós estamos vivendo hoje? Primeiro, é quando eu pego os números da PNAD e os números dizem que o consumo no Nordeste brasileiro cresce acima do que cresce o consumo chinês. E quando eu percebo que no Nordeste brasileiro volta a esperança de vê-lo deixar de ser aquela região empobrecida para se transformar numa região que disputa projetos em igualdade de condições com qualquer outra região do País. Então, eu começo a ter coragem de dizer para vocês: o Brasil só será o país dos nossos sonhos quando o Norte e o Nordeste brasileiros tiverem a mesma oportunidade que têm o Sul e

40 Citações adicionais no apêndice Q

o Sudeste (LULA, pronunciamento no lançamento do PAC. CE, 03/07/2007)⁴¹.

Esta lógica primordialmente desenvolvimentista da transposição foi explicitada publicamente por Ciro Gomes, ex-ministro da Integração Nacional e um dos maiores entusiastas da transposição em Brasília:

Essa conversa mole de “um copo d'água pra quem tem sede”, isso tudo é papo furado. Não é a redenção do Nordeste nem nada, mas resolve a questão da segurança do abastecimento humano e dessedentação animal de 12 milhões de pessoas na área de influência do projeto (Discurso de Ciro Gomes no Senado Federal em 02/2008).

Esta fala, feita em audiência pública sobre a transposição no Senado Federal, foi bastante alardeada pelos movimentos contrários à transposição que apontam, ainda, que os municípios mais atingidos pela estiagem estão fora da área de alcance do projeto. Assim, afirma-se que este megaprojeto não chegará àqueles que enfrentam as maiores distâncias em relação às fontes de água e que não dispõem de sistemas de transporte público ou saneamento. A proposta alternativa não consiste em aumentar o espectro da transposição para alcançar esses locais, e sim em substituí-la por obras menores em cada um dos lugares mais atingidos pela estiagem com a construção de cisternas e adutoras. A questão que se coloca, então, é que essas formas de armazenamento e distribuição de água são funcionais para a subsistência e a pequena produção, mas não para irrigação de áreas extensas ou para produção em larga escala. A crítica dos opositores ao projeto aparece, então, casada a uma crítica à separação ilusória entre política e economia e à submissão do Estado aos interesses de mercado.

A globalização dos mercados e a tecnologia tornaram o Nordeste semi-árido interessante para novos ciclos de exploração econômica. O clima seco e as águas do São Francisco e dos rios temporários possibilitaram a fruticultura irrigada, que exporta manga e uva de qualidade para o Hemisfério Norte, e a produção de açú-

41 Citações adicionais no apêndice G

car e álcool combustível a partir da cana-de-açúcar. Mais recentemente, expande-se a produção do biodiesel a partir de culturas como a da mamona. E a carcinicultura, criação de camarão em cativeiro (cada quilograma gasta 50 mil litros de água!). A disputa pelo mercado internacional de ferro e aço levou à implantação do Complexo Siderúrgico e Portuário do Pecém, em Fortaleza, Ceará. Todas essas atividades são altamente consumidoras de água, insumo cada vez mais disputado na nova competitividade global. É para essas atividades que querem transpor águas do rio São Francisco (SIQUEIRA in CPT 2007a:3).

O velho e ressuscitado discurso da indústria da seca, levar água ao povo pobre do sertão nordestino, igualaram presidente e ministro de Estado que, outrora, tiveram posições contrárias. Agora os dois fazem parte da mesma coalizão governista banhada não por água, mas pelos interesses de empresários e empreiteiras (DINIZ in CPT, 2007c:11)⁴².

A ideia de grandes obras trazendo desenvolvimento é questionada por várias frentes: 1- enfraquecimento da economia local, desestabilizada pela chegada ou expansão de grandes indústrias e do hidro e agronegócio; 2- criação apenas pontual e insuficiente de empregos temporários através das obras; 3- impactos ambientais gerados pelas obras, prejudicando a qualidade de vida e também a realização de atividades produtivas locais, como a pesca artesanal.

Uma maneira forte, radical e corajosa de se manifestar contra o mega-projeto de transposição de águas do São Francisco. No jejum e na oração busca fazer ecoar o grito de milhões de brasileiros que se levantam contra obras portentosas que servem como sorvedouro de recursos públicos em detrimento de obras mais simples, mas que trazem benefícios a um número bem maior de pessoas (CPT, 2007d:2).

O trabalho é difundir alternativas de convivência com o semi-árido, construir o projeto popular de revitalização e arquivar

⁴² Citações adicionais no apêndice S

o mega-projeto de transposição, do governo federal (DINIZ in CPT, 2007c:11).

Nesse momento, o rio São Francisco está passando por uma situação muito difícil porque não choveu nas cabeceiras e o nível de suas águas está muito baixo. Com isso, o lago de Sobradinho está com apenas 14% da sua capacidade total. Desse modo, é visível o impacto que esta obra poderá causar ao rio, já constantemente agredido. Os índios estão na luta por seus territórios. Agora, ficamos sabendo que, na verdade, os canais da transposição irão atingir o território de 22 nações indígenas. São realidades que precisam vir à tona (MALVEZZI apud PASSOS E ALMEIDA in CPT, 2007d:3).

O MI, por sua vez, aponta a própria revitalização como parte desse investimento para desenvolver a região, como um programa desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente para “implantar uma política de desenvolvimento na bacia hidrográfica do rio São Francisco com sustentabilidade socioambiental” (MI, 2004:17). Assim, além do colamento entre desenvolvimento econômico e social, o MI chega a apontar o desenvolvimento econômico decorrente da transposição como chave para a preservação ambiental.

Essas aves [típicas do semi-árido], entretanto, costumam ser alvos frequentes de caçadores. A falta de perspectivas para a região leva muitos moradores a adotar como prática de subsistência a captura de aves para comercialização em feiras e beiras de estradas. Até nisso, vê-se o reflexo da falta d’água: sem condições para a prática da agricultura ou de outra atividade econômica, o extrativismo básico se torna uma alternativa de sobrevivência (MI, 2004:61)⁴³.

Este conteúdo do *desenvolvimento como valor*, que sempre aparece nos discursos do MI, é exatamente o ponto a partir do qual a CPT constrói o seu

⁴³ Vale ressaltar, porém, que o próprio MI pontua, entre os impactos negativos previstos, que estas mesmas espécies caçadas tornar-se-ão mais vulneráveis com a realização das obras, já que a derrubada da cobertura vegetal para a realização das obras deixará expostos animais antes escondidos na mata, tornando-os alvos fáceis para a caça (MI, 2004:86).

questionamento, visto que, de acordo com a lógica da Pastoral, a prioridade não deve ser o crescimento econômico, e sim a sustentabilidade sócio-ambiental das comunidades ribeirinhas, comumente prejudicadas pela instalação de empresas do tal desenvolvimento⁴⁴.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) tem como objetivo principal potencializar a infra-estrutura a serviço do agro-hidro-negócio, do agrocombustível, da exportação das reservas minerais, florestais, hídricas e territoriais, sem levar em conta os protagonismos, as demandas e as lutas que nascem do campo e da cidade e que exigem a participação popular, a socialização do poder e a distribuição da riqueza. A prova disso é que o governo considera como entraves os interesses e resistências de populações tradicionais e as ações dos movimentos sociais e do ministério público em defesa do ambiente e da vida (CPT, 2007b:9).

Em vários lugares do nordeste setentrional, as obras da Transposição têm passado e deixado um rastro de destruição e males sociais. Para aqueles que “entram” os caminhos do crescimento, restam incertezas e descontentamento (CAMPOS in CPT, 2009c:5)⁴⁵.

A CPT critica a valorização do desenvolvimento econômico também com o argumento de que este não gera necessariamente desenvolvimento social, podendo ocorrer em conjunto a uma concentração de renda, oportunidades e recursos. Exemplo disso é a irrigação de estilo empresarial do polo Petrolina-Juazeiro, em que o aparato construído pelo Estado é crescentemente apropriado por empresários, pois a população, inicialmente posta como bene-

⁴⁴ Uma ressignificação simbolicamente interessante na contraposição ao desenvolvimento pregado pelo Governo Federal ocorreu no acampamento da fazenda Mãe Rosa. A primeira escavação realizada na área, ao lado da qual Geddel Vieira fizera a inauguração da obra, foi apelidada pelos manifestantes de “o buraco do Geddel”, transformando o que seria o símbolo de um grande empreendimento em motivo de chacota e remetendo a uma atitude escusa por parte do Governo Federal. Para completar, todos os dias os manifestantes reuniam-se na atividade de tapar “o buraco do Geddel” (ARTICULAÇÃO SÃO FRANCISCO VIVO in CPT, 2007)

⁴⁵ Citações adicionais no apêndice T

ficiária, mas desprovida de treinamento adequado para lidar com a tecnologia instalada e sem recursos financeiros para investir nas terras, vai sendo “eliminada” pela concorrência e vendendo seus lotes de terra para os empresários da irrigação (SCOTT, 2009:124-125). Esse modelo não é o único possível de produção irrigada e o argumento do polo contrário às obras é justamente que o foco de atenção do governo devem ser as questões sociais de acesso à água e à terra para a subsistência das populações ribeirinhas e difusas.

O problema hídrico no Nordeste não é de escassez, mas de gestão – dizem os estudiosos – O Nordeste não precisa de água, mas de justiça – dizemos nós os militantes sociais. Conviver com o semi-árido é a solução – comprovam anos de experiência da sociedade civil organizada” (PASSOS in CPT 2007b:7).

O CBHSF, por sua vez, parte de um ponto semelhante ao do Governo Federal, de valorização do desenvolvimento, colocação da seca como entrave para a região e da irrigação como investimento fundamental⁴⁶.

O estabelecimento de laços entre o setor de irrigação, os arranjos produtivos locais (APLs) e o agronegócio deve ser incentivado, no sentido de agregar valor aos produtos da agricultura irrigada, bem como de fortalecer e ampliar as cadeias produtivas da Bacia, com aumento no número de empregos diretos e indiretos gerados (CBHSF, 2004: 113).

As soluções apontadas pelo comitê, porém, assemelham-se às que são defendidas pela CPT e demais entidades do polo contrário à transposição.

Nesse contexto, observa-se a necessidade de se optar por soluções simplificadas e alternativas, que minorem os efeitos da seca e sejam compatíveis com a realidade da população. Considerando o atendimento de 80% da população rural do Semi-árido

⁴⁶ A atenção dada à irrigação, inclusive, gerou, dentro da CBHSF, uma discussão sobre a alocação dos recursos por parte de participantes das plenárias que afirmaram que a dicotomia irrigação versus produção de energia elétrica não contemplava seus interesses estratégicos, relacionados à pesca, ao turismo, à navegação e à sustentabilidade ambiental (CBHSF, 2004:242-243).

(2.060.000 habitantes), o abastecimento de água pode ser efetivado por meio das seguintes medidas:

- O emprego de cisternas para garantir a quantidade de água mínima necessária à sobrevivência da população nos períodos de estiagem prolongada;
- A adoção de sistemas simplificados de abastecimento de água, baseados em poços para pequenas localidades, que possuem entre 30 e 100 casas;
- A instalação de dessalinizadores, nos sistemas simplificados, nos locais em que a água produzida pelos poços apresentar elevada salinidade.

A utilização de dispositivos para a coleta de água de chuva também se configura em opção para aumentar o suprimento de água para uso agrícola e doméstico, podendo constituir-se em um suporte para a atividade econômica de forma a criar condições para permanência da população na região (CBHSF, 2004:110).

Embora CPT e CBHSF refutem a transposição, suas posturas não são idênticas. O CBHSF apresenta uma preocupação com o abastecimento das populações da bacia e com o desenvolvimento da irrigação nessas áreas e, devido à demanda interna e perspectiva de crescimento, afirma que o fornecimento de água para outras áreas compromete a sustentabilidade ambiental da bacia e a possibilidade de desenvolvimento econômico dentro dela.

A CPT, por sua vez, questiona a valorização do desenvolvimento, preocupando-se mais diretamente com as populações ribeirinhas e as garantias para a sua subsistência. Volta-se, portanto, para pescadores artesanais e pequenos produtores rurais. A transposição é acusada, pela pastoral, de servir a empresários (o que estaria claro nas próprias dimensões da obra), restando um descaso tanto com as populações difusas (para as quais só seria eficaz um investimento em pequenas obras difusas) quanto com as populações supostamente beneficiadas que, pelo contrário, teriam seus modos de vida e subsistência desestruturados.

Nós consideramos que violações aos Direitos Humanos das populações do Nordeste não podem ser o preço para que se aprofunde esse modelo de falso desenvolvimento na região. Um modelo que perpetua a desigualdade, a contribuir para que

mais e mais pessoas sejam impedidas de viver com dignidade e em harmonia com a natureza (Articulação São Francisco Vivo, 12/2009).

Os participantes da Romaria [de Minas Gerais] divulgaram uma Carta em que condenam a busca exacerbada pelo “lucro, em detrimento da pessoa humana, que submete os filhos de Deus a situações de exploração e marginalização. Os pobres e a natureza, em todos os lugares são excluídos dos projetos de desenvolvimento implementados pelos governantes que agem a serviço da acumulação do capital das grandes empresas e corporações transacionais”. A Carta defende, ainda, a preservação do rio São Francisco e a não-realização do projeto de Transposição que eles consideram ser uma sofisticação da indústria da seca. Prioriza, ao invés disso, a democratização da água existente no Nordeste, passando por um projeto de convivência com o semi-árido (PASSOS in CPT 2007c:9).

Essa diferenciação entre CPT e CBHSF é interessante para lembrar que, ainda que apareça de forma bem definida, a polarização da disputa não a transformou em dicotomia simples, pois a união de agentes em torno de quadros de referência comuns veio não só de prioridades semelhantes como também de questões estratégicas.

Um dos elementos a partir do qual essas duas posturas se unem é a questão dos impactos ambientais que acompanham tanto as obras em si como a instalação de indústrias e do hidro e agronegócio que elas possibilitam. Postos como inseparáveis dos impactos sociais, os prejuízos ambientais tornam uma obra de tal porte perigosa e insustentável.

A lógica do capital comanda o agronegócio que se desenvolve com o uso de uma quantidade cada vez maior de agrotóxicos com prejuízos para a saúde e para o meio-ambiente. E esta lógica é a responsável também pelo aquecimento global (CPT, 2007d:2).

Com as populações indígenas, os quilombolas, os pescadores e as comunidades de fundos e fechos de pastos, que preservam um modo de vida de pouco impacto ao ambiente natural

da bacia, podem aprender muito quanto à preservação dos rios. “Um projeto construído a partir das populações que vivem ao longo do rio, envolvendo os grupos e as comunidades, será em prol da vida. Ao contrário dos projetos do governo que estão contaminados por interesses econômicos”, analisa Maria Tereza Corujo, do Movimento pelas Serras e Águas de Minas, uma das participantes da Articulação (CAMPOS in CPT, 2009b:6).

A CPT é central no colamento entre as dimensões ambiental e social porque, de acordo com a visão religiosa da pastoral, de uma convivência sustentável e de proteção mútua entre ser humano e natureza, a degradação do rio São Francisco já vinha sendo apontada, antes mesmo da transposição voltar à pauta política, como destruição do povo ribeirinho.

A nova situação de pobreza é resultado do investimento de bilhões de dólares, é fruto do investimento do dinheiro público em projetos que excluem a maior parte da população são-franciscana e colocam em risco a própria sobrevivência do Rio, que é o gerador de vida para o seu povo (CAPPIO et al, 1995:44).

É interessante perceber que, embora pautada em uma visão religiosa, essa abordagem encontrou respaldo no meio científico, de forma que trabalhos acadêmicos a respeito de conflitos ambientais e gestão de recursos naturais passaram a fazer parte do leque argumentativo desse polo contrário, a partir de concepções em comum, como as críticas ao desenvolvimentismo e as concepções de sociedade e meio ambiente como inseparáveis

(...) coloca-se, tanto para pesquisadores quanto para formuladores de políticas, o desafio de encontrar os instrumentos de análise apropriados ao entendimento desta rede intrincada de processos sócio-ecológicos e políticos que põem, inelutavelmente, “a Natureza no interior do campo dos conflitos sociais” (ASCELRAD, 2004:9).

Mais que um grupo social apoiando o polo contrário às obras, os acadêmicos assumiram um papel central na disputa nos momentos em que ela foi levada para o campo da técnica. Chama atenção a aparência de objetividade

assumida por ambos os polos, a justificar suas posições, em grande medida, a partir de estudos científicos e dados apresentados como objetivos.

(...) a rotulação de um problema como “técnico” pode servir para retirá-lo de uma pauta de reivindicações, rementendo a responsabilidade sobre decisões (às vezes mais políticas que técnicas) às instituições responsáveis pela implantação formal do projeto (SCOTT, 2009:145).

A neutralização da questão política passa, portanto, pela tecnicização do debate, ou seja, pelo deslocamento das disputas para a área da técnica, deslegitimando o debate político a respeito do assunto em prol do discurso técnico-científico⁴⁷. Essa tendência foi analisada por Zhou (2008:100) em relação aos Conselhos de política ambiental, comumente considerados como espaços de construção de consenso, como se o meio ambiente fosse uma realidade externa às relações sociais, passível de ser objetivamente diagnosticada pelo conhecimento técnico. Essa abordagem da técnica como objetiva é a base da concepção de que soluções mitigadoras e compensatórias podem pôr fim aos conflitos sócio-ambientais.

Segundo Mello (2004:17), esse viés teve pouco eco nos debates sobre transposição no governo FHC, momento em que as discussões se iniciavam e as coalizões e negociações políticas estavam sendo feitas⁴⁸. Essa repercussão limitada dos argumentos técnicos é especialmente interessante porque mos-

47 Sobre esse lugar privilegiado que a ciência ganha na modernidade, reagindo sobre a organização estabilizada da sociedade, Gramsci aponta que essa crença exagerada costuma vir acompanhada de ignorância em relação aos fatos e métodos científicos (que se tornam mais difíceis com a progressiva especialização dos novos ramos de investigação). O resultado disso é a dificuldade crescente de uma valorização realista do que esse conhecimento oferece de concreto e um apego à ideia de verdade científica como algo dado, desconsiderando que a ciência possui um revestimento ideológico, nunca é um mero fato objetivo (GRAMSCI, 1966:71-72).

48 No Grupo de Trabalho sobre a transposição, realizado no governo FHC (2000), um deputado governista (PSDB-BA) argumentou, que “esse Grupo de Trabalho foi proposto para resolver uma questão política. Se quisessem resolver questões técnicas e orçamentárias, não precisaríamos solicitar a opinião de deputados, já que os Ministérios estão inteiramente capacitados para dar as respostas técnicas e orçamentárias” (MELLO, 2004:17).

tra como a utilização desse recurso ganha maior ou menor importância justamente diante da conjuntura política. Uma vez que, no governo Lula, já havia uma coalizão ampla em defesa da transposição e, paralelamente, a oposição ao projeto encontrava-se organizada e começava a chamar atenção, manter o debate no âmbito da política poderia reforçar o polo contrário e comprometer a realização das obras.

Nos discursos sobre a transposição, o Governo Federal não só ratifica a lógica do enfrentamento técnico da seca, como busca respaldo nessa história, apontando nos séculos XVIII e XIX referências à transposição como saída para o semi-árido. Delineada desde o Império, a obra não teria sido realizada devido à falta de desenvolvimento técnico (por parte dos que a executariam) e à intriga política (pelos opositores). Esta situação põe, portanto, este governo como aquele que possui capacidade técnica e coragem política para tocar o projeto (apêndices U e V).

No caso do polo contrário às obras, o CBHSF destaca-se na busca por uma legitimação técnica para sua posição, baseando boa parte de seus documentos em estudos científicos e buscando diversas vezes esse respaldo para seus argumentos.⁴⁹

Em meio a essas abordagens tecnicistas, tornam-se recorrentes, na diferenciação de um polo em relação ao outro, tentativas de estabelecer para a opinião pública que a postura assumida é técnica (portanto clara e neutra) e a postura do polo adversário é política (portanto tendenciosa e sem base científica)⁵⁰.

Alguns pesquisadores, como Suassuna (2003), Andrade (2002; 2005) e Ab'Sáber (2006) passaram a dedicar atenção especial ao assunto, colaborando

⁴⁹ Um momento central nessa ligação acadêmica ocorreu em 2004, quando um Encontro Sobre Transferência de Águas Entre Grandes Bacias Hidrográficas, realizado em Recife, teve um Grupo de Trabalho sobre a transposição, cujo relatório final em muito se assemelha às posturas trazidas pelo CBHSF no Plano Decenal (QUERMES, 2006: 249-253).

⁵⁰ A tese de Quermes (2006:250) sobre os comitês de bacia cai nessa mesma ambigüidade “nós técnicos, neutros/ eles políticos, tendenciosos”: “Nesse encontro, os professores Luiz Fontes e Yvonilde Medeiros [conselheiros do CBHSF] fizeram explicações claras, embasadas em dados do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do São Francisco e de outros estudos técnicos feitos nas universidades e na ANA, mas havia uma pré-disposição contrária na platéia, que realçava os argumentos utilizados pelo Ministério da Integração Nacional”.

com o polo contrário às obras. A partir desse viés, o colamento entre os impactos ambientais e sociais da transposição foi reforçado, com argumentos, por exemplo, sobre os riscos sócio-ambientais das obras e, também das atividades produtivas a ser estabelecidas a partir da transposição. Ab'Sáber (2006), por exemplo, alerta que as populações supostamente beneficiárias não poderão desfrutar do líquido, poluído ao longo do caminho por atividades como a carcinicultura.

Essas atividades beneficiárias da transposição são, segundo a CPT, as principais degradadoras do meio-ambiente e das atividades de pesca tradicional. Não à toa, em 2007, a primeira edição do jornal “Pastoral da Terra” traz uma matéria sobre a transposição (página 3) fazendo referência, no título, à ‘velha indústria da seca’, e, adiante (páginas 10-11), traz uma entrevista com uma pescadora tradicional expondo os males da carcinicultura no Ceará.

Há também a contaminação no estuário (fóz), que vem dos viveiros de carcinicultura, que é aquela água suja, porque dificilmente eles usam a bacia de segmentação. Quando eles soltam a água podre, ela vai diretamente para o estuário, aí, o que tem de peixe, de siri, de crustáceos do mangue, morrem. Os manguezais sofrem com isto, porque as raízes (das plantas), que não se dão com estes produtos, apodrecem lá embaixo (...) O desafio maior é para que todo mundo, inclusive o governo, entenda que a natureza é muito mais importante do que o capitalismo. O dinheiro é o principal causador dos problemas como a carcinicultura e o agronegócio. Para mim, se não houvesse mais licenciamento para agressão ao meioambiente, seria uma glória alcançada em todo o meu tempo de ambientalista (entrevista com Mentinha, CPT 2007a:10).

Embora não faça nenhuma referência à transposição, esta entrevista reforça o ponto colocado na matéria sobre a transposição, a respeito da carcinicultura (beneficiada pelas obras do governo e prejudicial ao povo), bem como o colamento, recorrente nos discursos da Pastoral, entre impactos ambientais e sociais. A partir daí, é possível apontar prejuízos da obra tanto para as populações doadoras d'água, quanto para as receptoras, inclusive por-

que o Ceará, estado receptor de águas, terá com a transposição um incremento na carcinicultura.

Diante desse quadro, a demanda da pastoral é o cancelamento da transposição e a realização, em seu lugar, de obras difusas de pequeno porte para armazenamento de água por todo o semi-árido e de uma revitalização do Rio São Francisco, em benefício das comunidades ribeirinhas e realizada por elas mesmas.

Todos esses pontos foram destacados na Carta enviada ao presidente Lula ao final da Romaria, pedindo a suspensão do projeto de transposição, a imediata revitalização do rio e o respeito a esse povo do Vale do São Francisco, principal agente de preservação e conservação do rio. Sobre o projeto, a Carta ainda diz que “estas obras se mostraram ao longo do tempo inviáveis e insustentáveis, por não atender às reais necessidades do povo da região. Porém, alternativas vêm sendo trabalhadas e desenvolvidas de forma coletiva e participativa por diversas entidades e movimentos sociais, mostrando que a solução é a convivência harmônica com o semi-árido” (PASSOS in CPT 2007c:8).

O discurso que realiza um colamento entre o desenvolvimento econômico e o social é posto em questão pelos movimentos voltados para comunidades atingidas, como ribeirinhos, indígenas e quilombolas. O polo contrário, por sua vez, também empreende uma série de colamentos discursivos, como pode ser percebido em um panfleto da Articulação São Francisco Vivo que, em meia folha de papel, defende o cancelamento da transposição tratando de meio ambiente, campanha da fraternidade, indústria da seca, autoritarismo do governo, objetivos empresariais das obras e defesa da convivência com o semi-árido (ver anexo E).

O impacto dos questionamentos à transposição não foi sempre forte, mas em alguns momentos chamou atenção e resultou em atitudes distintas por parte do Governo Federal. Esse processo de denúncia, neutralização e incorporações será analisado de forma mais detida no próximo capítulo, em que a interdiscursividade e a intertextualidade serão abordados em relação a três conteúdos centrais nos debates sobre a transposição: impactos sociais e ambientais, revitalização e convivência com o semi-árido.

2.4 PROCESSO POLÍTICO: POLÍTICA PARTICIPATIVA

Politicamente, a mais forte estratégia de legitimação do projeto de transposição foi a criação, ainda por FHC, de um sistema de política participativa para a gestão dos recursos hídricos, que até certo momento pôde respaldar as ações nessa área. A gestão participativa dos recursos hídricos foi estruturada tendo na ponta os Comitês de Bacia, órgãos colegiados com atribuições normativas, deliberativas e consultivas, criados em janeiro de 1997 pela lei 9433, para serem responsáveis pela ligação entre Conselho Nacional de Recursos Hídricos, o governo e a sociedade civil organizada. Para possibilitar essa atuação conjunta, a diretoria dos comitês de bacia (eleita a cada três anos) é formada por até 50% de representantes dos poderes executivos da União, estados, Distrito Federal e municípios, sendo as vagas restantes distribuídas entre representantes de usuários das águas, entidades civis de recursos hídricos e, quando há indígenas na bacia em questão, representantes seus e da FUNAI (CBHSE, 2007, Capítulo II artigo 6º; idem, cap IV, art 8º §1º).

Entre as responsabilidades dos comitês estão o arbítrio de conflitos relacionados às águas, a aprovação de planos de recursos hídricos, o acompanhamento de sua execução e a definição de alguns dos investimentos na bacia em questão (CBHSE, 2004:143). Sendo assim, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, criado em 2001, seria incumbido de mediar conflitos em relação a essa bacia e decidir sobre políticas a ela relacionadas, o que incluiria, naturalmente, a transposição. Esse caminho, que poderia ter ajudado a legitimar o projeto, tornou-se ponto de discórdia a partir do momento em que o CBHSE começou a questioná-lo.

Em 2004, diante do anúncio do plano de transposição, feito pelo Governo Federal, o CBHSE denunciou a ausência de um plano em relação à bacia do rio que subsidiasse a decisão. Com pressa para o início das obras, o Governo Federal concedeu um prazo de seis meses para que o órgão fizesse o Plano Decenal da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, incluindo estudos, reuniões e consultas populares, para, então, apresentar um posicionamento. O plano foi apresentado no prazo, com a conclusão de que a ideia apresentada pelo governo não era positiva e a recomendação de uma mudança de rumos (CBHSE, 2004: 232,239,243). Segundo o documento, qualquer transposição

deveria ocorrer apenas em casos de comprovada escassez e, exclusivamente, para consumo humano e dessedentação animal.

A partir daí, as orientações do Comitê foram ignoradas e a participação pregada na política de recursos hídricos substituída por burocracia. Na opinião de Quermes (2005:225), o surgimento dos comitês de bacia está inserido num processo de crise do sistema representativo em que a combinação de cidadania participativa e autoritarismo burocrático gera um processo político esquizofrênico, sendo a política nacional de recursos hídricos um claro exemplo. Por parte do governo, a maior dificuldade para as políticas participativas ocorreria pela concentração de planejamento e decisões políticas nas mãos de uma burocracia especializada, no caso em questão, a Agência Nacional das Águas (ANA).

Tendo a ANA - Agência Nacional das Águas - como executora, o governo agiu ostensivamente para criar e fomentar o conflito como parte interessada, tirando do CBH-SF e levando a questão da transposição para o plenário do Conselho, em Brasília, onde tem maioria, e empurrou “goela abaixo” o projeto de transposição com a ajuda de maus agentes públicos e do hidronegócio (João Clímaco Soares, entrevista para Articulação do Semi-Árido, 2007)

Fica claro, então, o caráter de dominação assumido pelo Governo Federal no caso da transposição, com estratégias de enfraquecimento dos oponentes, como a burocratização de processos decisórios e a decapitação de grupos opositores (desorganização através da cooptação de suas lideranças). Anteriormente, o governo Lula havia realizado várias decapitações, como a incorporação de dirigentes sindicais ao governo, potencializando rixas no sindicalismo. Na mesma linha, surgem desentendimentos entre os movimentos sociais inseridos em órgãos governamentais (como no caso dos representantes no CBHSF), que se batem entre a identidade de movimento e a de representantes oficiais, entre a fidelidade a um governo “que abriu espaço” e as bandeiras políticas do movimento do qual fazem parte. Esta postura de dominação perante os opositores, vale ressaltar, pôde se sustentar porque, enquanto o comitê apressava a realização do Plano Decenal, o Governo Federal já fazia

outras articulações acerca do projeto de transposição⁵¹. Esse processo é uma demonstração da instabilidade de toda hegemonia e de que toda classe dirigente é também dominante. “Ela dirige as classes aliadas e domina as classes opositoras” (GRAMSCI apud MOUFFE, 1979b:179).

Em contrapartida, também já ocorria uma articulação entre movimentos sociais contrários à transposição, que se agruparam no chamado Fórum Permanente de Defesa da Bacia do São Francisco⁵². Esse grupo conseguiu uma coesão entre entidades atuantes no semi-árido e nos estados doadores de água e em 2003 garantiu, na Conferência Nacional de Meio Ambiente (instância deliberativa do Ministério) aprovar deliberação para “Proibir a Transposição dos Rios São Francisco e Tocantins em qualquer instância, independentemente dos resultados dos estudos de viabilidade técnica” (Fórum Permanente... 2004:3). Este grupo buscou formalmente o apoio do CBHSF em julho de 2004 (um mês após a aprovação do Plano Decenal), quando enviou um documento para o comitê, pedindo o reconhecimento de Conflito no Uso das Águas da Bacia do Rio São Francisco e o apoio à deliberação da Conferência Nacional de Meio Ambiente. Pedia-se, então, apoio para exigir que o poder público se voltasse exclusivamente para a revitalização da Bacia do São Francisco, priorizando o uso das águas nesta recuperação (FÓRUM PERMANENTE... 2004:11).

Diferente dos demais movimentos envolvidos na luta contra a transposição, o CBHSF não é irredutível em relação ao projeto, mas acabou ficando numa posição em que fazer valer a oposição a ele é, também, fazer valer o desenvolvimento de uma democracia participativa no Brasil. Esta questão acabou sendo reforçada pelo fato de o Governo Federal e, mais especificamente, o MMA, ter desconsiderado, também, o documento final da Conferência Nacional de Meio Ambiente. Nesse sentido, a apelo feito pelo Fórum em relação à lei das Águas, que proibiu a propriedade particular de recursos hídricos e instituiu seu gerenciamento participativo, foi ao encontro da postura do CBHSF.

51 Em 2003 foi criado um Grupo de Trabalho Interministerial para analisar propostas; em 2004 estudos de viabilização foram apresentados pelo vice-presidente nos estados doadores de água e, paralelamente, o Estudo de Impacto Ambiental foi complementado com o apoio do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

52 Entre as entidades estava a CPT. Vale ressaltar que, neste início de mobilização, destacavam-se os grupos baianos (7 entre os 12 que assinaram o documento).

Causa surpresa e indignação à população brasileira pensar que o Presidente da República e diversos outros Agentes Políticos, a exemplo do Ministro da Integração Nacional Ciro Gomes estão continuamente defendendo o projeto como sendo algo certo, pronto e acabado (...) O caráter deliberativo conferido às últimas Conferências Nacionais [de Meio Ambiente] representa um marco democrático e participativo em completa consonância com os princípios norteadores de um estado que se pretende “Democrático de Direito”. Nesta perspectiva, governo e sociedade devem conjuntamente trabalhar para que seus encaminhamentos sejam, rigorosamente, levados em consideração face à legitimidade política que a determina” (FÓRUM PERMANENTE... 2004:5,7).

Gramsci oferece uma chave interessante para analisar a polarização do debate sobre a transposição. Como já foi dito, a disputa hegemônica não é viável pelo ataque ao Estado como um todo, visto que sua conquista pela força não garante estabilidade. A forma mais interessante de fazê-lo, aponta Gramsci, é empreender uma guerra de posições em que se chega e/ou modifica o Estado através da ocupação de instituições sociais (governos, cargos políticos, movimentos sociais, organizações de bairro, etc). A partir dessa situação, é possível compreender tanto a postura do comitê, em opor-se ao governo para reforçar sua posição deliberativa, quanto o esforço de aproximação de movimentos contrários à transposição em relação ao CBHSF.

A atuação dos movimentos contrários à transposição junto ao CBHSF e dentro dele pode ser pensada dessa forma porque, além de ter poder de decisão em relação às políticas implementadas na bacia, o comitê poderia ser uma instância decisiva para a mobilização da população ribeirinha. No caso do CBHSF, ganha importância o fato de que toda instituição social tem demandas próprias, entre as quais está garantir a continuidade de sua própria existência (GRAMSCI, 1966:118-119). Assim, como instância de democracia participativa da Política Nacional de Recursos Hídricos, sua atuação e sua forma de firmar posições perante o governo podem reforçar seu caráter oficial e deliberativo ou torná-lo uma instância simbólica de legitimação das políticas do Governo Federal. Tendo sido privado do poder de decisão, o CBHSF vê em

questão sua própria existência e, ainda, o tipo de democracia participativa desenvolvida no país.

A ideia de democracia ganha, então, uma centralidade para ambos os polos na construção discursiva de si mesmos. Segundo o polo contrário às obras, democracia nesta situação é a não realização da obra e a abertura/ampliação dos espaços de debate e deliberação a ser ocupados pela população.

O Plano deve garantir uma abordagem sistêmica, um estilo de gestão participativa e uma capacidade de negociar conflitos de interesses, assim como uma capacidade de convencer a opinião pública de que a proposta é factível. Nesse sentido, deve-se ampliar e diversificar a participação dos vários segmentos da sociedade na gestão dos recursos hídricos, bem como incrementar a qualidade dessa participação. Para tanto, a implementação do Sistema de Gerenciamento Integrado dos Recursos Hídricos da Bacia – SIGRHI, que corresponde ao Componente I do Plano, é estratégica, pois enfatiza o fortalecimento dos aspectos organizacionais e institucionais, com destaque para a consolidação do CBHSF e a criação da Agência da Bacia (CBHSF, 2004:105).

Lamentavelmente, porém, toda esta cuidadosa construção democrática, já nasce sob a ameaça de um grave retrocesso. O Governo Federal, que foi partícipe ativo e direto da formação do Comitê e da elaboração do Plano, perde-se agora na obsessiva idéia de impor ao país, as obras da Transposição das Águas do São Francisco. Por conta disto, não hesita em questionar até mesmo a legalidade do Comitê da Bacia do São Francisco e suas inequívocas prerrogativas para definir prioridades para alocação e critérios de outorga de águas para usos externos à bacia (CBHSF, 2007:84).

Para o Governo Federal, por sua vez, democracia é lidar pacientemente com uma espécie de “oposição cega contra tudo” e estimular o respeito à diversidade de interesses presentes na política. Por parte da oposição, defende, ser democrática é aprender a ceder.

Então, essa paciência que nós temos que ter, essa relação com a sociedade é que pode permitir que a gente possa construir uma

nação verdadeiramente nova, uma nação em que a democracia seja uma conquista da sociedade, baseada no fortalecimento das suas instituições. Não pode ser uma relação entre o companheiro presidente e o companheiro cidadão. Não, é entre o Estado brasileiro e a sociedade brasileira, nós precisamos mudar essa relação (LULA, pronunciamento no lançamento do PAC. PE, 12/07/2007).

Todo governo tem que levar em conta o que pensa a sociedade. Mas todo debate, para ser produtivo, precisa chegar a um fim. Governos não são feitos para serem unânimes, em que pese o forte apoio que há ao presidente Lula e à transposição. Governos são feitos para serem legítimos (...) Como cristão, desejo que ele (Cappio) retome o equilíbrio e não desperdice sua vida de uma forma tão brutal. Que Deus o abençoe, o ilumine e o traga de volta à razão (GEDDEL VIEIRA, 2007).

Quando se pensa no debate sobre a transposição é preciso, portanto, remeter primeiramente a esses múltiplos interesses, que geram conflitos entre pescadores, pequenos produtores rurais, latifundiários, ambientalistas, comunidades tradicionais, companhias elétricas, industriais e carcinicultores.

Observando a trajetória desses quatro atores (MI, Lula, CBHSF e CPT) é possível perceber como, na prática, nem a hegemonia nem a dominação garantem controle total. Em uma sociedade capitalista, devido à configuração conflituosa das forças sociais, o caráter mutável dessas relações e a existência de conflitos inelimináveis (entre latifundiários e pequenos produtores, por exemplo), um governo não pode atender a uns grupos sem ferir os interesses de outros. Ao aumentar o fornecimento de água e possibilitar a instalação de grandes indústrias e a criação de camarão em larga escala, o governo amplia a possibilidade de utilização dos rios e açudes nordestinos pelo hidro e agrogócio, reduzindo, em contrapartida, o controle dessas águas por parte de grupos anteriormente ligados às águas do rio São Francisco, a exemplo dos pescadores, pequenos agricultores, indígenas e, na esfera empresarial, companhias elétricas. Para obter o consentimento desses grupos ou, ao menos, de parte deles, seria preciso incluí-los na elaboração e execução do projeto, possibilitando a negociação garantidora da hegemonia – o que não poderia

ocorrer sem concessões. Na contramão disso, enquanto 1.500 pessoas acampavam contra o projeto do governo em Cabrobó, Geddel Vieira anunciou para a mídia, em junho de 2007, que a transposição era um “fato político irreversível”.

03

Dialogismo: entrelaçamento dos polos e temporalidade no conflito

No capítulo anterior, as relações e conflitos em torno da transposição foram discutidos tendo como norte a hegemonia do governo Lula que, no caso desta política pública, não foi plenamente estabelecida em nenhuma de suas formas básicas (cultural, ideológica, política e econômica). A política de recursos hídricos do Governo Federal assumiu, então, um caráter de dominação, marcado por tentativas de anular a oposição, mecanismo esse que, numa sociedade civil desenvolvida, nunca é suficiente. Diante disso, os grupos contrários à transposição não saíram de cena, tendo se reunido em um polo de forças opositoras, atuando judicialmente, articulando atores com poder de barganha e criando espaços de debate na sociedade civil e na mídia.

Neste capítulo, parto do pressuposto de que, mesmo em relações nas quais as oposições são claramente perceptíveis, os polos de uma disputa não se isolam, pois cada grupo traz o outro em seus discursos – para respondê-lo, negá-lo, incorporá-lo, desmoralizá-lo ou mesmo invisibilizá-lo. Nenhum enunciado surge no vazio, sendo sempre uma espécie de resposta ou comentário a outros enunciados, em um dialogismo ininterrupto. Essas referências ao outro podem ser feitas de diversas formas e com diferentes acentos avaliativos, mas são sempre uma demonstração de que:

Toda enunciação, mesmo na forma imobilizada da escrita, é uma resposta a alguma coisa e é construída como tal. Não passa de um elo da cadeia dos atos de fala. Toda inscrição prolonga aquelas que a precederam, trava uma polêmica com elas, conta com as reações ativas da compreensão, antecipa-as. Uma inscrição, como toda enunciação monológica, é produzida para ser compreendida, é orientada para uma leitura no contexto da

vida científica ou da realidade literária do momento, isto é, no contexto do processo ideológico do qual ela é parte integrante (BAKHTIN, 2004:98).

Essa concepção teórica é reforçada por Becker (2009:201-204 2008:199), segundo quem atentar para o dialogismo é um princípio fundamental para qualquer pesquisa social, pois, se as pessoas agem de acordo com significados compartilhados e se todos os significados surgem em interação, é preciso ouvir as mais diversas vozes envolvidas nessa significação para explicar a vida social. O dialogismo bakhtiniano surge, dessa forma, não apenas como conceito ou método, mas como um princípio teórico-metodológico norteador de toda a pesquisa, uma afirmação do constante entrecruzamento de concepções na sociedade.

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas, nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua (BAKHTIN, 2004:123).

3.1 DIALOGISMO: INTERDISCURSOS E INTERTEXTOS

O dialogismo é um princípio constitutivo da linguagem e de todo discurso, mas as formas como ele ocorre nos enunciados concretos são muito variáveis. Uma maneira de identificar esse princípio, através da análise de discurso, é o apontamento da interdiscursividade (incorporação de temas, conteúdos e imagens de um discurso por outro) e da intertextualidade (incorporação de um texto por outro). O que essas categorias ajudam a perceber é que, além do dialogismo entre atores e entre enunciados, podemos observar, também, um dialogismo entre as formas de estruturação desses enunciados, ou seja, aos temas em torno dos quais se organizam os discursos e os conteúdos específicos neles tratados (BARROS, 1996:38, FIORIN, 2006).

O diálogo de que fala Bakhtin, vale lembrar, não é apenas a comunicação das pessoas colocadas face-a-face, mas também

o encontro (complementador, questionador, entrecruzado), em todas as instâncias da linguagem, de manifestações discursivas sempre relacionadas a um tipo de atividade humana e axiologicamente orientada. (FARACO, 1996:124).

No caso dos discursos institucionais sobre a transposição, temos uma interdiscursividade em torno dos temas (Seca, Princípios Políticos, População e Relação Obra-Necessidade) e de conteúdos específicos que permeiam os enunciados de ambos os polos (necessidade, grandes obras, resignação, estiagem, convivência com o semi-árido, revitalização, etc). O que ocorre em relação aos conteúdos específicos é que, muitas vezes, eles são trazidos como intertexto, ou seja, a partir dos enunciados do polo oposto, sendo possível observar acentos avaliativos, diferenças de concepção e, ao longo do tempo, mudanças nas formas como cada um trata esses conteúdos. Partindo desse entendimento, este capítulo terá como foco o dialogismo entre o polo favorável e o polo contrário à transposição no que diz respeito aos conteúdos que se tornaram centrais nesta polêmica: revitalização do Rio São Francisco e afluentes, convivência com o semi-árido e impactos sociais e ambientais da transposição. Ênfase será dada à intertextualidade, seja na forma de polifonia, quando o dialogismo é posto de forma clara, seja na de monofonia, quando o texto parece resultado de um discurso único, uma só voz (BARROS, 1996:36, 38).

Considerando que as enunciações são de natureza social e compreendê-las exige a observação do dialogismo, é preciso atentar para as formas de transmissão do discurso alheio. Sobre essa questão, Bakhtin (2004:147-148) aponta uma interação dinâmica entre a recolocação da enunciação alheia (comentário) e a réplica (avaliação interior sobre a enunciação), relação que reflete a dinâmica da inter-relação social dos indivíduos na comunicação ideológica verbal. No caso de enunciações de caráter político, esta réplica do discurso a transmitir extrapola o enunciador que a transmite, visto que se trata de diálogos entre grupos. É preciso observar, portanto, o contexto narrativo que engloba a situação política na qual o conteúdo tratado está inserido e as modificações que esse contexto sofre ao longo do tempo em que enunciações analisadas foram realizadas (BAKHTIN, 2004: 96, 98, 109). Segundo Forget (1994), a influência de Bakhtin ao acentuar a “heterogeneidade constitutiva”

dos discursos é interessante para pensar a língua dentro de uma realidade histórica, pois a abordagem do autor intensifica a interdiscursividade e rompe com a idéia de sujeito individual.

Analisar um enunciado, portanto, ajuda a compreender seu processo social de formação. De forma semelhante, procuro, neste capítulo, observar mudanças discursivas para compreender processos políticos. Através da observação do dialogismo entre os dois polos, pretendo apontar questões que permeiam o objeto “transposição” para os agentes em disputa e como o correr dessa contenda modificou discursos e posturas em relação aos temas e conteúdos. Segundo Forget (1994:40), toda enunciação (segmento lingüístico escrito ou oral) comporta marcas características da enunciação à qual se refere, fornecendo, portanto, informações sobre o destinatário, sua relação com o orador, a atitude deste em relação a seu enunciado, etc. Torna-se acessível, assim, o implícito enunciativo encerrado no discurso.

No que diz respeito à intertextualidade, o polo favorável adota tanto a monofonia quanto a polifonia. O discurso monofônico, que consiste na supressão da voz alheia, é feito sempre que os enunciadores deste polo assumem a postura de falar e agir em prol do “interesse geral”, considerando que há apenas a voz “da nação” a ser considerada, podendo-se excluir a voz “dos particularismos egoístas” que se opõem à transposição. Porém, na impossibilidade de eliminar uma voz que consegue mobilizar recursos e chamar a atenção da mídia, é preciso respondê-la (mesmo que de maneira depreciativa). A polifonia surge, então, nos enunciados desse polo, com referências (em geral indiretas) ao polo contrário, marcando diferenças sem citar nomes de grupos ou pessoas “do outro lado”⁵³. Quanto ao polo contrário à transposição, este já surge como voz secundária, visto que a agenda de discussão é pautada quase que exclusivamente pelos enunciados do Governo Federal (com possibilidade de alcançar grande difusão, além de ser amplamente divulgados e comentados pela mídia). Aparecem, então, referências diretas ao polo favorável às obras, citando o então presidente Lula e o Governo Federal, por vezes fundidos como “Governo Lula”.

53 Exceção feita para Dom Luís Flávio Cappio, citado diretamente tanto por Lula quanto por Geddel Vieira, ambos denominando-o de “o bispo”.

(...) é importante sempre levar em conta a posição que um discurso a ser citado ocupa na hierarquia social de valores. Quanto mais forte for o sentimento de eminência hierárquica na enunciação de outrem, mais claramente definidas serão suas fronteiras, e menos acessível será ela à penetração por tendências exteriores de réplica e comentário (BAKHTIN, 2004:153).

É importante perceber que nesse dialogismo constante, formam-se e modificam-se não apenas os discursos, mas os próprios enunciadores, que, identificando o outro através da intertextualidade, identificam simultaneamente a si mesmos, posicionando-se no debate. Dada sua posição de desvantagem, o polo contrário às obras assume um discurso polifonônico, organizado muitas vezes em torno de si mesmo. Essa é, em grande medida, a postura do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) que, tendo sido desconsiderado, precisa legitimar sua própria existência, tomando a si mesmo como conteúdo dos discursos.

O que me interessa nesses diálogos é o que eles representam em termos do processo político, do aspecto temporal do conflito e da constituição discursiva de si e dos adversários por cada um dos polos. Tudo isso pode ser percebido através da observação de como os atores trataram, ao longo do tempo, questões que ganharam centralidade na polêmica a respeito da transposição.

Começo essa análise tendo como foco a intertextualidade quanto aos impactos ambientais do projeto/obra, ponto inicial dos ataques contra a transposição e das respostas de seus propositores. A partir daí, trato da revitalização e das diferentes formas como foi proposta e tratada por cada polo. Por fim, trago o debate sobre a convivência com o semi-árido, conteúdo trazido pelo polo contrário que se tornou alvo de denúncias, polêmicas e incorporações.

3.2 IMPACTOS AMBIENTAIS E REVITALIZAÇÃO

A situação de morte do Vale do São Francisco é parte de uma crise global que vivemos, onde o sonho do desenvolvimento sem limites gerou o subdesenvolvimento para a imensa maioria dos povos e onde o sonho da dominação sobre a natureza gerou a sua

rebelião, ameaçando a vida em toda a Terra. Depende de nós um futuro de vida ou de morte (CAPPIO et al, 1995:83)

Como foi demonstrado no capítulo anterior, um dos pontos a partir dos quais ocorreu a articulação do polo contrário à transposição foi a questão ambiental, que já fora ponto de mobilizações anteriores na bacia do Rio São Francisco, com denúncias sobre a degradação do rio. A citação acima é um exemplo dessa questão no âmbito da militância social-religiosa⁵⁴ e faz parte de um livro-relato sobre a caminhada de um ano feita por Cappio e mais três religiosos pela trilha do Rio São Francisco⁵⁵. O projeto Manuelzão, conjunto de ações de despoluição do Rio das Velhas e de educação ambiental da população local, coordenadas pela UFMG, é outro exemplo, ligado ao âmbito acadêmico. Politicamente, também há exemplos de mobilizações anteriores com os ribeirinhos, entre os quais se destacam os protestos contra os prejuízos decorrentes da construção de barragens para captação de energia hidrelétrica, como deslocamentos populacionais, inundação de grandes territórios, fim do regime natural de cheia e vazante, desaparecimento de espécies de peixes, diminuição da fauna local e perda de navegabilidade (ANDRADE, 2002; CIMI, 2010:12-14). Além disso, outro impacto substancial de grandes projetos para os ribeirinhos foi o desmatamento das matas ciliares, que, no alto São Francisco, ocorreu de forma mais intensa devido à implantação da monocultura do eucalipto (CAPPIO et al, 1995:32-34).

Quando a ideia foi oficialmente anunciada por FHC, em 2001, não tardaram a surgir mobilizações contrárias à transposição, aumentando em tamanho

⁵⁴ No âmbito da militância religiosa, destacam-se a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Comissão Pastoral da Pesca (CPP) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

⁵⁵ Caminharam com Cappio os religiosos Conceição Tanajura Menezes, Orlando Rosa de Araújo e Adriano Martins. A peregrinação iniciou-se em 4 de outubro de 1992 (dia de São Francisco), com partida na nascente do Velho Chico (Serra da Canastra – MG) e terminou um ano depois, desembocando no mar, junto com o rio. Foram percorridos 97 municípios ribeirinhos e o relato dos peregrinos fala na realização de 737 celebrações, 464 encontros com estudantes, 296 encontros com grupos específicos, 46 encontros com câmaras de vereadores, 35 com prefeituras municipais, 15 com empresas, entrevistas para 38 emissoras de rádio, 15 canais de televisão e 45 jornais (83).

e repercussão até 2007, quando a construção foi iniciada de fato. Apoiados em trabalhos acadêmicos, compartilhamento de experiências com populações atingidas por grandes obras e comparações com experiências mal-sucedidas da transposição, os movimentos sociais contrários à transposição alertavam que impactos ambientais dela decorrentes vitimariam não só os ribeirinhos, como também a população apontada como beneficiária (SUASSUNA, 2003; ANDRADE, 2002; AB'SÁBER, 2006:7).

A existência de impactos (ambientais e sociais) foi reconhecida pelo MI (2004:75-93), visto que a realização do Estudo de Impacto Ambiental (RIMA) é obrigatória. Entretanto, o espaço destinado a esse tema entre as 127 páginas de conteúdo do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), voltado para divulgação, é de apenas 12 páginas⁵⁶. Dos 33 impactos negativos previstos, apenas 12 são considerados relevantes (levando a uma espécie de empate com os 11 impactos positivos)⁵⁷. Após cada tópico tratado, o RIMA traz já as medidas para lidar com tais efeitos e, em seguida, mais 16 páginas são dedicadas a um detalhamento sobre os programas ambientais propostos para minimizar os impactos negativos.

De qualquer forma, diante da repercussão dos riscos ambientais apontados na obra, o Governo Federal foi ampliando o escopo da transposição, inserindo ações relativas à revitalização da Bacia do Rio São Francisco e ações dispersas para as populações difusas, que a transposição não alcançará. No caso dos locais doadores de água, a contrapartida aos prejuízos ambientais causados pela obra deu-se pela ampliação da verba e das ações da revitalização. Ao mesmo tempo, passou-se a chamar atenção para os benefícios sociais recebidos (basicamente emprego e movimento no comércio), apontando para um impulso no desenvolvimento local⁵⁸. A reivindicação de uma revitalização

⁵⁶ Por outro lado, são dedicadas quatro páginas e nove fotos a uma explanação sobre a fauna e flora da região.

⁵⁷ Entre os negativos, pode-se enfatizar: prejuízo à navegação; diminuição do volume médio dos açudes (levando à redução do espaço para os peixes); proliferação de doenças com hospedeiros ligados à água; acidentes com animais peçonhentos; início ou aceleração de processos de desertificação.

⁵⁸ Essa estratégia político-discursiva é muito semelhante à que a Chesf e o Banco Mundial aplicaram na ocasião da construção da barragem de Itaparica, quando as 40.000 pessoas deslocadas de áreas que seriam inundadas passaram a ser tratadas não

ção independente da transposição tem como motivo não apenas a discordância quanto à transposição, mas o risco de uma secundarização semelhante à que ocorreu na construção da barragem de Itaparica, em que a contrapartida prometida (entrega de lotes irrigados) arrastou-se por mais de dez anos. Essa desconfiança quanto ao colamento da revitalização à transposição é atribuível, ainda, ao fato de que os planos de revitalização apresentados por entidades como CPT e CBHSF buscam uma priorização ou, ao menos, equacionamento das questões ambientais em relação às demandas econômicas (ver apêndice Y).

A despeito disso, ao incorporar a revitalização ao projeto, o polo favorável passa a tratá-la como parte integrante de um plano maior, o Projeto São Francisco⁵⁹. Chega-se até a apresentá-la como anterior à transposição (tanto em termos de ideia quanto em relação à execução da obra que, em verdade, ocorre paralelamente, em locais diferentes).

Essas obras são importantes, porque, na hora em que o rio estiver totalmente recuperado, a gente vai levar água para 12 milhões de brasileiros que vivem no local mais seco deste país, no semi-árido nordestino. E nós achamos que é justo a gente levar um copo d'água para quem não tem água (LULA, pronunciamento em Barra, 14/10/2009).

Em discurso proferido em Buritizeiro (MG), Lula leva o colamento entre transposição/revitalização ao ponto de a tentativa de legitimar a transposição como obra desejada desde o Brasil Império ser utilizada em fala sobre a revitalização.

como atingidas, mas como beneficiárias (SCOTT, 2009). Porém, assim como a entrega de lotes irrigados em agrovilas não passava de uma ação mitigadora na construção de Itaparica, que objetivava a geração de energia elétrica para outras áreas, também a revitalização do Rio São Francisco não é o objetivo do projeto de transposição, que visa à garantia de água para demandas externas à bacia.

⁵⁹ Vale ressaltar que as ações não são conjuntas e o orçamento para a transposição (R\$ 4,8 bilhões) é mais de quatro vezes superior ao que é dirigido à revitalização (R\$ 1 bilhão para saneamento e R\$ 307 milhões do Água para Todos).

Em segundo lugar, dizer para vocês que essas obras de revitalização do rio São Francisco são uma obra que estão sendo pensadas há mais de 200 anos e que nós, agora, resolvemos recuperar o Velho Chico. Fazer uma plantação em todas as margens do rio, de onde ele começa a onde ele termina, para que a gente possa fazer este rio voltar a ser navegável de Pirapora, lá em Minas Gerais, até Juazeiro na Bahia (Lula, pronunciamento em Buritizeiro (MG), 14/10/2009).

O MI também realiza esse colamento. A penúltima seção do RIMA (MI, 2004:114-119), denominado “O que pode acontecer se o projeto não for realizado”, traz estimativas negativas sobre a região para o ano de 2025 que apresentam desemprego rural, migração e inchaço nos centros urbanos (devido ao aumento populacional). Nesse panorama, o interessante é que, ao tratar de meio ambiente, fala-se em aumento da erosão e desertificação, mudanças no rio (sedimentação, erosão, redução das cheias e prejuízos para espécies de peixe e atividade pesqueira), mas, embora esses fatores sejam apontados como resultantes da ação humana e das barragens do setor elétrico, a conclusão é que todos os problemas do semi-árido resultam da estagnação econômica da região e que tal estagnação deve-se à escassez de água. Assim, a transposição passa a ser apontada como solução até para os prejuízos ambientais das barragens (ainda que a obra inclua a construção de outras barragens e duas pequenas estações de bombeamento) e para a ação depredatória (subordinando ações de educação ambiental à realização da obra).

Um dos pontos interessantes a perceber nesse debate é que a maneira como a revitalização foi incorporada pelo projeto de transposição gera contradições facilmente perceptíveis. Isso porque a realização de limpeza e restauração de matas ciliares em alguns trechos do rio e do esgotamento sanitário em vários municípios faz surgir um discurso ambiental dentro do governo que, ao mesmo tempo, desconsidera ou opõe-se a boa parte da demanda dos ambientalistas. Em 2009, ao proferir discurso em Custódia (PE), na caravana pelas obras, Lula enumerou os que deveriam “ver essa obra”, numa listagem dos atores reconhecidos pelo ex-presidente como oposição: deputados, governadores dos estados doadores de água e professores universitários. O último ponto da lista traz à tona um reconhecimento de que a comunidade científica se opôs

à transposição e, considerando que os argumentos científicos dizem respeito, em grande medida, aos impactos ambientais da obra, colocá-los como “o outro lado” é situar essa argumentação também “do outro lado”. Essa marca é reveladora de como as demandas ambientais foram tomadas como incômodo.

Este é um exemplo de como a polifonia pode ocorrer de maneira contraditória, com a adesão, em um texto, a dois discursos monofônicos que se contradizem (BARROS, 1996:38-39). O polo favorável incorre neste problema em relação às questões ambientais da transposição porque partiu de uma negação da relevância dos impactos ambientais e chegou, a partir de uma incorporação gradual de parte das reivindicações, a um discurso paralelo, focado no meio-ambiente.

Percebe-se, então, que, diferente da questão social, o discurso de proteção ao meio-ambiente não foi utilizado de forma ampla pelos dois polos, pois, enquanto agentes contrários põem em evidência desde estudos científicos sobre prejuízos ambientais até previsões mais drásticas do tipo “o rio vai morrer”, o polo favorável minimiza a força de tais impactos a partir de argumentos generalizados no senso comum, como a irrelevância de retirar menos de 2% da vazão total do rio e o desperdício de deixar a água perder-se no mar (ver apêndice Z)

O argumento do desperdício da água despejada no mar (exorreísmo) é refutado por ambientalistas que alertam que essa característica do rio é fundamental para manter a qualidade do solo e rios dos sertões, pois, com essa água, o mar recebe sais minerais que, permanecendo no rio, levariam à sua salinização (AB’SÁBER, 2006:10). A transposição, portanto, traz o risco de inviabilizar o consumo humano imediato e levar à morte de peixes, como aconteceu no rio Colorado (EUA) e no Owens Valley, transformado em deserto após a transposição do Mono Lake, que também salinizou (ANDRADE, 2002:18).

Em 2007, o coordenador do Projeto São Francisco, Rômulo Macedo, afirmou que “o impacto ambiental no rio São Francisco é próximo de zero e que não vai gerar prejuízos e, sim, melhorias na vida de 12 milhões de brasileiros”⁶⁰. Em 2009, Lula levou a minimização dos impactos ao extremo: após retomar a metáfora do “copo d’água para quem tem sede” que representaria a retirada

⁶⁰ A afirmação aparece em matéria no sítio do MI em 11/06/2007 e foi reproduzida por alguns órgãos da imprensa.

de água do São Francisco, tratou os cuidados com os impactos ambientais de forma jocosa.

Outro dia, Ciro, lá no Rio Grande do Sul, Cid, uma perereca parou uma obra por oito meses, porque onde ia passar o túnel tinha uma perereca, e aí precisava estudar se a pererequinha estava em extinção. Oito meses pesquisando essa perereca, para poder autorizar a gente a abrir o túnel (LULA, discurso proferido em Mauriti/CE, 16/10/2009).

O polo contrário, por sua vez, minimiza os benefícios da revitalização contida no Projeto São Francisco ao afirmar que, como vem sendo feita, tem um impacto positivo ínfimo, a ponto de ser desconsiderável.

(...) o motivo da transposição não é a sede de 12 milhões de nordestinos, do cansativo discurso de Lula, mas o auspicioso “negócio da água”. Porque vai lhe custar caro, não é a água que o povo do Nordeste todo espera e precisa e merece. De novo, ele é vítima da cruel “indústria da seca”, que melhor seria hoje chamar de “hidronegócio”. Já o Rio São Francisco, o doador do insumo principal para este negócio, precisa bem mais que esgotamento sanitário sem estação de tratamento e mudinhas de árvores aqui e ali (SIQUEIRA, 2009).

Reforçando esse ponto, o II Encontro Popular da Bacia do Rio São Francisco, organizado pela Articulação Popular do São Francisco (APSF) em agosto de 2009, afirmou a necessidade de construir um Projeto Popular de Revitalização do Velho Chico.

A proposta surgiu em meio às constatações de que os grandes empreendimentos econômicos que degradam o rio têm avançado e que o programa de revitalização proposto pelo governo pouco fez para a real recuperação do São Francisco. Mas essas águas estão há muito doentes; elas sofrem pela ação depredadora dos que, por colocarem o lucro acima da vida, pilham o rio de toda forma: desmatamento, abuso de água, lixo, agrotóxicos, metais pesados, etc. Urgem verdadeira revitalização, não uma empulhação, “moeda de troca” pela transposição (Articulação Popular São Francisco Vivo, 12/2009).

O que a discussão em torno de impactos ambientais e revitalização mostra é que nem a formação nem a atuação dos polos ocorrem de forma isolada, mas a partir da situação dos grupos e da própria transposição no cenário político, na mídia e na opinião pública.

Mesmo em posição desfavorável quanto à possibilidade de mobilização de recursos e da mídia, o polo contrário à transposição conseguiu, em determinados momentos, alcançar uma repercussão considerável: 1- em 2001, aproveitando o estado de insatisfação gerado pelo “Apagão”, foi possível afastar o projeto temporariamente com o argumento a respeito da ineficácia do sistema de geração de energia elétrica, necessário para sua execução; 2 – em 2005, a primeira greve de fome de Luiz Flávio Cappio apareceu na grande imprensa, gerando repercussões nacionais e internacionais. Nesse momento, o polo opositor conseguiu alguma atenção da população no geral e um pouco mais de tempo por parte do governo; 3- em 2007, uma segunda greve de fome configurou nova tentativa de chamar atenção para os impactos sócio-ambientais da obra, mas, dessa vez, não foi noticiada com o mesmo tom, tendo sido Cappio rotulado de fundamentalista; 4 - ainda em 2007, o acampamento na fazenda Mãe Rosa, embora durando menos de uma semana, conseguiu chamar atenção para a persistência das discordâncias.

Segundo Becker (2008: 15-17, 22, 26-27), quando um grupo (ou vários em articulação) cria e consegue impor uma regra, cria-se paralelamente a transgressão, os desviantes, visto que estes só existem quando há regra a transgredir. Já que os rotulados como desviantes não são necessariamente os que cometeram o ato e nem todos que o cometeram são rotulados, o interacionismo prefere estudar os dois sistemas (atos e juízos sobre os fatos) como distintos e observar a sobreposição e interação que ocorre entre eles. Assim, a própria rotulação de pessoas ou grupos pode se tornar um alvo de disputa, evidenciando o conflito pela criação, imposição e modificação de regras, no qual interesse pessoal, iniciativa e publicidade interferem na complexidade da situação (idem, *ibidem*:130, 186-187)⁶¹.

⁶¹ Esse é o caso de análises feitas por Becker a conflitos dos mais variados tipos em torno de comportamentos sociais e sanções, como o processo de tributação da maconha nos EUA (Becker, 2008).

Podemos pensar, de maneira muito semelhante, como as contendas políticas no Brasil comumente giram em torno de certas regras de atuação política, como governar para todos, governar para os mais necessitados, lutar pela justiça social, gerar desenvolvimento econômico, manter a democracia (não usar violência, prezar pela liberdade de expressão). Interessam-me, nesse sentido, os juízos feitos por cada polo a respeito do outro em relação às regras de atuação política, pois a visão que prevalece é que define a maneira como os outros serão considerados, compreendidos e tratados. Nessa disputa, é preciso levar em conta as disparidades entre os grupos no tocante à possibilidade de ser ouvidos e apoiados por atores com capacidade de barganha, publicidade e/ou decisão (BECKER, 2008:204).

Como as regras de atuação política são princípios bastante difusos e gerais, as formas como cada grupo afirma persegui-los ou aponta ligações e contradições entre eles pode variar enormemente. Assim, no conflito sobre a transposição, o polo contrário à transposição foi rotulado como desviante dessas regras devido a uma postura condenada como egoísta e anti-democrática. Este polo, por sua vez, tenta mobilizar recursos para tornar público e aceito o seu ponto de vista, segundo o qual os verdadeiros desviantes são os defensores do projeto, pois, sendo a transposição voltada para as grandes indústrias e para o agronegócio, defendê-lo seria posicionar-se contra os pobres, o rio, o meio-ambiente e a pequena produção agrícola, responsável pela manutenção das famílias rurais.

Essas disputas podem ser bem percebidas nos intertextos e incorporações em torno da questão da convivência com o semi-árido que, embora não tenha tido uma recepção simpática pela mídia, ganhou espaço na agenda de discussões sobre a transposição, provavelmente por afetar diretamente a população apontada como beneficiária das obras e por reunir entidades de atuação reconhecida e consolidada na região, como a Articulação do Semi-Árido.

3.3 CONVIVÊNCIA: SENTIDOS DE SEMI-ÁRIDO EM DISPUTA

Em 2007, quando a transposição foi oficialmente anunciada e iniciada, o slogan do polo contrário, reunido majoritariamente na Articulação Popular São Francisco Vivo, era “São Francisco Vivo – Terra e Água, Rio e Povo! Não

à transposição, conviver com o semi-árido é solução!” A logomarca trazia a imagem de um barco de pesca – de forma que o texto remetia às populações difusas e a imagem aos ribeirinhos. Nesse período, o slogan foi mote para o ataque do polo favorável às obras, que acusava seus opositores de condenar a população do semi-árido a viver sempre nas mesmas condições, ou seja, com pouca água e dependendo de ajuda externa.

O slogan do polo contrário às obras, no entanto, parte da acusação de que a transposição abandona as populações difusas, vítimas da estiagem, para as quais só seriam eficazes iniciativas de pequeno e médio alcance distribuídas por todo o semi-árido e norteadas pelo princípio de convivência com a região, como cisternas, poços e adutoras.

Enquanto, de um lado, ainda prevalece a indústria da seca (a transposição aí se inscreve), que rende uma fortuna para os políticos e empresários e mantém o povo na situação do flagelado retirante (...) do outro lado está surgindo uma nova consciência nas comunidades populares carregada de esperança libertadora. Trata-se da convivência com o semi-árido. Como os povos do gelo, das ilhas e do deserto vivem bem na convivência com seu habitat, assim esse povo começa a descobrir a extraordinária riqueza de vida do Nordeste. A questão não é “acabar com a seca”, mas de se adaptar ao ambiente de forma inteligente (...) Está chegando, pois, a transfiguração do povo e da terra construída de baixo para cima, no respeito e na convivência, libertando-se dos projetos faraônicos devastadores, impostos autoritariamente de cima para baixo (ARTICULAÇÃO... 2009).

O apontamento de soluções para o semi-árido por esses dois polos envolve a disputa por conteúdos relacionados aos temas *Princípios políticos* e *Seca*. A ideia de grandes obras abrindo caminho para um desenvolvimento social é um dos pontos no qual foi centrado o ataque do polo contrário às obras, que constrói uma lógica de que “o problema não é a seca, é a cerca”. As discordâncias sobre quais as necessidades a serem atendidas e quais o serão de fato também perpassam esse debate. O polo contrário articula essas questões de uma maneira que, ao mesmo tempo em que acusa o governo de servir aos interesses de empresários e não aos do povo, caracteriza a si mesmo como

preocupado com o povo, contra esses interesses de mercado (ver apêndice J). Nos documentos da CPT, são frequentemente listados os grupos contrários à transposição, uma maneira de reafirmar quem a pastoral pretende representar.

A acusação principal por parte da CPT é sobre a transposição como obra faraônica que não beneficiará as populações que realmente precisam, pois, visando ao benefício de empresas, estaria direcionada não ao consumo humano, mas a uma crescente demanda produtiva. Daí que, como parte de uma constituição de si, o polo contrário à transposição adota o papel de “revelador da verdade” ocultada pelo outro polo. Nesse ponto, os atores aí articulados utilizam, como Lula também o faz, as vestes legitimadoras de conhecedores da região, ideia reforçada pela realização de reuniões e caminhadas, entre as quais se destacam as três edições do “Mutirão das Águas”, em que militantes visitaram áreas identificadas como impactadas pelas obras. O terceiro desses mutirões ocorreu pouco depois da caravana de Lula, em 2009. Ao final das visitas, os 52 participantes divulgaram um “Manifesto em Defesa das Águas, da Terra e do Povo do Nordeste”, publicado na íntegra no site nacional da CPT.

O total desrespeito ao povo escancara não só a mentira da transposição, como também a falência de nosso sistema de democracia. Se é um projeto de tão grande, propalado benefício de 12 milhões de “sedentos”, por que parte desta gente está sendo tão maltratada e espoliada? A expressão “ninguém pode com governo”, que tantas vezes ouvimos nestes dias, revela a ilusão em que vive um povo crédulo e submisso diante da prepotência de falsos representantes eleitos pelo voto. A postura de “pai dos pobres” do atual governo significa um imenso retrocesso na educação política do povo e na construção do poder popular (ARTICULAÇÃO... 2009).

Nos três demais artigos publicados pela pastoral a respeito da transposição, entre outubro e dezembro de 2009, os autores repetem a postura de quem traz a verdade a um público que não tem acesso a ela.

Desmascara-se assim a propalada “integração de bacias”, a qual não cabe na disputa pelo mercado de águas. (SIQUEIRA, 2009 in CPT)

Ao contrário da caravana Lula, realizada em outubro com ares de campanha eleitoral, o Mutirão das Águas viu o que ninguém queria ver (CPT – out/dez/2009).

O ministro fez uma caravana relâmpago de cinco dias, a partir de 11 de junho, percorrendo 17 municípios dos estados de MG, BA, SE, PE e AL, prometendo liberar recursos para prefeituras, que prontamente aderiram ao projeto (DINIZ in CPT, 2007c:11).

No caso dos povos indígenas, inclusive, há denúncias de que tenha havido tentativa de negociar o consentimento sobre as obras, previsto pela Constituição⁶², em troca da realização de serviços públicos, urgentes justamente pela degradação ambiental e abandono social em que se encontram essas comunidades (CIMI, 2010:27-28).

Vieram aqui pelo Governo de Pernambuco, foi até um parente nosso, como FUNASA. Falava que era bom, mas isso não intimidou a gente. Vieram com promessas, que ia trazer casas, irrigação... Já tivemos uma reunião com os Povos Indígenas, nenhum foi a favor... nem sabemos direito o que é a transposição; tem gente do Ministério da Integração que mentiu muito pra gente aqui; o Governo chega dizendo: 'Pipipã é um povo sofrido, deve ter água, casa, saúde, quando a transposição chegar vou dar isso'; você tá com fome, tem que ter alimento, eles chegam com a alimentação, mas a gente não sabe o que essa alimentação vai trazer mais tarde; casa, saúde, é obrigação do Governo, não tamo negociando, eles pensam que é porque a gente mora aqui no mato, a gente vai engolir tudo que eles querem. (relato do Cacique Vlademir Pipipã em CIMI, 2010:28).

O relato-denúncia do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) em que esse e outros depoimentos estão registrados, também é uma modalidade discursiva do tipo revelação da verdade, inclusive pela maneira como foi levado para entidades estrangeiras, em um evento que, segundo a CPT

⁶² O artigo 231, § 3º estabelece que o aproveitamento de recursos hídricos em terras indígenas só pode ser efetivado com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas. Além disso, o artigo 225, § 1º obriga o Poder Público a divulgar o estudo de impacto ambiental (o que, afirma o relatório, não aconteceu).

marcou a retomada na Europa das discussões sobre a transposição e principiou a divulgação da Campanha Opará - Povos Indígenas em defesa do Rio São Francisco. Protagonizada pelos indígenas que vivem na bacia do rio, a mobilização tem a participação de várias organizações, entre as quais a Articulação Popular pela Revitalização do São Francisco, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) (...) A campanha foi divulgada na TV e em jornais locais. Cerca de 100 grupos, entidades, agências e ONGs alemãs e austríacas estão apoiando. Mais de 10 mil pessoas nesses países já se manifestaram enviando cartas ao Supremo Tribunal Federal e ao Governo Federal. "Os grupos solidários conhecem bem a realidade brasileira e apoiaram prontamente a campanha", comemora D. Luiz (CAMPOS in CPT, 2009a: 12).

A divulgação do relatório ocorreu na ocasião da entrega do prêmio Cidadão do Mundo concedido pela Fundação Kant a Dom Luiz Flávio Cappio e comemorado como reconhecimento pela luta contra a transposição, como afirmou o bispo em entrevista para a Terra Magazine (reproduzida pela Articulação Popular São Francisco Vivo):

"Naquela época (da greve de fome), ainda tínhamos esperança. Não acredito que o prêmio venha trazer obstáculos ao governo, mas mostra que vale a pena continuar lutando. O governo é sensível a pressões externas". Em rápida entrevista a Terra Magazine, ele avisa que estará atento ao uso eleitoral das obras no São Francisco e revela decepção com o presidente Lula. Quer agora "pressão internacional". A própria obra vai fazendo que o povo se desiluda daquela propaganda enganosa na qual eles acreditaram. Devagarinho a verdade chega e, na medida em que a verdade for chegando, a mentira vai ser desmascarada (LEAL in Terra Magazine).

Se as manifestações e processos judiciais não conseguiram impedir a transposição, o polo contrário passa, então, a denunciar, ao mesmo tempo, o autoritarismo com que o governo Federal conduziu o processo e a capitulação dos órgãos que poderiam barrá-lo. Vale lembrar que, de início, houve

críticas ao projeto por parte não só do CBHSE, mas também do Ministério do Meio Ambiente, da Agência Nacional das Águas e do Ibama. O fato de boa parte desses mesmos órgãos continuarem fazendo o discurso da convivência e defendendo a adoção de meios alternativos (agora nomeados complementares) é apontado como contradição reveladora. É assim considerado o lançamento do Atlas Nordeste, da ANA, em 2009:

Ao adiantar que 73% destes 1.892 municípios estão sob risco de desabastecimento e que seriam necessários R\$ 9,2 bilhões para resolver o problema, a ANA apressa-se em dizer que a transposição (R\$ 5,5 bilhões) não basta e que as obras do Atlas não são alternativas nem conflitivas com ela, mas complementares, sem as quais a transposição será “ineficiente” (SIQUEIRA in CPT, 2010).

Segundo o polo contrário, a convivência só será plenamente possível a partir da implementação de várias obras de pequeno e médio alcance. Já que convivência, para esse polo, significa aproveitar a água que já existe, aumentando as formas de captação e armazenamento (cisternas, poços artesianos e adutoras), a transposição é colocada não só como ineficaz, mas como inadequada.

O que falta é a distribuição dessa água. Basta implantar um vigoroso sistema de adutoras, como o proposto pela Agência Nacional de Águas, por meio do “Atlas do Nordeste”, que foi abafado pelo governo. Trata-se de levar água por meio de uma malha de tubos e adutoras a toda a população difusa do semi-árido para o abastecimento humano, sem a transposição. Enquanto a transposição atenderia 12 milhões de pessoas em quatro Estados, segundo dados oficiais, o projeto alternativo atenderia 44 milhões em dez Estados. Custo: metade do preço da transposição (BALDUINO, 2009 in CPT)⁶³.

Enquanto isso, o polo favorável à transposição articula os mesmos temas, *Seca e Princípios Políticos*, a partir de uma argumentação sobre a necessidade social da obra, feita com forte apelo emocional. Isso é trazido com mais frequência nos pronunciamentos de Lula, que estabelece a transposição como

⁶³ Citações adicionais no apêndice L

grande obra para melhorar a vida de gente que não tem água para beber ou tomar banho. Diante de tal caracterização, qualquer posição contrária, insensível a esse argumento, é desenhada como resultado de um misto de egoísmo e ignorância.

Eu quero apenas que vocês me ajudem a convencer as pessoas que são contra. Certamente, as pessoas têm suas razões, e eu fico pensando: se cada estado brasileiro resolvesse dizer “aquilo que eu produzo é só meu”, o que seria do Brasil? Por exemplo, o Rio de Janeiro produz petróleo, ou seja, se ele não quisesse vender para nós, como é que ficaria? Graças a Deus a Petrobrás decidiu fazer prospecção, teste, na cidade de Sousa, na Paraíba, e quem sabe a gente tenha petróleo aqui, aí a Paraíba pode ceder um pouco para os estados que não querem ceder água para nós (LULA, pronunciamento no lançamento do PAC. PB, 26/07/2007).

Em 52, eu tinha sete anos de idade e fui embora para São Paulo por causa da maldita fome e por causa da seca. Então, nós precisamos resolver isso. Só é contra quem não sabe o que é carregar uma lata d’água na cabeça por quatro ou cinco léguas. Só é contra quem não sabe o que é pegar um pote d’água cheio de barro, de merda de animal, de caramujo, levar para dentro de casa, colocar para assentar e ficar tomando aquela água barrenta cheia de caramujo para pegar doença, para apodrecer os dentes, para pegar verminose. Então, quem tem água, Perrier, na geladeira, pode até ser contra (LULA, pronunciamento no lançamento do PAC. RN, 27/07/2007).

Assim, o polo favorável estabelece a si mesmo como aquele que, justamente por conhecer a região, entende a necessidade das obras.

Foi uma briga que vocês não queiram imaginar o que é a gente enfrentar pessoas que não têm dimensão do que é o Nordeste, pessoas que não sabem o que é a seca, pessoas que não sabem, não têm a menor noção do que... Ver uma mãe pegar um filho com lata d’água, andar seis quilômetros, sete, oito quilômetros ou passar o carro-pipa, cobrar alguma coisa para entregar, se não tiver não pega água, e a pessoa vendo o seu cabritinho morrer, a sua cabrita morrer, a sua vaquinha já morreu, e as crianças não

podem tomar banho, não podem lavar roupa. As pessoas não têm dimensão do que é isso, é preciso ter vivido aqui para ter clareza do que é a seca no Nordeste (LULA, discurso proferido em Floresta/PE, 15/10/2009).

A transposição é desenhada, portanto, como obra urgente e necessária, sendo os argumentos contrários desqualificados como resultantes de desconhecimento. O argumento assemelha-se aos discursos políticos do final do século XIX, quando a classe dominante sulista começava a questionar a quantidade de verbas direcionadas ao combate à seca e, em resposta, as oligarquias nortistas traçavam figuras dramáticas e “se colocavam como únicas pessoas capazes de interpretar e entender o drama vivido pelos ‘nortistas’” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1988:364).

Pois bem, e eu cheguei à casa do aeroporto, as meninas não estavam indo à escola porque não tinha água nem para tomar banho, nem água para lavar a roupa. Se a gente conta isso lá em São Paulo, ninguém acredita. Sobretudo para alguém que é do Sul e que não conhece o sofrimento de quem mora nas regiões mais secas do Nordeste brasileiro (LULA, discurso proferido em Custódia/PE, 15/10/2009).

Por outro lado, vale ressaltar que, no fim das contas, o conhecimento da região e da realidade enfrentada por essas pessoas é creditado por Lula não ao governo ou ao polo favorável como um todo, mas a si mesmo, através das várias histórias contadas de sua vivência com a seca. A utilização constante de relatos em primeira pessoa e apelo emocional reforça o conteúdo de que a obra é voltada para quem precisa.

E como eu senti isso na pele, eu tenho obrigação moral e política de acreditar que as futuras gerações não têm que passar pelo o que eu passei, nem pelo o que vocês passaram (LULA, discurso proferido em Floresta/PE, 15/10/2009)

E eu faço esta obra porque eu sei o que é a sede, eu sei o que é carregar pote na cabeça com 7 anos de idade, eu sei o que é tomar água barrenta, eu sei o que é ficar separando para pegar

uma caneca d'água entre a merda dos animais, os caramujos, para pegar um pouquinho d'água, para colocar em um pote para assentar, para a gente beber. (LULA, discurso proferido em Cabrobó/PE, 16/10/2009)

Já que, segundo essa construção, o problema da oposição era desconhecimento (da região e do benefício que viria do projeto) e ceticismo (quanto à possibilidade de fazer as obras), o debate é dado como terminado a partir do início dos trabalhos, como se o Polo Contrário fosse derrubado pelos fatos – o que significa, primeiramente, tomar a transposição como fato consumado.

O presidente Lula disse que o Projeto São Francisco é a prova concreta e definitiva que o seu governo cumpre o que promete e faz obras em benefício da comunidade. Ele adiantou que o Projeto São Francisco não será totalmente concluído ainda no seu governo, mas tem certeza do sucesso da consolidação dessa obra (MI, matéria 1: 14/10/2009).

Ao ser iniciada, a obra parece já desmentir tudo que foi colocado pelo polo contrário e sua grandiosidade parece suficiente para que seus efeitos sejam o princípio de uma redenção do Nordeste e para que a oposição perceba, diante disso, que cometeu uma injustiça com o governo e com a população beneficiada – um erro tão grave que deve ser admitido “de joelhos”.

Então, eu quero assumir, ô Júnior, o compromisso com você; com o João Santana, que é o mestre de obras desta obra, o nosso chefe de gabinete do Geddel; quero assumir o compromisso contigo, Cid, que mais ou menos no mês de março eu quero voltar aqui para ir com vocês ali na beira do canal para vocês verem que obra gigantesca, que vai ser motivo de orgulho. Quem for contra essa obra, não precisa falar mal de nós pela televisão ou pelos jornais. Venha ver a obra. Quando vir, se ajoelhe e peça desculpas, porque essa obra será uma das redenções do Nordeste brasileiro (LULA, discurso proferido em Mauriti/CE, 16/10/2009).

O polo contrário, por sua vez, aposta que, com o correr da transposição, a verdade não poderá mais ser ocultada. Afirmam, então, que o objetivo mercantil da transposição será descortinado pelo processo de regulamentação

da cobrança pelas águas transpostas, visto que os custos pelo uso empresarial dessas águas recairão sobre as pessoas.

Integrado o sistema sob um único operador, com poder sobre a definição de usos e preços da água, implanta-se o mecanismo do “subsídio cruzado”, pelo qual os altos custos da água são distribuídos entre todos os usuários. Tal como funciona hoje com o sistema elétrico, a sociedade subsidiará o uso empresarial da água. Teremos que inventar a campanha “O preço da água é um roubo”, como faz hoje o MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens com o preço da luz (SIQUEIRA, in CPT, 2010).

Ao comparar a cobrança das águas com o caso da energia elétrica, Siqueira faz um resgate histórico dos protestos contra a construção das barragens hidrelétricas nordestinas, um marco na mobilização das populações ribeirinhas da região. A luta contra a transposição, por sua vez, não alcançou uma mobilização tão ampla e permanente e, talvez por isso, como forma de legitimar-se, o polo contrário insista na “revelação da verdade” assumindo, inclusive, um tom de previsão ou anúncio de catástrofes. O argumento de que existe um desconhecimento em relação ao que se passa é utilizado, nesse caso, pondo como desconhecedores a população do semi-árido, a mídia e as demais pessoas por ela mal informadas. A culpa por toda essa desinformação é imputada ao governo, cujo discurso falacioso seria responsável pela difusão de inverdades sobre a transposição.

Em todas as cidades visitadas, o que mais chama a atenção é a completa falta de informação. Até nos lugares onde as obras estão mais avançadas o desconhecimento é grande (CAMPOS in CPT, 2009c: 5).

Desmascara-se assim a propalada “integração de bacias”, a qual não cabe na disputa pelo mercado de águas (...) A ANA – Agência Nacional de Águas - cobra da Paraíba garantias desta integração mercantil. Que outro objetivo teria levar continuamente, a mais de 300 metros de altura, 2,1 bilhões de m³ de água, para uma região que já tem 37 bilhões de m³ armazenados em 70 mil açudes, a maioria públicos? (SIQUEIRA in CPT, 2009)

A transposição é posta como responsável pela destruição da qualidade de vida das pessoas, bem como de relações sociais (de famílias e comunidades). No Manifesto resultante do 3º Mutirão das Águas, fala-se na “truculência com que o projeto da transposição tem sido imposto a uma população resignada a sofrer em nome de um “desenvolvimento” que, parece, não é para ela”. Apontam um rastro de destruição deixado pelas obras, que inclui: especulação imobiliária em terras próximas aos canais; ameaça aos territórios indígenas e quilombolas; desestruturação de famílias; doenças respiratórias causadas pela poeira do tráfego de caminhões das construtoras; instalação ou crescimento da prostituição, abuso infantil, tráfico e utilização de drogas, doenças sexualmente transmissíveis, criminalidade e violência.

Em vários lugares do nordeste setentrional, as obras da Transposição têm passado e deixado um rastro de destruição e males sociais. Para aqueles que “entravam” os caminhos do crescimento”, restam incertezas e descontentamento (CAMPOS in CPT, 2009c: 5).

Um ponto interessante na imagem da transposição como destruidora é a ideia de que as obras não apenas deixam de atender quem realmente precisa de água, como também a retira da população pobre do semi-árido. Essa perda é colocada como resultante da redução do nível do rio, por vezes colocada como risco de morte, e da destruição de cisternas e poços localizados no caminho dos canais.

A única coisa que angustia Dona Maria Constancia e Seu Pedro é a destruição do poço que os abastece de água. As obras passarão por cima dele. Seu Pedro acredita que a transposição ao invés de lhe trazer água, pode lhe tirar a que já tem. “Tô pensando isso aí, vou puxar água da onde?”, pergunta-se desolado (CAMPOS in CPT, 2009c: 5).

Além disso, aponta-se que a agrovila construída em Monteiro (PB), “mesmo tendo como endereço a beira do Eixo Leste do Projeto de Transposição, as 130 casas, de seis cômodos e apendrece prestes a serem erguidas, serão abastecidas

por dois poços artesianos”. Por fim, chega-se a apontar relatos trágicos coletados no mutirão das águas, como o de que “em São José de Piranhas há relatos de suicídio de lavradores causado pelo medo da perda da terra” (CPT, 2009c).

Questionam, inclusive, os ganhos considerados óbvios pelo polo favorável, ligados a um desenvolvimento local. Ao invés disso, apontam oferta de empregos insignificante diante da demanda atraída; enfraquecimento da economia local com o fornecimento dos insumos e mantimentos por outras praças; reassentamentos insuficientes; baixo valor das indenizações (ARTICULAÇÃO... 2009)

3.3.1 Qual convivência?

É possível perceber, portanto, que, com o passar do tempo e o correr das obras, o conflito em torno da transposição não apenas se mantém, como se adapta às novas situações. Quando as obras começam a avançar, o polo contrário passa a denunciar o andamento, as condições da população deslocada, as falhas nos programas de saneamento e revitalização, a insuficiência da transposição para resolver o problema da estiagem entre as populações difusas, etc.

(...) a Articulação denuncia o avanço de atividades degradantes em toda a Bacia, muitas delas incentivadas pelo PAC (Projeto de Aceleração do Crescimento), e constata que a condição necessária para a revitalização é a prevenção de novos danos à bacia. Por essa razão, também está sendo priorizado o enfrentamento aos grandes projetos de mineração, agrohidronegócio, barragens (energia) e o fortalecimento da luta contra a Transposição (...) O programa de Revitalização do governo também é alvo de críticas do presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco (CBHSF), Thomaz Matta Machado, que esteve presente no Encontro. “A revitalização tem que trabalhar a questão da diminuição da vazão e não apenas a questão da qualidade da água. Na prática, as ações em execução priorizam o saneamento ambiental. A quantidade de água na bacia e no Rio São Francisco não está sendo considerada” critica (CAMPOS in CPT, 2009b: 6).

O polo favorável, por sua vez, incorpora reivindicações dos opositores (muitas vezes sob ordem judicial) e, em paralelo, adapta seu discurso de acordo com esse projeto “novo”, que vai mudando de nome e apresentação, embora não mude de foco. Em 2004, a transposição passou a se chamar Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, com o slogan “Integração é não deixar nada de fora. E isso inclui você”. Já em 2007, o mesmo plano, já em andamento, assumiu o nome Projeto São Francisco, o slogan “Água a quem tem sede” e peças publicitárias sempre relacionadas a essa ideia, com destaque para copos d’água marcados com a logomarca do Projeto São Francisco e uma frase no fundo, a ser vista quando a água terminasse de ser bebida: “É exatamente o que vamos fazer: matar a sede de 12 milhões de brasileiros” (ver anexo F). Essa seqüência sugere mais que mudanças de marketing, ela é sintomática do dialogismo que vem sendo apontado ao longo deste capítulo. As incorporações sofridas pela transposição em relação à convivência com o semi-árido são emblemáticas nesse sentido.

Como resposta às contestações sobre a ineficácia das grandes obras para resolver o abastecimento humano e também às exigências judiciais, o Projeto São Francisco incorporou ações dispersas para as populações difusas que a transposição não alcançará. Surgiu, então, um maior apoio governamental para alternativas de convivência com o semi-árido, com o Programa Água Para Todos, voltado para as populações difusas, com a construção ou reativação de poços e cisternas, em parceria com o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), da ASA⁶⁴.

A batalha contra a transposição acabou se tornando, também, uma forma de conquistar verbas para os programas que apontam alternativas de convivência com o semi-árido. Todavia, este fato, que pode ser percebido como prova de que as populações difusas não serão atendidas pela transposição, também tem sido usado pelo Governo Federal para mostrar que essas populações não foram esquecidas, já que alguma verba (ainda que mínima) tem sido voltada para programas alternativos. É perceptível, então, como elementos semelhantes são usados de formas diferenciadas por cada polo e como as articulações

⁶⁴ Vale ressaltar que as ações não são conjuntas e o orçamento para a transposição (R\$ 4,8 bilhões) é mais de quatro vezes superior ao que é dirigido à revitalização (R\$ 1 bilhão para saneamento e R\$ 307 milhões do Água para Todos).

hegemônicas abrigam mais complexidade que faz parecer a oposição entre eles.

Juntamente com as ações aqui mencionadas, a transposição precisou integrar, também, um pouco da lógica subjacente às reivindicações do outro polo (convivência, benefício para pequenos produtores, priorização de consumo humano e animal). Isso não significa, em absoluto, que a transposição tenha mudado de caráter e objetivos, mas que atendeu parte dessas exigências e passou a ser apresentada em outros termos. No projeto de 2000, previa-se o direcionamento de 71% da água transposta para irrigação, 25% para consumo urbano e 4% para perdas e outros consumos (ANDRADE, 2002:14). Em 2004, o plano é fornecer 70% da água transposta para irrigação. Segundo Guimarães Jr (s/d), no RN a irrigação consumirá 92% do líquido recebido.

Em 2009, quando o Projeto São Francisco já incorporara essas linhas de convivência e ações para as populações difusas, percebe-se uma intertextualidade diferente com os enunciados do polo contrário, com a utilização, inclusive, das imagens deste, como a comparação do combate à seca ao que seria um combate ao gelo.

Esta obra, aqui, ela está significando uma oportunidade extraordinária de todos os políticos compreenderem que o Nordeste não quer mais viver de frente de trabalho quando vem à seca. Eu dizia sempre: a seca é um problema da natureza. A gente não vai combater a seca, a gente vai resolver a convivência das pessoas que moram em região que tem seca levando água para as pessoas poderem beber e dar água para os seus animais. Uma vez eu dizia, Geddel: eu nunca vi o governo do Canadá dizer que ia combater o gelo. Não. “Ele resolveu uma convivência com o gelo” (LULA, pronunciamento em: Custódia, 15/10/2009).

De qualquer forma, o discurso de Lula se diferencia, visto que, embora repita o argumento da convivência, ele a põe em outros termos, já que, segundo ele, a convivência será garantida com a transposição, ou seja, levando-se um grande volume d'água para o semi-árido. Contrariamente, no caso do polo contrário à transposição, convivência significa aproveitar a água que já existe, aumentando as formas de captação e armazenamento (cisternas, adutoras e poços artesianos).

Mas a incorporação mais surpreendente ocorreu no discurso do Ministério da Integração Nacional (MI). Em 2004, o MI defendia a transposição como obra capaz de resolver problemas relacionados à gestão de água, aumentando a oferta para afastar o risco de racionamento e, assim, atrair investimentos privados para atividades produtivas. Afirmava-se, no RIMA (MI, 2004:50), que os açudes existentes suprem, em parte, as necessidades domésticas e a carência maior seria das atividades produtivas. Ao avaliar outras opções de abastecimento d'água para o semi-árido, o RIMA deixa claro que as cisternas são adequadas para o abastecimento doméstico, mas a transposição continuaria necessária, porque elas não suprem as demandas produtivas.

A este Projeto estruturante deverão integrar-se diversas iniciativas e soluções regionais para convivência com o Semi-Árido, como cisternas, poços e pequenos açudes, dentre outras. A integração com o rio São Francisco e essas soluções locais não competem entre si; pelo contrário, complementam-se de forma a transformar o limitado quadro de desenvolvimento vivido por essa parcela de brasileiros (MI, 2004:10)

Já em 2009, o discurso da transposição pelo desenvolvimento do semi-árido dá lugar a enunciados cada vez mais alinhados com a argumentação de que as obras serviriam às necessidades de uma população carente. A assessoria de comunicação do Ministério apresentou, na cobertura jornalística da caravana, um Geddel Vieira preocupado prioritariamente com o abastecimento humano.

O Projeto São Francisco é uma realidade que está mudando o Nordeste”, disse Geddel. Ele destacou os benefícios das ações do governo federal na área de influência do São Francisco, desde as ações de revitalização, programas ambientais e a construção dos canais de integração. “A obra é ambientalmente sustentável e tem como prioridade absoluta o abastecimento humano”, garantiu (MI, matéria 6: 15/10/2009).

A partir daí, mesmo quando foca na questão do desenvolvimento, o MI passa a tratá-lo enumerando benefícios para essas populações caracterizadas como necessitadas, (habitação, emprego, qualidade de vida).

O presidente Lula, o ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, e demais autoridades visitarão a Vila Produtiva Rural Junco, uma ação do Projeto São Francisco desenvolvida pelo Ministério da Integração Nacional (...) Junco é uma das 18 Vilas Produtivas Rurais que serão estruturadas pelo Ministério da Integração Nacional. Quando concluídas, as vilas beneficiarão 703 famílias, que contarão com área destinada à produção rural e infra-estrutura social como escolas; postos de saúde; sistemas de coleta e tratamento de esgoto; e quadras esportivas. Será fornecida assistência aos moradores na formação de associações de produtores e moradores. As vilas contarão também com áreas produtivas, divididas em lotes individuais destinados à produção agropecuária, de acordo com a vocação da comunidade (MI, matéria 4, 15/10/2009).

3.4 OUTRAS INCORPORAÇÕES – A QUESTÃO DO LEGALISMO

Outra questão interessante, relacionada aos três pontos já discutidos (impactos ambientais, revitalização e convivência) é a discussão sobre os trâmites legais impostos à realização das obras. Sendo a transposição posta como obra urgente para dar qualidade de vida aos pobres, as várias exigências de pesquisa, adequação do projeto e revitalização são reunidas como um grande impasse burocrático que retarda a ajuda a essa população necessitada. Conseqüentemente, o fato de o polo contrário cobrar tudo isso é tomado como ação perversa, feita para prejudicar o andamento das obras.

(...) às vezes leva quatro meses, cinco meses, para a gente começar a obra. É uma coisa mais difícil do que a galinha botar um ovo. É complicado porque lá elas sofrem, mas botam o ovo (...) Você faz uma licitação, aí um empresário “A” ganha, o “B” perde. O que acontece no Brasil? O “B” vai para a justiça e aí a justiça pára. Às vezes fica seis, sete anos, às vezes está tudo bem, e o Tribunal de Contas diz: “Tem um problema, pára”. Quando está tudo mais ou menos bem, aparece um companheiro representando o Instituto Ambiental do estado ou o Instituto Ambiental Nacional e fala: “Está errado, pára”. E todas essas paradas que vão dando, às vezes demora um ano, dois anos e a coisa não acontece. Por isso é que é preciso haver, Eduardo, um esforço do

governo, junto com os prefeitos, e do governo e prefeito junto com a sociedade, junto com o Tribunal de Contas do estado, Junto com o Ministério Público, junto com o Instituto de Meio Ambiente, para que a gente assuma o compromisso: se a gente quer ou não quer que este País melhore, se a gente quer ou não que as coisas aconteçam neste País, porque é complicado, meu caro, o Geddel sabe o que ele está passando (Lula, pronunciamento no lançamento do PAC. PE, 12/07/2007).

O João Santana me contou uma história que merece ser contada para vocês. A gente estava trabalhando essa obra lá em Cabrobó. Aí, foi o pessoal... de onde? Do Iphan, cumprindo a lei, a menina viu a pedra e falou: “Essa pedra deve ser uma machadinha de índio, de antigamente.” E por causa dessa pedra, que foi para fazer estudos se era uma machadinha de um índio, nós esperamos nove meses para a pessoa dizer que não era machadinha de índio (Lula, pronunciamento em Mauriti, 16/10/2009)⁶⁵.

É nesse ponto do legalismo que se apóia o polo contrário, visto que foi através das possibilidades abertas pela legislação que se pôde exigir a repetição do EIA-RIMA, as compensações sociais e ambientais e o direcionamento de recursos (ainda que poucos) para a revitalização do rio e para as obras alternativas à transposição.

Para levarem suas reivindicações ao governo federal foram marcadas audiências com os poderes Legislativo e Judiciário. O Executivo praticamente não se abriu ao diálogo e não quis receber os manifestantes. As audiências realizadas foram no Ministério do Meio Ambiente, no Ministério Público Federal, no Superior Tribunal Federal (STF), na Câmara dos Deputados e no Senado. No último dia do acampamento foi protocolada pelas suas lideranças uma ação pública no STF contra o projeto de transposição (Passos in CPT 2007b:7).

Entre os atores reunidos nesse polo, foi o CBHSF que mais se apoiou no discurso legalista, visto que, a partir da decisão anunciada no Plano Decenal de Recursos Hídricos, de não apoiar a transposição, o comitê passou a ser des-

⁶⁵ Citações adicionais no apêndice AA

considerado pelo Governo Federal, atitude que coloca em xeque o seu caráter deliberativo (ver apêndice AB).

Vale notar que, ao mesmo tempo que fala dos trâmites legais com um tom entre lamentação e questionamento, Lula evita a imagem de anti-democrático, assumindo a “culpa” pela criação dessas leis que hoje o atrapalham. É como afirmar ‘Nós criamos as leis com boas intenções, mas hoje percebemos que exageramos, porque vemos o quanto essas leis burocratizam e atrapalham a realização de obras urgentes que não precisariam ser tão fiscalizadas (provavelmente porque nós as estamos executando)’.

Vocês sabem que hoje, para a gente fazer uma obra no Brasil é difícil, porque quando a gente começa a fazer o projeto... Você terminou o projeto básico, você já poderia começar a obra. Aí você vai pedir para o Ibama liberar o EIA/Rima. Aí começa a peregrinação, porque nós temos leis muito rígidas. Nós, no Congresso Nacional, aprovamos leis que, depois, quando a gente vai governar, a gente acha que a gente não sabia o que estava fazendo lá no Congresso Nacional, porque a gente impõe muita fiscalização.

A mea culpa é feita, também, em relação à atuação dos movimentos sociais

O que nós precisamos é apenas ter equilíbrio para que quando a gente esteja no governo, a gente não esqueça tudo que a gente fez. Mas que as pessoas também não nos vejam no governo como viam aqueles que elas achavam que eram de direita, que eram conservadores. É preciso que se tenha uma relação civilizada, é preciso que se negocie, é preciso que as pessoas, antes de entrar em greve, sentem-se a uma mesa de negociação e conversem. Cada greve tem que ser diferente uma da outra. Então, é preciso apenas isso para que este País tenha um ordenamento firme e para que este País possa se desenvolver (Lula, pronunciamento no lançamento do PAC. RN, 27/07/2007).

Como aconteceu com a revitalização, incorporada ao Projeto São Francisco, as exigências judiciais, citadas por Lula como atrapalhos, foram utilizados, posteriormente, como propaganda. Se, em 2009, Lula questionava as

cobranças do IPHAN sobre as escavações arqueológicas em cada trecho da obra, em 2010, o MI lançou um vídeo sobre o trabalho dos arqueólogos nos canteiros de obra, caracterizando-o como “uma das grandes ferramentas do Projeto de Integração do Rio São Francisco”. Metade do vídeo consiste em explicar o trabalho dos profissionais, uma forma em geral eficaz de mostrar proximidade com eles.

Além disso, fica reforçada a imagem do MI como cumpridor da lei, visto que obedece as etapas necessárias para as obras. Esse ponto é frisado em relação a dois aspectos em que o polo contrário centrou foco: as leis ambientais e ao caráter da política participativa.

O Projeto de Integração do Rio São Francisco está seguindo à risca o Plano Ambiental de Construção. O Plano é uma exigência do Ibama e dita normas ambientais que as empresas contratadas têm que seguir durante as obras. São procedimentos que amenizam os transtornos que as obras podem causar (...) desde as obras dos canais e das vilas das famílias até a recuperação de áreas degradadas. A empresa que não seguir as regras pode ser multada pelo Ministério da Integração Nacional e até ter a licença suspensa pelo Ibama (TV MI, 10/2009).

Esta abordagem empreende um novo colamento, agora entre o Projeto de Integração e a produção de conhecimento científico, expressa tanto em relação à arqueologia quanto em relação à botânica e à biologia⁶⁶. Por outro lado, a relação ressaltada com os estudiosos serve também para responsabilizá-los por decisões que podem ser polêmicas, como quem deve ou não ser beneficiado pelos programas. Na matéria da TV MI sobre o atendimento a comunidades quilombolas, é um geógrafo quem afirma que quilombolas e indígenas sofrem prejuízos apenas secundários. Quanto à regularização fundiária, os antropólogos são responsabilizados.

⁶⁶ “A Universidade do Vale do São Francisco, a Univasf, acompanha todo o processo de salvamento dos objetos. Os estudos de arqueologia acontecem antes das obras, sempre sob a supervisão do IPHAN, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional” (TV MI, 02/2010).

Além de casas, as comunidades recebem apoio para seu desenvolvimento sócio-econômico e regularização fundiária. Antropólogos e assistentes sociais produzem, com o apoio com o Incra, um relatório de cada comunidade que identifica os antigos quilombos e ajuda na legalização das terras das famílias (TV MI, 27/08/2009).

A aplicação ou modificação de regras de atuação política depende do poder relativo dos grupos em uma cruzada moral cujo sucesso reside na mobilização de recursos (financeiros e de publicidade), acesso a atores com poder de decisão ou barganha, mobilização de empresários morais (pessoas que se dediquem diretamente à causa) e mídia. Isso tudo pode ser feito com mais eficácia se a regra em questão puder ser fundamentada com valores correntes na sociedade (BECKER, 2008). Essa ligação foi feita pelo polo favorável entre a transposição e os valores de justiça, solidariedade e desenvolvimento. O polo contrário, por sua vez, procura ligar sua argumentação aos valores de justiça e democracia.

É perceptível que o polo favorável tem muito mais poder de impor suas definições, pois reúne administrações federal, estaduais e municipais, além da grande mídia de quase todos os estados e recursos para levar empresários morais a vários locais centrais para a disputa. Porém, ainda que não tenham conseguido mobilizar recursos suficientes para barrar a transposição, os agentes reunidos no polo opositor conseguiram atuar em bloco, negociar diferenças internas e apresentar suas questões como relevantes em momentos oportunos. Dessa maneira, foi possível forçar uma negociação (não oficialmente declarada), pela qual exigências encampadas pelo Ministério Público foram obedecidas (construção e reativação de poços em áreas distantes dos canais, desapropriação de áreas que margeiam os canais, para reduzir a especulação imobiliária), o valor direcionado à revitalização aumentou e projetos de convivência foram incorporados (foi criado o programa Água para Todos e o P1MC da ASA recebeu apoio do Governo Federal).

04

Transposição em Cabrobó: produção de sentidos em contexto situacional

Neste capítulo, procuro entender como cabroboenses envolvidos em diferentes atividades cotidianas recebem e significam a transposição do São Francisco e apontar de que maneira as interpretações locais aproximam-se e diferenciam-se dos discursos institucionais (favoráveis ou contrários) a respeito dela. Para isso, cruzo os *temas* e *conteúdos* articulados nos discursos institucionais aqui referidos (Lula, MI, CBHSF e CPT) com a análise de entrevistas realizadas com moradores do município de Cabrobó (PE), de forma a relacionar esses dois níveis de construção de sentidos sobre a transposição.

Procurei abarcar, no recorte dos atores sociais entrevistados, indivíduos envolvidos em diferentes atividades cotidianas, de maneira a ter acesso a diferentes categorias e, portanto, diferentes experiências no caso da transposição. Foram realizadas 10 entrevistas, todas com moradores da área urbana de Cabrobó, sendo três produtores rurais (Osório, Evandro e Silvio), dois trabalhadores envolvidos com atividades de comércio e serviços (Túlio e Marisa), duas donas de casa (Anita e Diana), um ex-trabalhador da roça (Afonso), um trabalhador empregado na transposição (Rogério) e um ex-trabalhador das obras (Horácio). Também foram importantes os registros de conversas menos estruturadas com um diretor da cooperativa dos agropecuários de Cabrobó (Fernando), outro ex-trabalhador da transposição (Marcos) e uma aposentada (Quitéria)⁶⁷.

Devido à centralidade da ideia de contexto situacional, para a compreensão dos discursos dos entrevistados, procuro, no início deste capítulo, apre-

⁶⁷ Todos os nomes de entrevistados e informantes adicionais aqui referidos são fictícios, como forma de resguardar suas identidades.

sentar os entrevistados à medida que traço um perfil de Cabrobó. Em seguida, procuro mostrar como os discursos institucionais representam os locais receptores e doadores de água (como Cabrobó) e, por outro lado, como a população local representa esses mesmos objetos e as diferentes ideias de necessidade a eles relacionadas. Esclarecidos esses sentidos gerais a partir dos quais os entrevistados falam de Cabrobó, passo a analisar as leituras feitas pelos entrevistados sobre a polêmica da transposição, buscando compreender, a partir do que eles apontam como argumentos contrários e favoráveis às obras, as bases das avaliações que surgem nessas falas, tanto sobre os argumentos quanto sobre os atores a quem são atribuídos. Nesse ponto, ganham importância fundamental as abordagens e interações com agentes dos polos favorável e contrário na cidade, lembradas pelos entrevistados. Por fim, analiso as principais articulações discursivas feitas pelos entrevistados a respeito da transposição.

Assim como os discursos institucionais sobre a transposição, as falas individuais também têm conteúdos discursivos organizados em torno de temas⁶⁸, no sentido bakhtiniano do termo, como explicitado no capítulo 1. Porém, por se tratar de outra modalidade enunciativa, o roteiro para análise das entrevistas foi construído de forma distinta. Devido ao formato das entrevistas, em que vários assuntos foram abordados e os informantes falaram livremente, os trechos observados para estabelecer os temas dos discursos foram aqueles que faziam referência à vida em Cabrobó, às mudanças no município e às demandas e perspectivas dentro dele. Nessa leitura direcionada das entrevistas, três temas foram identificados: *Auto-imagens*, *Necessidade e Desenvolvimento* (ver anexo D).

Uma singularidade desta análise é o surgimento do tema *Auto-imagens*. Nos documentos institucionais, não tratei a constituição discursiva dos enunciadores (polo favorável e polo contrário à transposição) como *tema*, mas como parte componente do processo de construção desses discursos. No caso das entrevistas, *Auto-imagens* surge como tema porque, neste caso, não se trata de instituições enunciadoras constituídas no discurso, mas do aparecimento,

⁶⁸ Conteúdos que ganharam estabilidade discursiva e surgem de forma recorrente nas falas, servindo como pontos em torno dos quais os conteúdos são organizados nos enunciados.

no discurso, de percepções sobre si e sobre a cidade⁶⁹. Já que Cabrobó era posta como assunto das entrevistas, a percepção de si mesmo foi muitas vezes feita na relação com o espaço e com as posições nele ocupadas.

Outra diferença é que, na análise das entrevistas, é visível como o conteúdo *transposição* perpassa, direta ou indiretamente, todos os temas das falas dos cabroboenses. Na maior parte das articulações discursivas do tema *Auto-imagens*, *transposição* ganhou centralidade, sendo tomada como fundamental quando se fala nas mudanças no município, na região e, às vezes, na própria vida. No tema *Desenvolvimento*, em torno do qual se estruturam as falas sobre percepções de mudança e sobre o futuro, *transposição* volta a aparecer, desta vez como ponto de partida do desenvolvimento, ou mesmo como elemento que vem a reforçá-lo. Por fim, o tema *Necessidade*, embora traga conteúdos diferentes, traz, freqüentemente, uma referência indireta à *transposição*.

4.1 CABROBÓ E CABROBOENSES

Localizado no Sertão do São Francisco (a 586 km de Recife), Cabrobó está à margem esquerda do Rio São Francisco e faz limite com a Bahia, ao sul (na margem direita do rio), com Terra Nova, ao norte, com Salgueiro e Belém do São Francisco, a leste e com Orocó e Parnamirim, a Oeste. Possui área de 1.666 km² com população de 30.883 habitantes, sendo que 35,85% destes vivem na zona rural (IBGE, Censo 2010) (ver imagens no anexo G). Esse espaço, que a população local chama genericamente de roça, subdivide-se em duas áreas bastante distintas entre si: a área de sequeiro e as terras próximas do Rio São Francisco ou à sua margem.

A área sequeira, a mais extensa, é responsável pela maior parte da produção agrícola do município, apesar de possuir problemas de abastecimento hídrico e reunir a maior parte das terras consideradas inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (área de 1969 ha em 214 propriedades, segundo o Censo Agro-

⁶⁹ Isso não significa que esses atores institucionais (CPT, CBHSF, Lula e MI) existam apenas discursivamente ou que os indivíduos informantes também não realizem construções discursivas sobre si mesmos. O que diferencia essas duas realidades é que, nos documentos institucionais, essa constituição tem um caráter mais intencional, enquanto, nas falas individuais, assume uma centralidade diferenciada, decorrente da conexão feita entre os assuntos da entrevista e a identidade pessoal como cabroboense.

pecuário 2006 do IBGE). O acesso a essas terras dá-se por estradas de barro cobertas de pedregulhos, com longas distâncias entre uma casa e outra. Nas pequenas propriedades, a produção é, majoritariamente, de cebola e arroz, complementada, em geral, com milho, banana, melancia, feijão e tomate, além de criação de animais (bodes, ovelhas, porcos e galinhas). Nas grandes propriedades há produção agrícola, mas a maior atenção é dada à criação de gado e vacas leiteiras⁷⁰. Os grandes e médios proprietários, em geral, não moram nas terras, e sim na área urbana da cidade, visitando a roça pelo menos uma vez por semana. Esse é o caso de dois dos entrevistados desta pesquisa, Sílvio e Túlio, ambos moradores do Centro de Cabrobó e produtores na área de sequeiro. Sílvio (45 anos) é produtor de frutas (goiaba, manga e umbu) e Túlio (50 anos), tem como atividade principal o comércio (possui três lojas), de forma que sua fazenda, de 490 hectares, produz apenas cebola, somente no período de maio a agosto⁷¹.

Por outro lado, as propriedades próximas ou à margem do Rio São Francisco têm não só uma paisagem privilegiada, mas um acesso constante à água que se dá através de bombas instaladas por cada fazendeiro para puxar o líquido para suas terras. Esses produtores constroem barreiros e realizam irrigação por gravidade, como, por exemplo, o entrevistado Evandro (75 anos), que durante mais de trinta anos utilizou esta técnica de irrigação em suas terras, nas quais cria gado e já produziu cebola, arroz, feijão e tomate. Outro fazendeiro entrevistado, Osório (68 anos), possui açude em todas as suas cinco propriedades (somadas dão cerca de mil hectares), além de bomba d'água nas que margeiam o rio. Dedicar suas terras majoritariamente à criação de gado, mas também produz cebola, melão, tomate e melancia. É interessante perceber

70 O levantamento de Produção Agrícola Municipal 2009 (IBGE) apontou uma produção de 30.000t de cebola, 12.000t de arroz, 8.000t de melancia, 1.205t de milho, 1.500t de banana e 289t de feijão. Além disso, o Censo Agropecuário 2006 contabilizou um número de 19532 caprinos, 12439 bovinos, 15566 aves e 1947 suínos em Cabrobó.

71 Em Cabrobó, as terras são utilizadas, majoritariamente, em lavouras temporárias. Enquanto apenas 280 propriedades (total de 523ha) produzem de forma permanente, 1293 propriedades (total de 6142ha) produzem lavouras temporárias. Além disso, 11.464ha de terra (em 1704 propriedades) são de pastagens naturais ou plantadas (IBGE, Censo Agropecuário 2006).

como a condição de proprietários não os afastou do trabalho na terra, como mostram as mãos e pés calejados, e as peles queimadas de sol. No caso de Osório, some-se a isso o fôlego para andar pelas terras e a desentortura com que entorta cercas de arame farpado e se esgueira por entre elas.

Dentre todas estas terras banhadas pelo Velho Chico, a área mais fértil é a Ilha de Assunção, uma região de 5.769ha que é ligada ao bairro Beira Rio por uma única ponte, pela qual é feito o escoamento da produção agrícola (arroz e melancia). Em 1940, o povo indígena Truká reivindicou a retomada dessas terras (os primeiros registros sobre os Truká em Assunção constam do século XVIII) e a demarcação foi realizada em 1984. Atualmente, a população estimada na ilha é de 3.463 pessoas⁷².

Tanto na área de sequeiro como nas terras banhadas pelo rio, os trabalhadores começam o dia muito cedo (por volta das 5 h da manhã) e, por isso, costumam morar nas terras em que trabalham, voltando para casa uma ou duas vezes na semana. Esse foi o caso de Anita (58 anos), que trabalhou nesse ritmo até se afastar da roça por problemas de saúde. Hoje, aposentada, passa o dia cuidando de seus quatro netos e costuma aproveitar as suas noites para colocar a cadeira na calçada e interagir com os vizinhos e algumas vezes ir à igreja. Outro entrevistado que também trabalhou na roça foi Afonso (60 anos), que se mudou do Ceará para Cabrobó quando era adolescente e, desde então, sempre cuidou de terras alheias, plantando ou cuidando das vacas leiteiras. O trabalho nessas terras é informal, cada proprietário costuma ter uma família vivendo na terra e cuidando dela. Nos períodos de safra, contratam meeiros que, por sua vez, podem levar outras pessoas para dividir o trabalho. Para Túlio, esse tipo de relação é um acordo entre as partes.

Túlio - Quando tem safra eu tenho uns meeiro, vai ter... Ele entra com o trabalho e eu entro com o capital, entendeu?

Lena - Tô entendendo.

Túlio - Aí é com eles lá. Geralmente é a família que trabalha pra mim

Lena:- Hum-rum.

72 Informações do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre etnicidade (Nepe/UFPE).

Túlio:- A gente não tem vínculo empregatício, entendeu? É uma sociedade.

Na criação de gado, costuma-se ter um vaqueiro, pago em sistema de quarteação, no qual ganha um de cada quatro bezerros nascidos. Comumente esse empregado mora nas terras com a família. No caso dos trabalhadores responsáveis pelas vacas leiteiras, o pagamento é feito com parte do leite produzido, o que significa que, além de cuidar dos animais, é preciso fazer a ordenha e garantir a venda do leite.

Afonso - Aí, eu sendo aposentado, quer dizer que eu podendo ir tomar, ir descansar... Vou ser obrigado, o que? Me acordar de 4 da manhã, que é pra tirar leite, Porque o cabra tirando leite tem que se acordar cedo, né? Pra no outro... Bem cedo o leite tar na beira da pista pro carro pegar pra trazer pra rua, né? (...) Aí vou trabalhar pra patrão? Sem ganhar nada!

Lena - Oxente!

Afonso - É! O leite! Só por causa do leite que eu fico em casa!

Lena - É mesmo, é?

Afonso - É! A sabedoria dela! Aí eu vou fazer isso aí?! Tu acha que eu devo fazer isso? Não, não dá não!

Embora eu tenha conversado apenas com pessoas que moram na área urbana de Cabrobó, foi possível ter acesso ao que se passa na roça, porque boa parte deles já viveu e/ou trabalhou nessa área. Nesse município não há uma divisão rígida entre trabalhadores do campo e da cidade e parece comum que estes lidem com os dois tipos de atividade ao mesmo tempo ou alternadamente, a depender das oportunidades que surjam. Esse é, por exemplo, o caso de Rogério (34 anos), cabroboense que morou na roça até os 14 anos, e que hoje mora na cidade, tendo como ocupação a carpintaria. No campo, trabalhou com produção de cebola e, na cidade, embora tenha passado a maior parte do tempo prestando serviços, envolveu-se diversas vezes com a produção e/ou venda de cebola. Dentre os entrevistados, Anita, Afonso, Horácio, Evandro e Osório também moraram e trabalharam na roça

Na área urbana de Cabrobó, a maior parte da população trabalha no comércio que se concentra no Centro da cidade, havendo, ainda, uma boa quan-

tidade de mercadinhos, lanchonetes, restaurantes e “lan houses” nos demais bairros. O número de pessoas que trabalha no setor industrial é pequeno, já que atualmente existe apenas uma fábrica no município (de beneficiamento do arroz). Outra atividade que agrega um número considerável de pessoas é a de moto-taxi, principal serviço de transporte de passageiros da cidade, com tarifa padronizada de dois reais por trecho⁷³.

A cidade é calma, com pouco movimento de automóveis. O principal barulho que se ouve é o dos carros de som, um dos principais instrumentos de comunicação da prefeitura e das lojas com a população. Passado o “tempo de briga de famílias”, que ocorreu na década de 1990, a cidade é segura, mesmo quando anoitece e os poucos postes não garantem uma boa iluminação. O perigo que os moradores apontam estaria na BR, em que desconhecidos passam de carro e podem assaltar⁷⁴. Com cadeiras na calçada, os adultos (na maior parte as mulheres) reúnem-se, conversam e observam o movimento, além de monitorarem as crianças, que brincam na rua. Adolescentes se reúnem em algumas esquinas, praças, lanchonetes e “lan houses”. As festas e shows ocorrem basicamente em dois locais: o clube, localizado em uma das praças mais movimentadas do Centro, e o ginásio de esportes localizado junto ao pátio da feira, nas proximidades desse mesmo bairro. Portanto, é no Centro que se concentra a vida noturna da cidade, nos bares, restaurantes e, em grande medida, nas calçadas e canteiros da avenida principal.

Também são importantes para a vida social as atividades religiosas, seja nas igrejas protestantes, espalhadas por praticamente todos os bairros, seja na igreja católica, localizada na praça central da cidade. Além dos cultos, há um envolvimento em outras atividades como procissões, encontros, grupos, corais e bandas. Diana (27 anos), casada com um pastor, participa ativamente da igreja que frequenta, toca instrumentos nos cultos e regê um coral.

⁷³ Em vários pontos espalhados em quase todos os bairros do município há sempre algo entre um e cinco moto-taxistas, vinculados a três empresas/cooperativas locais.

⁷⁴ Há, ainda, relatos de assaltos em alguns pontos da estrada, feitos em parte por pessoas da própria cidade, encapuzadas, mas reconhecidas pelas vítimas. Com a instalação do exército na BR, por causa da transposição, conta-se que os assaltos na rodovia diminuíram, restando apenas um ponto em que ocorrem, no qual estava sendo construída uma guarita policial.

Um dos dias maior agitação em Cabrobó é o sábado, quando comerciantes locais e das cidades vizinhas armam a feira da cidade ocupando aproximadamente seis ruas do Centro. Durante toda manhã e início da tarde é intensa a circulação de pessoas que buscam os mais variados produtos, como verduras, grãos, roupas, eletrônicos e acessórios. Outra feira importante na rotina de Cabrobó é a da cebola, que ocorre toda sexta-feira no mercado da Ceasa. Esta feira é fundamental para a economia da cidade, porque nela ocorre o escoamento de seu principal produto e o contato de produtores e compradores de outras cidades e estados. A cebola, produto tradicional em Cabrobó, é plantada e comercializada intensamente, mas várias pessoas na cidade afirmam que não é interessante viver dela, por se tratar de uma cultura muito oscilante, tanto pelos riscos relativos à produção em si (pragas, problemas climáticos), quanto pela variação nos preços, pois, quando a concorrência aumenta (especialmente a de São Paulo), uma saca de 20 kg pode deixar de custar 40 reais e ser vendida por até 5 reais. A cebola em Cabrobó não é apenas um produto agrícola, é uma parte importante da tradição local, um produto que garantiu o sustento de gerações e com o qual a maior parte das pessoas já lidou. A produção da cebola é, portanto, uma alternativa sempre presente, mesmo que todos afirmem que ela é instável, que já tiveram prejuízos com safras perdidas e desvalorização do produto (ver apêndice AE)⁷⁵.

As escolas na área rural são poucas e só atendem ao ensino fundamental I, de maneira que é necessário que muitos estudantes da roça desçam diariamente em paus-de-arara escolares, disponibilizados pela prefeitura. O ensino é considerado de boa qualidade pela população, mas é comum entre os grupos da classe média e alta enviar os filhos para cursar o ensino médio ou cursinho pré-vestibular em Recife ou Petrolina. Como na cidade há apenas uma exten-

⁷⁵ Na área rural de Cabrobó também ocorre uma produção de maconha, produto que, com quatro safras ao ano e lucro certo, atrai agricultores recrutados para plantá-lo. A colocação de Cabrobó entre os 13 municípios sertanejos do chamado Polígono da Maconha rendeu ao município o estigma de Cabrobonha, que os moradores da cidade repugnam e sobre o qual não costumam falar. Como há um desconforto em relação ao tema e ele não está diretamente ligado ao meu problema de pesquisa, não tratei da produção de maconha nas entrevistas. Mesmo assim, dois dos entrevistados abordaram o assunto para lembrar que a tradição agrícola de Cabrobó não é essa, e sim a produção de cebola e arroz.

são universitária (pedagogia/UPE), os que vão cursar o terceiro grau precisam deslocar-se diariamente, em ônibus e vans, ou morar em uma das cidades do estado em que haja ensino superior (Belém do São Francisco, Petrolina e Recife). Entre os entrevistados, estudaram fora de Cabrobó: Marisa (ensino médio em Recife), Sílvio (ensino médio e graduação interrompida em Recife e, atualmente, graduação em Belém de São Francisco) e Túlio (fez dois cursos superiores em Recife). Além disso, enviaram os filhos para estudar fora: Marisa, Osório, Evandro e Sílvio.

4.2 TRANSPOSIÇÃO EM CABROBÓ

A transposição do Rio São Francisco fez de Cabrobó foco de atenção de movimentos sociais, governo Federal, governos estaduais e mídia. As obras levaram consigo a movimentação de marchas, reuniões, greve de fome, acampamentos, pronunciamentos e palanques – sinais de uma polêmica que não diz respeito àquele município especificamente, mas o envolve de várias formas. Para pensar as repercussões da transposição em Cabrobó é preciso ir além do simples apontamento de prejudicados ou beneficiados, e compreender a situação concreta de gente que, mais que ganhar ou perder, faz interpretações e significa o mundo e os acontecimentos à sua volta. Essa leitura local não é feita com base nas “evidências” tomadas como óbvias por cada polo do debate institucional, e sim em um cotidiano no qual os significados sobre o município, as obras e as águas são compartilhados e modificados em contatos próximos, conversas na calçada e observações que em muito diferem do olhar técnico.

Ao falar dos impactos da obra para os locais doadores de água, tanto o polo favorável à transposição quanto o polo contrário a ela disputavam sentidos sobre o semi-árido e as formas de lidar com o fenômeno da estiagem. Nesse sentido, é importante ter em mente a discussão exposta no capítulo 2 sobre a ideia de necessidade. Na relação feita entre semi-árido e transposição, ocorre uma relação direta entre os conteúdos articulados em torno dos temas *Seca*, *População* e *Obra-Necessidade*. Tanto nos discursos que afirmam quanto nos que negam a necessidade de transpor águas do São Francisco, é feita uma caracterização específica de *População* e de *Seca* que embasam a caracterização do projeto.

No polo favorável à transposição, o discurso majoritário (encampado por Lula e assumido gradativamente pelo MI) é uma caracterização da transposição como “um copo d’água para quem tem sede”, ou seja, uma obra voltada para o consumo cotidiano de populações pobres. A população receptora de água, portanto, é retratada como vítima que precisa da transposição para usos cotidianos, como “beber, tomar banho e manter pequenas roças e pequenas criações”. Para os locais doadores, entre os quais se destaca Cabrobó, a necessidade é retratada em termos da degradação do rio, da falta de esgotamento sanitário e do desemprego. A partir de um colamento discursivo entre revitalização e transposição, esta é colocada como uma obra necessária também para os locais doadores, para os quais levaria qualidade de vida.

(...) ações que visam transformar duas faces de uma mesma realidade. Atender às populações de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte, que sofrem com a seca, e os moradores da Bacia do São Francisco, que muitas vezes não possuem acesso à água de qualidade (MI 14/10/2009).

No caso do polo contrário, os discursos se revezam entre negar a necessidade da obra com uma argumentação de fartura e afirmar a necessidade de outras obras com uma argumentação de carência. Não é um discurso de fácil compreensão. As imagens de fartura trazidas para deslegitimar a necessidade da transposição, dizem respeito às populações com acesso às formas alternativas de captação e armazenamento de água, através das quais surgem pequenos oásis verdes em meio à paisagem dominante, ressequida não por falta d’água simplesmente, mas por ausência de aparato material e técnico para lidar com ela. A produção com formas baratas e simples de captação e armazenamento d’água é o modelo defendido pelo polo contrário à transposição. Por outro lado, as imagens de escassez e o abandono (ribeirinhos em águas poluídas e populações difusas sem água) remetem às populações que vivem às margens de rios e açudes poluídos (onde a revitalização não existe ou é insuficiente), à distribuição falha de água em municípios ribeirinhos e às populações difusas, que não serão alcançadas pelas obras. Nesse caso, as pessoas são tratadas como vítimas não da seca, mas da ausência ou inadequação de políticas públicas para lidar com a estiagem.

4.3 SENTIDOS LOCAIS: SEMI-ÁRIDO DESLOCADO

Foi justamente a respeito dessa caracterização dos locais doadores d’água e suas populações que surgiu a primeira distinção dos discursos dos entrevistados em relação aos discursos institucionais (de ambos os polos do debate). Seguindo uma literatura acadêmica sobre o espaço de minha pesquisa de campo e imbuída nas articulações discursivas feitas pelos grupos políticos favoráveis ou contrários à transposição, eu parti para a pesquisa de campo com uma ideia “pronta” e aparentemente simples sobre Cabrobó como município ribeirinho localizado no semi-árido. Acontece, no entanto, que, como espaço sócio-geográfico da estiagem, o semi-árido não é nem um termo comum no cotidiano dessa população, nem uma realidade compartilhada pela maior parte dos informantes com os quais tive contato (todos moradores da área urbana da cidade). Assim, diferente do que ocorreu nos documentos institucionais, *semi-árido* não é uma categoria central na construção de sentidos realizada pelos entrevistados da pesquisa ao falarem de si mesmos, da cidade e da transposição⁷⁶.

Um ponto inesperado para quem parte dos apontamentos feitos no nível institucional sobre as falhas na distribuição de água em municípios ribeirinhos é que os moradores da área urbana do município não problematizam o abastecimento de água, muito embora quase todos os bairros tenham o fornecimento interrompido em pelo menos um turno do dia. Há uma diferenciação no abastecimento entre os bairros e o acesso a caixas e bombas d’água que faz com que, para alguns, a água falte raramente, enquanto outros, submetidos a um ou dois turnos por dia sem fornecimento, precisam estocar líquido em

⁷⁶ Para perceber e lidar com essa diferença entre os dois níveis de construção de sentidos, foi importante voltar aos princípios metodológicos do interacionismo simbólico, de que não é possível compreender a ação humana sem fazer referência às visões que a embasam momento a momento, ou seja, às interpretações feitas situacionalmente pelos atores a respeito de si mesmos, dos outros e dos demais objetos em questão. Para isso, é preciso adquirir conhecimentos de primeira mão sobre os objetos de estudo, procurando incorporar as conceituações dos atores estudados e, com elas, perceber, nas formas de significar determinados objetos, as suas formas de organização do mundo social (BLUMER, 1997:36-37; BECKER, 2007:29-30).

tonéis e baldes para o uso diário. A despeito disso, quando perguntados se há água suficiente para as atividades diárias, todos os informantes responderam que sim, sendo necessário insistir na pergunta para ouvir algo a respeito de falhas nesse fornecimento (ver apêndice AF). Afonso, por exemplo, mora em um bairro onde falta água toda tarde e, mesmo assim, considera que armazena só por ser “muito prevenido”. Faz isso numa caixa d’água não instalada, que fica na área de serviço de casa. Segundo ele, a água que chega é suficiente para suas necessidades e faltar água é comum na cidade inteira, mas costuma ouvir na rádio que os bairros onde mais falta são Sub-estação e Temperatura. Na hora de explicar essa questão, fica entre apontar o fato de serem bairros mais altos e a impressão de que em alguns bairros de gente “que pode” chega mais água, como no caso do Centro. Os informantes que lidam com a terra em propriedades próximas ao rio ou com açudes dentro de suas propriedades também se referem à estiagem com distanciamento.

Lena - Sempre tem água suficiente para as atividades que vocês precisam realizar?

Evandro - Tem porque, na realidade, todas essas atividades nossas tão na beira do rio, né? Onde a água vem com abundância. A gente, porque o rio São Francisco, cê sabe, a gente tem água... Que disseram aí, que inventaram que o rio, se o governo tirasse, coisa que o rio ia secar, mas é tudo história, tudo história fiada, é quem não conhece. Que hoje, de primeira o rio dava enchente enorme e depois baixava, ficava um nível muito baixo porque não tinha barragem para controlar essas águas, mas com a barragem do... de Tocantins, do, do, do...que fica no, no de Petrolina acima [Sobradinho]. Hoje o rio, essas águas são controladas rigorosamente. Não falta mais água de jeito nenhum, entendeu? E a gente só pode plantar na realidade, as plantações direto têm que ser com a água do rio São Francisco. A água da barragem que fica em Sobradinho, né? Aí aqui é a barragem é quem controla, quem tá controlando as águas do rio São Francisco é essa barragem.

Lena - No caso de outras pessoas, outro agricultor, tem água para todo mundo sempre?

Evandro - Ah, tem. Quem é instalado na beira do rio que tem bomba elétrica, Tem água para todo mundo.

Lena - E quem não tá na beira do rio?

Evandro - Ah, quem não tá na beira do rio, fica na área sequeira, né? Aí é o problema. Nesse ano mesmo, não choveu quase na região, né? Todas as barragens tão, pode-se dizer, seca, ou quase seca, né? Aí fica difícil para esse pessoal, né? Eu acho que vai ser a redenção do Nordeste, vai ser quando o governo terminar essa transposição. A redenção porque, na realidade, vai beneficiar muita gente, né? Ao contrário, aqui no Nordeste, tu sabe como é que é: tem ano que chove, bastante sol, chove sobrando, e tem ano que não chove, como de fato esse ano não choveu, tem região que não choveu, não juntou nem água nas barragens. E é o problema é esse.

Evandro chega a atribuir as dificuldades de produção no semi-árido ao preço da energia elétrica e da mão de obra (não à escassez de água).

Evandro - É, o semi-árido é o seguinte: é a gente... é... a produção tá sendo pouca porque no canto que foi uma coisa que... no canto que é... Essa empresa de energia elétrica, depois que foi privatizada a energia, ninguém pode mais trabalhar com... com a energia tão cara. Chegou um ponto que ninguém... Hoje a gente produz um saco de arroz para vender por... Por 20, 30 reais, o saco, entendeu? Aí não dá para o camarada! Na realidade muita gente, muita gente não tá mais plantando porque na realidade não dá. Porque o que você tem, se for botar numa roça você termina perdendo. E muita gente hoje tá deixando de trabalhar porque justamente não dá. Aí tem a despesa do trator, despesa da mão-de-obra. Mão-de-obra hoje é caríssima. Aí, por cima, vem energia. Energia é uma coisa absurda.

Os únicos que demonstraram preocupação mais direta com a estiagem foram Fernando, um dos diretores da cooperativa agropecuária de Cabrobó, e Sílvio, produtor rural cooperado.

Fernando - A gente não planta todo ano porque depende de São Pedro.

(...)

Lena - E, enfim, as fazendas, como é que fazem?

Fernando - Bom, nós temos as chuvas no início do ano.

Lena - Hum - rum

Fernando - Uns tem suas barragem, barreiros, e aí começa a plantar quando sangra o açude ou quando enche. Mas a cebola é uma cultura de curto prazo, quatro meses cê já colhe ela, entre semear e colher.

Lena - Hum-rum

Fernando - Como o feijão também é rápido. Então estas culturas já são fáceis de plantar de acordo com as chuvas. Já nós temos as frutas nativas, no caso do umbu. Essa aí dá todo ano com a chuva, não precisa replantar, ela dá todo ano, como também temos as mangueiras e as goiabeiras.

Fernando afirma que na área de sequeiro não há produção de cebola durante o ano inteiro e que, havendo já muitos produtores de arroz na cidade, os agricultores da cooperativa buscaram outra alternativa a essas culturas tradicionais, que também se adequasse ao regime de chuvas do sertão⁷⁷. Em uma assembléia de reestruturação da cooperativa, os produtores optaram por investir em frutas nativas como umbu, manga e goiaba. A cooperativa vem buscando, desde então, formas de escoar o produto a preços lucrativos e, paralelamente, tentando junto aos governos estadual e federal, implementar um sistema de beneficiamento, vendendo já as polpas de fruta prontas.

O interessante é que, mesmo escolhendo um produto adequado para a situação local de disponibilidade de água, esses produtores não tomam como solução o modelo de captação de água através de cisternas, apresentado pelo polo contrário às obras como ideal para essas condições (visto que possibilita que a água dos barreiros dure mais e a produção continue no período de estiagem).

Lena - Vocês fazem captação de chuva? Cisterna, este tipo de coisa?

Fernando - Nosso município, ele é bem assistido com cisterna pra o consumo humano.

Lena - A implementação das cisternas, quem foi que veio?

Fernando - Elas são feitas geralmente através de programas do Governo Estadual. Mas tivemos um período aí, na criação do

⁷⁷ As propriedades dos cooperados têm extensão de, em média, 200 hectares, o que, afirma Fernando, “na área de sequeiro não é muita coisa não, porque sem água...”

Conselho de Desenvolvimento Municipal, que é constituído de 80% de associações rurais e 20% de entidades civis e órgãos governamentais também, como prefeitura, câmara... Então lá, eles fazem a demanda das suas necessidades... Não tanto aqui em Cabrobó, veja, você vê, em outros municípios há uma demanda maior por cisterna. A gente aqui é muito pouco.

Lena - Porque a demanda não tem (sobreposição de fala) Fernando - Já tem o poço, o pessoal aqui ainda pede o poço, pede o poço...

Lena - Por quê?

Fernando - Algumas delas [das propriedades] têm água realmente, assim. É porque a questão do poço, ele pode ter água o ano todo e a cisterna não, só na época da chuva.

Lena - Mas o poço aqui não saliniza muito não?

Fernando - Em algumas regiões, concordo com você, uma das fazendas que eu tinha, coitado, até o bode não bebia não aquela água salgada no segundo semestre. É interessante, no primeiro [semestre], com as chuvas, ela não salinizava, impressionante, mas, no segundo semestre, quando a gente ia tirar água daquele poço, ela salinizava.

Lena - Hum-rum É... Que tipo de, de ferramenta de captação de água que vocês usam?

Sílvio - O principal seriam os açudes, as barragens. Essa é a principal, pra você armazenar a maior quantidade possível de água, agora...

Lena - E se não tiver açude dentro da terra?

Sílvio - Usa-se também a questão dos riachos. Eles são perenes por um período de 4 a 5 meses, eles ficam... Alguns deles com a água correndo direto pra o rio aí. E a terceira [fonte de água] é a chuva (risos)

O único entrevistado que se mostrou mais animado com a ideia de cisternas foi Túlio, apesar de ainda apresentar uma falta de intimidade com a ferramenta que, segundo conta, foi construída em sua fazenda pelo Governo do Estado, há um ano.

Túlio - E também a gente tem captação de água, é... Da chuva, tem aqueles poço, né? Aqueles poços que fizeram cobertos.

Lena - Hum-rum
Túlio - Que o Governo do Estado faz, nós temos aquele também.
Lena - Cisterna?
Túlio - Cisterna.

Túlio, que foi procurado para a instalação da cisterna por um parente que trabalha na prefeitura, contou que elas foram colocadas em muitas outras terras e elogiou por isso o Governo do Estado. Desde essa instalação, garante ele, não houve falta d'água em sua propriedade e a água extra tem garantido menores retiradas do açude que, assim, acumula água suficiente para irrigar os 490 hectares da terra - através de uma moto-bomba movida a óleo, já que não dispõe de energia elétrica.

Sobre essas cisternas, porém, uma das pessoas com quem conversei denunciou, com o gravador desligado, que alguns agricultores que as receberam depois desfalcarem a ferramenta, vendendo as placas de zinco instaladas para fazer a captação de água. Essa prática parece mostrar que a importância das cisternas para um abastecimento autônomo não foi ainda totalmente compreendida - seja por falta de treinamento para os que a receberam, seja por algumas pessoas confiarem em outras formas de abastecimento (açudes ou carros-pipa, por exemplo)

Diante da questão do que esses produtores atingidos pela estiagem podem fazer diante da falta d'água, a maior parte dos entrevistados apontou a solicitação de carros-pipa, inclusive aqueles que percebem as falhas nesse sistema (ver apêndice AF). Todos apontaram a prefeitura como fornecedora de carros-pipa, havendo, ainda, referência ao fornecimento por parte do exército⁷⁸.

Dois dos entrevistados, ao falar sobre os carros-pipa afirmaram que eles nem sempre são fornecidos gratuitamente, podendo haver cobrança financeira indevida ou necessidade de apadrinhamento político.

⁷⁸ É interessante perceber como a presença do exército em Cabrobó, significada pelo polo contrário à transposição como repressiva (já que publicizada no momento em que manifestantes acampavam no canteiro de obras), é hoje tomada pela população como responsável por ajudar produtores locais. Isso faz pensar sobre a maneira como se dá sua relação com os moradores da cidade, visto que o fornecimento de água em locais sem abastecimento cria fortes laços de dependência e gratidão.

Lena - Estes carros pipas vão gratuitamente ou tem alguma taxa?
Entrevistado 1 - Sss.. São pra ser gratuitamente...
Lena - Hum. E na prática?
Entrevistado 1 - (pausa) Não sei (risos de ambos). Não me comprometa!

Lena: - E fazenda, roça, quando falta água?
Entrevistado 2 - É, aí vai [carro-pipa]. Mas vai comprado, né?
Eles dá também, né?
Lena: - eles quem?
Entrevistado 2 - prefeitura.
(...)
Lena: - Quando é que... Quem é que consegue carro pipa da prefeitura de graça? Quem é que tem que comprar? Tem alguma diferença?
Entrevistado 2 - Realmente, assim. O cabra pede quem é como... Assim, como é que diz... Quem tem aqueles vereador, né? Que o cabra chega mais e é mais... Comunica com ele, né? Aí só pede. Uns pede, outros dão. Outros dá só promessa, né?

Apesar da importância citada por muitos de ter arranjos políticos para garantir os carros-pipa, Fernando afirma que esse não é um ponto de reivindicação dos produtores na cooperativa.

Fernando - Na realidade, assim, pelo menos pra gente não chega esta demanda, dos nossos cooperados, não chega esta demanda pra nós não sobre esta questão da água.
Lena - Porque eles estão próximo da área de (sobreposição de fala) Fernando - Não sei se já são atendidos pelo próprio governo, se não sabe que talvez tenha essa condição, que a gente podia até fazer parceria, né? Mas eles não demonstraram essa preocupação. Ou seja: claro, se chegasse esta demanda pra gente, a gente poderia correr atrás, pra dizer assim, se movimentar, mas não chegou nada de demanda pra nós em relação a essa parte, a isso.

Embora, no que diz respeito aos beneficiários das obras, haja alguma correspondência entre as falas dos informantes e a argumentação de "água para quem tem sede", trabalhada pelo polo favorável à transposição, o mesmo não se dá com a atribuição de sentidos à transposição para Cabrobó. Se, por um

lado, Sílvio e Fernando apontam a necessidade de melhorar o fornecimento de água na área de sequeiro, os demais informantes pouco falaram na questão e, em geral, tomaram os carros-pipa como alternativa dada ou as adutoras como soluções simples, em vias de implementação (ver apêndice AF e AG). De qualquer forma há, entre todos eles, uma concepção de soluções aparentemente simples para o abastecimento, ligados à retirada de água do rio, desconsiderando a necessidade de outorga e o limite de vazão. Sílvio, por exemplo, sabe que retiradas de água no percurso podem prejudicar o fornecimento para o destino final, mas, mesmo assim, não parece imaginar que o limite de vazão a ser retirada do São Francisco para a transposição possa impedir que parte dessa água fique em Cabrobó.

Sílvio – Então, com diversas adutoras, nós poderemos virar um celeiro aqui, de produção agrícola. E aí, como eu disse, esse pode ser o segundo passo, essas adutoras podem vir com essa transposição. Que ficará, ela cortará o nosso território e diversas adutoras saindo da transposição. Saía um meio mais barato, depois, do que cada um puxar uma tira, uma tubulação do São Francisco pra atender aquela fazenda, aquela outra, aquela outra (...) Se tá passando a água, fica fácil tirar com as adutoras. Seria, eu acho, que o segundo passo, que poderá acionar, assim, o poder executivo municipal ou também o estadual... Seria lá na frente, como ocorreu que inicialmente a água foi tirada daqui para Salgueiro - e inicialmente era só pra Salgueiro - depois foi extensivo pra municípios vizinhos.

Torna-se compreensível, então, que, ao falar da própria vida e trabalho, os informantes da área urbana e que produzem com acesso ao rio ou açudes não tenham feito referência a conteúdos relacionados à estiagem ou usado termos como semi-árido e seca. Ocorre um afastamento em relação à ideia de semi-árido, referido como algo que não está diretamente ligado às suas vidas. Na livre-associação, alguns demonstraram dificuldade em fazer comentários sobre o termo (o que, em partes, pode ser atribuído à pouca familiaridade com a palavra em si) e outros até procuram negar sua inserção nesse espaço, delimitado pela ideia de quentura e estiagem.

Marisa - Aí... Deixa eu ver, o semi-árido... (pausa longa) Eu não... Não é todo, sabia? Cabrobó tem a parte boa, o terreno é muito bom aqui.

Lena- Me fala um pouquinho disso

Marisa - As terras são boas são produtivas, aqui antigamente era conhecido com a terra da cebola. A maior produção do arroz saía de Cabrobó, deste estado todinho era de Cabrobó, da ilha, da Ilha de Assunção e... Hoje tem a fama ruim, mas a terra é boa, é produtiva (...) Assim, é por conta que... “Semi-árido é o sertão, seco”, né? Mas, não... Também tem, só em você morar na beira do Rio São Francisco... Porque aqui também tem o privilégio de ter o rio passando no meio da cidade, né? Aí não é tão assim também não.

Túlio - Eu vejo um futuro bom pra Cabrobó. Como eu já falei sobre a região que a gente vive, é muito privilegiada. Se viver no semi-árido com, com um potencial desse hídrico, não é?

Visto que os problemas centrais apontados em Cabrobó não estão relacionados à estiagem, a significação a respeito da transposição ocorre a partir de dois eixos distintos: de um lado, as ideias sobre a necessidade ou não das obras para os que são imaginados como beneficiários e, de outro lado, as mudanças percebidas no próprio município.

4.4 LUGAR DAS OBRAS, LUGAR DA POLÊMICA

Quando Cabrobó foi definido como local de captação das águas do Eixo Norte da transposição, a primeira movimentação que começou na cidade por causa disso não foi de engenheiros, trabalhadores e máquinas, e sim de políticos em palanques que a anunciavam e, por outro lado, de manifestantes que a denunciavam.

Entre 26 de setembro e 5 de outubro de 2005, o bispo de Barra (BA), Dom frei Luiz Flávio Cappio, realizou um protesto político-religioso de “jejum e oração” (a chamada greve de fome) em Cabrobó, na capela São Sebastião, a cerca de 3 km da sede do município. No dia 4 de outubro (dia de São Francisco e aniversário de Cappio), uma manifestação de apoio ao bispo na luta contra a transposição interrompeu, durante duas horas, o trânsito da estrada que liga

Petrolina a Cabrobó. Nesse período de efervescência, a polêmica começou a envolver mais de perto pessoas da cidade e houve movimentação no Centro de Cabrobó, começando com protestos contra a transposição que logo foram respondidos com manifestações favoráveis às obras, encabeçadas pela Associação dos Lojistas da cidade. Sílvio contou-me que, entre outras ações, duas chamaram mais atenção: 1- a confecção de camisetas com a palavra NÃO e com a palavra SIM, usadas por pessoas contrárias e favoráveis à transposição, respectivamente; 2- abordagem dos manifestantes, no Centro, para pintar carros e vitrines de lojas com o “sim” ou o “não”. Diana contou, ainda, que, na escola, debates e protestos foram organizados com o objetivo de barrar a transposição.

Passada essa primeira fase de protestos, Cabrobó voltou a receber agentes dos dois polos da disputa, em 2007. Em 15 de junho, o ministro da Integração, Geddel Vieira, visitou o marco zero das obras, acompanhado por políticos dos estados favoráveis às obras, como o governador pernambucano, Eduardo Campos. Entre 26 de junho e 4 de julho, cerca de 1.500 manifestantes contrários à transposição acamparam no mesmo canteiro de obras e receberam a visita de Cappio. Ao mesmo tempo, políticos e movimentos sociais favoráveis à realização da obra faziam reuniões e manifestações, recebendo o apoio de toda a grande mídia pernambucana. Em 16 de outubro de 2009, Lula fez uma caravana pelas obras da transposição e visitou o canteiro de obras de Cabrobó, onde discursou para os trabalhadores, moradores da cidade e pessoas que lá foram para vê-lo. Em seguida, visitou a Vila Produtiva Rural Junco, construída para a população relocada, e fez o sorteio das primeiras casas a serem entregues.

A transposição, portanto, tornou-se foco de atenção na cidade de duas maneiras distintas: por um lado, a partir do anúncio, feito pelo então presidente e reforçado pelo prefeito a respeito dos empregos a serem gerados e dos benefícios a serem recebidos pelo município; por outro lado, a partir das discordâncias em torno do projeto, que ganharam dimensões consideráveis em Cabrobó nos períodos acima descritos.

Nas entrevistas, porém, as falas sobre a transposição não faziam referências a essa polêmica, sendo necessário, para isso, que eu perguntasse o que as outras pessoas comentavam antes do início das obras, quem fora em Cabrobó falar sobre a transposição, se algo de ruim ocorrera ou poderia ocorrer por

causa delas, etc. A partir dessas questões, a existência de discordâncias em relação às obras foi sendo relatada em termos de fatos ocorridos na cidade. Procurei estimular os informantes a explicar quais seriam as razões dos atores apontados como contrários para se posicionarem de tal maneira e o que o próprio entrevistado pensava a respeito de tais razões. Os argumentos favoráveis às obras, por outro lado, apareceram, em geral, já nas avaliações sobre os impactos da transposição na cidade. Perguntei sobre as fontes de informação quando os entrevistados falavam dos argumentos favoráveis e, novamente, quando passavam a falar dos argumentos contrários à transposição. Um dos pontos importantes que surgiram dessas questões foi que apenas um dos dez entrevistados (Evandro) afirmou ter a mídia como fonte prioritária de informações. Para os demais, a principal forma de adquirir conhecimento sobre o assunto e ficar a par do andamento das obras é a troca de informações face a face, seja com vizinhos e conhecidos, seja com trabalhadores e responsáveis pelas obras, seja ouvindo a opinião de pessoas “de mais leitura” (ver apêndice AH).

Lena - É. E, me diga uma coisa: quando você fica sabendo dessa coisa da transposição, é por que fonte de informação? É televisão, é conversando, é pelo jornal (sobreposição de fala) Osório - Não, aqui é o assunto da cidade. Eu... que é logo aqui perto

Um dos pontos sentidos nas entrevistas foi uma dificuldade dos entrevistados para tratar das questões técnicas ou dos debates políticos a esse respeito, expressa tanto em tentativas de evitar o tema quanto em demonstrações de um descrédito de si mesmos como informantes sobre o tema (ver AH). A esse afastamento está ligada, ainda, uma sensação de impossibilidade de interferência (ver apêndice AI). Se, por um lado, o afastamento criado pela linguagem técnica parece gerar uma aceitação de que não é possível interferir no projeto ou de que ele já está bem embasado (ver apêndice AJ), por outro lado, esse afastamento parece gerar também uma desconfiança relacionada à sensação de não-pertença e de não-esclarecimento (ver apêndice AK).

Entre o afastamento em relação às questões técnicas e a desconfiança a respeito delas, é possível perceber que o saber desses especialistas não é foco de interesse dos atores entrevistados. Questionados sobre como a água seria trans-

posta, alguns afirmaram não saber e outros tentaram explicar, mas todos, em um ou mais momentos, apontaram que a forma mais segura de obter informações é visitar o canteiro de obras e conversar com os trabalhadores. Percebe-se então que, embora a maior parte dos informantes não se sinta suficientemente informada ou capaz de julgar a transposição de uma maneira geral, a maior parte deles também não pensa que seja necessário buscar documentos oficiais, autoridades ou mídia para saber sobre ela.

Esse caso mostra que, como argumenta Becker (2006), nem sempre os atores sociais se submetem a sistemas peritos, cujo poder consiste no monopólio (real, argumentado ou imaginado) do conhecimento a respeito de algum campo de atividade. Quando a distância entre o tipo de informação desejada por um indivíduo e o tipo de informação disponibilizado por especialistas profissionais é muito grande, estes não são sequer considerados como fonte confiável de informação. Becker exemplifica essa situação com o caso dos “gurus de computador”, em geral colegas que costumamos buscar para resolver dúvidas tecnológicas e que suprem nossas necessidades sem serem profissionais. Esses mesmos gurus, por sua vez, também têm pessoas com mais conhecimento a quem recorrem e que também não costumam ser profissionais. Assim, o que define quem serão os especialistas a ser consultados nem sempre é uma hierarquia de saber técnico, podendo ser um conhecimento sobre quem é mais acessível e possui as informações desejadas. É nesse sentido que parece estabelecer-se a importância dos trabalhadores como informantes preferidos, pois, além de verem as obras com os próprios olhos, estão acessíveis e falam a mesma língua que a população.

Afonso - O pessoal trabalha, não sabe? E a gente conversa com eles, né?

Lena - O senhor conhece muita gente que trabalha lá?

Afonso - É. Aqui mesmo tem um que trabalha. Aqui, o filho dessa menina trabalha lá (...). Até devia ter procurado ele logo, né? Pra te explicar alguma coisa (...) Aí conversando mais ele, podia ser que ele explicasse melhor, né?!

Lena - Hum-rum

Afonso - É que eu nunca andei pra lá. Sei por boca do povo, né? Que é bom o cabra saber, pra poder contar com certeza, né?

Lena - É... O senhor sabe me dizer, assim, como é que a água vai ser levada?

Osório - Sei não, ainda não fui lá não

Lena - Ainda não foi lá...

Osório - Você tá bom de ir lá e visitar

Quando falam da polêmica em torno da transposição, as fontes de informação através das quais os informantes têm acesso a argumentos favoráveis às obras são variadas (trabalhadores, vizinhos, grande mídia, discursos de Lula). As fontes de informação sobre a oposição ao projeto, porém, não ficam claras a princípio. Era quando eu começava a perguntar sobre as conversas na cidade que ficava perceptível que é nos diálogos com pessoas conhecidas que as dúvidas são colocadas e debatidas.

Túlio - E dizem que é mais pra consumo, agora muita gente tá dizendo que vai... Aí tá a polêmica, que vai ser pra os latifúndios, né? Grande latifúndio, coisa e tal. Aí só vendo. Uns diz uma coisa e outros diz outra, a gente tá, a gente fica... Não é?

Lena - Quem é que diz uma coisa e quem é que diz outra, nas tuas fontes de informação?

Túlio - Não, são as pessoas, são uns colegas meus de várias... As pessoas com mais leitura, com mais... Sabe? Aí todos têm dúvida, né?

Lena - Você costuma conversar sobre isso com os funcionários, com vizinhança (sobreposição de fala) Túlio - Sim, sim.

Lena - Como é que vocês conversam, qual é mais ou menos o tom dessa conversa?

Túlio - É sobre é, é... O medo que muitas pessoas têm, né? Porque eu gosto de ver os dois lados, né?

Lena - Hum-rum.

Túlio - É... E aí há uma interrogação muito grande, uma, né? A gente vai [conversando] sobre o impacto de, de, dessa obra, né?

Lena - Qual o medo que as pessoas têm?

Túlio - Aqui tem muitas pessoas que é... têm medo de, de... a vazão diminuir demais, tá?

Lena: - com quem é que tu se informava?

Diana - Pelos professor, por pessoas; televisão era muito difícil. Mas era tudo assim, a gente ia... Teve uma época que veio até, assim, um padre pra cá, fazer um movimento também. A gente se informava mais assim.

(...)

Lena - E hoje em dia, assim, agora que a obra já tá acontecendo, quais são, assim, por onde é que tu se informa hoje? É ainda conversando com pessoas ou tem outra ...

Diana - É conversando com pessoas, porque nem estudar mais eu estudo né? Mas converso com as pessoas e às vezes a gente vai mais de perto. Aqui não, mas a gente vai passando em alguns lugares que tem pessoas trabalhando e eles comenta.

Parte da avaliação feita pelos entrevistados a respeito dos argumentos surgidos na polêmica decorre da avaliação a respeito dos grupos aos quais esses argumentos são atribuídos. Assim, em uma interação na qual um argumento sobre a transposição seja discutido, ganha importância não apenas a coerência e clareza do argumento em si, mas também a motivação que cada interlocutor tem, a interpretação que faz sobre o outro (e sua motivação) e, ainda, a interpretação de cada um sobre os atores e grupos que parecem alinhados com tal abordagem (STRAUSS, 1999:63-65). Essa complexidade está envolvida sempre que se tenta compreender uma situação não-convencional e os atos de determinados atores em tal situação.

Não se pode responder a semelhantes perguntas sem decidir que nomes atribuir a cada um no drama particular – isto é, as identidades situacionais de todos eles. Mas essa categorização requer também que se julguem os motivos deles. O caráter inferencial de tudo isso é sublinhado pelos enganos, fúteis ou sérios, que se podem cometer ao dar nome aos atos dos outros (STRAUSS, 1999:64-65).

Para facilitar a compreensão desses procedimentos avaliativos na fala dos entrevistados, tratarei separadamente o aparecimento de argumentos do polo contrário e do polo favorável, procurando esclarecer como se relacionam entre si, a que atores (e motivos) são atribuídos e como são articulados discursivamente pelos entrevistados.

4.4.1 Leituras dos discursos contrários à transposição

A existência de oposição às obras foi relatada por todos os entrevistados, que a atribuíram a um ou mais dos seguintes fatores: 1- preocupação com os recursos hídricos (redução no nível das águas do rio); 2- ambientalismo (preocupação com a degradação do rio); 3- coisa de índio; 4- religiosidade.

Como foi visto no capítulo 2, um dos pontos em torno dos quais o polo contrário à transposição se articulou foi a denúncia do atual estado de degradação do Rio São Francisco, a partir da qual surgiu a demanda pelo cancelamento da transposição e pela realização de uma revitalização autônoma (guiada pelo CBHSF e pelas populações ribeirinhas). Ao falar das demandas ambientais, no entanto, os entrevistados afirmam que a exigência dos que protestavam não era o cancelamento da transposição, mas tão-somente a realização, antes dela, da revitalização, que em geral é reduzida a afirmações mais ou menos dispersas sobre a necessidade de “limpar o rio”.

Marisa - Não, teve... Aqui teve um... Teve até um padre que veio pra cá fazer movimento, dizendo que... Contra a transposição, né? Mas eu acho que não... Eu não fui contra não, porque se é pra o bem de todo mundo, né? É água que vai levar. Tanta água que tem aqui! Eles queriam que primeiro fizesse a re... é... Como é que eles dizem? É o rio, não era? Pra limpar o rio primeiro, pra depoooois fazer a transposição, (Pausa e baixa de tom) mas...

Lena - É... Me conta um pouquinho melhor desta história do padre. Como é que foi por aqui?

Marisa - Muito movimento aqui, viu? Ele... Arranjou logo, teve apoio aqui de algumas pessoas, ficou hospedado numa fazenda. E esta fazenda, menino, foi muita gente de fora que veio de vários estados pra ver o que estava acontecendo em Cabrobó, porque ele fez... Ele ficou sem comer, sem beber água, sem nada, pra poder... As autoridades, né? Como diz, assim, pra as autoridades ficarem comovidas com aquilo ali, porque ele era, porque ele é contra a transposição. Aí tentou todo tipo de movimento, mas...

O único entrevistado a fazer a relação e apresentar mais claramente o que é a degradação do rio (assoreamento, desmatamento de matas ciliares, despejo de esgoto, poluição por atividades produtivas) foi Túlio:

Lena - É... tu falasse que teve até greve de fome, né?
Túlio - Foi.
Lena - Tu pode me falar um pouquinho sobre isso?
Túlio - Foi um, um... O bispo, né? De Barras, é... Cappio, ele veio aí, veio duas vezes fazer essa, essa greve aqui. Uma aqui em Cabrobó e outra em outra cidade, não sei. Mas... E aí teve os debates, teve tudo, eles informaram que tinha pessoas a favor e contra. Veio governadores a favor e contra, né?
(...)
Lena - Foi? E como é que foi isso?
Túlio - Ele tentava esclarecer, né? Da agressão que... A gente gosta de ouvir as duas partes, né?
Lena - Então. Porque tu tava me contando um pouquinho do que Lula falou. Qual era o argumento desse outro lado?
Túlio - Que é prejudicial demais.
Lena - A quem?
Túlio - Ao Rio São Francisco e à população ribeirinha, tá entendendo? A agressão, sobre a agressão que um diz que não vai agredir tanto e o outro diz que vai agredir demais, tá entendendo? Tem as duas... E a gente vai, só o tempo é que vai... Né?

A maior parte das falas sobre a oposição ambientalista associa a ela uma exigência de revitalizar o rio antes da transposição, não a uma negação absoluta da transposição (ver apêndice AL). Uma questão importante para essa leitura é que, embora agentes do polo contrário às obras tenham ido a Cabrobó diversas vezes, a maior parte dos informativos distribuídos e que ficaram na cidade posteriormente não diz respeito à transposição⁷⁹. Marisa e Horácio fizeram referência a esse material. Essa interpretação foi feita por Marisa e Diana a respeito do bispo de Barra (BA), Dom frei Luiz Flávio Cappio, muitas vezes

79 Uma das gráficas da cidade manteve, em uma pasta, tudo que havia sido distribuído pela cidade no período inicial das obras. Quando fui atrás desses documentos, porém, informaram-me que os materiais do governo haviam sido retirados (restou um informativo do Governo do Estado sobre a política participativa de Recursos Hídricos). Quanto aos materiais do polo contrário (que também podem ter sido desfalcados), havia revista e panfletos sobre projetos de despoluição, revitalização e educação ambiental. São eles: um informativo do programa Manuelzão (UFMG), uma publicação sobre a recuperação de matas ciliares (UFMG), um folder do CBHSF explicando a estrutura do comitê e suas finalidades; um folder do governo de Pernambuco sobre a Secretaria de Recursos Hídricos. Nenhum documento fazia referência à transposição.

apontado nas entrevistas como alguém que não era contra a transposição, apenas queria que, antes dela, houvesse uma revitalização. A trajetória de Cappio junto à CPT e às populações ribeirinhas, porém, fez dele um dos maiores opositores da transposição, com críticas aos grandes negócios e defesa de uma priorização absoluta dos pobres e de uma revitalização ampla e independente da transposição – projeto condenado como grande negócio voltado para os empresários. A presença de Cappio em Cabrobó e a atenção gerada pelo jejum e pelas missas que ele celebrava diariamente atraíram não apenas militantes anti-transposição, como também pessoas com motivações religiosas⁸⁰. Por esta razão, Sílvio afirma, em alguns momentos, que a oposição às obras era apenas uma questão de religiosidade.

Lena - Tu achas que alguma coisa pode ter sido prejudicada por causa da transposição? Ou alguém?
Sílvio - (pausa) eu vi alguns movimentos (pausa).
Lena - Hum
Sílvio - Índios... Alguns que sabiam o objetivo da obra... E... Mas já outros também fazendo movimento contrário [a essas pessoas], como a CDL, que é a associação de lojistas, lá pintando carro, “nós somos favoráável”
Sílvio - Então nós tivemos, assim, a cidade, no início, dividida. E até camisas com “sim” e camisas com “não” (risos).
Lena - É... E esse pessoal que pintava o “não”, qual era a demanda? Qual era o questionamento em relação à obra?
Sílvio - Muito interessante: não justificavam! Era “não” porque era contrário, porque veio um bispo, questão de religiosidade. É... Alegavam isso. Às vezes até política, por ser contrário à política de quem tava implantando a transposição⁸¹.

O elemento religioso de fato esteve presente na disputa, gerando, inclusive, uma “troca de farpas” entre a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e os

80 A prática religiosa casada com discurso político-ambiental já fora realizada antes por Cappio. Na peregrinação pela trilha do São Francisco, entre 1992 e 93, o bispo e seus companheiros levaram consigo uma imagem do São Francisco Peregrino e, além das reuniões e encontros de mobilização, realizaram centenas de celebrações (com direito a canto e oração) e bênção de animais, plantas e sementes.

81 Citações adicionais no apêndice AM

movimentos de base derivados da Teologia da Libertação (Comissão Pastoral da Terra, Comissão Pastoral da Pesca e Conselho Indigenista Missionário). Enquanto Cappio tornou-se ícone deste último grupo, o bispo Dom Aldo Pagotto, da Paraíba, exerceu papel semelhante na defesa das obras. A simbologia utilizada por Pagotto, a um só tempo cristã e sertaneja, era uma cruz feita de latas, remetendo à imagem, muito utilizada por Lula, de pessoas carregando latas d'água na cabeça. Além deles, vale destaque para Geddel, que criticou Cappio sempre reafirmando ser cristão, e Lula, que apelou para a caridade cristã como legitimação de uma política de Estado ao afirmar, no lançamento do PAC, no Ceará, que “quem é cristão, não nega um copo d'água ao seu irmão nordestino”.

Diante dos alertas sobre o limite de vazão⁸² e da redução do nível das águas do rio (que já vem ocorrendo desde a construção das primeiras barragens e a intensificação do desmatamento nas margens), o polo contrário acabou encontrando reforço em uma imagem forte no imaginário sertanejo, de que o rio um dia pode secar ou, na fala de Padre Cícero, virar cacimba, como me explicou Quitéria:

Quitéria – [virar cacimba] quer dizer que ele [o rio] não ia ter força de vir pras encanações, pras casa. Ele dizia isso: “o Rio São Francisco ainda vai dar cacimba”. Aí todo mundo tava assombrado. Mas até hoje, graças a Deus, nós temos água nas torneira, só que muita gente sofre falta d'água aqui. A gente tem água bem cedinho, faz o café, quando é de 8, 9 horas, falta água nas torneira. Aí fica, fica e só na hora de botar o almoço tem água de novo.

Lena – Tinha mais alguma coisa? Quem é que falava que era contra ou que tinha medo da transposição? O que mais é que era dito?

⁸² Vale ressaltar que o limite de vazão, sempre lembrado pelo CBHSF, não diz respeito a previsões de catástrofe, mas a um limite estabelecido de retirada de água do rio que já existia antes do projeto de transposição e já esteve em disputa antes. O argumento é que a retirada de água que será feita dessa obra diminui a vazão livre do rio, que poderia ser direcionada a usos considerados prioritários, como consumo humano e dessedentação animal, além da pequena produção, que seria viabilizada através de adutoras, sem a transposição.

Quitéria – Não, não, não, só tinha aquela história do Padre Cícero, que era... O pessoal mais velho sempre dizia: “palavra de Padre Cícero não se joga no chão”.

Esse episódio é especialmente interessante quando se leva em consideração que há uma forte presença do elemento religioso na significação da seca pela população sertaneja⁸³. Por outro lado, Evandro e Marisa partilham uma impressão do Velho Chico como imenso o suficiente para que a água transposta não faça falta, bem como de um desperdício na água que ele joga no mar – como propagandeado pelo polo favorável (ver apêndice AN).

Independentemente de crerem ou não na possibilidade de morte do rio, os que já têm problemas com o abastecimento de água e/ou sentem os impactos no rio mais diretamente (impossibilidade de navegá-lo pela diminuição do nível das águas e redução do número e variedade de peixes, por exemplo), demonstram um temor mais acentuado em relação aos impactos da transposição.

Anita - Eu não entendo [da transposição]. A única coisa que eu... É... Faz é preocupar futuramente a gente ficar sem água

Lena- Por quê?

Anita- Sei lá, porque, assim, quando é no mês... Final do ano, as água baixa muito. Aí, se já baixa muito, aí tirando... Aí eu tenho medo de chegar a faltar pra nós aqui. Porque a água, a água baixa, aí depois... É... tirando pra vários lugar... Aí eu tenho medo de faltar pra nós...

Afonso - Eu acredito que quando eles coisar essa água pra lá, vai diminuir um pouco, mas não vai acabar de tudo não. Não é possível que Deus vá fazer isso, né? Acho que não. Não acaba não. Fica pouca, né? Porque a água tá pouca. Quem viu essa água, do jeito que era o rio, pra ver agora... É um riacho!

(...)

Afonso - Rapaz, eu acredito que... Sei não, o negócio é meio feio, viu? Realmente assim. Não, mas não tem mais jeito não, porque devia ter... quando pra começar né? Já começou, tem que ir pra frente (...) Realmente [a água] vai diminuir muito, né? Eu acho que vai.

⁸³ Sobre esse tópico, ver Gomes (1998).

Ponto importante na argumentação da CPT contra a transposição são os prejuízos que as obras acarretam para os povos indígenas – preocupação reforçada pela ligação entre a CPT, a Comissão Pastoral da Pesca (CPP) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Os Truká, moradores da Ilha de Assunção, colocaram-se contra a transposição por duas razões principais. A primeira é que parte da área desapropriada pelo governo para a realização das obras faz parte da área requerida por eles no processo de demarcação de terras realizado pela Funai. A segunda é a interferência em áreas por eles consideradas sagradas⁸⁴. Guiados por esta preocupação com o rio, os grupos indígenas mobilizaram-se junto ao polo opositor às obras e estiveram presentes em peso nas principais manifestações, como o jejum de Cappio, em 2005, e os acampamentos contra as obras, em 2007. Depois que primeiro acampamento, liderado pela Articulação São Francisco Vivo, foi dispersado, os Truká realizaram outro, também na fazenda Mãe Rosa. Este, porém, não foi noticiado na grande mídia.

Essa articulação, porém, não mobilizou a população não-indígena de Cabrobó, o que pode ser explicado pela especificidade da relação dos povos indígenas ribeirinhos com os impactos dos grandes projetos hídricos e pelo isolamento vivido por esse grupo em relação a grande parte da população do município. A separação entre os Truká e a população de fora da ilha ficou bastante marcada nas conversas informais com entrevistados e pessoas da cidade, das quais ouvi variadas acusações - a maior parte relacionada à exclusividade indígena na Ilha de Assunção. Questiona-se a demarcação de terras, as indenizações (consideradas irrisórias) concedidas aos que foram de lá tirados e a legitimidade da identidade indígena dos Truká. “Imagina que coisa você passar anos na sua terra e, de repente, ser expulso como se fosse um posseiro”, comentou uma das pessoas entrevistadas (ver apêndice AO).

A proteção legal aos índios é questionada tanto pelo viés da “falsa identidade” quanto pela argumentação recorrente de que os indígenas usariam essa proteção para praticar “todo tipo de crime”. Um dos entrevistados, como quem dá uma prova de que os Truká não seriam índios, comentou que tem

⁸⁴ Os Truká, como se pode ver, participaram de outra dinâmica de produção de sentidos sobre as obras, que pode ser bem observada em Monteiro (2008).

um parente “do lado de lá”, que ganhou o direito de viver e produzir na ilha “só porque casou com uma deles”. Por fim, ouvi, ainda, que se esconderiam na ilha, aproveitando-se dessa proteção, até mesmo membros do Comando Vermelho (facção do crime organizado carioca).

Osório - Tem um pessoal aí também que diz ser índio, são os Truká. Não tem nenhum índio. Esse povo também era contra (a transposição), porque eles queria... [gesto remetendo a dinheiro]

Lena - Queriam ganhar em cima?

Osório - Acho que sim, né? Aí ficava, como é que se diz, não querendo aceitar. Mas depois chegou a todo um acordo e quem manda é o homem mesmo, é Lulinha, e passou mesmo

Lena - E além do bispo e dos Truká, tinha mais alguém que era contra?

Osório - Não, não

Lena - O resto era tudo a favor?

Osório - É, tudo a favor.

Esse isolamento dos Truká pode, em partes, explicar a pouca repercussão da construção do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco em Cabrobó, pois a mobilização feita na cidade só conseguiu levar para as plenárias representantes da prefeitura, dos Truká e do assentamento Jibóia (ANA, 2002). As discussões do comitê acabaram ficando restritas a esses grupos, mesmo quando focaram questões caras aos ribeirinhos, como o nível das águas, a limitação crescente à navegação e a redução do número e variedade de peixes.

No caso da CPT, cuja ação foi mais forte nos períodos do acampamento na Mãe Rosa e do primeiro jejum de Cappio, as dificuldades se repetiram. O protesto do bispo transformou-se, em grande medida, numa discussão sobre a greve de fome ser ou não verdadeira (ver apêndice AP); o acampamento na Mãe Rosa foi taxado como “movimento dos índios e sem-terra”. Ao receberem a ordem de reintegração de posse que os expulsava do canteiro de obras, os manifestantes seguiram justamente para o assentamento Jibóia (a 10 km da sede do município), que não é um local acessado pelos moradores de Cabrobó nem pela grande mídia, dificultando a divulgação das ações do movimento.

Nesse sentido, é possível remeter à diversidade de elementos envolvidos em toda situação social e os diferentes níveis em que podem estar relacionados é o que, segundo Becker, confere a complexidade da pesquisa em ciências sociais (e a impossibilidade de fazer previsões):

Em primeiro lugar, mais importante empiricamente, está a dificuldade de levar em conta de maneira sistemática milhões de coisas envolvidas em qualquer situação social: as circunstâncias imediatas da interação (o que poderia ser chamado de nível goffmaniano de interação); os constrangimentos organizacionais e as oportunidades de uma organização social específica (uma escola, uma fábrica, uma vizinhança); as realidades regionais e nacionais mais amplas sobre as quais as pessoas envolvidas numa situação podem não estar alertas, mas que mesmo assim constroem o que vão fazer. Não é nunca uma questão de qual desses é “mais” ou “realmente” importante. Todos jogam um papel (que é muito mais multiplicativo que aditivo) e uma mudança em qualquer um deles muda o curso da interação e seu resultado (BECKER, s/d).

Pode-se perceber, então, que as mudanças no nível político-institucional nem sempre ganharam terreno em Cabrobó, pois, ao mesmo tempo em que peças eram movidas naquele nível, outras peças moviam-se em Cabrobó. Assim, se entre 2004 e 2007 os impactos ambientais eram minimizados pelo Governo Federal, foi nesse período que as questões ambientais ganharam algum terreno em Cabrobó, com a presença de atores sociais pró-revitalização, a construção do CBHSF (ainda que com seu impacto limitado) e o jejum de Cappio, alardeando a possibilidade de morte do rio.

4.4.2 Leitura dos discursos favoráveis à transposição

Os argumentos do polo favorável às obras, na maior parte das vezes identificados pelos falantes como argumentos por eles partilhados, também foram filtrados situacionalmente, sendo relacionados a quatro fatores, dois externos a Cabrobó (1-solidariedade com os beneficiários, 2- apoio a Lula) e dois internos (3- desenvolvimento, 4- geração de renda).

O argumento da transposição como solidariedade apareceu na fala de todos os entrevistados (ver apêndice AQ), mas muitos também apresentaram dúvidas sobre o objetivo social da obra, sobre o uso das águas transpostas e a possibilidade de elas influenciarem positivamente o abastecimento d'água na área sequeira de Cabrobó.

Por um lado, há uma crença no abastecimento humano, fundada em uma razão a mais que o discurso consolidado do polo favorável às obras. O argumento da solidariedade e a minimização dos riscos são reforçados em Cabrobó pelo fato de já haver uma experiência considerada bem sucedida de tomada d'água do São Francisco para outra localidade: uma adutora, construída em 1986, para levar água do Rio São Francisco a Salgueiro, Terra Nova, Parnamirim, Serrita e Verdejante.

Por outro lado, diante da pergunta de quem receberia a água da transposição, os entrevistados apresentam dúvidas sobre o caráter social da obra (ver apêndice AR). A princípio, todos respondiam à questão remetendo a ideias básicas de locais que não têm água, em geral citando nomes de estados beneficiados, mas, diante da minha insistência sobre que pessoas ou grupos dentro desses estados receberiam a água, muitos começaram a apresentar dúvidas, sobre o discurso do Governo Federal, de “água a quem tem sede”.

Lena - É... Tu sabe me dizer pra onde é que vai essa água?

Túlio - Heim? Essa água ele vai, ele vai, esse canal aqui, essa parte aqui, ele vai para o Ceará.

Lena - Hum-rum

Túlio - E dizem que é mais pra consumo, agora muita gente tá dizendo que vai... Aí tá a polêmica que vai ser pra os latifúndios, né? Grande latifúndio, coisa e tal. Aí só vendo. Uns diz uma coisa e outros diz outra, a gente tá, a gente fica... Não é?

(...)

Túlio - Que vai beneficiar o pequeno e outros diz que vai beneficiar mais o grande.

Lena - E o que é que tu acha?

Túlio - Eu acho que vai beneficiar os dois.

Lena - Hum-rum

Túlio - E sempre quem sai ganhando é os grande, né? Mas os dois vão ser beneficiado, eu acredito que sim.

Sílvio argumentou que os protestos que ocorriam antes da transposição não seriam uma estratégia inteligente porque, para que a água transposta fosse bem distribuída, primeiro era preciso haver transposição. Esse, portanto, seria o segundo passo, a ser realizado quando as obras terminassem. Com um pouco mais de insistência minha, ele falou que o primeiro passo, o objetivo inicial, era fornecer água para outros estados, água esta que o governo afirmava ser para o consumo humano e que ele acreditava em tal informação - afirmação que, por si só, demonstra algum nível de dúvida (ver apêndice AS). Diana, por sua vez, afirmou rapidamente que a água provavelmente não seria levada “pra quem realmente precisa”.

Lena - hum-rum... Aí essa água vai ser levada pra onde, assim?

Diana - É... Pra Rio Grande do Norte, parece, parte do Ceará, Piauí...

Lena - Hum-rum. É... Quem são as pessoas, assim, que tipo de gente que vai ser beneficiada com isso?

Diana - eu creio que pra os menor vai ser muito pouco, né? Porque o mundo hoje que a gente vê é dessa maneira.

Lena - Tu acha que vai ser mais pra quem?

Diana - Pra os grande

Lena - Os grandes, assim, que tipo de (sobreposição de fala)

Diana - Assim, que tem empresa, essas coisas assim, né?

Lena - Hum-rum

Diana - Eu acho. Na minha concepção, não vai ser realmente pra quem tá precisando, pra aquela pessoa que tá lááá no centro da caatinga, ou até mesmo aquela pessoa do centro da cidade que bebe aquela água salobra. Vai ser... Pra isso acontecer vai ser muito difícil, eu creio que vai ser mais pra empresa, alguma coisa assim.

Vale lembrar que o discurso da seca em si é contraditório, misturando idéias distintas sobre necessidade e soluções (como visto no capítulo 2). Na polêmica sobre a transposição, os cabroboenses tiveram acesso a discursos diversos e, por mais que haja claramente um discurso dominante com maior capacidade de mobilizar os meios de divulgação, os discursos que se contrapunham a ele (e em parte foram por ele absorvidos) também aparecem nas falas dos entrevistados. O discurso dominante sobre a transposição em Cabrobó é o

do Governo Federal, reforçado por quase toda a grande mídia e pelo prefeito Eudes Caldas. A abordagem do prefeito pôde ser conferida em setembro de 2010, na inauguração da Adutora da Tapera, um evento de inauguração da prefeitura transformado em comício político às vésperas das eleições nacionais e estaduais. Após os discursos de vereadores locais, quase todos usando adesivos de campanha e reforçando a chapa Dilma-Eduardo, o prefeito iniciou seu discurso sobre a construção de adutoras e terminou falando das eleições, tendo afirmado, em defesa de Dilma, que “votar contra Lula, hoje, é votar contra si mesmo”.

O discurso de Lula sobre a transposição, sempre voltado para cenas cotidianas de falta d'água, oscila entre apontá-la como obra que garantirá o abastecimento humano e a pequena produção, ou apontá-la como grande obra voltada para o desenvolvimento econômico da região, ressaltando essa grandiosidade com números e dados de encher os olhos. Foi este segundo ponto que os entrevistados enfatizaram ao falar da transposição em Cabrobó. O foco no desenvolvimento, em detrimento do abastecimento d'água, pode ser compreendido pela maneira como os informantes articulam conteúdos em torno do tema “*Auto-Imagens*”. Assim como Cabrobó não é significado como semi-árido, a população cabroboense também não significa a si mesma como carente de água e de condições básicas de vida. Em vez disso, reconhece-se como população de uma cidade de interior em processo de desenvolvimento.

Anita - (...) em tudo existe uma diferença, uma modificação. Antes era uma cidade violenta, hoje é uma cidade que a gente... Reina a paz, graças a deus. O crescimento desenvolveu mais do que qualquer uma outra cidade vizinha. Igual tenha desenvolvido aqui em Cabrobó, não conheço. Isso aí já é uma grande coisa, né?

Esse desenvolvimento é, em grande medida, atribuído pelos entrevistados à transposição, pela movimentação econômica que gerou (terras compradas, casas alugadas, lojas cheias, novos estabelecimentos comerciais abertos, fluxo de visitantes aumentado), pelos empregos que trouxe e pelas mudanças que acabou acarretando na cidade. Cabrobó parece estar sempre em obras; para onde quer que se olhe é possível ver casas sendo levantadas, reformas sendo

realizadas, ruas sendo calçadas. Duas construções de maior porte foram realizadas pelo poder público em 2010: a adutora da Tapera, e a praça Prefeito João Freire Carvalho, realizada com recursos federais (ver anexo de imagens I)⁸⁵. Além disso, verbas municipais foram direcionadas a obras de urbanização, como a construção do pátio da feira e do portal de entrada da cidade.

Anita - Porque tudo, né, pro desenvolvimento da cidade, nossa rua calçada, tem a pracinha aqui, já tem praça na cidade, plantas, já tá uma coisa mais... Então a parte do estudo, dos estudantes... Muita coisa ele (o prefeito)... Com o conhecimento que ele tem, ele... ele... procura trazer pra aqui.

Os moradores da cidade, por sua vez, têm investido tanto em construção de novas casas (para moradia ou aluguel) quanto na reforma de suas residências. Além disso, nas proximidades das instalações da firma⁸⁶, é grande o número de chácaras sendo construídas por famílias cabroboenses, com o objetivo de servir como locais de lazer. A centralidade do conteúdo *desenvolvimento* é o principal ponto que liga os dois níveis de construção de sentidos sobre a transposição, bem como o colamento ideológico entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social - este colocado como consequência daquele (ver apêndice AT). O encantamento, presente nas falas, em relação ao canteiro de obras e às instalações construídas para o batalhão de engenharia se instalar e ao alojamento da firma pode ser mais bem compreendido como entusiasmo com as grandes obras, às quais é atribuído o desenvolvimento da cidade.

Diana - Os daqui também, às vezes a pessoa comenta. Eu nunca fui lá não, disse que é muito bonito lá, mais nunca fui lá não.

Rogério - Você não andou não, né, na obra?

⁸⁵ A aplicação de verbas do Ministério da Cultura na construção de uma praça pública (obra de caráter municipal) parece mais uma das benesses concedidas pelo Governo Federal à prefeitura de Cabrobó devido à transposição.

⁸⁶ O Consórcio Construtor Águas do São Francisco, responsável pela execução de parte do trecho I das obras (Cabrobó ao açude Atalho, depois de Salgueiro), é formado pelas empresas Carioca Cristiane-Nilsen, Serveng e S.A. Paulista, em geral referidas como “a firma” ou “a Carioca” e, algumas vezes “a Paulista”

Lena - Eu andei... Não, na obra mermo não, mas fiquei de ir hoje. Porque é longe, né? E eu vim sem carro...
Rogério - Né muito longe não. Assim, é um longe perto, né? Pra... Você entrasse lá no rio ali e vinhesse, assim... É lindo, viu?
O canal, a ponte, tudo.

Apesar da distância do canteiro de obras em relação à sede do município (cerca de 25km), esse espetáculo foi visto e contado por muitos moradores (além dos que lá trabalharam), pois visitar o local tornou-se parte das atrações da cidade, tanto para quem a visita quanto para quem nela habita. Realizei esse “passeio” pelas obras seguindo a orientação das pessoas da cidade: passar no Batalhão de Engenharia do Exército, pedir permissão, assinar um documento e seguir. Não avisei previamente que iria nem me identifiquei como pesquisadora. O soldado que me recebeu na porta do batalhão pediu que entrasse e esperasse, chamou o tenente responsável do dia que, de maneira solícita, ofereceu-se para apresentar o projeto da transposição a partir de uma maquete em um espaço destinado para tal. A explicação dada a respeito das obras começou técnica e, aos poucos, foi sendo levada, pelo próprio tenente, às demais questões. Nas paredes em torno da maquete há conjuntos de fotografias em molduras de vidro, representando as etapas da atuação do batalhão de engenharia do exército no local. O primeiro deles é emblemático: traz, lado a lado, duas fotos que representam, como disse o tenente, “o começo de tudo”. De um lado, a foto da primeira máquina utilizada no canteiro de obras, de outro, uma foto do acampamento contra a transposição, que ele nomeou como “o bispo” e “a invasão”. O restante das fotos mostra diferentes etapas da construção do canal e visitas especiais recebidas no batalhão, com destaque para Lula e Eduardo Campos, além de vários grupos de escolas e universidades. Finalizando a apresentação, o tenente aconselhou: “podem tirar foto à vontade, aproveitem. É um momento histórico, único. Uma obra polêmica, mas...” Nesta pausa após o “mas”, encerrou-se a sua fala. Este discurso da técnica e da superação de desafios para a realização das obras, feito pelo exército, está presente de uma maneira muito concreta para os cabroboenses, pois uma visita como essa foi experienciada por muitos moradores da cidade, que a ela se referiram tanto em entrevistas quanto em conversas informais.

Visualizando o cenário das obras, é relativamente fácil encher os olhos com sua grandeza, com a imensidão de um projeto que vai de Cabrobó ao Ceará, com o surgimento de um canal gigantesco que, nas palavras de Lula, deverá ser visto do espaço, como as muralhas da China. Parte dessa admiração está relacionada, ainda, ao próprio espetáculo da intervenção: quilômetros de pedras dinamitadas, grandes máquinas em operação, estruturas gigantescas (Ver imagens no anexo J). Diante desse quadro e da associação, recorrente no Brasil, entre grandes obras e grandes benefícios, é compreensível que a transposição seja assim classificada. E, se existem dúvidas a respeito dos benefícios prometidos para a população dos locais receptores de água, uma certeza é compartilhada entre os cabroboenses: como local doador de água, a cidade ganha em geração de renda – seja pelos empregos criados com a obra, seja pelo incremento do comércio devido à circulação de pessoas na cidade (ver apêndice AU)⁸⁷.

É inegável que a transposição gerou renda e empregos em Cabrobó, porém, a maneira como os conteúdos do tema *Desenvolvimento* são articulados com esse fato não está dada a priori, pois é a partir do contexto situacional do informante que essas relações são tecidas. Assim, enquanto Marisa se entusiasma com o desenvolvimento do comércio, abertura de restaurantes e aposta que os alojamentos construídos para os trabalhadores das obras ficarão para a prefeitura, Horácio, trabalhador demitido das obras, acredita que o lucro trazido para o comércio e com os aluguéis já terminou quando as pessoas de fora da cidade foram embora com as obras. Osório, ainda que mais otimista em relação aos ganhos com a transposição, também avalia, que, quando as obras terminarem, o que ficará será a vocação do município para a agricultura. Afonso e Anita acreditam que os empregos vão embora com as obras e que o ideal seria garanti-los instalando fábricas na cidade.

Rogério, sendo um funcionário que seguiu com as obras, mantém o otimismo e acredita que todos os que queriam trabalhar nas obras conseguiram e que, para continuar no emprego, basta exercer bem a função, pois “só não conseguiu quem não quis mesmo, quem não quer nada com a vida, mas quem

⁸⁷ Para se ter uma idéia, o Censo 2000 apontou uma população de 26.741 habitantes em Cabrobó. Em 2007 (ano de início das obras), esse número crescera para 28.851 pessoas e, em 2010, já alcançou 30.883 habitantes

quer, conseguiu”. De maneira oposta coloca-se Marcos que, dispensado em junho, num corte de pessoal que demitiu 600 pessoas, avalia a transposição como uma experiência frustrante. Primeiramente, afirmou ter sido necessário humilhar-se para o encarregado da seleção para conseguir uma vaga de peão; em seguida, contou que, ao conseguir o emprego, teve a sensação (semelhante à de Rogério) de que estava garantido e tomou um empréstimo de R\$2.000 no banco. Quando demitido repentinamente no corte de pessoal que ocorreu em 2010, esperou 4 meses para receber o benefício da rescisão de contrato e o valor foi automaticamente retido pelo banco, como pagamento pelo empréstimo. Devido à demora do pagamento e à demissão, que considerou inaceitável, abriu um processo contra a firma que o contratara, mas acredita que não receberá nada porque “as firmas pagam aos advogados mais do que eles iam receber em cima das causas da gente, aí eles não correm atrás”. Desiludido com o emprego perdido e a lentidão da justiça, tentou novo emprego em outra das firmas responsáveis pela transposição. “Disseram que não podiam me fichar [contratar] porque eu tinha colocado a outra [firma] no pau [processo judicial]. Agora, nem uma coisa nem outra. E eu, fico como?”, questiona.

Diante de tantas avaliações distintas, vão se quebrando as caracterizações, difundidas por cada um dos polos, de uma população plenamente satisfeita ou devastada pela transposição. Fica claro, ao observar as avaliações feitas pelos informantes sobre argumentos de um polo e outro, que há, no geral, reconhecimento de argumentos dos dois lados e, também, questionamento ou dúvida sobre ambos. De um lado, o polo contrário às obras não conseguiu mobilizar a população da cidade, tendo apenas eco temporário com a questão do nível das águas, tomada com temor e, posteriormente, minimizada. De outro lado, o polo favorável às obras, embora tenha parte de seus discursos apropriados pela população, não foi capaz de convencer plenamente os cabroboenses sobre o suposto objetivo social da obra, tampouco sobre a “revolução” a ser causada na cidade por causa dela.

Os entrevistados apresentam dúvidas em relação aos usos sociais da água a ser transposta e sabem que não houve consenso em relação ao projeto, mas, hoje, deslegitimam ou minimizam o peso da oposição referindo-se a ela como algo que passou. De fato, em Cabrobó, ao menos na área urbana, já não há quem afirme ser contra a transposição. Isso não significa que os argumentos

do polo contrário tenham sido todos negados pela população, mas que, diante de questões práticas e cotidianas, tais argumentos não estão mais na ordem do dia.

O consentimento dos informantes não diz tanto respeito à transposição como projeto, mas ao fato concreto e imediato da construção do canal em Cabrobó, ou seja, à realização de uma grande obra na cidade e às suas vantagens imediatas. Os empregos, o fluxo de pessoas e o desenvolvimento, questões que os entrevistados tomam como importantes e em torno dos quais assumem um tom avaliativo positivo, são conteúdos que passíveis de articulação em torno de qualquer grande obra, e, portanto, não dizem respeito à transposição em si (ver apêndice AV).

Trata-se, portanto, de atores sociais que, diante de uma profusão de sentidos sobre o mesmo objeto, afastam-se das questões que parecem secundárias, evitando problematizá-las, em uma atitude que, segundo Strauss (1999:40-44,53), é nossa primeira forma de apreensão e ação no mundo, visto que a problematização de determinados objetos só ocorre quando as designações superficiais ou apressadas tornam-se insuficientes para basear nossas ações. Dessa maneira, é nas questões que parecem lhes atingir diretamente, trazendo desafios para suas ações, que os entrevistados focam atenção, apresentando demandas e avaliações. Afastam-se, assim, da caracterização feita tanto pelo polo favorável quanto pelo polo contrário às obras a respeito dessa população atingida como vítima resignada da seca ou do governo, sempre à espera de uma ajuda ou de uma ilusão.

4.5 AUTO-IMAGENS: “O PESSOAL DAQUI É VIVEDOR QUE É DANADO”

Nos discursos do polo favorável, a caracterização da população sertaneja é de uma resignação quanto à pobreza e à espera, o que, nas palavras de Lula, levaria os trabalhadores a ficarem “acorados na beira de uma esquina ou de um boteco, à espera que Deus desse um jeito” (ver apêndice AC). O rompimento com essa postura passiva é apontado como resultado da ação de agentes externos. A primeira forma de quebrar com a resignação seria a qualificação

profissional, concedida com as obras e passível de ocorrer também através de treinamentos realizados por empresas instaladas no Nordeste. A segunda seria a empregabilidade, a partir da qual o trabalhador passaria a ter a capacidade de sustentar a família.

O aparecimento, nas entrevistas, de um sentido compartilhado de trabalho como valor sugere que, diferente do que é posto pelo polo favorável às obras, esta população não esteja resignada ao desemprego nem à espera de ajuda alheia. Esses sentidos sobre o trabalho são visíveis não apenas na avaliação das obras, que, em todas as entrevistas, teve a geração de empregos na cidade como a grande vantagem. Na própria avaliação de si mesmos, os entrevistados demonstram essa valorização do trabalho. Anita e Diana, donas de casa, demonstram isso através de uma auto-depreciação quando, diante da pergunta sobre ocupação, afirmaram, baixando o tom, que “praticamente faço nada” e que “não trabalho nada”. Rogério e Horácio, trabalhadores de obra, reforçam esse valor ao avaliarem a si mesmos de forma positiva por realizarem um serviço que “não é qualquer um que agüenta”. Osório, produtor rural, faz o mesmo ao avaliar que Cabrobó está melhor devido aos empregos gerados pelas obras, mas que, ao mesmo tempo, o bolsa-família cria um problema porque “muita gente fica sem querer trabalhar, só esperando por essa migalha”.

Lena - O que é que o senhor acha que vai acontecer aqui depois que as obras terminarem?

Osório - Aqui é agricultura mesmo, minha filha. É uma parte na agricultura, outros são funcionário e o povo vai vivendo. O pessoal daqui é viver que é danado.

A caracterização do sertanejo como resignado aparece, também, em alguns discursos do polo contrário às obras (ver apêndice AD). Nesse caso, fala-se de uma acomodação à condição de vítima e de uma postura subordinada em relação ao governo, ou seja, uma inércia frente à política. Nos discursos deste polo, a resignação é posta como decorrente das políticas tradicionalmente implementadas em relação à seca (inclusive a transposição), apontadas como insuficientes (caráter emergencial), injustas (voltadas para fazendeiros e empresários) e conflituosas (geradoras ou acirradoras de desigualdades sociais). Seria, portanto, uma população iludida, ludibriada por uma “desin-

formação geral acerca de tudo o que implica este projeto, durante e depois das obras” e por uma “propaganda enganosa, com manipulação das consciências e vontades quanto a benefícios e impactos” (ARTICULAÇÃO... 2009).

De fato, apareceu em algumas das entrevistas uma sensação de impossibilidade de interferir nas decisões políticas. Além disso, um desengano frente à política institucional, aos governos e aos movimentos reivindicatórios foi demonstrado por todos os entrevistados quando, na técnica da livre-associação de palavras, eu coloquei o termo “política” para ser comentado. Isso não impede, porém, que esses atores sociais se engajem em modalidades de ação política que, distintas dos meios institucionais, baseiam-se em uma percepção relativamente clara das vantagens que podem decorrer de uma ou outra decisão do poder público. Através de relações de troca, aquisição de informações em relações face a face e barganha, esses atores se atualizam sobre o que ocorre no município, inserem-se em redes sociais e buscam tirar o maior proveito possível. Com a transposição não foi diferente.

Evandro - Rapaz, Cabrobó é o que tu tá vendo. A cidade, hoje, a gente se orgulha de Cabrobó. Não é querendo gabar, a gente tem aqui um prefeito muito atuante, muito bacana, entendeu? Cabrobó hoje é uma cidade limpa, Cabrobó tem crescido. O prefeito tem ido atrás do Governo Federal e o Governo Federal tem contribuído demais com a nossa região. Por isso que a gente tem orgulho de ter um governo como esse de Lula, viu? E Cabrobó melhorou muito. Muito, muito. Depois do governo de Lula o, o Cabrobó melhorou demais, demais.

A fala de Evandro mostra, ainda, uma percepção de como a transposição foi politicamente interessante para Cabrobó. Como alvo de muita atenção, o município tornou-se foco de investimentos federais – vantagem percebida pela maior parte dos informantes.

Lena- Tu chegaste a receber algum, informativo, jornal, cartilha... Alguma coisa da transposição?
Marisa - No começo eles passaram muito quando chegaram aqui.
Lena - Quem?
Marisa - Panfleto... O próprio município, o prefeito... E que também teve, assim, o município cresceu Que a transposição, com

a transposição, tem o repasse de verbas também, pra prefeitura, né? A prefeitura também ganhou com isso. Aí eles também fizeram questão de orientar a população pra importância da transposição, né?

Afonso, ex-trabalhador rural cuja biografia me foi contada em termos de empregos exercidos e explorações sofridas, é especialmente interessante para perceber como essas pessoas não pode ser simplesmente caracterizada como “sertanejos resignados”. Ao mesmo tempo em que afirma estar satisfeito apenas por ter o que comer todo dia e atribui a conquista de um emprego concursado à providência divina, ele desconfia do “salário garantido” e procura resguardar-se, recusando-se a vender suas duas posses de valor: um jumento e uma carroça. Essa preocupação com o futuro, que em nada se assemelha à de uma pessoa resignada à espera de ajuda alheia, aparece na fala de quase todos os entrevistados diante da questão “O que ainda poderia ser feito para melhorar Cabrobó?” (ver apêndice AX). A instalação de fábricas (emprego que fica), a melhoria de condições para a agricultura (produção local) e a instalação de uma faculdade (entendida como qualificação profissional) são demandas em comum, que demonstram uma consciência relativamente clara de que, quando as obras andarem, a população local também deverá andar. Por outros caminhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de os resultados da minha pesquisa terem sido apontados juntamente com as considerações tecidas a cada capítulo, procuro retomar, de forma sintética, os achados centrais, para possibilitar uma visualização geral do dialogismo existente entre os diferentes sentidos construídos em torno da transposição.

Na tentativa de estabelecer a transposição como política pública hegemônica, o polo favorável realizou uma construção discursiva que oscila entre estabelecer a transposição como obra voltada para o abastecimento de água para populações pobres e, por outro lado, como infra-estrutura voltada para o aumento do fornecimento de água para os setores produtivos. Essas duas linhas são articuladas discursivamente através de um colamento entre os conteúdos *desenvolvimento econômico e desenvolvimento social*.

A centralidade da ideia de *desenvolvimento* é um elemento importante a ressaltar, posto que essa ideologia do crescimento econômico como solução para questões sociais tem servido de suporte para a realização de grandes obras em todo o país – e a vinculação da transposição ao PAC é ressaltada pelo próprio Governo Federal. É justamente com essa ideologia do desenvolvimento que se choca o polo contrário às obras, ao exigir a priorização de demandas sociais e ambientais da própria bacia do São Francisco, deixando em segundo plano os interesses econômicos na região. Dessa maneira, este polo significa a transposição como obra voltada para as elites econômicas, e estabelece, discursivamente, a inadequação de tal política pública, realizando, em torno do tema *Relação Obra-Necessidade*, uma articulação discursiva com conteúdos como *impactos sócio-ambientais, degradação do rio e alternativas à transposição*. Assim, o discurso contrário à transposição também se estabelece em torno da ideia de necessidade, mas, nesse caso, de uma necessidade sócio-ambiental devida à degradação do rio e à ausência de políticas adequadas de convivência com o semi-árido.

Ainda que não tenham conseguido mobilizar recursos suficientes para barrar a transposição, os agentes reunidos no polo opositor conseguiram forçar uma negociação (não oficialmente declarada) através da qual a transposição incorporou, ainda que de maneira claramente secundária, algumas das suas demandas, como revitalização do rio e financiamento de ações voltadas para o abastecimento humano em áreas difusas.

Paralelamente, o Ministério da Integração, que significava a transposição prioritariamente através dos conteúdos *grandes obras* e *desenvolvimento como valor*, passou a adotar o discurso da necessidade, baseado numa relação entre os temas *Seca* e *População*, numa caracterização com conteúdos como *Nordeste seco*, *população pobre* e *população beneficiada pela transposição*.

A centralidade da ideia de *desenvolvimento*, que aparece como *conteúdo* nos discursos institucionais e como *tema* nas entrevistas, é o principal ponto que liga os sentidos construídos pelos entrevistados e os que surgem no nível político-institucional, no caso, pelo polo favorável. Contudo, nem os discursos dos polos favorável, nem os do polo contrário pareceram decisivos para a maneira como a transposição foi significada em Cabrobó. Em vez disso, aparece, nas articulações discursivas dos atores estudados, uma premência das demandas, valores e prioridades locais, a partir das quais esses discursos institucionais foram filtrados.

Visto que os problemas centrais apontados em Cabrobó não estão relacionados à estiagem, a significação a respeito da transposição ocorre a partir de dois eixos distintos: de um lado, as ideias sobre a necessidade ou não das obras para aqueles que os entrevistados imaginam, sem muita convicção, serem os beneficiários e, de outro lado, as mudanças percebidas no próprio município. É nas questões que parecem atingi-los diretamente, trazendo desafios para suas ações, que os entrevistados focam atenção, apresentando demandas e avaliações. Assim, as polêmicas em relação à transposição e as dúvidas sobre o destino das águas transpostas tornam-se pequenas diante da geração de renda que a realização da obra promoveu na cidade. A concordância demonstrada pelos entrevistados não diz tanto respeito à transposição como projeto (sobre o qual pairam incertezas), mas ao fato concreto e imediato da realização de uma grande obra na cidade e suas vantagens imediatas.

A premência das demandas locais e da aquisição e troca de informações através de interações face a face aponta para a importância de aproximação do contexto situacional, tanto para os pesquisadores que desejam compreender satisfatoriamente o funcionamento de um grupo quanto para atores que tenham pretensões de mobilização política. Um exemplo claro de como isso ocorreu foram as demonstrações de distanciamento em relação à polêmica da transposição por parte dos entrevistados que associavam as discordâncias aos índios Truká, considerados como grupo à parte na cidade.

Unindo Gramsci a Bakhtin, estabeleci uma relação mais estreita entre análise de discurso e análise de processo político, o que, somado à abordagem do interacionismo simbólico, resultou em uma abordagem capaz de iluminar aproximações e distanciamentos entre os diferentes níveis de articulação discursiva, bem como a complexidade de processos situacionais de construção de sentidos, comumente referidos como simples reprodução ou adaptação de discursos já prontos. Um exemplo disso está na disparidade entre as representações dos polos institucionais sobre a população sertaneja e os sentidos que os cabroboenses entrevistados atribuem a si mesmos e à cidade.

Uma das dificuldades encontradas na realização da análise de discurso foi que, apesar da grande quantidade de textos teóricos sobre o assunto, há uma escassez de material a respeito dos procedimentos de análise. Ao abordar essa questão, nos capítulos 1 e 3, apresentei, em apêndices, os temas e conteúdos identificados. Destaco, entretanto, que procurei dirigir o meu olhar não propriamente para o conteúdo dos textos, mas para o sentido dos discursos, entendendo os sujeitos inseridos em processos sociais, ideológicos e discursivos. Dessa forma, espero estar contribuindo para estimular discussões de caráter teórico-metodológico, no sentido de explicitar procedimentos para análise do discurso.

Para além das questões metodológicas de construção e análise de dados, acredito que este trabalho aponte para uma abordagem de pesquisa de importância fundamental, qual seja a significação das grandes obras por parte das populações atingidas. Por mais numerosos e de qualidade que sejam os estudos de impacto sócio-ambiental de empreendimentos desse tipo, feitos nos campos da antropologia, da sociologia e da geografia, ainda não são comuns pesquisas que combinem essa preocupação com um olhar compreensivo sobre

as significações locais, que, por vezes, organizam-se em torno de elementos francamente distintos daqueles apontados como relevantes para a discussão feita por acadêmicos e/ou políticos. Os resultados desta dissertação chamam atenção para a existência de uma complexidade considerável na significação das obras da transposição do Rio São Francisco em Cabrobó, onde os impactos sócio-ambientais e as controvérsias sobre prioridades sociais das obras perdem importância diante dos benefícios imediatos gerados na cidade. Por outro lado, as demandas pela instalação de fábricas, faculdade e melhoria de condições para agricultura em Cabrobó são demonstrações de que a transposição não é ingenuamente tomada como promessa de futuro garantido

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASCELRAD, Henri (org.) 2004. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro, Relume Dumará / Fundação Heinrich Böll.
- AB'SÁBER, Aziz (2006) "A transposição de águas do São Francisco: análise crítica". **Revista USP** nº70 jun/ago
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de (1988). **Falas de astúcia e de angústia: a seca no imaginário nordestino – de problema a solução**. Campinas, Unicamp
- ANDERSON, Perry (1986). "As antinomias de Antonio Gramsci" in **A estratégia revolucionária na atualidade**. São Paulo: Joruês.
- ANDRADE, Renata (2002). **Da transposição das águas do Rio São Francisco à revitalização da bacia: as várias visões de um rio**. Califórnia, IRN report
- ANDRADE, Renata (2005). **Quebrando o "Rio da unidade nacional": comunidades tradicionais na política do Rio São Francisco**. Califórnia, *Consulado do Brasil em São Francisco*
- BAKHTIN, Mikhail (2004). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 11ª edição. Tradução de Michel Lahud Yara Frateschi. São Paulo, Hucitec.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de (1996), "Contribuições de Bakhtin às teorias do texto e do discurso" in FARACO, TEZZA e CASTRO (1996), **Diálogos com Bakhtin**. Curitiba, UFPR
- BECKER, Howard (2006). "The Lay Referral System: The Problem of Professional Power" in **Knowledge, Work and Society**, v4, pp. 65–76.

- _____ (2007). **Segredos e truques da pesquisa**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro, Zahar.
- _____ (2008). **Outsiders – estudos de sociologia do desvio**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro, Zahar.
- _____ (2009). **Falando da sociedade: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social**. Tradução de Maria Luiza X. de Borges. Rio de Janeiro, Zahar
- _____ (s/d). **“Interaction: Some Ideas” Disponível em:** <http://home.earthlink.net/~hsbecker/articles.html> Acessado em janeiro de 2011
- BLUMER, Herbert (1997). **Symbolic Interacionism – perspective and method**. California, University of California Press.
- BRAIT, Beth (1996). “A natureza dialógica da linguagem: formas e graus de representação dessa dimensão constitutiva” in FARACO, TEZZA e CASTRO (1996), **Diálogos com Bakhtin**. Curitiba, UFPR
- CALHOUN, Craig & VANANTWERPEN, Jonathan (2007). “Orthodoxy, Heterodoxy and Hierarchy: “Mainstream” Sociology and its Challengers” in CALHOUN, Craig (editor). **Sociology in America: a History**. Chicago, University of Chicago Press.
- CASTRO, Gilberto de (1996). “Os apontamentos de Bakhtin: uma profusão temática” in FARACO, TEZZA e CASTRO (1996), **Diálogos com Bakhtin**. Curitiba, UFPR
- CAPPIO, Luís Flávio; et al (1995). **Rio São Francisco - Uma caminhada entre vida e morte**. Petrópolis, Vozes
- COLLINS, Randall (2004). **Interaction Ritual Chains**. Princeton, University of Princeton Press
- _____ (2009). **As Quatro Tradições Sociológicas**. Tradução de Raquel Weiss. Petrópolis, Vozes
- EAGLETON, Terry (1997). **Ideologia**. Tradução de Luís Carlos Borges e Silvana Vieira. São Paulo, Boitempo
- FAIRCLOUGH, Norman (2001a) **Discurso e mudança social**. coordenadora da tradução: Izabel Magalhães. Brasília, Universidade de Brasília.
- FARACO, Carlos Alberto (1996). “O dialogismo como chave de uma antropologia filosófica” in FARACO, TEZZA e CASTRO (1996), **Diálogos com Bakhtin**. Curitiba, UFPR
- FIORIN, J. L. (2006). “Interdiscursividade e intertextualidade” in BRAIT, Beth (org.) **Bakhtin: outros conceitos chave**. São Paulo, Contexto, 2006.
- FORGET, Danielle (1994). **Conquistas e Resistências do poder (1964-1984): a emergência de um discurso democrático no Brasil**. Tradução de Lucimar de Oliveira. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo
- GALINDO, Wedna Cristina Marinho (2003). **Intervenção rural e autonomia: a experiência da Articulação do Semi-árido/ASA em Pernambuco**. Dissertação de mestrado, UFPE, Recife.
- GOFFMAN, Erving (1975). **A representação do eu na vida cotidiana**. Tradução de Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis, Vozes
- GOFFMAN, Erving (1987). **Manicômios, prisões e conventos**. 2 edição, tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo, Perspectiva.
- GOMES, Alfredo Macedo (1998). **Imaginário social da seca – suas implicações para a mudança social**. Recife, Massangana.
- GRAMSCI, Antonio (1972). **Notas sobre Maquiavelo, sobre la política y sobre el Estado moderno**. Buenos Aires, Nueva Visión
- _____ (1966). **Concepção dialética da História**. 3ª edição. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira

- GUIMARÃES JR, João Abner (s/d). **A Transposição do Rio São Francisco e o RN**. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/docs/tropico/desat/abner.html> Acessado em julho de 2009.
- GUSFIELD, J.R. (2003). "A Journey with Symbolic Interaction" in **Symbolic Interaction**, v 26, n1, pp 119-139
- HALL, Peter M (2003). "Interacionism, Social Organization and Social Processes: Looking Back and Moving Ahead" in **Symbolic interactionism**, v26, n1. Pp 33-55 Disponível em Academic Research Library
- LEVINE, Donald N. (1997), **Visões da tradição sociológica**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- MARX, Karl (1977). **Critique of the hegelian philoshophy of Right**. Cambrige University Press
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich (1984). **A ideologia alemã (I – Feuerbach)**. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 4ª edição. São Paulo, Hucitec.
- MEAD, George, Herbert (1992). **Mind, Self and Society: from the standpoint of a social behaviorist**. Chicago, University of Chicago Press
- MELLO, Cecília Campello do Amaral (2008). "O debate parlamentar sobre o Projeto de Transposição do Rio São Francisco no segundo governo Fernando Henrique Cardoso (1998-2002)" in *Gestión ambiental y conflicto social en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO. Disponível em: bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/becas/alimon/06campe.pdf Acessado em março de 2010
- MÉSZÁROS, István (1979). "Marx "filósofo"" in Eric Hobsbawm... et al. **História do Marxismo vol I**. Tradução de Carlso Nelson Coutinho e Nemésio Salles. Rio de Janeiro, Paz e Terra
- MONTEIRO, Eliana de Barros (2008). **Os Truká (PE), 'grandes projetos' e o sentido da territorialidade no exercício da cidadania indígena contemporânea**. Recife, Pós-graduação em Antropologia, UFPE.
- MOUFFE, Chantal (ed) (1979). **Gramsci and Marxist Theory**. London, Routledge & Kegan Paul
- PARSONS, Talcott (1969). **Sociedades – Perspectivas Evolutivas e Comparativas**. São Paulo: Pioneira
- PORTELLI, Hughes (1977). **Gramsci e o bloco histórico**. Tradução de Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra
- QUERMES, Paulo Afonso de Araújo. **Contradições nos processos de participação cidadã na política nacional de recursos hídricos no Brasil: análise da experiência dos Comitês da Bacia**. Brasília: Programa de pós-graduação em Política Social - UNB.
- SARMENTO, Francisco Jácome (2006). "A integração do São Francisco: verdade e mito". **Revista USP** n°70 jun/ago
- SCOTT, Parry (2009). **Negociações e Resistências Persistentes: Agricultores e a Barragem de Itaparica num Contexto de Descaso Planejado**. Recife, Editora Universitária UFPE
- SIQUEIRA, Ruben (CPT, 2010). "O negócio da água" Disponível em: http://cptnacional.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=20:o-negocio-da-agua&catid=48:rio-sao-francisco Acessado em agosto de 2010
- SMART, Barry (1978). **Sociologia, Fenomenologia e Análise Marxista**. Rio de Janeiro, Zahar
- STRAUSS, Anselm L. (1999). **Espelhos e Máscaras – a busca de identidade**. Tradução Geraldo Gerson de Souza. São Paulo, Edusp
- SUASSUNA, João (2003). **Transposição do Rio São Francisco na Perspectiva do Brasil Real**. Disponível em: www.joaosuassuna.hpg.ig.com.br

VILLA, Marco Antônio (2001). **Vida e Morte no sertão – História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX**. São Paulo, Ática

ZHOURI, Andréa (2008). “JUSTIÇA AMBIENTAL, DIVERSIDADE CULTURAL E ACCOUNTABILITY: Desafios para a governança ambiental” in **REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS** - VOL. 23 No. 68

Documentos:

ANA - AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS (2002). **Relatório – Programa de mobilização para formação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco**

ARTICULAÇÃO POPULAR SÃO FRANCISCO VIVO (2009). **Manifesto em defesa das águas, da terra e do povo do Nordeste**. Disponível em <http://www.saofranciscovivo.com.br/node/430> Acessado em fevereiro de 2010

CBHSF (2004). **Plano Decenal de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco**. Salvador, CBHSF Disponível em http://www.saofrancisco.cbh.gov.br/_docs/planos/PlanoDecenaldeRecursosHidricos.pdf Acessado em março de 2009

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (2009) **Relatório de denúncia: povos indígenas impactados com a transposição do Rio São Francisco**. Disponível em http://www.cimi.org.br/pub/publicacoes/1241549933_relatapoinmetransp.pdf Acessado em maio de 2009

FÓRUM PERMANENTE EM DEFESA DO SÃO FRANCISCO (2004). **Conflito de uso das águas da Bacia do Rio São Francisco**. Disponível em: www.cbhsaofrancisco.org.br/ Acessado em maio de 2010.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (2004). **Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - Relatório de Impacto Ambiental** (RIMA). Brasília, MI

BALDUINO, Tomás (2009). “Requiem para a Transposição do São Francisco”. Disponível em: <http://cptalagoas.blogspot.com/2009/10/requiem-para-transposicao-do-sao.html> Acessado em junho de 2010

Comissão Pastoral da Terra: <http://www.cptnacional.org.br/>

Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco: www.cbhsaofrancisco.org.br/

DataFolha (2009). “Aprovação a Lula atinge 72%, a maior desde o início de seu governo” in http://datafolha.folha.uol.com.br/po/ver_po.php?session=920 Acessado em 26 de janeiro de 2010

Discursos do presidente Lula: www.info.planalto.gov.br

CPT-PE (2007). “Luta popular desmascara a transposição. E continua! Disponível em: http://www.cptpe.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2215:Luta%20popular%20desmascara%20a%20transposi%C3%A7%C3%A3o.%20E%20continua!&catid=4:transposicao&Itemid=29 Acessado em outubro de 2009

GOMES, Ciro. Discurso no Senado Federal em fevereiro de 2008. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=MUaoTM2Oz9E>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: www.ibge.gov.br

LEAL, Cláudio (2009). Cappio quer “pressão externa” contra Transposição in <http://noticias.terra.com.br/imprime/0,,OI3748785-EI6578,00.html>

Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre etnicidade/UFPE:

<http://www.ufpe.br/nepe/povosindigenas/truka.htm>

Projeto São Francisco (Governo Federal): www.integracao.gov.br/saofrancisco/

Referências eletrônicas

SOARES, João Clímaco (2007). Entrevista concedida à ASA. Disponível em: www.asabrazil.org.br Acessado em maio de 2010.

TV MI: www.integracao.gov.br/tvmi/

Revistas

REVISTA CBHSF. Salvador, CBHSF: 2007

PASTORAL DA TERRA. CPT: 2007a. ano 32, n186

PASTORAL DA TERRA. CPT: 2007b ano 32, n188

PASTORAL DA TERRA. CPT: 2007c ano 32, n189

PASTORAL DA TERRA. CPT: 2007d ano 32, n190

PASTORAL DA TERRA. CPT: 2009a ano 34, n196

PASTORAL DA TERRA. CPT: 2009b ano 34, n197

PASTORAL DA TERRA. CPT: 2009c ano 34, n198

APÊNDICES

APÊNDICE A - POLO FAVORÁVEL: VITIMIZAÇÃO DA POPULAÇÃO SERTANEJA

A gente queria tirar um pouco dessa água para dar para a região mais seca do País, que é o semi-árido nordestino, e fazer com que as pessoas tivessem possibilidade de ter água para beber e ter água até para criar pequenos animais, para fazer pequenas irrigações (LULA, pronunciamento em Floresta, 15/10/2009).

(...) água com caramujo, com lesma, com sanguessuga e com tudo. Era essa água que ainda hoje tem muita gente que bebe no Nordeste brasileiro (LULA, pronunciamento em: Floresta, 15/10/2009).

Não era justo a gente deixar essa quantidade de água imensa ir para o mar e não tirar um “tiquinho” dela para levar para o semi-árido, para 12 milhões de nordestinos que vivem em uma situação extremamente difícil (LULA, discurso 5, Cabrobó, 16/10/2009)

E nós, com esse canal, estamos estabelecendo a manutenção do povo que mora no semi-árido, na sua cidade, na sua rocinha, e levar a água para próximo dessas pessoas, para que a gente não tenha mais aquela visão de milhares e milhares de pessoas carregando potes d’água na cabeça seis léguas, oito léguas, dez léguas ou, muitas vezes, sendo extorquido pela chamada indústria do carro-pipa, que muitas vezes a gente vê na televisão (LULA, discurso proferido em Custódia/PE, 15/10/2009)

APÊNDICE B - POLO FAVORÁVEL: PRIORIZAÇÃO DOS POBRES

Nós precisamos ter consciência. Iremos pagar o preço que tivermos que pagar, iremos enfrentar os preconceitos que tivermos que enfrentar, mas, no nosso governo, o pobre vai ser tratado como gente, vai ser tratado com dignidade, as pessoas terão os seus direitos respeitados. É por isso que nós estamos

fazendo o investimento de 106 bilhões de reais e, só para saneamento e urbanização, 40 bilhões de reais (LULA, pronunciamento no lançamento do PAC. SE, 26/07/2007).

E eu aprendi uma coisa importante, gente. Wagner, um conselho de companheiro: brigue com quem você quiser brigar, mas não perca nunca a sua referência, que é esse povo mais humilde que o eleger e que põe a gente. A gente tem que governar para todos, não tem que haver discriminação e tem que governar para a totalidade das pessoas. Mas a gente tem que ser que nem mãe, Wagner, e não que nem pai: a mãe não comete erros. Uma mãe pode ter dez filhos e ela vai sempre cuidar daquele que está mais fragilizado, daquele que está mais dengozinho, daquele que está mais necessitado. Os outros que estão bons podem chorar, mas ela vai cuidar daquele que precisa de cuidado. O governador não tem que governar, ele tem que cuidar do povo, dos mais pobres, das ruas e da economia do estado, porque no fundo, no fundo, Wagner, é por isso que vale a pena a gente governar (LULA, pronunciamento no lançamento do PAC. BA, 12/07/2007).

Eu estou muito à vontade, porque quando a gente não tem eleições pela frente e não é candidato, a gente tira 600 quilos das costas. Eu, embora pareça gordo, estou leve que nem passarinho. E eu digo para vocês: só Deus pode me impedir de fazer que o pobre atinja a plenitude da cidadania neste País (LULA, pronunciamento no lançamento do PAC. PB, 26/07/2007).

APÊNDICE C - POLO FAVORÁVEL: ÁGUA PARA POPULAÇÃO POBRE E USOS COTIDIANOS

(...) a gente queria tirar um pouco dessa água para dar para a região mais seca do País, que é o semi-árido nordestino e fazer com que as pessoas tivessem possibilidade de ter água para beber e ter água até para criar pequenos animais, para fazer pequenas irrigações (LULA, discurso proferido em Floresta/PE, 15/10/2009).

E nós, com esse canal, estamos estabelecendo a manutenção do povo que mora no semi-árido na sua cidade, na sua rocinha, e levar a água para próximo dessas pessoas, para que a gente não tenha mais aquela visão de milhares e

milhares de pessoas carregando potes d'água na cabeça seis léguas, oito léguas, dez léguas ou, muitas vezes, sendo extorquido pela chamada indústria do carro-pipa, que muitas vezes a gente vê na televisão (LULA, pronunciamento em: Custódia, 15/10/2009).

as meninas não estavam indo à escola porque não tinha água nem para tomar banho, nem água para lavar a roupa (LULA, pronunciamento em Custódia, 15/10/2009).

Agora, eu não posso deixar o povo pobre morrer de sede e de fome, morrer de sede e de fome no Nordeste, não posso (LULA, pronunciamento em Custódia, 15/10/2009).

O canal vai resolver o problema mais elementar do ser humano, que é água tratada para beber e água tratada para criar pequenos animais. Não é possível alguém pensar que vai irrigar mil hectares de cana aqui, não é possível. Mas é possível uma pessoa irrigar três, quatro hectares de terra para cuidar da sua família e para produzir as coisas necessárias para a nossa sobrevivência (LULA, pronunciamento em, Mauriti, 16/10/2009).

APÊNDICE D – POLO CONTRÁRIO: PRIORIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA PARA POPULAÇÕES DA BACIA DO SÃO FRANCISCO

Apesar da elevada média em 2000 (94,4%), coexistem na Bacia municípios com baixíssimos índices de cobertura por rede de abastecimento de água, inferiores a 60%, notadamente nos estados de Pernambuco e de Alagoas, o que tem repercussões na qualidade de vida e nas condições de saúde da população (...)

Os investimentos em abastecimento de água compreendem os sistemas de produção e distribuição de água. O primeiro abrange as instalações de captação, o transporte de água bruta, a Estação de Tratamento de Água e o transporte de água tratada. O sistema de distribuição compreende as instalações de reservação, a rede de distribuição, estações de bombeamento e as ligações prediais (CBHSF, 2004:109).

[O Comitê] reitera mais uma vez sua firme oposição aos projetos de obras hídricas faraônicas, de custo excessivo e retorno duvidoso, que se façam em

detrimento das incontáveis ações e projetos que, dentro e fora da bacia, possam efetivamente provocar processos endógenos de desenvolvimento local, distribuição de renda, recuperação ambiental e melhoria da qualidade de vida das populações da bacia e do semi-árido (CBHSE, 2007).

APÊNDICE E – POLO FAVORÁVEL: PRIORIZAÇÃO DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS E ÁREAS URBANAS

Embora o abastecimento doméstico do Nordeste Setentrional possa, em parte, ser suprido com os açudes existentes, o fato é que, em algumas bacias, o comprometimento com os outros usos da água vai se tornando crítico. A prioridade dada ao consumo humano, como não poderia deixar de ser, interfere nas atividades produtivas da população rural e até nas indústrias (...) Com o Projeto de Integração, haverá garantia do atendimento às demandas urbanas através do bombeamento de água do rio São Francisco para os açudes estratégicos, que, por sua vez, poderão abastecer as cidades da região (MI, 2004:49-50)

Com a implantação do Projeto de Integração, diversos projetos estaduais e regionais de abastecimento urbano (já implantados, em implantação ou em planejamento) poderão integrar-se ao sistema. O Sistema Adutor do Agreste Pernambucano e o Sistema Castanhão-Pecém, por exemplo, poderão suprir áreas que extrapolam as bacias e sub-bacias receptoras. Com o empreendimento, será possível abastecer, regularmente, uma população de cerca de 12,4 milhões de pessoas, em 2025 (MI, 2004:49-82).

Outros ganhos: o uso difuso - O Projeto de Integração foi planejado procurando atender ao maior número de pessoas possível. Os estudos ambientais e de inserção regional do Projeto identificaram que boa parte da população residente nas proximidades dos locais onde serão construídos os canais pratica uma agropecuária de subsistência. Por conta disso, serão instalados pontos de captação de água e chafarizes no curso dos canais ao longo das várzeas. O objetivo é possibilitar o abastecimento das localidades dessas áreas e viabilizar a agricultura irrigada de pequenos produtores, que são os que mais sofrem com perdas de produção nos anos secos (MI, 2004:50).

APÊNDICE F – POLO FAVORÁVEL: GOVERNO FEDERAL COMO REPRESENTANTE DE INTERESSES GERAIS

Para que a gente possa estender a mão e fazer com que a mulher mais humilde da periferia volte a ter esperança de que nós, homens públicos, governamos definitivamente para todos e não para aqueles que conseguem adentrar nos palácios das prefeituras, nos palácios dos governos e nos palácios do presidente da República (LULA, pronunciamento no lançamento do PAC. CE, 03/07/2007).

O que nós estamos fazendo é aprimorando, da forma mais civilizada possível, a convivência democrática entre os entes federados deste País, dando uma demonstração de que quando a gente governa, a gente não olha a cara do partido a que pertence o governador ou o prefeito. A gente olha a cara do povo, que são todos os brasileiros e que são todos os mineiros e que, portanto, todos precisam ter um tratamento equânime (LULA, pronunciamento no lançamento do PAC. MG, 27/06/2007).

E nós não fizemos nenhum milagre, não teve nenhum milagre, nós apenas tentamos repartir, de forma mais justa, o pão deste País. Apenas começamos a ver que pobre não pode ser tratado como moeda eleitoral, porque no dia da eleição o pobre tem mais valor do que um banqueiro (LULA, pronunciamento no lançamento do PAC. RN, 27/07/2007).

APÊNDICE G - POLO FAVORÁVEL: INVESTIMENTO NO NORDESTE COMO INTERESSE NACIONAL

Essa menina que hoje está presa, essa menina que hoje nós vemos na televisão cometendo os crimes são filhos deste País, resultado de um período histórico do nosso País em que as políticas sociais não eram levadas em conta como fator de desenvolvimento, em que a educação não era levada em conta como fator de desenvolvimento no nosso País. E por que não eram levados em conta? Porque neste País criou-se o hábito de ser muito mais fácil destinar, como se fosse investimento, bilhões de reais para os grupos econômicos, e via-se como gastos os centavos que se destinavam para atender a parte mais pobre

da população. Qual foi a mudança que nós fizemos? Primeiro, uma mudança conceitual. Garantir dinheiro para levar comida para o pobre comprar leite, para a agricultura familiar, para investimentos na educação. O programa Luz para Todos, Cássio, em alguns estados da Federação custa 5 mil reais a ligação, e ela é feita de graça, porque as pessoas pobres têm o direito de conquistar a cidadania neste País (LULA, pronunciamento no lançamento do PAC. PB, 26/07/2007).

Daí a minha vocação e a minha paixão por desenvolver o Nordeste. E por que eu quero desenvolver o Nordeste? E por que eu quero desenvolver o Norte do País? O Lula tem alguma coisa contra o Sul? Pelo contrário. Devo tudo o que sou ao Sudeste brasileiro. Foi lá que eu aprendi a ler, foi lá que eu tive uma profissão, foi lá que eu virei sindicalista, foi lá que eu fundei um partido, fundei uma Central, e foi lá que eu me lancei candidato à presidente. Mas, por que é que eu tenho paixão por desenvolver o Nordeste e o Norte do País? É porque também, como numa família – aqui tem um monte de pais e mães – a gente não gosta mais de um filho do que de outro, gosta? A gente gosta de todos igualmente. Às vezes tem um mais malandro, que a gente precisa chamar mais a atenção, e às vezes tem um coitadinho, que está mais caladinho, mais quietinho, e a gente sabe que quando uma criança se levanta sem fazer peraltice é porque está doente. Então, como pai e como mãe, a gente cuida desse mais fraquinho com um pouco mais de carinho, não é isso? (...) Então, eu acho que nós precisamos aproveitar este momento histórico para permitir que o Brasil seja mais equânime, que não tenha um Sul vivendo a quarta geração industrial, e um Nordeste que não chegou à segunda, um Norte que não chegou à primeira. É preciso tornar este País mais igual. (LULA, pronunciamento no lançamento do PAC. RN, 27/07/2007).

Então, nós precisamos acabar com essa imagem maldita de que o Nordeste tem que continuar pobre e miserável. Precisamos acabar com essa imagem. É por isso que, às vezes, eu vejo alguns companheiros do Sul contra. Agora mesmo nós aprovamos as ZPEs. Tem gente que é contra. Não pode ZPEs, porque ZPEs é Zona de Processamento de Exportação. Então, nós estamos pensando o quê? Como é que vai desenvolver uma parte do Nordeste, como é que a gente vai levar desenvolvimento para o Amapá, para o Acre? Como é que a

gente vai levar. Não, agora, quem já está desenvolvido não quer (LULA, pronunciamento no lançamento do PAC. PB, 26/07/2007).

APÊNDICE H - POLO FAVORÁVEL: GRANDES OBRAS COMO SOLUÇÃO PARA REDUZIR FLUXO MIGRATÓRIO

O meio rural dependente do açude é o que mais sofre, pois sua água é a primeira a ser racionada ou cortada, o que perpetua a dependência de socorro governamental, impede o surgimento de oportunidades de empregos sustentáveis e induz à migração. Como essa situação é cíclica e freqüente, muitos habitantes do Semi-Árido deslocam-se para as metrópoles, onde passam a viver, muitas vezes, em condições críticas, nas suas periferias (MI, 2004:27)

Enquanto a gente não resolver o problema do desenvolvimento do Nordeste, a geração de empregos, a geração de renda e as condições de educação, a gente vai continuar tendo retirantes nordestinos indo para São Paulo como eu fui, com mãe e mais oito irmãos para São Paulo em 1952 (LULA, pronunciamento em, Mauriti, 16/10/2009).

APÊNDICE I - POLO CONTRÁRIO: PRIORIZAÇÃO DO CONSUMO HUMANO

Relativamente aos projetos de transposição de águas para uso de populações externas a Bacia, a Câmara reafirma sua concordância em outorgar água para abastecimento humano e dessedentação de animais, mas estabelece como condicionantes, para outorga desses usos, que sejam efetivamente avaliadas:

- a) a) As reais demandas das populações das bacias receptoras e a indisponibilidade hídrica nestas bacias;
- b) b) Que sejam observado o limite máximo para uso externo das águas do rio São Francisco, a ser estabelecido pelo Comitê, de forma que não ultrapasse o total atualmente consumido pelas populações do semi-árido da Bacia do São Francisco

- c) c) Que as transposições para abastecimento humano sejam compatibilizadas com sistemas alternativos de acumulação de água de chuva e exploração de água subterrânea (CBHSE, 2004:243).

APÊNDICE J - POLO CONTRÁRIO: TRANSPOSIÇÃO COMO OBRA PARA AS ELITES

Dados do projeto governamental confirmam essa destinação das águas transpostas: 70% para irrigação e 26% para uso urbano e industrial. A direção dos canais é exatamente a dos grandes reservatórios existentes, para possibilitar esses usos. A área realmente “beneficiada” corresponde a apenas 5% do território do semi-árido. Só 4% da água serão destinados à população rural, aquela afetada pelas secas. Contudo, essa desproporção gritante não impede que o velho “discurso da seca”, que mal esconde a antiga “indústria da seca”, seja acionado e funcione (Siqueira in CPT 2007a:3).

Propomo-nos a concretizar e fortalecer uma aliança sócioambiental entre todas as vítimas da transposição e destas com a sociedade em geral, para salvar o Nordeste da sanha gananciosa e destruidora das elites de sempre, hoje globalizadas, e revitalizar de verdade o rio São Francisco (ARTICULAÇÃO... 2009)

Ao final do ano de 2006, a ANA lançou o Atlas do Nordeste, onde, através de um estudo dos municípios da região, propõe alternativas que irão garantir o abastecimento humano de todas as comunidades do semi-árido nordestino a um custo de quase metade do projeto de transposição. (PASSOS in CPT, 2007b:7).

Ao pagar a conta doméstica mensal de água, que deverá se elevar gradativamente, a população das cidades, principalmente dos grandes centros, beneficiada ou não, estará bancando, em 85% da receita do projeto, os “exportadores de água” em frutas, camarão e aço (SIQUEIRA in CPT 2007a:3).

Fica cada vez mais claro que o motivo da transposição não é a sede de 12 milhões de nordestinos, do cansativo discurso de Lula, mas o auspicioso “negócio da água” (SIQUEIRA in CPT, 2009).

APÊNDICE K - POLO FAVORÁVEL – ENFRENTAMENTO ÀS ELITES

(...) nós temos que ter consciência, Eduardo, e você já passou por isso. Eu estou vendo aqui o Severino, que também já passou por isso. Eu sei o que é a vingança da elite brasileira, eu sei o que é, muitas vezes, o ódio de classe demonstrado, às vezes, desnecessariamente. Aos 60 anos eu sou um homem sem ódio, ninguém vai me deixar nervoso, nem meus companheiros reivindicando me deixam nervoso e nem meus adversários xingando me deixam nervoso (LULA, pronunciamento no lançamento do PAC. PE, 12/07/2007).

Mas o dado concreto é que nesses 30 anos vocês governaram apenas dois anos e quatro meses, o restante, quem governou foi a direita deste estado. Agora, vocês deram outra chance a vocês mesmos, elegeram um homem do meio de vocês, com a cara de vocês, com a cultura de vocês. Não joguem fora, tentando querer que ele faça em seis meses o que não foi feito em 20 ou 30 anos neste estado. Ajudem a construir a Bahia do sonho de vocês, ajudem a construir a Bahia de Todos os Santos (LULA, pronunciamento no lançamento do PAC. BA, 12/07/2007).

APÊNDICE L - POLO CONTRÁRIO: ALTERNATIVAS À TRANSPOSIÇÃO

As verdadeiras causas dos dramas do semi-árido não estão na indisponibilidade de recursos hídricos, mas no processo histórico de ocupação do território, nos desníveis de educação e de renda, na inexistência de projetos de desenvolvimento de longo prazo e nos desequilíbrios regionais, manipulados para perpetuar a pobreza e a ‘indústria da seca’, manobrar a mão de obra barata dos sertanejos submetidos à migração forçada e evitável... O problema hídrico no Nordeste não é de escassez, mas de gestão – dizem os estudiosos – O Nordeste não precisa de água, mas de justiça – dizemos nós os militantes sociais. Conviver com o semi-árido é a solução – comprovam anos de experiência da sociedade civil organizada” (PASSOS in CPT 2007b:7).

A transposição pretende guindar continuamente, em um desnível de 300 metros, 2,1 bilhões de m³ da água mais cara do mundo para o Nordeste, que, por sua vez, já acumula 37 bilhões de m³ a custo zero. Se o problema da seca do Nordeste não se resolve com esses 37 bilhões de m³ armazenados, irá ser resolvido com 2,1 bilhões de m³ da transposição? Uma certeza muitos têm:

os 70 mil açudes do Nordeste construídos nesses cem anos demonstram que lá não falta água. O que falta é a distribuição dessa água. Basta implantar um vigoroso sistema de adutoras, como o proposto pela Agência Nacional de Águas, por meio do “Atlas do Nordeste”, que foi abafado pelo governo (BALDUINO in CPT, 2009).

APÊNDICE M - POLO FAVORÁVEL - NECESSIDADE DE ÁGUA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O reconhecimento nacional da gravidade da situação encontrada nessa região transformou-a, há muito tempo, em prioridade das políticas públicas. Elas buscam mecanismos para o desenvolvimento econômico e social na região, mas sempre terminam por deparar com um grande obstáculo: a pouca disponibilidade de água. O Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias do Nordeste Setentrional surge agora como a principal alternativa para enfrentar o problema da escassez de água no sertão e no agreste (MI, 2004: 116-117).

O Semi-Árido Nordestino, na área do Projeto, concentra uma população de cerca de 12 milhões de habitantes. Sem água, essa região estará fadada ao subdesenvolvimento, e a um grande número de brasileiros restarão poucas alternativas de desenvolvimento social e econômico (MI, 2004:9).

O Projeto de Integração representará, portanto, uma segurança para as bacias do Nordeste Setentrional diante das irregularidades climáticas da região. A população, tanto urbana quanto rural, as indústrias, os pequenos e grandes agricultores e todos os demais setores produtivos poderão usar a água disponível nos grandes açudes da região para gerar empregos, renda e, conseqüentemente, melhoria da qualidade de vida (MI, 2004:10)

APÊNDICE N - POLO FAVORÁVEL - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO = GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

Então, o País está vivendo um momento em que ele só não dá um salto de qualidade se nós formos medíocres. Se a gente tiver competência para conver-

sar mais com a sociedade e fazer as coisas corretas, este País pode se transformar definitivamente numa nação desenvolvida e a gente poderá extirpar de uma vez por todas a questão da fome e da miséria (LULA, pronunciamento no lançamento do PAC. RN, 27/07/2007).

Porque agora, como está tudo arrumadinho, já tem dinheiro disponibilizado – e a prefeita de Mossoró ainda vai ser premiada com um contrato assinado com dinheiro do FNDE, o Fundo de Desenvolvimento para o Nordeste, de uma empresa que vai se instalar lá, investindo 98 milhões de reais em Mossoró – agora que está tudo pronto, qual é o desejo que eu tenho? O desejo que eu tenho, companheiros e Governadora, é que se monte um grupo gestor dessas obras, que cada prefeito monte um grupo gestor, porque agora o que interessa é que essas obras comecem a andar. Quando as máquinas estiverem trabalhando, vai ter homem trabalhando também. Homem trabalhando significa salário, salário significa renda, renda significa melhoria da qualidade de vida das pessoas, e o País pode melhorar. Então, o meu desejo é que até fevereiro esses 40 bilhões de reais do PAC possam começar a gerar oportunidades de emprego (LULA, pronunciamento no lançamento do PAC. RN, 27/07/2007).

Eu estou dizendo isso porque quando nós pensamos no PAC, nós pensamos que era preciso combinar um programa de desenvolvimento deste País que levasse em conta não apenas colocar aqueles que sempre estiveram à frente na corrida do desenvolvimento, era preciso saber como trazer a parte pobre da população para ser beneficiada nesse processo, porque muitas vezes, na teoria, a gente fala assim: “Não, porque se vai ter um grande projeto industrial aqui, então vai ter emprego para todo mundo.” Não é verdade, você constrói uma fábrica grande, ela vai gerar 2,3 mil empregos e vai gerar uma favela de 30 mil miseráveis ao lado dela, na expectativa de que tenha emprego, porque às vezes a propaganda é maior do que o empreendimento. E nós criamos ilusões na cabeça das pessoas. Então, é preciso que quando a gente pense num empreendimento, a gente já pense em pegar esses brasileiros e brasileiras que não têm nenhuma responsabilidade por serem mais pobres do que outros e fazer com que eles possam galgar esses degraus do desenvolvimento. Por isso o PAC (LULA, pronunciamento no lançamento do PAC. PB, 26/07/2007).

Hoje vocês são mais cidadãos do que vocês eram antes, porque muitos de vocês aprenderam uma profissão. Eu fui ao estaleiro com o Eduardo Campos... pegar um cortador de cana e formá-lo soldador é uma revolução, é uma revolução. O cidadão deixar de ficar acocorado em uma esquina de um bar, para trabalhar de soldador [falha no áudio] é um milagre. E é o que aconteceu com vocês (LULA, discurso proferido em Floresta/PE 15/10/2009).

APÊNDICE O - POLO FAVORÁVEL: DESENVOLVIMENTO COMO VALOR

O PAC é tudo isso que a Dilma mostrou e um pouco mais, porque é o começo da mudança definitiva de um País que durante três décadas foi tido como um país em vias de desenvolvimento, para se transformar num país, definitivamente, desenvolvido (LULA, pronunciamento no lançamento do PAC. PB, 26/07/2007).

(...) afinal de contas, 26 anos sem a economia crescer, sem fazer distribuição de renda... Eu vou dar só um dado para vocês: na década de 80, este País tinha 2 milhões e 800 mil metalúrgicos, ele chegou a 1 milhão e 400 e, agora, já estamos, outra vez, com 1 milhão e 800. Mas ainda falta 1 milhão para a gente recuperar, Robson, o que a gente tinha na década de 80. Certamente que, com os avanços tecnológicos, as empresas nunca mais vão contratar a quantidade de trabalhadores que contratavam na década de 80. Mas, se uma empresa só não contrata, significa que nós teremos que ter muitas empresas contratando, muitas empresas contratando mais (LULA, pronunciamento no lançamento do PAC. MG, 27/06/2007).

O Plano Plurianual soma um conjunto de ações governamentais voltadas para o combate à miséria, ao desemprego e à fome, com especial atenção para os problemas do Nordeste brasileiro. Envolve não só ações assistenciais aos mais pobres, mas também obras de infra-estrutura, indispensáveis ao País (MI, 2004:31).

(...) a verdade é que este País encontrou o seu caminho. Eu estou indo amanhã para Portugal com a Dilma. Nós vamos vender lá o biodiesel, vamos divulgar o PAC para que empresários portugueses venham para cá fazer investimentos. Depois nós vamos a Bruxelas falar do biodiesel e vamos falar do PAC

também, porque nós temos que fazer deste País a grande nação que ele poderia ter sido no século passado e, pela mediocridade da política, não passou de um país em vias de desenvolvimento (LULA, pronunciamento no lançamento do PAC. CE, 03/07/2007).

APÊNDICE Q - POLO FAVORÁVEL - INFRA-ESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO

Nós não estamos anunciando as outras obras porque o PAC não é apenas os 146 bilhões do saneamento e habitação, o PAC, na verdade, são 504 bilhões de reais que nós queremos envolver na economia até 2010. São ferrovias, rodovias, pontes, gasodutos, linhas de transmissão, hidrelétricas e muitas outras obras, portos e aeroportos, de que o Brasil tanto precisa (LULA, pronunciamento no lançamento do PAC. PE, 12/07/2007).

Eu quero crer que o que estamos fazendo no Brasil, nesses últimos meses, é a implementação de um programa de governo que dá a exata dimensão daquilo que nós pensamos para o Brasil nas próximas décadas. Se nós olharmos o que aconteceu no Brasil nos últimos 26 anos, ou se quisermos pegar os últimos 30 anos, nós vamos perceber que o último momento em que o Brasil fez um forte investimento em infra-estrutura foi no governo Geisel (...) De lá para cá, o Brasil fez uma opção de se reconhecer pequeno, de se reconhecer incapaz e de não tomar atitudes que a grandeza do Brasil exigia que os governantes tomassem (LULA, pronunciamento no lançamento do PAC. PB, 26/07/2007).

(...) nós estamos falando aqui do PAC de saneamento básico, do PAC de habitação, mas nós temos o PAC de rodovias, de ferrovias, de gasodutos, de aeroportos, de portos e de muitas outras coisas mais (LULA, pronunciamento no lançamento do PAC. RN, 27/07/2007).

APÊNDICE R - POLO FAVORÁVEL: COLAMENTO ENTRE OBRAS E QUALIDADE DE VIDA

Quando você tem uma dimensão humana da administração pública, não começa mais a pensar no nome de quem você vai colocar na manilha. Você

começa a pensar na saúde de uma criança correndo na rua, em frente à sua casa, sem precisar pisar em esgoto a céu aberto. A gente, então, começa a pensar que aquele dinheiro que está soterrado embaixo da terra, recolhendo esgoto e, ao mesmo tempo, transportando água potável para aquela casa é, possivelmente, o maior investimento na área de saúde que um governo, que um prefeito podem fazer neste País e em qualquer país do mundo (LULA, pronunciamento no lançamento do PAC. PE, 12/07/2007).

O que nós vamos colher é a possibilidade de ter menos crianças morrendo de doenças geradas por falta de água potável e tratamento básico. O que nós vamos conquistar é a possibilidade de ver crianças brincando na rua sem estar pisando em esgoto a céu aberto. O que nós vamos colher como resultado dessa política é ver mulheres abrirem uma torneira e sair da sua torneira água com qualidade para elas beberem, para que as crianças não fiquem com esquistossomose, com a barriguinha parecendo um guaru, como eu fui quando era pequeno, até sete anos de idade (LULA, pronunciamento no lançamento do PAC. PB, 26/07/2007).

É preciso que chegue a água, o esgoto, mas chegue também o posto médico, chegue também a escola, chegue também o centro de cultura, chegue o centro de lazer, para as pessoas sentirem que o Estado está presente. Porque se o Estado não está presente, cumprindo as suas funções constitucionais, o povo não tem por que acreditar mais em nada (LULA, pronunciamento no lançamento do PAC. BA, 12/07/2007).

APÊNDICE S - POLO CONTRÁRIO: SUBMISSÃO DO ESTADO AOS INTERESSES DO MERCADO

Ele [Manoel Uilton Tuxá] ainda afirma que a campanha é mais ampla: “Os povos indígenas são contra todos esses grandes empreendimentos empresariais que estão sendo construídos ao longo da bacia e que há anos têm nos prejudicado”. As obras do Eixo Norte começaram em terra comprovadamente Truká, ainda em processo de reconhecimento oficial. No Ceará, 90 famílias do povo Anacé já foram expulsas de sua terra tradicional e alojadas em assentamentos

para a construção do Centro Industrial Porto de Pecém, um dos empreendimentos a ser beneficiado pela transposição (CAMPOS in CPT, 2009a:12).

Pode-se, também, facilmente constatar que os benefícios do projeto estão sendo artificialmente ampliados, pelas seguintes razões:

- d) a área de influência do projeto restringe-se a menos de 5% da área do semi-árido nordestino;
- e) a vazão média de (50 m³/s) é insuficiente para atender a área irrigada estimada no projeto;
- f) o custo de manutenção da água - R\$ 0,05 por m³, calculado com base no consumo humano, é muito elevado para fins de irrigação;
- g) as grandes perdas por evaporação e infiltração deverão onerar bastante o custo da água do projeto;
- h) a operação do sistema será privatizada, envolvendo, inclusive, a água atualmente disponível na região;
- i) o consumo humano, principalmente das grandes cidades, deverá subsidiar a água dos polos tradicionais de irrigação, devendo contribuir com 80% das receitas do projeto.

Desta forma, a problemática das secas na região mudará muito pouco com o projeto, tendo em vista que a água da transposição passará muito distante dos locais mais secos, onde o quadro é mais grave (ABNER, 2005)

APÊNDICE T - POLO CONTRÁRIO (CPT): DESCONFIANÇA QUANTO AO DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento é, ao mesmo tempo, uma fraude conceitual – por causa da sua pretensão universalista – e uma fraude prática – por causa das suas profundas contradições. É fundamental, hoje em dia, para repensar e reconstruir a política, colocar em radical discussão o conceito e as práticas de desenvolvimento. Esta é a premissa e a condição para colaborarmos com as transformações políticas, sociais, culturais e ambientais adequadas ao tamanho e à urgência das questões atuais (...) Em suma, o desenvolvimento sustentável, como a busca de um capitalismo de rosto humano, não passam de

oximoros. Com efeito, o desenvolvimento não pode ser sustentável, uma vez que o aumento constante da produção de bens e serviços também aumenta o consumo de recursos naturais não renováveis, acelerando portanto o seu esgotamento. E o capitalismo continua constitutivamente desumano, confirmando o seu caráter sacrificialista e idolátrico (LAZZARIN IN CPT, 2009b:14).

Junto a isso, a CPT traz os dados parciais do ano de 2009, mostrando que mesmo com a redução dos conflitos no campo, a violência tem aumentado, principalmente na região sudeste, a mais “desenvolvida” de nosso país (CPT, 2009c:2).

O que mais chama atenção nestes primeiros números que a CPT divulga em 2009 são os números da região Sudeste, a mais “rica e desenvolvida” de todo o país. Onde se poderia imaginar que os conflitos agrários estariam tranquilamente superados, dado o grande desenvolvimento da região, nela a violência cresceu em 200% no número de assassinatos; em 400% nas tentativas de assassinato; e em 300% no número de prisões. Também o número de famílias expulsas passou de 49, em 2008, para 63 em 2009 (CPT, 2009b:7).

APÊNDICE U - POLO FAVORÁVEL ÀS OBRAS: TRANSPOSIÇÃO COMO QUESTÃO TÉCNICA

A forte oposição ao projeto eu atribuo concretamente ao PFL da Bahia e Sergipe. A energia central disso é o PFL da Bahia e de Sergipe. Atribuo, também, aos protocomunistas da Igreja, do sertão, aos portadores da ignorância. Essa mistura de vaidade com ignorância é uma mistura terrivelmente maléfica para o país (revista Caros Amigos, entrevista com Ciro Gomes apud Quermes, 2006:258).

Os adversários querem, na verdade, é impedir que as coisas aconteçam neste País. A mediocridade de algumas pessoas que acham que elas só terão chance de vencer na vida se eu fracassar. Agora, se eu fracassar, o fracasso não é meu (...) Quem vai ser prejudicado é o povo deste País, são milhões e milhões de mulheres, crianças, jovens que estão abandonados há meio século (LULA, pronunciamento no lançamento do PAC. PE, 12/07/2007).

Até o início da década de 1980, a idéia da integração do rio São Francisco foi inviabilizada por uma questão prática: não havia energia elétrica para acionar as bombas para transporte da água. Nesse período, entretanto, já existiam exemplos de integração de águas em funcionamento e com bons resultados a apresentar (MI, 2004:23).

APÊNDICE V - POLO FAVORÁVEL ÀS OBRAS: OPOSIÇÃO COMO POLITICAGEM

Aí a classe política vai ter que se tornar mais civilizada para que a gente possa compreender o momento de fazer oposição e o momento de pensar no País, para que a gente pense o momento de fazer oposição e o momento de construir o estado ou construir a cidade, porque no Brasil não termina nunca, já acabou uma eleição, ela continua e é eterna. Você pode mandar qualquer projeto, pode ser um projeto para melhorar qualquer coisa, e pessoas, se são contra o governo, dizem: “Eu voto contra, eu não voto favorável.” Ou seja, as pessoas não se preocupam sequer em analisar se aquilo vai beneficiar o presidente da República, o governador ou o prefeito, ou se vai beneficiar o povo da cidade, o povo do estado e o povo do nosso País (LULA, pronunciamento no lançamento do PAC. PB, 26/07/2007).

Veja que D. Pedro tentou fazer a transposição das águas do rio São Francisco em 1847, até hoje não deixaram ele fazer. Pois bem, eu, que não sou imperador, não sou príncipe, sou apenas um retirante nordestino que virou presidente e conhece a realidade do Nordeste, vou fazer (LULA, pronunciamento no lançamento do PAC. RN, 27/07/2007).

O projeto da transposição, companheiros, foi um projeto pensado desde 1846. O imperador D. Pedro pensou nesse projeto. De lá para cá, vários presidentes da República pensaram nesse projeto, mas quando chegam as eleições, as pessoas se acovardam. Então, na época da eleição, você vai ao Ceará, o Ceará é favorável, você é favorável; você vai à Bahia, a Bahia é contra, você vira contra; você vem a Paraíba, é favorável, você é favorável; você vai a Alagoas, é contra, você é contra. E, assim, nunca acontece o projeto (LULA, pronunciamento no lançamento do PAC. PB, 26/07/2007).

APÊNDICE X - POLO CONTRÁRIO ÀS OBRAS: TRANSPosição COMO QUESTÃO TÉCNICA

(O CBHSF) pondera, que a transposição de águas não é a única alternativa para o semi-árido setentrional, principalmente em face dos inúmeros questionamentos de ordem técnica que continua a suscitar (CBHSF, 2007:81)

No último dia de funcionamento do Supremo Tribunal Federal em 2006, o ministro Sepúlveda Pertence, depois de quase um ano e meio analisando, indeferiu as liminares que suspendiam o início das obras da transposição de águas do rio São Francisco. A decisão pareceu mais política do que técnica (SIQUEIRA in CPT, 2007a:3).

Os representantes governamentais notadamente esquecem que não é só o Governo que vem buscando estudar a transposição. A sociedade civil vem, ao longo de todos esses anos, se debruçando sobre o tema através de pesquisas, estudos, leituras de artigos que se relacionem ao tema e, na Plenária de Recursos Hídricos que efetivamente deliberou contrária às transposições do Tocantins e do São Francisco estavam diversas pessoas que já se dedicam à questão, tanto quanto aqueles do Governo Federal, ou talvez até mais, porque embora mudem os Governos a partir de novas eleições, mas a proposta do projeto permanece e também permanece atenta e cuidadosa a sociedade civil com seu patrimônio ambiental (FÓRUM PERMANENTE... 2004:5).

APÊNDICE Y – POLO CONTRÁRIO: IMPACTOS AMBIENTAIS E REVITALIZAÇÃO

Rios e açudes completamente poluídos, inclusive os que receberiam a água; açudes e estruturas hídricas abandonadas como o São José, em Monteiro PB, e todo o rio Paraíba; Regiões com potenciais e projetos hídricos alternativos abandonados em espera da transposição, como no caso do Rio Grande do Norte (ARTICULAÇÃO POPULAR SÃO FRANCISCO VIVO, 2009)

A degradação hidroambiental da bacia é resultante de um conjunto de ações antrópicas, componentes de um processo de desenvolvimento até recentemente aceito pela sociedade com pouca ou sem restrições, até porque, dele dependia, o atendimento por bens e serviços. A realidade mudou e a mesma

sociedade não quer continuar sendo cúmplice do paradigma da insustentabilidade. Mudanças são requeridas, mas os processos nos quais assentam as atividades urbanas, industriais, minerais, rurais, etc., são ainda insustentáveis, de modo geral. O grande desafio, portanto, é o da inserção da dimensão ambiental em todos os processos produtivos que, em síntese, existem e existiram por demanda da sociedade e que em sentido amplo atendem os objetivos sócio econômicos. Em outras palavras, trata-se de construir parâmetros de sustentabilidade com a participação dos segmentos produtivos e das comunidades, considerando, articuladamente, os aspectos sociais, econômicos, ambientais e em alguns casos, culturais (CBHSF, 2004:185).

A Câmara Consultiva do Baixo São Francisco reafirma seu compromisso de encarar a Bacia do São Francisco não apenas como um repositório de recursos hídricos, mas acima de tudo como um ecossistema fragilizado e estressado que necessita urgentemente de amplo processo de recuperação hidroambiental, como premissa maior para o encaminhamento de quaisquer planos ou ações de desenvolvimento (CBHSF, 2004:242).

APÊNDICE Z - POLO FAVORÁVEL - IMPACTOS AMBIENTAIS E REVITALIZAÇÃO

Vocês estão lembrados que eu dizia que essa obra teve uma discussão atravessada, ou seja, na verdade nós não estamos tirando água de ninguém. Primeiro porque a água não é colocada lá na nascente por nenhum homem. Ela foi colocada lá pela obra divina de Deus, quando construiu o mundo... Ele disse que ali, lá, em Minas Gerais, ia ter uma nascente e esse rio vem percorrendo, pegando água de outros afluentes, afluentes, e ela vai ser jogada no mar. Não era justo a gente deixar essa quantidade de água imensa ir para o mar e não tirar um “tiquinho” dela para levar para o semi-árido, para 12 milhões de nordestinos que vivem em uma situação extremamente difícil (LULA, pronunciamento em Cabrobó, 16/10/2009).

No total, nos dois eixos, apenas 1,4% da vazão de água do rio será captada. O mesmo que tirar um copo de 200ml de um recipiente de 14 litros; mas, de copo em copo, os canais vão se encher, e isso representa muito para os quatro estados nordestinos que passarão a ter segurança hídrica. 26m³ por segundo

é o total de água captada do rio. É por isso que o Projeto de Integração do Rio São Francisco vai atender 12 milhões de brasileiros sem afetar o Velho Chico (MIN in TV MI, 25/09/2009).

Eu digo sempre que, se eu pudesse, eu iria na boca do Oceano Atlântico, e na hora em que ninguém falasse mais da água do São Francisco, trazia ela de volta para o semi-árido nordestino. Ora, dos milhões de metros cúbicos que ele joga por segundo no mar, eu quero apenas um metro e meio, dois metros cúbicos por segundo, para levar água para 12 milhões de nordestinos, para tornar os açudes perenes e para fazer com que este País seja um pouco mais justo na distribuição das possibilidades, das oportunidades e também na distribuição de riquezas (LULA, pronunciamento em Natal/RN, 27/07/07)

APÊNDICE AA - POLO FAVORÁVEL - LEGISLAÇÃO COMO ATRAPALHO

Mas não é apenas isso. O Cid falou que talvez eu não volte mais aqui. Volto porque, com você, eu quero entrar naquele trem que estamos construindo, na ferrovia. Porque a gente anuncia uma obra, eu fui lá, o Ciro era ministro, o Eunício era ministro, nós fomos lá, andamos um pouquinho de trem. Depois que a gente desce do trem, aí dizem que não sei quem proibiu a obra de continuar. Vem não sei quem e diz que precisa parar, e aí a obra não começa a andar. Agora, me parece que nós já temos 80% de tudo regularizado, seja no Tribunal de Contas, seja no Ibama, porque é muita coisa. Gente, eu vou contar uma coisa para vocês: para construir tem poucos, para não deixar construir “está assim”. Eu ainda quero vir ao Ceará, com a permissão do nosso querido governador da Bahia, beber um pouco da água do Rio São Francisco aqui, no estado do Ceará (LULA, pronunciamento no lançamento do PAC. CE, 03/07/2007).

Mas nós fomos eleitos agora, vamos dedicar... Bom, já não dá, porque tem eleição no ano que vem, é uma desgraça. Em época de eleição, são seis meses sem a gente poder governar nada. Nós somos eleitos para quatro anos – você também, Coutinho, para quatro anos. Nós fomos eleitos, tomamos posse dia primeiro de janeiro, e quando chegar em junho do ano que vem, a gente não pode mais fazer convênio com as prefeituras. Então, para qualquer investimento, são seis meses em que o governo federal não pode fazer nada com as

prefeituras, nem com o governo do estado. Aí, temos mais um ano para governar, vêm as nossas eleições e mais seis meses em que a gente não pode fazer convênios com as prefeituras. Ou seja, em vez das eleições serem um benefício para a gente fazer mais investimentos, elas são um malefício, do ponto de vista da possibilidade de investimentos nos estados, porque fica paralisado (LULA, pronunciamento no lançamento do PAC. PB, 26/07/2007).

(...) que é muito significativo e é bom destacar a quantidade de, eu diria assim, de impedimentos que nós tivemos pra iniciar essa obra. Impedimentos de todas as ordens, né? Desde impedimentos ligados à aprovação pelos órgãos de fiscalização e controle, até negociação com as populações locais pra viabilizar a obra (Pronunciamento de Dilma Roussef na TV MI, 08/10/2009).

Veneziano, Ricardo Coutinho, prefeitos, eu quero ver se a gente pode vir aqui no ano que vem, eu me conformo em vir cavar o primeiro buraco. Porque a gente anuncia o dinheiro aqui, mas depois tem que fazer licitação, depois o Tribunal de Contas entra com um processo contra, aí quando está tudo bem, o Ministério Público entra com um outro processo contra, é uma desgraça. É um para construir e 30 para tentar evitar que a construção aconteça neste País. De qualquer forma, meus filhos, eu sou teimoso, sou tinoso e vai acontecer o que precisa acontecer neste País (LULA, pronunciamento no lançamento do PAC. PB, 26/07/2007).

APÊNDICE AB - POLO CONTRÁRIO - LEGISLAÇÃO COMO RECURSO PARA A LUTA

Já sobre aspectos legislativos e jurídicos, a Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais (AATR) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) entram com pedido, na Procuradoria da República, em Salgueiro (PE), para que o órgão interfira no assunto. Acontece audiência pública na Câmara Federal sobre o Atlas do Nordeste, da Agência Nacional de Águas. O procurador geral da República, Antonio Fernando de Barros, em nome dos Ministérios Públicos Federal e Estaduais (BA, MG, SE), entra com petição junto ao STF. Ele pede a suspensão do projeto de transposição (DINIZ in CPT, 2007c:11).

A Campanha, através de petições populares, relatório-denúncia e manifestações públicas, quer pressionar o Supremo Tribunal Federal (STF) a julgar ações pendentes contra o projeto de transposição, em especial as que tratam das terras indígenas afetadas. Exige também a realização de Audiências Públicas democráticas, inclusive no STF, para que as questões obscuras e ilegalidades do projeto sejam abertamente debatidas. Uma das pendências a serem julgadas é a Ação Direta de Inconstitucionalidade 4113, que aponta desrespeito ao artigo 49 da Constituição Brasileira, que obriga a consulta ao Congresso Nacional em caso de empreendimento que envolva terras indígenas. Na bacia do São Francisco vivem 33 tribos e diretamente afetados pela transposição estão quatro povos - Truká, Tumbalalá, Pipipã, Kambiwá - cujos territórios ainda não foram completamente definidos. O Congresso jamais foi ouvido (CAMPOS in CPT, 2009a:12).

APÊNDICE AC – POLO FAVORAVEL – POPULAÇÃO RESIGNADA E SOLUÇÃO PELA TRANSPOSIÇÃO

Uma das coisas que nós pedimos aos empresários era que tentassem contratar os trabalhadores da região (...) Porque, muitas vezes, antigamente (...) ficavam os trabalhadores de São Paulo ganhando (incompreensível) e os trabalhadores daqui acorados na beira de uma esquina ou de um boteco, à espera que Deus desse um jeito(LULA, pronunciamento em, Floresta, 15/10/2009)

Na hora em que a gente começa a contratar gente daqui, o que acontece? Há uma revolução na cidade (...) Dali a pouco, as pessoas estão pensando em comprar um carrinho (...) ir a um supermercado comprar tudo que tiver para comer, não precisar de cesta básica de governo, mas comprar, escolher do melhor. Porque o pobre precisa aprender a gostar do melhor. A gente não pode se contentar com o mínimo, nós sempre temos que estar brigando pelo máximo, é esse o objetivo nosso, na nossa passagem pela Terra (LULA, pronunciamento em, Floresta, 15/10/2009).

Hoje vocês são mais cidadãos do que vocês eram antes, porque muitos de vocês aprenderam uma profissão. Eu fui ao estaleiro com o Eduardo Campos... pegar um cortador de cana e formá-lo soldador é uma revolução, é uma revo-

lução. O cidadão deixar de ficar acorado em uma esquina de um bar, para trabalhar de soldador (falha no áudio) é um milagre. E é o que aconteceu com vocês (LULA, pronunciamento em: Floresta, 15/10/2009).

Em Floresta, uma mulher chamada Eliane, quando essa obra começou, ela tomou R\$ 50 emprestados ao afilhado dela e ela pediu autorização para um coronel do nosso Exército, que estava fazendo a obra, para permitir que ela fizesse pastel para vender lá na obra. Ela agora já montou uma empresa e serviu até 400 refeições por dia (LULA, pronunciamento em, Mauriti, 16/10/2009).

Quando é que a gente imaginava, no sertão, uma pessoa ganhar R\$ 4 mil por mês? E parece que o menor salário que estão pagando aqui é R\$ 650, que me parece (LULA, discurso 5, Cabrobó, 16/10/2009).

(...) ver esse pessoal vestido com macacão me dá a convicção de que vocês estão trabalhando, ganhando um salário que pode não ser o melhor do mundo, mas talvez seja o melhor que vocês já ganharam, muitos aprenderam uma profissão (LULA, pronunciamento em: Floresta, 15/10/2009)

Os futuros moradores estão ansiosos, mas as casas não serão nenhuma surpresa. Os chefes das famílias reassentadas foram devidamente capacitados e trabalham nas obras da vila. Emprego e casa nova. É o caso do Seu Paulo, que participou da construção de sua própria comunidade. A região ele já conhece. Sua casa atual e a dos outros beneficiados a apenas dois quilômetros e meio da nova vila. A expectativa é de toda a família (MIN in TV MI, 25/08/2009).

Não tem essa história de que o Nordeste é exportador de servente de pedreiro para fazer as pontes lá em São Paulo. O Nordeste não quer apenas ser exportador de pedreiros, nós queremos ser exportadores de engenheiros, de médicos, de cientistas (LULA, discurso 5, Cabrobó, 16/10/2009).

Eu estou querendo dizer para vocês que se eu pude ser presidente da República, me preparei para isso, vocês podem ser presidente da República, ser governador, ser prefeito. O povo precisa aprender que ele não tem o direito apenas de ir a um comício para aplaudir aqueles que nasceram para fazer política. O povo pode fazer a política (LULA, discurso 5, Cabrobó, 16/10/2009).

APÊNDICE AD – POLO CONTRÁRIO: POPULAÇÃO RESIGNADA E LUDI- BRIADA PELO GOVERNO

Desinformação geral acerca de tudo o que implica este projeto, durante e depois das obras; Propaganda enganosa, com manipulação das consciências e vontades quanto a benefícios e impactos (...) O povo mesmo ludibriado resiste e busca saídas (...) Regiões com potenciais e projetos hídricos alternativos abandonados em espera da transposição, como no caso do Rio Grande do Norte (...) A expressão “ninguém pode com governo”, que tantas vezes ouvimos nestes dias, revela a ilusão em que vive um povo crédulo e submisso diante da prepotência de falsos representantes eleitos pelo voto. A postura de “pai dos pobres” do atual governo significa um imenso retrocesso na educação política do povo e na construção do poder popular (ARTICULAÇÃO POPULAR SÃO FRANCISCO VIVO in CPT, 2009).

Terra de “faz de conta” - Em Mauriti, no Ceará, precedendo as indenizações, os moradores foram agraciados por títulos de terra. O outdoor do governo do estado escancara a propaganda com números pouco modestos: “1513 famílias com títulos de terra garantidos”. A publicizada regularização fundiária omite os reais motivos da ação: o aceleração das desapropriações de terra e das indenizações (CPT, out-dez 2009).

Logo após receberem o título de terra, moradores da comunidade Atalho foram recebidos pelos funcionários do DNOCS (Departamento Nacional de Obras de Combate a Seca) com o programa de indenizações em mãos. O medo de saírem de suas casas sem receber nada, fez com que muitos aceitassem os valores propostos sem objeção. Passado o pagamento das indenizações, veio o arrependimento (CPT, out-dez 2009).

APÊNDICE DE ENTREVISTAS

APÊNDICE AE - ENTREVISTAS: CABROBÓ E A CEBOLA

Afonso – Realmente, a cebola é assim, ela é meia falsa... É porque é assim: onde o cabra planta, tem vezes que ela dá, tem vezes que ela não dá, né? Aí o cabra fica conversando só quando ela não dá dinheiro, né? Tem vez até que o cabra tá riscando o chão e o cabra [outra pessoa pergunta]: “tu plantou cebola, foi?” Aí é porque, quando ela não dá dinheiro, o cabra fica riscando o chão: “ô, rapaz, podia ela ter dado isso... Se ela tivesse dado tanto, eu ia fazer isso e isso...”

Lena - E, na roça, vocês trabalhavam com o que, na época que vocês moravam lá?

Rogério - Cebola. Mais com cebola mermo.

Lena - Sei. Eu fui lá hoje, no mercado da cebola. Fui.

Rogério - Foi?

Lena - Nunca tinha visto tanta cebola junta.

Rogério - Aí é que tá. Joga no mato, apodrece tudo. Tá barato. Às vezes um saco é cinco, dez reais. Um saco daquele de 20 quilos.

Lena - E dá pra, dá pra viver de cebola?

Rogério - Dá. Às vezes quando dá dinheiro, dá menos, mas quando não dá, que nem tá aí, é perdido, é só despesa mermo, prejuízo.

APÊNDICE AE - ENTREVISTAS: ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM CABROBÓ

Lena - No geral, você me diria que tem água suficiente para as atividades que vocês fazem todo dia aqui?

Diana - Tem.

Lena - Tem pra todo mundo?

Diana - Tem.

Lena - Assim, fora desse bairro aqui, em outros lugares.

Diana - Não. Em Cabrobó? Aqui em Cabrobó?

Lena - É.

Diana - A Temperatura eu já vi dizer que é muito precário, tem lugar lá que só chega água à noite.

Anita - É porque, assim, não tinha esse negocio de falta d'água não. O negócio de falta d'água foi depois que passaram a construir muita casa, muito bairro, muita casa, aí começou, ficava só de manhã. Mas de faltar o dia todo, era só quando quebrava uma peça - geralmente acontece, né? Aí passava um dia. Outra hora ficava, chegava à noite, mas a falta de ficar... falta mesmo duns mês pra cá é só da parte de nove horas até doze

Afonso:

Lena - Aqui na sua casa, o senhor tem caixa d'água? Como é que faz em relação a isso?

Afonso - É, tem só, tem... Como que diz, água da rua.

Lena - Água da rua, né? Da compesa?

Afonso - É, da Compesa. A caixa [reservatório] tem, assim, porque eu sou muito prevenido

Lena - Hum

Afonso - Eu morava em casa alugada, mas tem minha caixa dentro do muro. Eu encho, tem hora que falta da rua, mas tem na caixa.

Marisa:

Lena - O que vocês têm aqui, que tipo de ferramenta de armazenamento de água? Ou têm algum tipo de captação?

Marisa - Não, aqui é só caixa d'água, mesmo.

Lena - Acontece de faltar água ?

Marisa - Não, porque tem caixa. Se faltar água na rua, né? Porque, se não tivesse caixa, aí quando faltava água na rua, aí também faltava aqui, né? Mas,

como tem caixa, não. Às vezes falta na rua, mas aqui tem, porque tem armazenamento, né? Tem as caixas d'água.

Lena - Pra quem não tem caixa d'água, como é que funciona? Quando é que falta, como é que se faz?

Marisa - Falta. O pessoal reclama de vez em quando aqui da Compesa. Principalmente - não é Teresa? - quem mora ali na Sub-estação, Sub-estação é o Bairro que mais falta água.

(...)

Marisa - Acho que [a prefeitura] não se envolve não, porque a Compesa não é... Hoje é privada, né? Não pertence mais ao Estado, né? Acho que é, tá falando que tinham vendido a Compesa... Ou ainda pertence ao Estado?

Lena - Água [palavra para livre-associação]

Marisa - Água aqui tem em abundância! (risos) Só falta a empresa, a Compesa, melhorar pra fornecer água pra todo mundo e não faltar, porque não justifica você morar na beira do rio São Francisco e tem casa que não chega água, né?

Lena - Em algum momento do ano, enfim, acontece de faltar água?

Túlio - Aqui toda tarde falta água.

Lena - Hum-rum

Túlio - Praticamente quase toda tarde.

Lena - Sei.

Túlio - Cabrobó.

Lena - Hum-rum. Aí vocês têm algum sistema de bombeamento de água?

Túlio - Nós temos a caixa, né? (...) Ali ela armazena e quando falta a gente usa. Nunca chega a faltar totalmente porque a gente tem onde armazenar a água. Em todo local meu tem: casa, casa de mamãe, aqui na loja...

Lena - Em algum momento chegou a faltar mesmo? Assim, ficar mais de uma tarde, chegar ao ponto de vocês precisarem economizar, precisarem racionar?

Túlio - Já, já chegou.

Lena - Vocês têm alguma ajuda externa quando isso acontece?

Túlio - Não, não.

APÊNDICE AF - ENTREVISTAS: CARROS-PIPA NA ROÇA

Lena - É... Quando acontece de faltar, o que é que se faz?

Sílvio - Ultimamente tem se usado muito o carro-pipa, e ainda se usa.

Lena - A quem é que pede? Quem manda? Quem é que compra?

Sílvio - Tem... Existe o Governo do Estado, em maior escala, através da empresa de assistência técnica (...) Em segundo vêm também a questão vem do próprio poder municipal. A prefeitura também tem um ou dois carros-pipa. Agora, esse ano e ano passado nós tivemos a assistência do exército. Eles também estavam disponibilizando carros-pipa. Eu soube que foi cortada; o motivo eu não sei. Se já voltou ao normal, também eu não tenho certeza, (...)

Lena - Mas teve abastecimento com exército também, assim, o quê? [Durante] Um ano, dois anos?

Sílvio - Desde esse período da transposição. Eles têm ajudado.

Lena - Enquanto a obra não fica pronta... Você me disse que com a obra isso vai ser resolvido; [mas] enquanto isso, as pessoas que não têm acesso a água perto, como no caso das suas terras, quando falta, com quem é que elas contam, quais são as [sobreposição de fala pelo entrevistado]

Evandro - Não, as minhas terras, como eu já lhe disse [sobreposição de fala pela pesquisadora]

Lena - Não. Sem ser nas suas terras. Eu digo as terras que estão mais distantes.

Evandro - Sim, aí vai através de carro pipa.

Lena - Carro pipa.

Evandro - Carro pipa.

Lena - Quem é que manda o carro-pipa?

Evandro - É a prefeitura, o governo. Hoje o exército tá aí para coisar, tem convênio com a prefeitura, é quem manda pras zonas rurais, né? Aí tem que ser através de carro pipa.

Lena - E... me diga uma coisa: nas terras onde falta água, com quem é que esse pessoal conta quando falta água? Quem é que eles podem procurar?

Osório - Sempre procura o prefeito, né?

Lena - O prefeito...

Osório - O exército também... Tem um bocado de carro-pipa... Tem um bocado de carro-pipa abastecendo a zona rural e quem controla é o exército. O exército controla uma parte e a prefeitura controla outra. A prefeitura não... Parece que é a Emater... É o Governo do Estado.

APÊNDICE AG - ENTREVISTAS: SOLUÇÕES PARA O ABASTECIMENTO EM CABROBÓ

Sílvio - Então eles têm conseguido esses convênios com o Estado quando detectam uma comunidade maior, mais moradores, pra fazer esta ramificação da água.

Lena - Esta água vai pra onde?

Sílvio - Ai eles fazem uma caixa d'água pra casas vizinhas daqui pra serem distribuídas pra beber...

Lena - Pra consumo humano?

Sílvio - Pra consumo humano

Lena - Certo.

Sílvio - Mas tem uns espertinhos; não sei se tô falando demais...

Lena - Nããã

Sílvio - Que fazem assim... Pra encher um açude plantar sua cebola...

Lena - (risos)

Sílvio - Mas quando é detectado...

Lena - Ai se tira?

Sílvio - É.¹

¹ Essa retirada extra-oficial é referida, ainda, em relação à água que passa nos canos – prática que ainda é comum também nas grandes cidades, como Recife “Foi na época do governo de Roberto Magalhães, que ele fez com recurso estadual, tirando a água de São Francisco pra Salgueiro. De lá houve algumas ramificações também, pra outras cidades vizinhas. Mas aí esta água que sai da Comesa, tratada por sinal, aí a turma antigamente fazia um furozinho, um furinho deste assim, é tanta água que você não imagina. Mas aí a Comesa ia lá e [fechava]. Porque teve uma época que não chegava mais água fácil aqui em Salgueiro, a quantidade prevista, né?”.

Sílvio - Veja, o que é que houve? É muito assim: uma parte não crê que terminará a obra

Lena - Hum-rum

Sílvio - E outra [parte], otimista, que esta obra será concluída. Agora, a nossa pretensão é que logo que ela seja concluída a gente seguir pra o segundo passo.

Lena - Hum.

Sílvio - É a gente se beneficiar dela. Como? Quando? De que forma? Aí vai existir as pressões...

Lena - Hum-rum

Sílvio - Dos movimentos, de associações sociais... Pode ter certeza que não vai ficar só nisso aí não.

Lena - Ahn-han. É... Além dos açudes, você costuma usar alguma outra ferramenta de armazenamento ou captação de água? Poço, cisterna...

Osório - Não, não, não

Lena - Não tem precisão não

Osório - Não

Lena - Certo. É... Sabe dizer se nas terras dos vizinhos eles usam isso?

Osório - Tem... O governador constuindo as cisterna, né? Que capta água na época da seca

Lena - O que é que o senhor acha que ainda podia ser feito pra melhorar o abastecimento de água aqui em Cabrobó?

Osório - (pausa) Eu acredito mesmo que tá faltando pouca coisa, viu? É que...

Essa água, ela abastece Salgueiro, essas cidades aí vizinhas. Aí, na zona rural, eles faz essas, é... Bota umas adutorazinhas e encana para o pessoal, como vai haver amanhã essa inauguração

Lena - E aqui na cidade? Tem algum bairro que falte água? Que...

Osório - Às vezes falta. Falta uma caixa, né? Eles construir uma caixa maior, né?

(...)

Osório - Ele [o prefeito] levou água pra uma quantidade de moradores nessa... Nessa região. Até eu vi anunciando aí, mas não prestei bem atenção; agora, sei que é muita gente. Porque era um sofrimento na época da seca o povo...

esperando os pipa pra abastecer. E ele botando energia, ô, botando água nessas casa, acabou-se o problema

APÊNDICE AH - ENTREVISTAS: FONTES DE INFORMAÇÃO

Lena - Ai como é que tu fica sabendo disso [obras e andamento das obras]?

Fernando - É... não vou dizer que isso é uma foto oficial...

Lena - Não, não

Fernando - São conversas, são as pessoas... É... Porque as pessoas que participam desse projeto, eles são contratados, são pessoas daqui, vizinhos nossos, é... Filhos de nossos associados, então nesse diário, conversando dia a dia, eles manifestam suas opiniões.

Lena - Quais são as fontes de informações que tu usa pra saber sobre esse assunto? Por onde é que tu se informa sobre a transposição? Vale tudo: conversando com vizinho, assistindo televisão, lendo jornal, entrando na [sobreposição de fala pela entrevistada]

Marisa- Na televisão, muito na Televisão, internet... E... mais aqui o pessoal que trabalha mesmo lá, é que mais comentam assim, como o funcionamento.

Lena - Com quem é que tu conversa, assim, de pessoas que trabalham lá, que trabalham. Que parte? São engenheiros? São os peões? Que pessoas tu conversaste, assim, sobre isso?

Marisa- Mais com os próprios peões mesmo. Engenheiro são poucos, e tem muitas pessoas daqui de Cabrobó, que trabalham nos escritório lá, aí sempre comentam alguma coisa, assim, ou outra.

Lena - É... Como é o que você se informa sobre esse assunto? Quais são... É a televisão, jornal, é conversa?

Evandro - A televisão, jornal, né? A história tem que acompanhar, né? É porque muita gente sabe, não sabe? [Muita gente] Não sabe de nada. Tem muita gente por aí que quer esquecer a história. Quer dizer, o... Eu sou semi-analfabeto, eu só tenho a 4ª série. Mas tem muitos camaradas formado aí que você pergunta o governo de tal canto, ministro do governo e não sabe dizer, o nome

de nenhum, entendeu? E justamente porque não se interessa saber, de procurar saber, né? Mas a gente sempre procura saber das coisa, saber das coisa...

Lena - Você costuma conversar sobre isso com as pessoas de casa, vizinho, funcionário?

Evandro - Muito não, né? Às vezes, quando chega a oportunidade, o camarada acontece de o camarada dizer alguma coisa, entendeu? Aí o cabra tem que dizer, né?

Lena: É... Quais são as tuas fontes de informação mais importantes em relação a esse tema da transposição?

Túlio - Da transposição? São todos os veículos de informação. Sempre procuro a internet, é jornais, é escrito, né? A mídia. É através disso aí. Procuro ir, já fui várias vezes pra ver o andamento... E pelos próprios engenheiros, eles explicam a gente.

Lena - Você chegou a conversar com engenheiros de lá da obra?

Túlio - Sim, sim.

Lena - O que é que eles te explicaram lá, em relação a isso?

Túlio - Não, é só [sobreposição de fala pela pesquisadora]

Lena - Como é que vai funcionar?

Túlio - Só a parte física, só a parte física como é que vai, né? Por trechos por viamentos, tem, tem... Vai, vai ter várias é... Barragens pra acumular água e de lá puxar, tá entendendo? Quando sair por gravidade.

APÊNDICE AI - ENTREVISTAS: IMPOSSIBILIDADE DE INTERFERIR E/OU CANCELAR A OBRA

Lena - É... Qual foi tua sensação depois de assistir o discurso de Lula?

Túlio - Eu fui mais por curiosidade. É... Eu sinto que esse canal vai tá... Eu acho que não tem mais... Eu acho que é irreversível. Vai sair muito caro se parar isso aí.

Lena - Sei.

Túlio - Agora já tá muito bem adiantado, né?

Lena - Ô, Seu Afonso, além dessas coisas, de ter muito emprego, tal... O senhor acha que teve alguma coisa ruim que aconteceu por causa disso? Ou que pode acontecer?

Afonso - Por causa de que? De [sobreposição de fala pela pesquisadora]

Lena - Por causa da transposição.

Afonso - Rapaaaaaz, eu acredito que... Sei não, o negócio é meio feio, viu? Realmente, assim... Não, mas aí não tem mais jeito não, porque devia ter quando pra começar né? Já começou, tem que ir pra frente.

Lena - O que é que podia ter tido antes de começar?

Afonso - O pessoal contra, né? Porque, não tavam contra, pra não descer essa água pra lá, né? Tavam contra. Mas depois, quando combinaram, pronto. Aí não tem mais jeito a fazer, né?

Lena - Mas tua maior preocupação, o que tu acha pode dar errado o que pode acontecer de ruim, se puder acontecer alguma coisa?

Marisa - A obra não chegar ao final. Ai vai ser um desperdício muito grande de dinheiro e não chegou ao ponto que era pra chegar, né? Aí é que é pior, gastar tanto dinheiro do nosso Brasil aí, dos impostos e tudo (...) de uma forma ou de outra, a gente também tá entrando na cota. E não chegar ao final? Então não adiantou nada, né? É por isso alguns dizem que é eleitoreira, “é só...durante a eleição, que vão parar, que não sei o que”, mas acredito que termine. Quem entrar continua, dá continuidade, porque se é importante... No Brasil, quem vai governar é quem tem, né? Pensar melhor nos cidadãos.

APÊNDICE AJ - ENTREVISTAS: TÉCNICA GARANTE O PROJETO.

Lena - Porque ele é contra a transposição?

Marisa - Porque ele queria primeiro a revitalização do rio.

Lena - E o que é que tu acha disso?

Marisa - Que é importante é, né? Mas, como já tinha o projeto feito há muito tempo, então eles sabiam o que tavam fazendo também, né? Não iam, não seriam irresponsáveis de fazer um canal desses sem pensar no futuro, né?

Lena - É, você acredita que tem algum ponto negativo da transposição aqui em Cabrobó?

Túlio - Acredito que não. Acho positivo.

Lena - Umhum.

Túlio - Eu acho que a maioria aqui é... apóia, tá entendendo? E também que a gente sabe que aqui não só foi feito a... É... Isso aí é uma coisa muito antiga, que já foi feito no Mississipi, né? Em muitos rios aí, em São Paulo, tá entendendo? Eu acho que se fizerem direitinho...

APÊNDICE AK - ENTREVISTAS: DESCONFIANÇA SOBRE OS ARGUMENTOS TÉCNICOS

Afonso - Eu não posso lhe dizer nada, não sei lhe dizer. Que que vai... Que que ia acontecer, né? Porque é assim: não tava toda vida passando [sobrevivendo] sem essa água pra lá, né? Pois é, quer dizer que aí, depois que estudaram essa água aí, então é conseguir ir pra frente. Eu acredito que seja.

Lena - O pessoal que era contra, era contra por quê?

Afonso - Por causa da água que diz que ia diminuir, né? Realmente vai diminuir muito, né?

Anita - (...) pra melhor dizer, eu nem entendo bem dessa parte, só porque o pessoal fazia uma pressão, aí, num sei o que, uns era a favor, outros era contra... E ficava naquilo e procurava... Aí sempre diiiizem que eles explicava a maneira que não ia faltar, que isso, que aquilo, que não se preocupaaasse... Mas... É... a gente via se falar, porque, eu não gosto de me aprofundar nessas coisa assim...

APÊNDICE AL - ENTREVISTAS: REVITALIZAÇÃO E TRANSPOSIÇÃO COMO COMPLEMENTARES

Sílvio - Como disseram: “para a transposição pra primeiro revitalizar”. Então primeiro não faz nada depois que começaram com isso. Agora, se fizer paralelo será correto, porque a gente vê como os... Os agricultores são sofridos na questão das margens. Se tivesse um incentivo, isso aqui pra eles plantarem e

eles se beneficiarem de alguma forma com isso, eu acredito que pra eles, pra aquelas pessoas que não têm conhecimento, seria mais fácil de absorver. Um exemplo: por que não reflorestamento que tivesse umas benesses porque ele está promovendo aquele reflorestamento? Seria uma contrapartida pra eles de alguma forma. E aqui entra, obviamente, os pesquisadores e os técnicos no assunto. Mas é muito melhor desta forma do que uma ordem de cima para baixo, porque nem todas leis pegam, então não é só fazer uma lei e esperar que vá resolver o problema.

Diana - A gente mesmo organizava. Os professores, é... Os professores, os alunos, uma equipe gestora, a gente fazia gincana, tudo... Pra fazer movimento, pra que esta transposição não viesse a acontecer, porque muitos achava que através dessa transposição... É... Eles queria primeiro a revitalização, né?

Lena - - Hum-rum

Diana - Revitalizar primeiro o rio.

Túlio - É... E aí há uma interrogação muito grande, uma... Né? A gente vai [conversando] sobre o impacto de, de, dessa obra, né?

Lena - Qual o medo que as pessoas têm?

Túlio - Aqui tem muitas pessoas que, é... Têm medo de, de... A vasão diminuir demais, tá? Eu sei que prejudica muito, é... Tá havendo uma degradação muito grande ali na, na foz, ali em Penedo. Pois eu fui lá, eu fui lá e vi. Assoreamento... Mas já é com essas barragens e tudo, né? Já vem sendo agredido há muito, muito tempo. Tem que ser feito um trabalho lá. Eu acho que o principal é esse assoreamento que tá havendo em Penedo. Mas, olhe, isso aí já tá existindo antes de [transpôr as águas], né? Eu, pra mim, eu acho que a evasão, né? É muito pouca, eu acho que é sufici... É, eu acho que não vai, é... Abalar demais não, entendeu? Eu acredito que não. Eu acho que vai muito mais beneficiar do que prejudicar, eu acho.

Lena - E, em relação ao assoreamento, existe alguma coisa na transposição que vá cuidar disso? Você sabe?

Túlio - Não sei, não sei. Mas só em eles dizer que vão agora, é... Prestar mais atenção, vão dar mais atenção às margens do São Francisco, através de mata ciliar, essas coisas... Isso aí já resolve alguma coisa, né?

APÊNDICE AM - ENTREVISTAS: OPOSIÇÃO À TRANSPOSIÇÃO = RELIGIOSIDADE

Sílvio – Interessante, né? E teve um bispo que veio pra cá... As más línguas dizem que ele de noite tomava um caldo de [inaudível] (risos). Não desmaiou, não morreu, graças a Deus! Mas o que a gente observa é que, pra a cidade, pra questão profissional e comercial, foi positiva no município.

(...)

Lena – Certo. Tu tinha me dito, lá atrás, da história do Bispo, né? Nessa época, quando ele tava aqui, o que as pessoas comentavam na cidade em relação a isso?

Sílvio - Bom, como a cidade estava dividida, o lado religioso apoiava o Bispo; o lado progressista disse que o bispo não... Que demorava a desmaiar porque tava tomando caldo de [inaudível] uma vez (risos).

Lena - Mas, e o debate em si? Acabava sendo então sobre o bispo e não sendo sobre a transposição? Era isso que acontecia?

Sílvio - É, é interessante, a questão da religiosidade fazia que o bispo fosse, se tornasse uma figura central. Queriam saber se o bispo morria ou não morria (risos).

APÊNDICE AN - ENTREVISTAS: ÁGUA DE SOBRA

Lena - Na área das obras... É... logo no início, quando ainda tava começando, o que é que o pessoal achava dessa história de transposição? Antes de começar as obras?

Osório - Bom, só teve uma pessoa que fez greve de fome e que era contra... Era um bispo. Coitado. Não, hum! [ironia] O que ele queria ele não alcançou, né? Que era não fazer a transposição

Lena - Por que é que ele não queria?

Osório - Não sei... Porque esa água ela é jogada no mar e perdida. Isso aí é... É uma pequena quantia que não vai sair.

Evandro – [Lá na Paraíba] quando vinha qualquer seca era o suficiente pra, na realidade, faltar água. Isso aqui foi o que eu disse aos camarada quando chegaram aqui, muitos chegaram aqui e eram contra a transposição e eu corri essa carta. Eu digo: “olhe, eu moro aqui na beira do rio São Francisco desde 1954, 54 [ou] 55. 55. E eu digo, eu nunca vi esse rio secar. Vocês tão com essa conversa mole”, entendeu? O pior é que essa água que tá, durante esse tempo todinho, que ninguém sabe quantos mil litros por ano que essa água corre, essa água vai [e] bota no mar e é água perdida. O governo, o que é o projeto do governo? Que ele disse que vai retirar do rio 1.4 da água do rio São Francisco. Quer dizer, 1.4 não vai, o caba não vai notar nem diferença. Que ele retire mais água quando o rio tiver alto, que é enchente, um ano chuvoso, que o rio tiver alta ele pode, já vai fazer o canal com capacidade pra pegar mais água do que isso aí. Mas no tempo que o rio tá baixo justamente é que o governo vai retirar é o que? O que ele diz é 1.4, 1.4, né? E que não vai notar nem a diferença. Aí fizeram aquela coisa todinha, não é? [Diziam] “Porque o governo, que o rio ia secar”. Padre, bispo fez greve de fome aqui e aquela coisa toda, veio o governo de Antonio Carlos Magalhães, veio o governo de Sergipe, o, o, e aquela coisa toda, entendeu? Fizeram a maior campanha do mundo. Mas aqui a gente sabia que aquilo era só conversa fiada.

Sílvio - Então a gente observa que já tinha casos que resolveram. No caso aqui de Salgueiro resolveu, no caso de Araripina resolveu, no caso de Ouricuri resolveu. E que esta água está indo pra resolver o problema de sede também de outros estados que são mais secos de que o nosso, não têm um São Francisco...

Marisa - Não, teve... Aqui teve um... Teve até um padre que veio pra cá fazer movimento, dizendo que... Contra a transposição, né? Mas eu acho que não... Eu não fui contra não, porque se é pra o bem de todo mundo, né? É água que vai levar. Tanta água que tem aqui!

APÊNDICE AO - ENTREVISTAS: OPOSIÇÃO COMO “COISA DE ÍNDIO” E AVA-LIAÇÕES SOBRE OS TRUKÁ

Evandro - Não, o terreno da ilha, a ilha é muito bom, entendeu? Os terreno são muito bons. Mas aí a ilha foi o seguinte: tem um pessoal aí que disse que é índios, que diz [ironia], que diz eles que é índio. E que reivindicaram e na realidade o governo desapropriou essas propriedade, entendeu? justamente quem ficou na ilha foi esse pessoal.

Lena – Hum-rum

Evandro – (...) todo mundo que teve propriedade da ilha foi obrigado a sair porque eles reivindicaram, entendeu? E a Funai com o povo, deram o direito aí, esse direito. Na realidade, a ilha hoje é toda desse pessoal.

Osório - Não sei... Porque essa água ela é jogada no mar e perdida. Isso aí é... É uma pequena quantia que não vai sair. Tem um pessoal aí também que diz ser índio, são os truká. Não tem nenhum índio. Esse povo também era contra, porque eles queria... [gesto remetendo a dinheiro]

APÊNDICE AP - ENTREVISTAS: DEBATES SOBRE JEJUM DESTITUÍDOS DO CARÁTER POLÍTICO

Lena - Alguém veio, assim por aqui, não sei aqui na beira rio, mas em Cabrobó, falar com a população sobre essa história das águas? Das obras?

Afonso - Veeeeio!

Lena - Quem foi que veio?

Afonso - Eu não tô... Não sei, eu sei que veio um pessoal daí de baixo, combater sobre esse negócio, né? Foi... Ainda teve meio mundo de reunião também aqui na rua, né? Sobre esse negócio.

Lena - O senhor chegou a participar de uma reunião dessa?

Afonso - Não.

Lena - Não? E o que é que o pessoal comentava dessas reuniões?

Afonso - Uns queria outros não queria, né?

Lena – Ahn-ram.

Afonso - Mas aí não deu certo, deu certo pra coisar. Concordaram, né? Teve até um cara aí que veio fazer greve, assim, um missionário, não sei o que era. Fazer greve, assim, passou dias e dias sem comer, não sei o que... Até que ele saiu aí. Não sei o que foi que fez que ele saiu, né? Que era pra poder não ter essa [transposição] pra lá, né?

Lena – Hum-rum

Afonso - Passou uns dia aí sem comer, sem beber... Como é que pode? Acho que ele comia escondido! Porque como é que o cara passa o tempo todinho sem comer e sem beber?

Lena - E o pessoal comentava muito disso?

Afonso - Era, comentava. Nesse tempo mesmo que ele fez isso aí, essa greve. Ele veio pra poder fazer essa greve... É que eu esqueci qual era o nome dele... Aí o povo comentava, né? Que achava que ele fazia, assim, [comia] escondido, né?

Sílvio - Bom, como a cidade estava dividida, o lado religioso apoiava o Bispo; o lado progressista disse que o bispo não... Que demorava a desmaiar porque tava tomando caldo de [inaudível] uma vez (risos).

Lena - Mas, e o debate em si? Acabava sendo então sobre o bispo e não sendo sobre a transposição? Era isso que acontecia?

Sílvio - É, é interessante, a questão da religiosidade fazia que o bispo fosse, se tornasse uma figura central. Queriam saber se o bispo morria ou não morria (risos).

APÊNDICE AQ - ENTREVISTAS: TRANSPOSIÇÃO COMO SOLIDARIEDADE

Lena – Transposição [palavra para livre associação]

Osório - Pra mim é um negócio bom que vai servir a muita gente lá na frente. Os nossos irmãos que precisam de água

Sílvio - Solidariedade com as pessoas mais distantes, pra ter acesso à água, pra ficar nas suas terras, pra produzir. E... Acredito, diminuir a desigualdade regional que ainda é muito grande no nosso Nordeste em relação a outras regiões do nosso país.

Rogério - Transposição? Transposição... É a obra aí que vai colocar a água pra mais gente, né? Quem precisa também. Que nem... A gente aqui num precisa muito dessa água que nem eles lá, né? Que aqui, a gente já tem ela. E pra lá, a gente tamo trabalhando já pra colocar essa água pra eles, né?

Lena - Eles quem?

Rogério - Eles lá que tão, pra onde vai a água, né? Que eu num sei aí. Ceará. Quem precisa dessa água da gente aqui, né?

Afonso - Transposição? Pronto, água também, porque vai água pra caatinga, né? Pobreza, pra os bichos, pra tudo.

Afonso - Eu não sou contra não, né? Só fico meio sentido, assim, porque vai ficar pouca, mais pouca, né? Mas aí, como Deus dá é pra tudo, todos têm que trocar de sorte, né? Aí tem que ter uma ajuda, né?

Marisa - Porque transposição, né? Pegar parte da água que tem muito aqui, que eles acham que isso aí vai fazer falta, mas não vai. Pra dar, pra ir pra quem não tem, pra transportar...

Lena - Água [palavra para livre associação]

Evandro - Água é vida, né? A gente sem água não tem vida, né? Água é vida. Desde aquela hora a gente tá falando aqui sobre água. E justamente esse pessoal que o governo tá tentando levar, fazer a transposição pra levar pra esse povo que não tem água. Não tem água, né? O inverno aqui, você vê, é inconsistente: tem ano que chove, tem ano que não chove, como eu já te falei. Esse ano aqui não choveu quase, que tá aqui as barragemzinhas que tem aí tá tudo seca. Aí vai ficar tudo em cima do carro pipa. A turma do Governo Federal, do exército, né? Que tem as coisa pra distribuir água. E a prefeitura. A água, a água é acima de tudo. Eu acho que uma das coisas que sem água a gente não vive, né?

APÊNDICE AR - ENTREVISTAS: TRANSPOSIÇÃO COMO ÁGUA PARA QUEM PRECISA

Marisa - Se você andar em Salgueiro, Salgueiro abrange várias cidades, assim, dependem de Salgueiro. E Salgueiro não tinha água, teve uma época que foi

feito um canal, pra levar ááááágua [ênfase] daqui pra Salgueiro, né? E hoje Salgueiro tem água devido a, justamente, este canal, que foi feito pra dar suporte a Salgueiro. Salgueiro tinha uma falta de água horrível. E nem por isso, nem por isso diminuiu nem aumentou [a água] aqui, né? Não diminuiu nada.

Sílvio - Nós observamos... Um exemplo: temos um canal aqui com uma adutora saindo daqui de Orocó e a outra pra Araripina, Ouricuri, que era um absurdo pra estas cidades, por sinal, delas que produz 95% do gesso do Brasil e o pessoal passava sede.

Lena - Hum-rum

Sílvio - Depois eu vim com a adutora, por causa deles, ou seja: a água chegou lá. Agora consome, então: Araripina, Ouricuri, eu acho que é Trindade, esses municípios ali em torno. E resolveu o problema da cidade, que muita gente saiu da cidade porque não ia ficar numa cidade que não podia tomar banho, não podia beber água, e ia embora... Então, com isso, você com a água, você segura as pessoas no seu município. Deram a condição mínima de sobrevivência.

Lena: E, essa coisa da água? Aqui em Cabrobó, muda alguma coisa? Quando tá tendo a obra?

Horácio: Como assim?

Lena: Porque tu falasse que a água, vai tá levando a água pra outros lugares, pro pessoal poder plantar, né isso?

Horácio: É, desde o começo aqui até lá. Até chegar em certo local. E ter também, né?

Lena: Pronto. E o fornecimento de água em Cabrobó, muda alguma coisa por causa disso?

Horácio: Não, não.

Lena: Não muda não, né?

Horácio: Muda não, porque só é 1,4% de água que vai tirar do Rio São Francisco, né isso?

Lena: Sei.

Horácio: E a água correndo nesse coisa aí, num vai baixar mermo que... Porque lá, lá em Sobradinho, já tem bastante água.

Lena: Hum-rum.

Horácio: Às vezes diminui um pouquinho, né? Mas a água que tá embaixo não diminui totalmente.

APÊNDICE AS - Entrevistas: beneficiários imaginados da transposição

Lena - E essa água tá indo pra onde, assim, pra quem?

Anita - É... Cidades aqui perto, pra Salgueiro, é... E ela vai indo aí pro lado do Ceará, desses lugar aí, vai pro campo, cidade aqui perto, Terra Nova, é...

Lena - É... E quem é que vai receber essa água? Que tipo de gente vai receber essa água?

Anita - Como no caso, Salgueiro, se a água vai pra lá, beneficia todos, né? Porque Salgueiro mesmo era um lugar que faltava muita água e ainda... Não sei, acho que não foi resolvido o caso lá não, porque na casa da minha irmã, ela falou que passa dia a dia sem chegar água. Quando chega, todo mundo... Chegam até a comprar água, o pipa ficar.

Lena - Antes disso, destas famílias que seriam os segundo passo, quem são estes primeiros beneficiados?

Sílvio - Olha, aqui nós não temos latifundiários, mas....

Lena - Aqui, tu quer dizer?

Sílvio - Na região nossa, pelo menos de Cabrobó, né? Nessas áreas de sequeiros, pelo menos, é muito pouco. Sempre vê, tenho visto muitas desapropriações nessas terras pra, evidentemente, a água passar. Como elas são desapropriadas, eu acho que o segundo passo, aí sim, seria a questão da pressão dos agricultores vizinhos pra aquela água também...

Lena - Hum-rum.

Sílvio - Porque ele não vai ficar vendo a água passar e cruzar os braços. Antes não, antes ficava palavras contra palavras. Brigar por isso sem nem ter a água? Não, deixa a água [passar] primeiro. Depois que a água tiver lá, aí a gente briga. Como agora você vai conhecer amanhã uma adutora...

Lena - Mas eu digo assim: tudo bem eu sei o que quer dizer, que depois que tiver passando dá pra negociar aí o uso, mas a princípio ela tá passando pra onde? A princípio, a transposição tá levando água pra quem?

Sílvio - Pra outros estados, a água pra outros estados...

Lena - Sim. E pra quem nesses estados?

Sílvio - Pra estes estados. Pelo menos o que o projeto apresenta pra nós, que seria pra o consumo humano

(...)

Sílvio - Então o projeto diz pra nós que a água inicialmente será pra consumo humano em outras regiões também que dependem desta água, dependem desta água.

Lena - Certo.

Sílvio - Então a gente observa que já tinha casos que resolveram. No caso aqui de Salgueiro resolveu, no caso de Araripina resolveu, no caso de Ouricuri resolveu. E que esta água está indo pra resolver o problema de sede também de outros estados que são mais secos de que o nosso, não têm um São Francisco...

Lena - Hum-rum

Sílvio - Passaram pra nós e a gente acredita nisso.

Lena - Pra quem é que vai essa água?

Osório - Hum?

Lena - Pra quem é que vai ser levada essa água?

Osório - Acho que pra o Ceará, Paraíba, né?

Lena - Mas, assim, dentro desses estados, quem é que vai ser beneficiado?

Osório - No-no-nonos estado?

Lena - É. Que grupos de pessoas é que o senhor acha que vai receber essa água?

Osório - Eu não sei, minha filha... É... eu acho que todo mundo, né? Onde ela passar tem benefício

Lena - É tu acha que aquela água vai pra quem? Pra que grupos, pra quem?

Marisa - Eu acho que vai mais pra... Eu, eu não sei, assim, onde a travessia toda, né? Mas eu acho que deve ser pra aqueles estados onde menos tem acesso à água. Como tem parte do Ceará que não tem... Eu não sei o trajeto direito não da... da coisa.

Lena - É... [sobreposição de fala pela entrevistada]

Marisa - Saindo daqui, até... Onde é que o canal vai não.

Lena - Certo, mas, nestes estados que você disse que vai passar, quem são estas pessoas que vão receber água? Que tipo de...

Marisa - São pessoas carentes. Onde tiver carência...

(...)

Marisa - Foi. É como você estava perguntando, né? Quem serão beneficiado com esta água, e eu acredito que seja mais pra os que estão mais necessitados. Os estados que realmente não têm água de jeito nenhum.

Lena - Hum-rum. Que grupos vão ser beneficiados? Qual vai ser o uso dessa água? Ela tá sendo levada pra que?

Evandro - Rapaz, essa água, é... Tá sendo levada para beneficiar, na realidade, quem não tem água. Vai beneficiar o que? O que ele diz é 12, mais de 12 milhões de pessoas, né? É gente demais, é gente que o camarada precisa de... Gente que não tem água, entendeu? O povo, vai beneficiar esse povo. Eles dizem, tem uns que contra aí, que no começo não queria, porque diz que essa água ia servir somente pras empresas, para gente grande, mas eu acho que eles tão enganados, porque essa água vai beneficiar todo mundo. Se for água com abundância vai beneficiar todo mundo. Principalmente quem não tem água, né?

Lena - Hum-rum. Mas vai ser bom pra empresa também? Todo mundo, as empresas também?

Evandro - Eu acredito. Porque ali vai surgir criame de peixe, essas coisas toda, vai surgir muita coisa, né? Muita coisa boa pra nossa região. Muita coisa boa. A gente tem muitas terras fértil que vai, com água vai se produzir fácil, entendeu? Isso tudo beneficia todos nós. Eu acho que o benefício vem de toda maneira. Vem o benefício. Não é só pra um setor só, é para todos os setores, né?

Lena - Hum. Como é que funciona essa coisa? Como a água vai ser levada?

Rogério - Ela vai ser levada de, ela vai tirar por gravidade. Gravidade é quando a água assim no rio uma, certo tempo assim, no nível do rio...

Lena - Hum-rum

Rogério - Aí quando chega lá no pé dum serrote que tem lá, aí vai colocar umas bomba pra bombear pra cima. Aí ela começa de novo a descer. De descida, né? Gravidade.

Lena - Sim.

Rogério - Aí vai cair numa barragem láá no Tucutu, e de lá vai ser bombeada de novo pra cima de novo, aí continua de novo. Aí só vai ter agora em Terra Nova, essa barragem.

Lena - Até lá essa força é suficiente?

Rogério - É, só é nesse esquema. Num lugar que ele tem coisa, eles fazem um reservatório d'água, que é uma barragem, aí já bombeia pra cima de novo, pro alto, aí já continua de novo. É sempre assim.

Lena - E, no final das contas, pra onde é que tá indo essa água?

Rogério - Tá indo pro Ceará aí, parece que é Ceará, Piauí, sei lá, é esses meio de mundo aí.

Lena - Hum. E essa água vai ser usada pra que lá?

Rogério - Eu acho que é pro consumo mermo lá, de lá, que eu acho que as água de lá não deve ser boa que nem essa daqui, né, do São Francisco. Deve ser uma água mais salgada, né?

Lena - Sei. Qual o tipo de consumo que tu falas?

Rogério - Assim, pra usar mermo na cidade. Beber... Tudo, né?

Lena - Hum-rum. E quem é que vai receber essa água?

Rogério - Hum, agora aí eu num sei não.

Lena - Num tem nem ideia, assim?

Rogério - Tenho não.

Lena - O que é que se comenta sobre isso? Tipo, pra onde é que a água vai, como é que vai ser quando chegar lá?

Rogério - Rapai, eu nem sei explicar não (riso). A gente tamo trabalhando aí, mas só no sentido de colocar a água pra lá, mai eu num sei o destino, assim, como é que vai ser.

Lena: Sim, é, tu tava me falando do destino da água, né? Que vai pra Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará... E essa água vai ser usada em que? Ela tá sendo levada pra que?

Horácio: (baixa o tom de voz) Num sei lhe dizer...

Lena: Mas tu num tem idéia não? O pessoal não comentava isso também não?

Horácio: Não. Eu não sabia, porque tem muitos terreno aí que foram indenizado, entendeu?

Lena: Hum-rum.

Horácio: Aí, dizem que a parte do governo, pela parte do governo, vai ser cedido uma certa quantidade de água pro pessoal fazer plantações, pra poder sobreviver, né isso? Onde tem que passar (o canal), onde era seco, aí tinha que fazer plantação pro pessoal sobreviver, né isso?

Lena: Onde é que tem seca aqui em Cabrobó? Onde é que isso atinge mesmo?

Horácio: Na caatinga. Na caatinga. Ao redor, entendeu? Fica seco no céu, nesses locais, aqui, quando chove... É onde não passa água, entendeu?

Lena: Hum-rum. Como é que pode resolver isso?

Horácio: Através da transposição. Que vai bastante água.

Lena: E a transposição, então, vai levar água pra caatinga aqui em Cabrobó?

Horácio: Vai. Vai passar bem onde a gente construiu. Ela tá cortando, assim, o, a caatinga todinha. Até chegar no seu destino.

APÊNDICE AT - ENTREVISTAS: TRANSPOSIÇÃO COMO DESENVOLVIMENTO

Lena - É, você acredita que hoje, nesse momento, as coisa estão melhores ou piores do que já foram antigamente?

Túlio - Melhores.

Lena - Por quê?

Túlio - Melhora, houve uma melhora em todos os segmentos. Tanto de saúde, tanto de educação, mais de educação, mais de... O poder aquisitivo melhorou pro pessoal, né? Tem mais fonte de renda, Bolsa Escola, essas coisas... Melhorou muito isso na região.

Lena - Hum-rum

Túlio - E houve isso da, da transposição, né? Isso aí deu uma, deu um, um, um... Um arranque econômico muito grande. Apesar de que agora diminuiu novamente porque já se afastaram, né? Se afastaram porque o, o, o... A adutora vai, eles vão adiantando, né? Aí já vão pra outra cidade, mas aí houve um... Foi muito bom econômico, né? E até pro município, até pra prefeitura, com arrecadação e tudo, melhorou muito.

Lena - Sei.. É... Quais foram os pontos que você acha que a transposição mais mudou, mais causou impacto aqui em Cabrobó?

Túlio - Comércio e aluguéis, foi esse dois... E pra prefeitura de ISS, né? Foi bom também.

Lena - Pra você, assim, pra tua família em si, teve alguma mudança, vocês sentiram alguma diferença?

Túlio - Houve uma melhora no comércio.

Lena - Daqui da loja, né?

Túlio - Sim, geral.

Lena - Na fazenda teve alguma diferença?

Túlio - Não.

Lena - Mas, de um modo geral, tu acredita que, hoje, as coisas tão melhores ou piores do que já foram?

Marisa - Tão Melhores.

Lena - Por quê?

Marisa - Rapaz, porque... A tecnologia, né? Hoje todo mundo tem acesso à internet. Antigamente era mais difícil né? Hoje todo mundo tem uma antena parabólica em casa. [Quando] você anda nas fazendas, você vê energia e todo mundo tem uma televisão com uma antena parabólica. Se você andar nessas fazendas aí, você não encontra nem uma casinha que não tenha antena parabólica não! O pessoal tem mais acesso à informação, né? Sempre tão com seu rádio ligado e... E a cidade cresceu muito com a transposição. Não só isso, né? Mas melhorou muito a cidade.

Lena - É... Logo no início o que tu achavas, qual era tua impressão disso tudo?

Sílvio - Eu como sou progressista, nordestino, sabendo que nosso problema hoje e sempre tem sido água, que a terra nós temos, nós somos trabalhadores, então, eu acho que seria sempre interessante. A gente já teve o caso da água deste projeto em 86 do Governo do Estado - da água de Cabrobó pra Salgueiro que fez a cidade lá resolver seus problemas da falta d'água, inclusive industrial. Então, por ver esse lado positivo lá, nós achamos que também seria interessante pra gente aqui que esta questão da água pra os nossos vizinhos, ou seja, o

estado da Paraíba. Por quê? Porque nós sabemos que com a água todo mundo produz.

Lena - Hum-rum

Sílvio - E com água a gente segura o pessoal da zona rural. Se tiver condiçõeszinhas melhores e uma escola lá, melhor ainda! Nós temos as escolas municipais...

Lena - É... Tem alguma outra coisa que tu acha que mudou também, além da geração de emprego?

Marisa - Mudou, Mudou. Aqui? Mudoooo! Teve mais oportunidade de negócio. Antes, aqui, não tinha um restaurante à altura. Hoje, se você quiser comer uma comida portuguesa, quiser comer massa, hoje tem restaurante. Mas por que teve isso? Por causa da transposição, né? Fez com... A demanda, porque as pessoas, começassem a pensar em abrir outros tipos de comércio. Aqui, às vezes, se você andar nos restaurantes você só encontra bode, galinha, né? Aí esse pessoal que vieram, muita gente não tava acostumado com este tipo de comida.

Lena - Hum-rum

Marisa - Ai já fez que uma pessoa viesse de Petrolina, tá vendo? Pra abrir um restaurante aqui. Aí tem de tudo, a comida que você quiser: tanto a regional quanto a mais sofisticada. E é uma casa só de massas, não sei se você viu ali (...) Então eu acho que devido ao... devido à demanda, né? Aí o pessoal foi abrindo mais comércio. E abriu... O comércio daqui tá bom.

APÊNDICE AU - ENTREVISTAS: TRANSPOSIÇÃO COMO GERAÇÃO DE EMPREGO E/OU RENDA

Lena - Você me diria que hoje, aqui em Cabrobó, as coisas são melhores ou piores que antigamente?

Osório - Eu acho que melhor

Lena - Por quê?

Osório - Porque apareceu essa transposição, surgiu um bocado de emprego para o pessoal, o pessoal daqui gosta muito de trabalhar na agricultura... Eu só

vejo uma coisa errada: essa tal de Bolsa Família, essas ajudinha que o governo dá e muita gente fica sem querer trabalhar, só esperando por essa migalha. Então eu acho, assim, que é um negócio mal administrado. Mas, tirando essas coisa, eu acho que Cabrobó melhorou muito.

Lena - O senhor estava me falando agora da transposição, que acha que melhorou. O que é que mudou em Cabrobó com a transposição?

Osório - Veio um bocado de emprego. Ela tá meio parada agora, mas eu acho que vai continuar

Lena - Além de emprego, o que mais aconteceu na cidade?

Osório - Aqui na cidade? Não só isso mesmo. Os empregos e... Essa transposição vai servir a muita gente, né? Lá no Ceará, no...

Lena - Tu me dirias que, hoje, as coisas são melhores ou piores?

Rogério - Tão melhoor. E muito.

Lena - Por quê?

Rogério - Porque, que nem eu tava falando, melhorou muito a cidade aqui. Todo mundo tem sua reservinha aí, quem for econômico aí, e todo mundo conseguiu o que queria, né? Muita gente.

Lena - Aqui em Cabrobó, o que é que mudou, o que é que tá mudando, o que você acha que ainda vai mudar por causa da transposição?

Evandro - Rapaz, Cabrobó é o que tu tá vendo. A cidade, hoje, a gente se orgulha de Cabrobó. Não é querendo gabar, a gente tem aqui um prefeito muito atuante, muito bacana, entendeu? Cabrobó hoje é uma cidade limpa, Cabrobó tem crescido. O prefeito tem ido atrás do Governo Federal e o Governo Federal tem contribuído demais com a nossa região. Por isso que a gente tem orgulho de ter um governo como esse de Lula, viu? E Cabrobó melhorou muito. Muito, muito. Depois do governo de Lula o, o Cabrobó melhorou demais, demais.

Lena - Quais foram os pontos que você acha que mais foram modificados com essas obras?

Evandro - O... É... Que foi modificado? Muito foi saneamento básico, né? Que não tinha quase e tá sendo feito aí, entendeu? O, o, a área da saúde, área da

educação. As escolas aqui é primeiro mundo. Você pode andar aí que você vê as escolas que o governo ajeitou, que tá ajeitando, é escola de primeiro mundo. Por isso que a gente sempre, a gente fica orgulhoso. Eu, na realidade, eu acho que o crescimento foi muito grande. Nesse setor cresceu muito, né? Cresceu muito.

APÊNDICE AV - ENTREVISTAS: “FIM” DA POLÊMICA DEVIDO À GERAÇÃO DE EMPREGO E/OU RENDA

Horácio: Olha, antes de começar a transposição, tinha muita gente que não queria porque ia secar o rio. É... Os índio mermo, a parte do índio, disse que não queria isso. Mas depois, vieram tanto, até pessoas que trabalharam também na transposição, entendeu?

Lena: Hum-rum.

Horácio: Muitas pessoas aí da ilha, que trabalhou também na transposição.

Lena: Foi mermo?

Horácio: Foi. Tinha muitas pessoas.

Lena: Sei. E tu acha que eles mudaram de opinião?

Horácio: Acho que sim. Que sim.

Lena: Por causa de emprego?

Horácio: É.

Lena: Tô entendendo.

Horácio: Que gerou. Uma boa parte vamo dizer que foi bom, entendeu?

Lena: Hum-rum.

Horácio: Em relação ao tempo que a gente trabalhou foi muito bom.

Lena: Enquanto tava trabalhando, né?

Horácio: É.

Sílvio – Pessoas que tinham essas terras e viram essa demanda. Uns foram pra construir, até pra alugar, uns construíram pra alugar, pra você ter uma ideia. Muita gente veio morar aqui, então, “não, eu tenho casa”. Muito interessante: um operador ganhando cinco mil reais, preocupado por ter alugado a casa no subúrbio, pagando caro, porque não encontrou na cidade, e dava para ele

pagar com a renda dele, né? Cinco [mil] reais, ele podia comprometer cinco [mil] reais na casa (...)

Lena – Hum-rum

Sílvio - Então, veja bem como houve uma mudança e aqueles que até que criticavam começaram a se deliciar com o aluguel do imóvel, então não tem mais coontra, ficou todo mundo calaaado... Mexeu em muitas vidas aí, realmente. Na questão comercial.

APÊNDICE AX - ENTREVISTAS: COMO MELHORAR CABROBÓ?

Afonso - É isso aí, é fábrica, né? Quer dizer que logo que tá aumentando a cidade, né? Que já vai muito longe. Porque quem conheceu ele, Cabrobó, nesses anos mais atrás; hoje tá muito pra frente, né?

Lena - Hum-rum

Afonso - Então, quer dizer que botando fábrica, uma coisa assim pra poder dar ganho ao pessoal, é melhor, né? É bom, né?

Evandro - Rapaz, eu acho que precisa muitas coisas, né? Que na realidade foi... Começou, começou. Começou de fazer as coisas, entendeu? Olhe, Cabrobó vai precisar de uma faculdade, porque, na realidade, de primeiro a gente tinha um filho e estudar tinha que mandar pro Recife para estudar. Hoje não. Hoje toda cidade de médio porte tem uma extensão da faculdade. Você pode pegar um filho botar aqui em Petrolina, tem Belém, tem Salgueiro, tem Araripina, tem Serra Talhada, Arcoverde. Todas essas cidades por aqui, essas cidade de médio porte hoje têm uma extensão da faculdade que você pode botar o filho pra estudar. Porque de primeiro o camarada tinha que mandar ele pro Recife, tinha que botar no Recife, porque não tinha outra opção. E por isso a gente, eu acho, que o nordestino que disser o contrário, que não tá satisfeito com esse governo, é porque... Eu, é... é porque ele não tem noção das coisas, né? Mas quem tem noção acha que Lula já tem feito, já fez muito e vai fazer muito. Ainda vai fazer muito, né? Por nossa região. Que nossa região na verdade é uma região esquecida. Hoje tá fazendo, toda cidade por aí, cidade ribeirinha tá fazendo o saneamento básico de todas cidade, né? Que não tinha, de primeiro

ninguém falava disso, os esgoto era aí todo, a maior parte, a céu aberto. Hoje já modificou muito, modificou muito.

Túlio - Cabrobó, cidade de futuro. Pela região, pela região que nós vivemos, por esse rio São Francisco, esse é o rio, isso é, é uma posição privilegiadíssima, independente de governo, de tudo. Aqui vai desenvolver por causa do rio... Água, água (...) Isso ainda vai ser explorado e quem vai salvar isso aqui vai ser os próprios, eu acho, empresários.

(...)

Lena - Por quê? Como é que é isso?

Túlio - Porque eles, eles visam o que? Lucro, tá certo. Então eles vão fazer o que? Pegar fazendas aqui e investir, como tá acontecendo: uva, manga, tá entendendo? O potencial é muito grande aqui.

Lena - Hum-rum.

Túlio: Eu acredito muito mais na iniciativa privada.

Marisa - Aqui? Faculdade. Belém de São Francisco aqui bem pertinho, que não é uma cidade... É uma cidade boa também, mas não é como Cabrobó, que Cabrobó tem um comércio bom, Cabrobó tem... O povo aqui é ativo... Não tem faculdade. Se tivesse uma faculdade em Cabrobó, melhoraria. O nível das pessoas, as pessoas iriam ter um terceiro grau, não é todo mundo que.. Olha, sabe quantos ônibus sai daqui de Cabrobó, toda semana, pra Belém a São Francisco? Só pra Belém sai quatro, pra Salgueiro sai mais não sei quantos, nas lotações. Quer dizer, o pessoal sai daqui pra estudar fora podendo ter uma [faculdade] aqui.

Marisa - Porque se Belém ou é menor ou é do tamanho de Cabrobó tem, por que é que aqui não poderia ter? Falta o quê? Interesse, né?

Lena - De quem?

Marisa - Político. Do prefeito... Porque se ele tivesse interesse ele conseguia... Aqui tem uma extensão... Aqui tem uma extensão da UPE, que só funciona um curso, que é o curso de pedagogia... Mas pra vir pra cá foi confusão.

Lena - Hum-rum

Marisa - Já teve um assessor dele que conseguiu trazer. Agora, só se tem a parceria, né? Não tem parceria? A prefeitura tem que entrar com a parceria?

Lena - Sim.

Marisa - E ele não aceitou, nessa época, pra trazer a faculdade.

Horácio: Rapaz... (pausa) Num sei nem dizer.

Lena: Oxente, homi, tu tá me dizendo tanta coisa! Dando uma idéia, assim, o que é que Cabrobó precisa, na sua opinião?

Horácio: Precisa de um shopping. Um lazer. Uma diversão. Que aqui não tem.

Lena: Hum-rum.

Horácio: Quando chega aqui o feriado, domingo, aqui fica um deserto. O pessoal vão mais pra que? Pras roças. Se tivesse um parque aquático, onde pudesse se divertir, entendeu?

Lena: Tô entendendo.

Horácio: Um lazer, um shopping pro pessoal fazer compras, assim, um lazer maior, um shopping, igual a tem em Petrolina. Se tivesse aqui, era bom.

Lena - Hum-rum. É, e me diz uma coisa: tava me falando do que é que mudou em Cabrobó já nessa história. O que é que tu acha que falta ainda? Que é que falta ser feito ainda pra melhorar Cabrobó?

Rogério - Pra melhorar Cabrobó é continuar fazendo assim, né? Fazendo obra aqui por perto, no Nordeste, aqui perto, que possa todo mundo trabalhar, né? Que nem aqui no Salgueiro e tudo, muita obra, né? E aí, quando acabar aqui - que aqui ainda também vai uns dia ainda, uns tempo - acabar aqui ter perto aí também né? Pra gente fichar [arrumar emprego] aí perto, tudo e sempre gerar emprego, né? Gerando emprego sempre é bom pra todo mundo.

Marisa- Se tivesse havido isso [falta de capacitação], teria sido bem melhor, pra cidade, não é? Porque nao precisava trazer gente de fora pra trabalhar aqui, o pessoal daqui mesmo podia suprir as necessidades que eles estavam precisando: operador de máquina, não é? Porque é muita máquina, eles trabalham com muita máquina pesada pra poder fazer o canal, né? Se não fosse isso, tinha sido melhor.

(...)

Marisa - Compraram os terrenos, construíram alojamento para o pessoal, com refeitório com tudo! Aí quem perdeu? População! Se tivesse preparado, aí precisava trazer gente de fora pra poder fazer um refeitório? Se tivesse preparado,

ó: “Se prepara, a transposição vai chegar, vai melhorar seu comércio...” Aí não tinha [precisado de gente de fora]. Mas os comércio tudo pequenininho, não tinha condição. Fornecer duas, três mil marmitas? Mesmo dividindo assim 200, 300, ficava complicado pra transposição. Eles preferiam o quê? Fazer um pacote só, de que... Já pensou tirar várias notas fiscais de cada lugarzinho?

ANEXO A

Roteiro para Análise de Discurso de Documentos Institucionais
Temas e Conteúdos

TEMA: POPULAÇÃO

- C: desconhecimento transp
- C: beneficiada pela transposição
- C: prejudicada pela transposição
- C: não precisa de transposição
- C: precisa de transposição
- C: população pobre
- C: população iludida / ludibriada
- C: população resignada

TEMA: PRINCÍPIOS POLÍTICOS

- C: Grandes obras
- C: desenvolvimento como valor
- C: trabalho como valor
- C: distribuição = justiça
- C: colamentos - desenvolvimento econômico -> desenvolvimento social
- C: legislação como atrapalho
- C: técnica
- C: governar para os pobres

TEMA: SECA

- C: indústria da seca
- C: NE seco

C: NE farto
C: Só o NE conhece o NE
C: colamento: seca natural-social

TEMA: RELAÇÃO OBRA/NECESSIDADE

C: obra para quem precisa
C: obra para quem não precisa
C: convivência com semi-árido
C: alternativas à transposição
C: degradação (do rio, do ambiente)
C: abandono (da região, país)
C: melhoria (do rio, do ambiente)
C: melhoria (da região do país)
C: impactos sócio-ambientais
C: colamentos - transposição saneamento educação economia
C: colamento: transposição revitalização
C: colamento: transposição-ciência (arqueologia, biologia, botânica)
C: colamento: impacto ambiental – impacto social

ANEXO B

Constituição discursiva dos enunciadores

POLO FAVORÁVEL ÀS OBRAS

C: Obra não é marketing
C: exército como executor de obras
C: informação transmitida
C: União (Nós e Lula, Nós e o Ibama, Nós e o IPHAN, Nós e os MS)
C: cumprimento de normas
C: oposição = egoísmo
C: oposição = ignorância (culpa própria)
C: oposição cega
C: burocracia como problema
C: debate feito/tentado

POLO CONTRÁRIO ÀS OBRAS

C: Obra é marketing
C: exército como ameaça a manifestantes
C: destruição (ambiente, economia local, municípios, relações sociais)
C: apoio = interesse econômico
C: apoio = interesse pessoal
C: apoio = desinformação (culpa governo)
C: descompromisso
C: debate obstruído
C: manipulação do debate

PONTOS EM COMUM NO DISCURSO DOS DOIS POLOS

- C: inviabilidade (obra/alternativas)
- C: ineficácia (obras/alternativas)
- C: acusação de autoritarismo
- C: resistência
- C: ataque às elites
- C: viabilidade das alternativas às obras
- C: eficácia das alternativas às obras
- C: revelação da verdade
- C: conhecimento área/região/país
- C: indústria da seca
- C: Compromisso com o povo
- C: acusação de autoritarismo

ANEXO C

Significações, Imagens e mitos discursivos

SIGNIFICAÇÕES

- S: informalidade
- S: apelo emocional
- S: apelo científico
- S: tom jocoso
- S: cristandade
- S: tom de objetividade
- S: 1ª pessoa / testemunho
- S: relato/personagens
- S: retomada histórica
- S: didatismo
- S: ofensa
- S: metáfora
- S: hipérbole

IMAGENS

- I: flagelado / migrante
- I: água suja
- I: grandes distâncias
- I: água muita
- I: o rio vai secar
- I: pobreza
- I: fartura

ANEXO D

Roteiro para Análise de Discurso de Entrevistas
Temas e Conteúdos

T: AUTO-IMAGENS

- C: Cabrobó
- C: mudanças
- C: abastecimento d'água
- C: auto-avaliação geral
- C: auto-avaliação como informante
- C: trabalho
- C: transposição

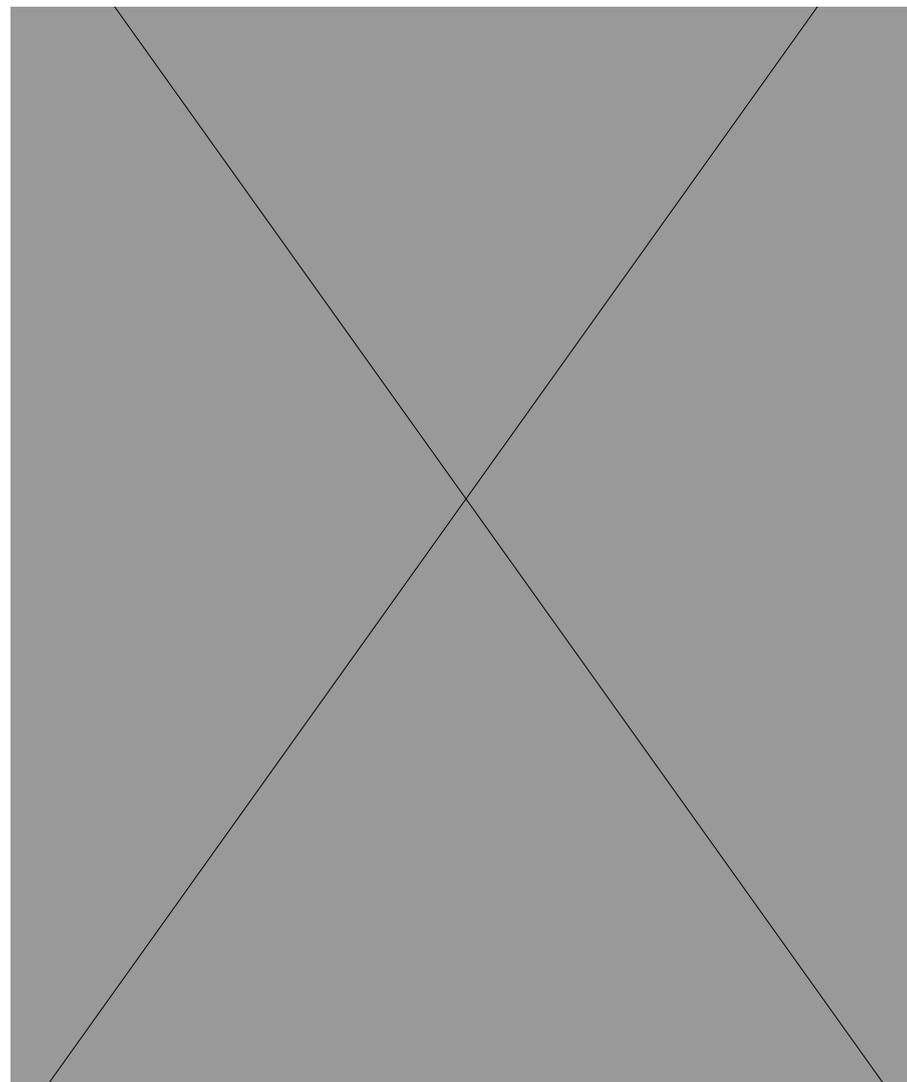
T: NECESSIDADE

- C: água
- C: produção
- C: investimentos públicos
- C: investimentos privados
- C: emprego
- C: faculdade

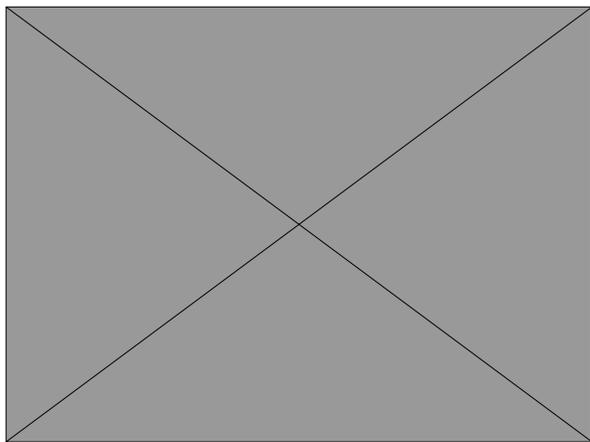
T: DESENVOLVIMENTO

- C: modernização
- C: informação
- C: geração de renda
- C: política
- C: grandes obras
- C: transposição

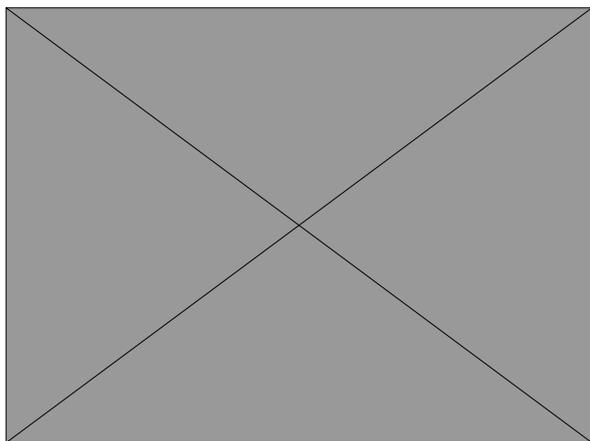
ANEXO E



ANEXO F

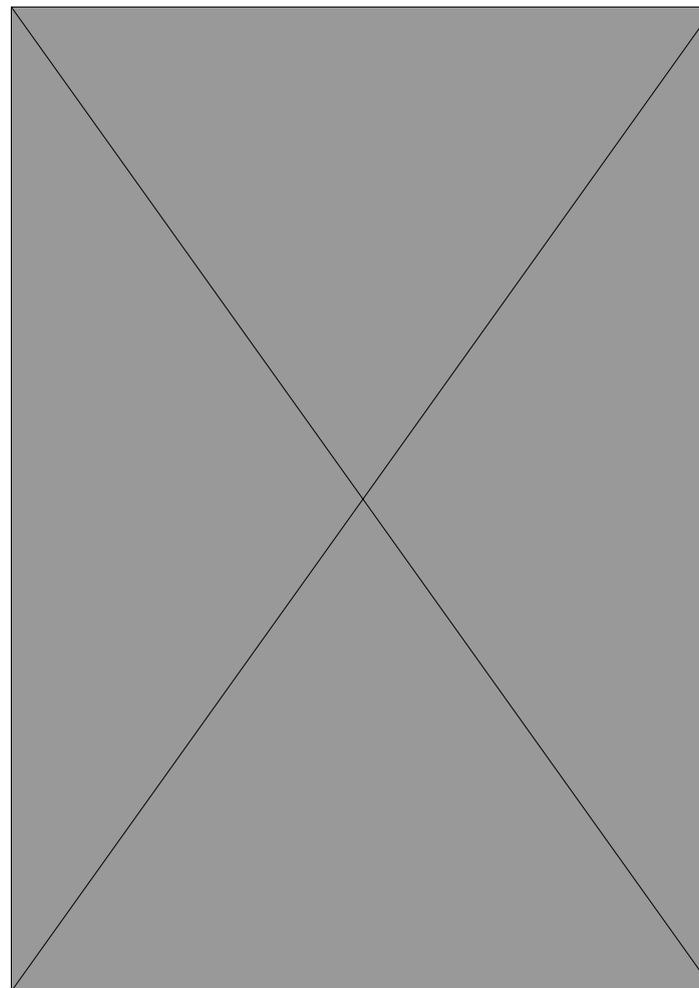


Campanha insitucional do Projeto São Francisco



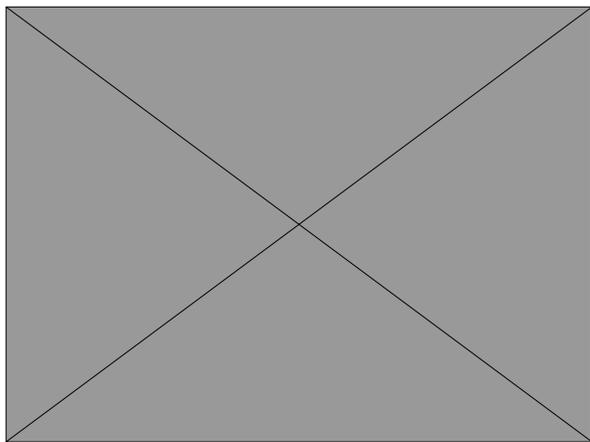
Campanha insitucional do Projeto São Francisco

ANEXO G

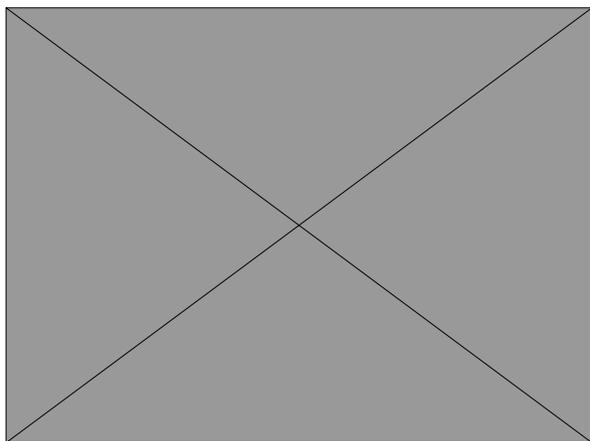


Cartaz publicitário do Projeto São Francisco

ANEXO H

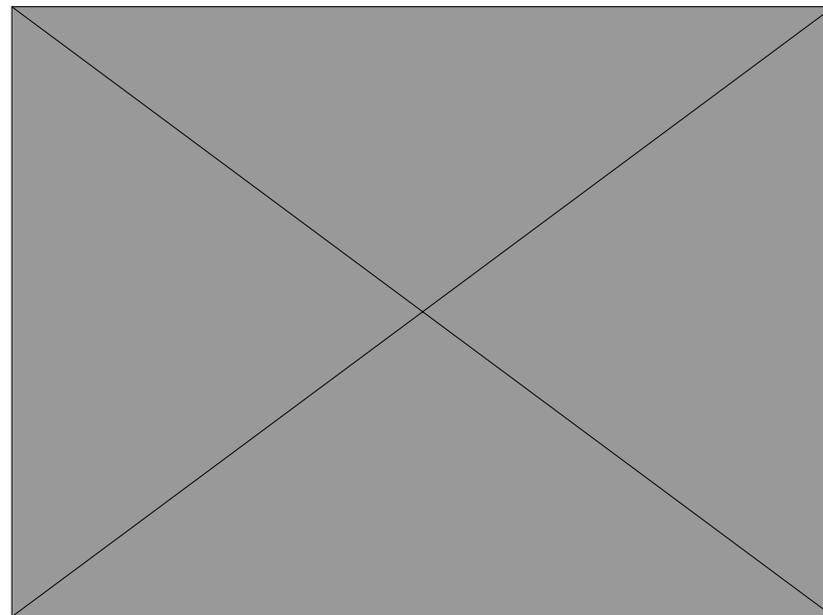


Praça e ponto de mototáxi



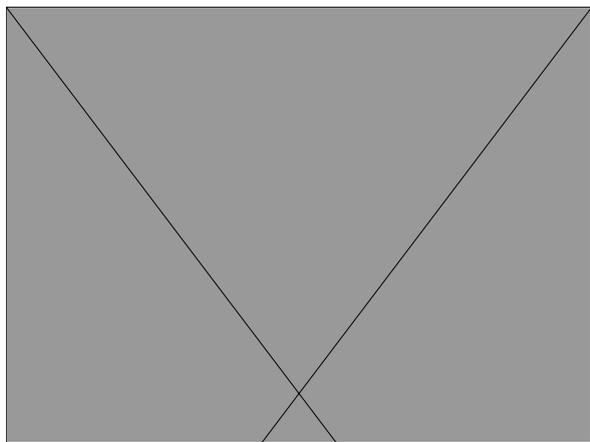
Área de construção

ANEXO I

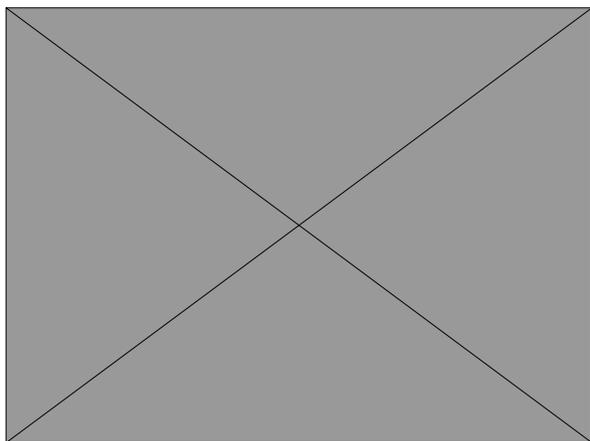


Ponte para a Ilha de Assunção

ANEXO J

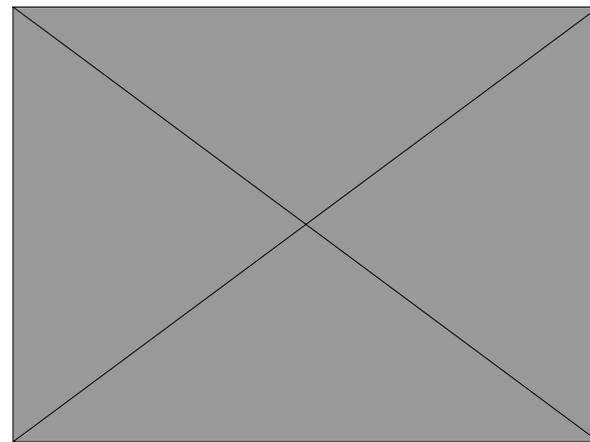


Feira da Cidade

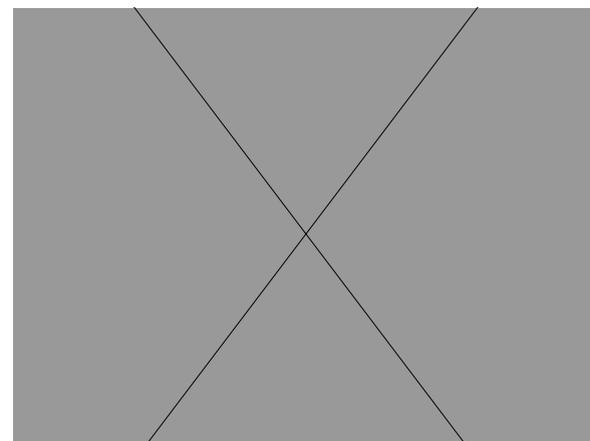


Feira da Cidade

ANEXO K

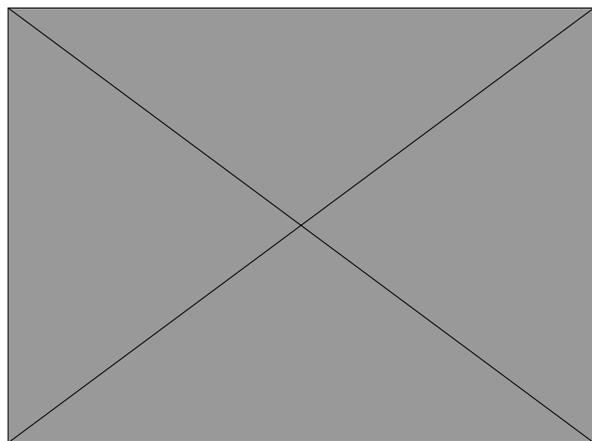


Feira da Cebola

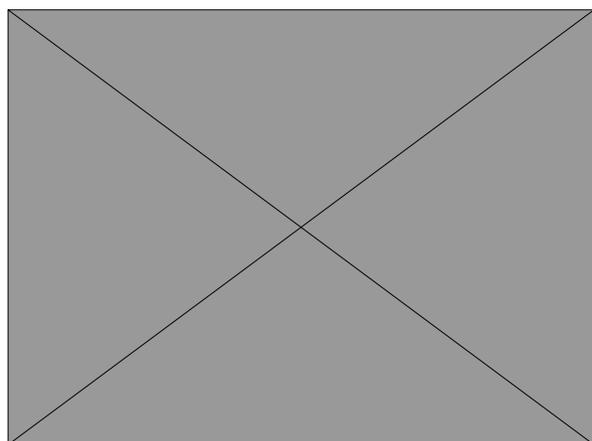


Feira da Cebola

ANEXO L

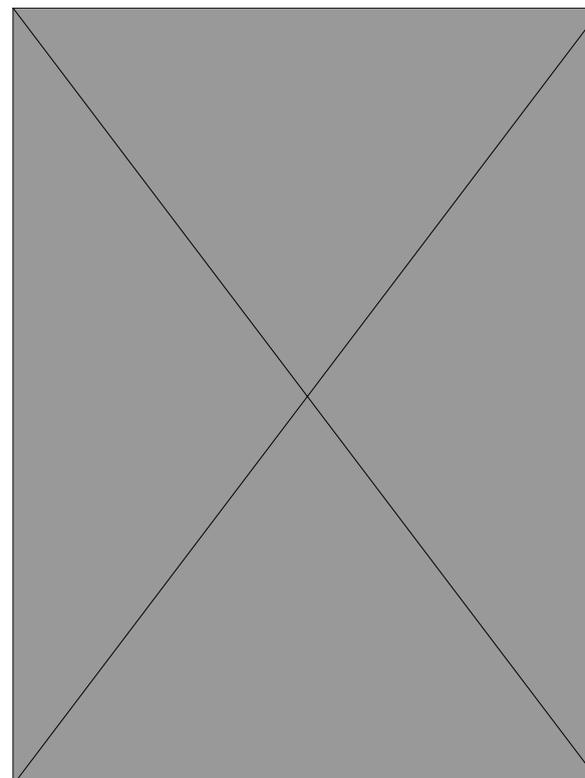


Construção do portal da cidade



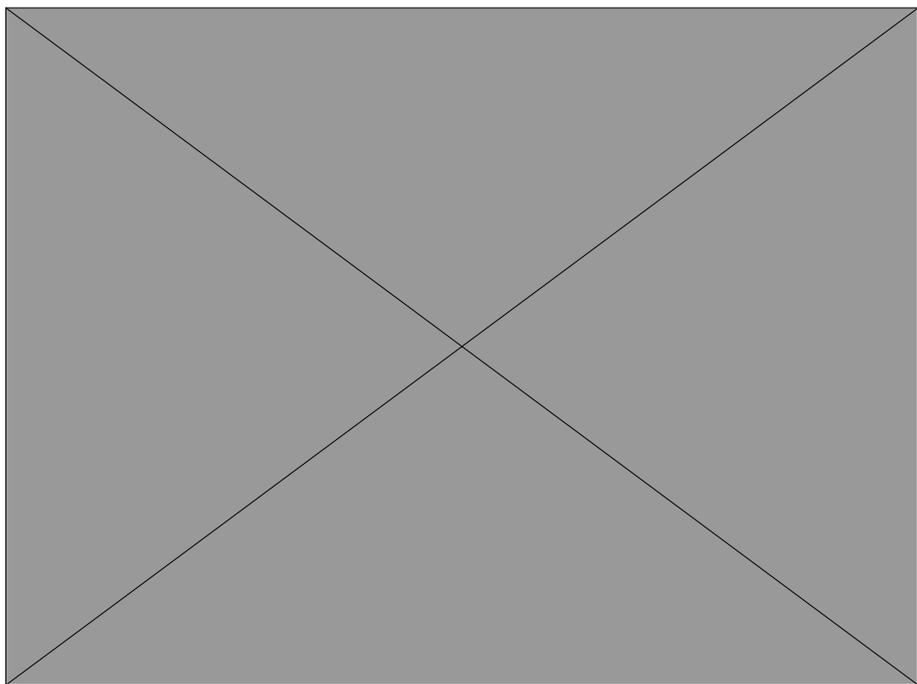
Novo pátio da feira

ANEXO M



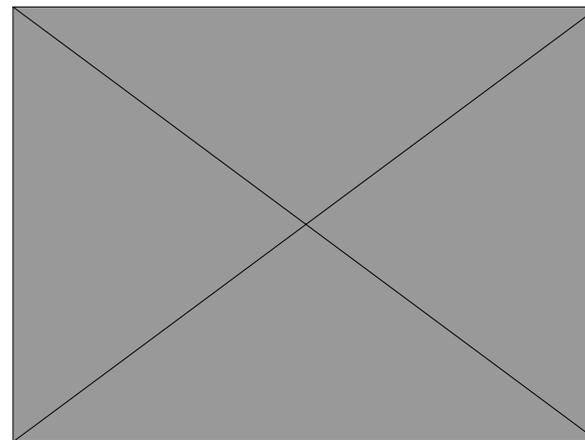
Praça Prefeito João Freire

ANEXO N

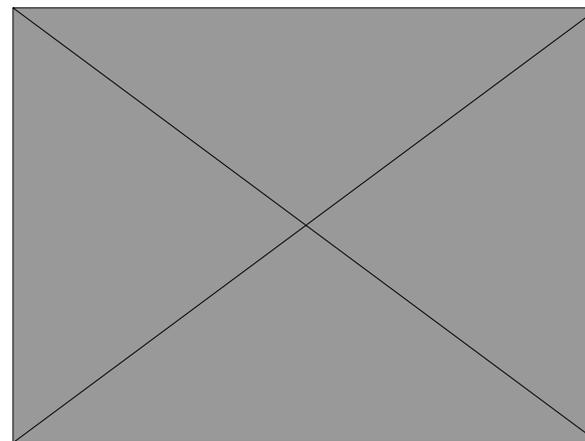


Inauguração Adutora de Tapera

ANEXO N

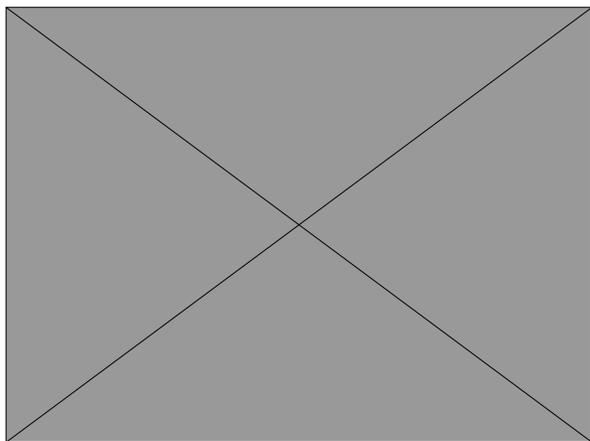


Inauguração Adutora de Tapera

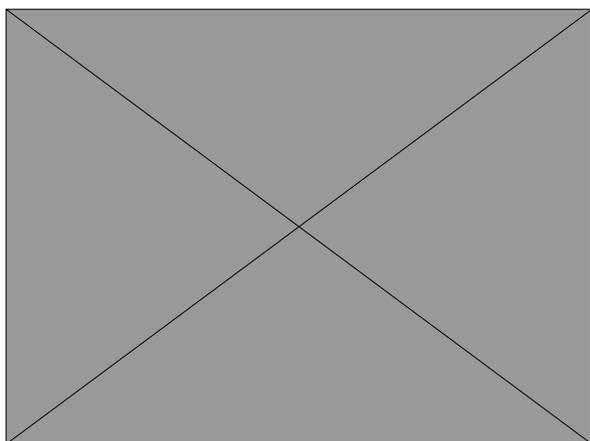


Inauguração Adutora de Tapera

ANEXO O

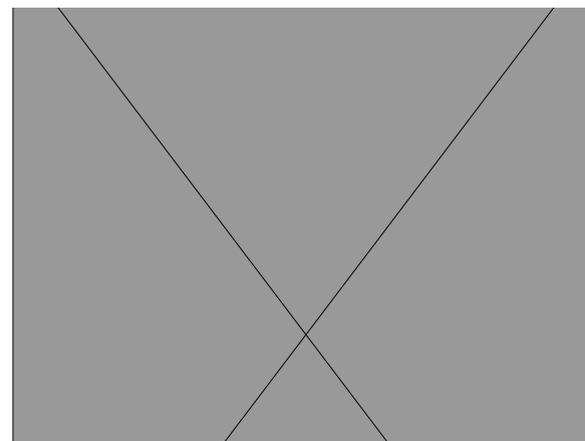


Inauguração Adutora de Tapera

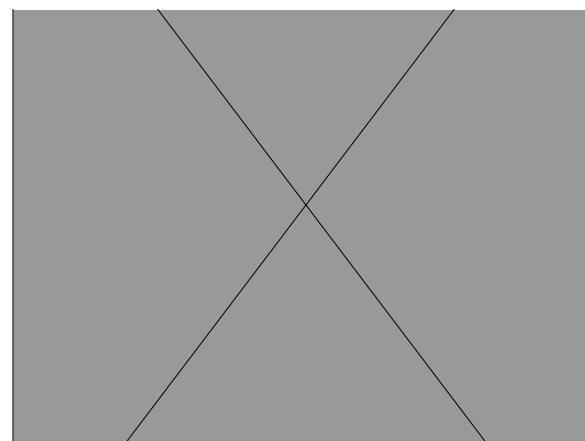


Inauguração Adutora de Tapera

ANEXO P

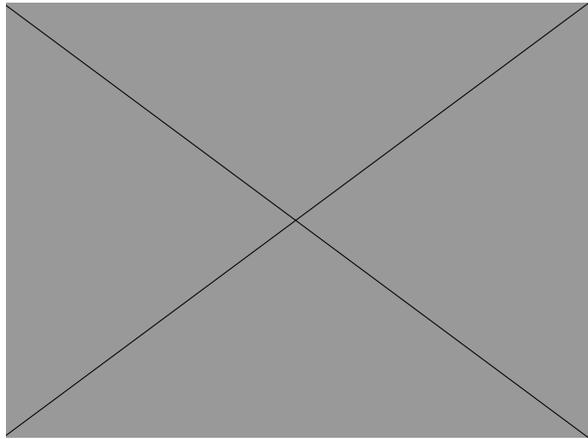


Maquete da obra

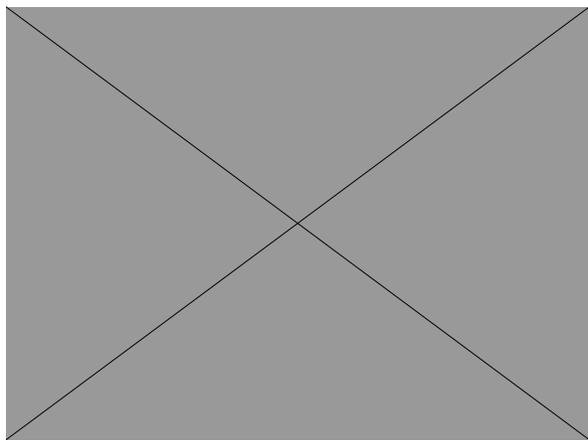


Construção do canal

ANEXO Q

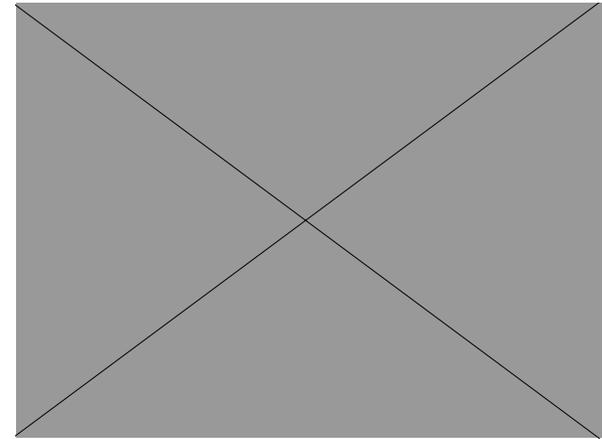


Trecho do canal em construção

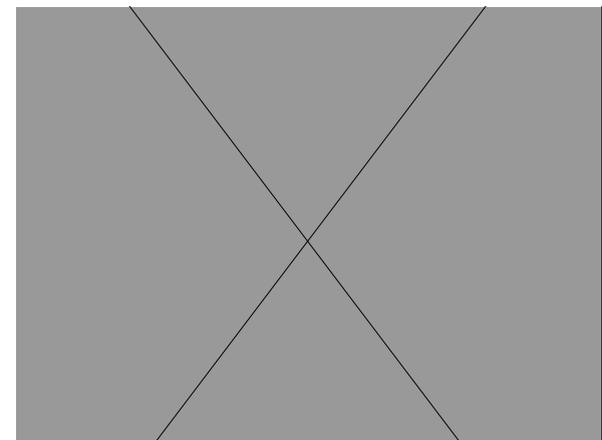


Trecho do canal em construção

ANEXO R



Construção do canal



Construção do canal

